



Estado do Paraná

Mensagem
à
Assembléia Legislativa do Estado
2003



Roberto Requião de Mello e Silva
Governador



**Mensagem
à
Assembléia Legislativa do Estado
2003**

**Roberto Requião de Mello e Silva
Governador**

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

TITULARES DO PODER EXECUTIVO

ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Governador do Estado

ORLANDO PESSUTI

Vice-Governador do Estado

ELEONORA BONATO FRUET

Secretária de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

HERON ARZUA

Secretário de Estado da Fazenda

LUIZ CARLOS CAÍTO QUINTANA

Chefe da Casa Civil

ANSELMO JOSÉ DE OLIVEIRA

Chefe da Casa Militar

SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Procurador Geral do Estado

REINHOLD STEPHANES

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

ORLANDO PESSUTI

Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

ALDAIR TARCÍSIO RIZZI

Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

AIRTON CARLOS PISSETTI

Secretário de Estado da Comunicação Social

VERA MARIA HAJ MUSSI AUGUSTO

Secretária de Estado da Cultura

MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Secretário de Estado da Educação

LUIZ GUILHERME GOMES MUSSI

Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do MERCOSUL

ALDO JOSÉ PARZIANELLO

Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

CLÁUDIO MURILO XAVIER

Secretário de Estado da Saúde

LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI

Secretário de Estado da Segurança Pública

LUIZ DERNIZO CARON

Secretário de Estado de Obras Públicas

RENATO GUIMARÃES ADUR

Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano

LUIZ EDUARDO CHEIDA

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

ROQUE ZIMMERMANN

Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social

JOSÉ CLÁUDIO RORATO

Secretário de Estado do Turismo

WALDYR PUGLIESI

Secretário de Estado dos Transportes

LUIZ CARLOS DELAZARI

Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral

MILTON BUABSSI

Secretário Especial de Relações com a Comunidade

NIVALDO PASSOS KRUGER

Secretário Especial de Representação do Paraná em Brasília

NIZAN PEREIRA ALMEIDA

Secretário Especial para Assuntos Estratégicos

EDSON LUIZ STRAPASSON

Secretário Especial para Assuntos da Região Metropolitana de Curitiba

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

Quarenta dias depois de ter tomado posse, vim a esta Assembléia para fazer aos senhores um relatório do estado de coisas que meu Governo herdou e, também, para expor idéias, planos e reafirmar compromissos.

Hoje, um ano depois, pretendo concentrar minha fala no que realizamos nos primeiros doze meses de Governo. Foram avanços significativos. Isto não quer dizer que o peso da herança deixou de preocupar ou de pressionar a administração. As marcas dos desmandos, da irresponsabilidade, são ainda profundas. E, vez e outra, mais vezes do que o desejável, surpreende-nos uma nova conta nesse longo, interminável rosário de desvios, equívocos e irracionalidade.

Na primeira vez que estive aqui, em minha primeira mensagem, dizia aos senhores que nosso Governo seria marcado por uma clara, inequívoca opção pelos mais pobres. Que seríamos um Governo de mudanças, de transformações, de rompimento. Uma ruptura de estilo, de forma e de conteúdo com o modelo imposto, aqui e no país, por mais de um decênio.

Assim estamos fazendo.

De um lado, recuperamos o caráter público do Estado e sua capacidade de planejar, de pensar e de colocar em prática políticas que satisfaçam as demandas dos paranaenses, que promovam a inclusão daqueles que o modelo de mercado pôs à margem. De outro, desencadeamos uma série de ações para atender já, de imediato, aqueles paranaenses remetidos além da linha da miséria.

O Programa Leite das Crianças já está em 145 municípios. Estamos atendendo mais de 63 mil crianças de 6 meses a 4 anos que viviam sob o risco da desnutrição. Até julho, o Programa vai estar em todos os municípios paranaenses, a um custo de 45 milhões de reais – um pouco menos do que somos obrigados a pagar ao Governo Federal, todos os meses, pelo rombo do Banestado.

Enquanto falcatruas multinacionais desorganizam nossa pecuária leiteira, o Programa Leite das Crianças organiza e viabiliza a pequena pecuária leiteira paranaense. Alimenta as crianças e dá vida aos nossos produtores rurais.

O Programa Luz Fraterna já chegou a 236 mil residências, beneficiando com energia elétrica de graça cerca de um milhão de paranaenses de famílias pobres. Não é possível entender que os de menor renda sejam excluídos do conforto da energia elétrica, um dos sinais distintivos da civilização moderna.

O Programa Luz Fraterna só foi possível porque estancamos o processo de desmonte da Copel e renegociamos contratos que estavam ameaçando a existência da empresa.

A volta da Sanepar ao controle público permitiu que ampliássemos fortemente a tarifa social da água. Hoje, 1 milhão, quatrocentos e quarenta mil paranaenses pagam apenas 5 reais pela água tratada que consomem. Quer dizer, o saneamento básico volta a fazer parte da política pública neste Estado.

Água e esgoto tratados significam menos procura pelos serviços públicos de saúde, já que as doenças infectocontagiosas, resultantes da falta de saneamento, são as mais freqüentes nas filas do SUS, dos postos de saúde, dos hospitais.

Tanto o Programa Luz Fraterna quanto a Tarifa Social da Água constituem poderoso mecanismo de transferência de renda. São, com certeza, os maiores programas de transferência direta de renda do país. À medida que deixam de pagar a luz e pagam apenas 5 reais pela água, as famílias mais pobres do Paraná podem usar o dinheiro não gasto em alimentação, vestuário, educação e outras despesas.

Essas ações de solidariedade foram acompanhadas de uma agressiva política de estímulo à produção e à criação de empregos. Porque incluir não é apenas assistir. A inclusão se faz principalmente com emprego, salário, distribuição de renda e ações que espalhem o desenvolvimento econômico e seus benefícios por todo o Estado.

Nossa proposta de trocar imposto por emprego revelou-se amplamente vitoriosa. Microempresário não paga mais imposto no Paraná. Os pequenos empresários tiveram o seu ICMS cortado de forma significativa. Das 170 mil empresas cadastradas como contribuintes do ICMS, 127 mil foram beneficiadas.

Cortamos também o ICMS incidente sobre a comercialização de materiais de construção, sobre a cesta básica, eliminamos o imposto sobre a importação de bens de capital.

No entanto, uma das iniciativas de maior peso foi a anulação da diferença entre as alíquotas interna e interestadual nos negócios entre contribuintes. Com a implantação dessa medida, provocamos uma verdadeira revolução nas relações da indústria e do comércio estadual, favorecendo a "paranização" das compras e incentivando a habilitação e a qualificação de novos fornecedores em nosso Estado.

Segundo a Federação das Indústrias do Paraná, essa medida fez com que as compras internas de insumos industriais tivessem um forte incremento, estimulando a criação de novos empregos. Registre-se que, em 2003, o nível de emprego na indústria paranaense cresceu 5,2 por cento.

Ainda, conforme o IBGE, em dezembro de 2003, o comércio varejista paranaense cresceu 6,97 por cento – o segundo maior crescimento do país e o dobro da média nacional. No acumulado do ano, enquanto a média nacional apresentou um índice negativo (menos 3,68 por cento), o Paraná foi um dos poucos Estados que apresentaram índices positivos nas vendas comerciais.

Retomamos também um programa de grande êxito em nossa primeira gestão, o Programa Bom Emprego Fiscal. Ele consiste na dilação do ICMS resultante de novos investimentos pelo prazo de 48 meses, com pagamento também nos 48 meses sucessivos, sem juros e somente com a reposição dos índices de desvalorização da moeda no período.

O percentual do novo ICMS varia em razão da localização do estabelecimento industrial. Quanto mais pobre a região – avaliada pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) –, maior a fatia do imposto a ser diferida. A norma vale tanto para novos empreendimentos como para os já instalados, e abarca, por igual, empresas brasileiras e estrangeiras.

Aliado a esse Programa, um outro benefício: o adiamento do pagamento do imposto da energia elétrica por 24 meses, com pagamento igualmente parcelado nos 24 meses subseqüentes. É, a rigor, mais um reforço no capital de giro das empresas.

Todas essas iniciativas, enfim, fazem com que o imposto não tenha apenas sua função primária de fornecer recursos ao Tesouro, mas também a de atuar como eficaz instrumento de geração de emprego e distribuição de renda.

É preciso ainda registrar o forte impacto, sobre a nossa economia, da decisão de não aplicar o aumento de 25% na conta de energia elétrica. A renegociação vantajosa de alguns contratos da Copel permitiu que dispensássemos o aumento autorizado pela

ANEEL. Isso fez com que deixássemos circulando em nossa economia mais de 1 bilhão e 200 milhões de reais.

Não é à toa que entre as razões apontadas para que o Paraná tivesse um crescimento positivo em 2003 está a não-concessão do aumento de 25% na conta de luz.

Esse conjunto de medidas criou um ambiente otimista e propício aos investimentos. Aliem-se a isso as fantásticas safras que colhemos e temos o PIB paranaense crescendo 3,1 por cento, contra o magro 0,2 por cento da média brasileira.

Os grandes êxitos que tivemos em 2003 no campo econômico e social nem sempre mereceram da mídia, especialmente a chamada grande imprensa nacional, o destaque correspondente. Pelo contrário, ao longo do ano multiplicaram-se os ataques ao Paraná e ao seu Governador, especialmente em razão das mudanças que fizemos na gestão pública, na retomada das prerrogativas do Estado.

A desprivatização do Estado, que levamos a efeito, fez com que os interesses privados deixassem de ser os indutores, os condutores da ação governamental. Contrariados, grupos econômicos, o tal do mercado e seus porta-vozes, reagem de forma agressiva, despudorada e buscam confundir a opinião pública, semeando a desinformação e a mentira.

Parece que não entenderam ainda que perderam as eleições. Que os brasileiros votaram, aqui e na República, em uma outra proposta. Que os anos do desembestado reino do mercado sobre todas as coisas está chegando ao fim.

Inventaram até mesmo um tal de "risco Paraná", ou "risco Requião", para classificar as medidas que tomamos em defesa do interesse público, em defesa da primazia dos interesses do povo sobre os interesses dos especuladores.

O mais triste é ver que, aqui no Paraná, por mesquinhos interesses político-eleitorais, alguns ecoam, repercutem, dão guarida à contrariedade da especulação, dos jogadores do mercado.

Senhores Deputados, mais uma vez, faço um breve relato das tantas batalhas que o Governo do Paraná trava em defesa do interesse público.

Há um ano, em minha primeira mensagem a esta Assembléia, dizia que três contratos de compra de energia, absolutamente insustentáveis dos pontos de vista comercial, ético e moral, colocavam em risco a sobrevivência da Copel.

Suspendi o pagamento dos três contratos e chamei as partes à negociação. Foi um deus-nos-acuda. Editoriais raivosos, matérias pagas, reportagens claramente dirigidas,

debates em rádio e televisão empilharam toda sorte de acusações ao nosso Governo. Consultores e analistas, esses desfrutáveis, deitaram a falação ociosa e medíocre de sempre. E não faltou até mesmo quem falasse em suspensão de investimentos estrangeiros no país por conta de minha decisão.

O que, em síntese, prescreviam os três contratos?

Eles obrigavam a Copel a comprar 1.300 megawatts de energia elétrica, produzida por terceiros, ainda que ela precisasse de apenas 100 megawatts para completar suas necessidades. Isso sem falar na cláusula *take or pay*, que manda pagar pela energia mesmo que ela não seja utilizada; e isso por 20 anos, embora a previsão de utilização efetiva da energia contratada tivesse como horizonte o ano de 2012. E com pagamento em dólares, contrariando a legislação brasileira.

Ainda assim, diante de tal aberração, não havia no mercado quem falasse em risco, no risco de a Copel simplesmente desaparecer, sufocada por contratos tão irresponsáveis.

Dos três contratos, renegociamos dois, com ampla vantagem para a Copel.

Com a hispano-argentina Endesa-Cien, reduzimos o dispêndio anual de 750 milhões de reais para menos da metade. Ou seja, o que a Copel deixará de pagar em um único ano cobre 15 anos do Programa Luz Fraterna. A dolarização da tarifa foi eliminada, assim como a cláusula *take or pay*. E a vigência do contrato foi reduzida de 20 para 7 anos.

Com a norte-americana NGR Energy, proprietária da hidrelétrica Itiquira, o acordo também foi vantajoso. O preço da energia comprada pela Copel foi reduzido em 20 por cento. Por 11 anos, a Copel passa a ter a titularidade de 107 megawatts de energia firme de Itiquira, pagando um preço bastante em conta. Além disso, foi retirada da operação a figura do interveniente, no caso a mui afamada Tradener.

Só não foi possível ainda um acordo com a norte-americana El Paso, dona de 60 por cento da Usina Termelétrica a Gás de Araucária. Levamos o contrato à Justiça pelos absurdos que envolveram a construção e a operação da usina.

Feita para utilizar o gás boliviano, o único disponível no mercado, de repente descobre-se que os equipamentos da usina eram incompatíveis com aquele gás. Ao preço de 60 milhões de dólares, edifica-se uma unidade de processamento do gás boliviano para torná-lo acessível às turbinas da UEGA. Construído o incrível apêndice, uma nova descoberta: o gás boliviano era, sim, compatível com as turbinas da usina.

Mas as surpresas não cessam de aparecer. Faz-se em seguida uma nova e formidável descoberta: a ciclagem da UEGA revela-se diversa da ciclagem brasileira.

Funcionaria bem nos Estados Unidos, não aqui. E se entrasse em operação, poderia, como em um castelo de cartas, derrubar o sistema nacional.

A UEGA nunca funcionou, nunca produziu um watt de energia. Ainda assim, a El Paso quer que paguemos a ela 25 milhões de reais por mês pela energia jamais fornecida.

É um contrato assim que querem que o povo do Paraná pague?

É um contrato assim que o mercado e os jornalões exigem que paguemos.

O que narrei sobre as trapalhadas na construção e operação da UEGA nunca vi reportado na mídia que tanto me critica por ter suspenso o pagamento das parcelas mensais a El Paso.

Criticam, atacam, mas sonégam as informações, as razões que me levaram à decisão. Querem que eu cumpra o contrato e pronto, mesmo que isso seja equivalente a um assalto à mão armada aos cofres públicos.

Amanhã vou à França, para acompanhar, no Tribunal Arbitral de Paris, nossa pendência com a El Paso.

Um outro contrato que anulei, e que tanto provocou a ira do mercado, foi o pacto de acionistas que dava ao sócio minoritário o controle da Sanepar. Um acordo irregular, feito contra tudo o que determinava a lei. A submissão do Estado, sócio majoritário, a grupos privados, sócios minoritários, fazia com que a Sanepar tivesse desvirtuada a sua missão. A maximização dos lucros passou a ser objetivo central. E para que isso fosse alcançado só havia dois caminhos: corte de investimentos na água e no esgoto tratados e aumento da tarifa.

Uma das conseqüências da retomada do controle público da Sanepar é a ampliação da tarifa social da água. Hoje, 1 milhão e 440 mil paranaenses estão sendo beneficiados pela nova tarifa. A Sanepar não existe para dar lucro a especuladores, aos jogadores da Bolsa, hoje tão contrariados com a volta do poder público ao comando.

A ousadia do mercado chegou ao ponto de reclamar, espernear porque decidimos aumentar o capital da empresa. Os minoritários revoltaram-se, queriam que o Estado não alargasse a sua participação.

Que capitalismo é esse? Que história é essa de impedir que o Estado capitalize a empresa, fortaleça-a, dê a ela condições de antecipar o cumprimento de metas, atendendo à demanda reprimida de obras de saneamento no Paraná? Ora, que eles também aumentem sua participação na empresa. Se é este o jogo, que façam o jogo.

Outro momentoso contrato é o dos pedágios.

Sem conhecer o assunto, sem ler os contratos, ignorantes da auditoria que o Governo do Estado fez nas concessionárias, aferram-se dogmáticamente, com viseiras fundamentalistas, ao princípio do *pacta sunt servanda*.

As tarifas do pedágio no Paraná não podem continuar tão altas assim. Nada as justifica. Os nossos agricultores, as nossas indústrias, o comércio, os consumidores não podem continuar submetidos à exploração do pedágio.

A auditoria revelou a prática continuada de fraudes, de desvios, que acabam tendo forte influência no preço da tarifa.

Nos dois mil e quinhentos quilômetros de estradas pedagiadas, as concessionárias arrecadam, em média, 470 milhões de reais por ano. Para bem conservar os dez mil quilômetros de estradas estaduais, o Governo do Paraná investe cerca de 70 milhões de reais por ano.

Será que ainda existe alguém por aí que não percebeu o escândalo da arrecadação do pedágio em relação ao que se gasta na conservação rotineira das estradas?

Mas, ainda: em média, as concessionárias revertem 30 por cento do que arrecadam em obras e benefícios aos usuários. O restante é lucro, são gastos com a administração e pagamento de juros dos empréstimos que fizeram no BNDES. Isso mesmo: grande parte do dinheiro que as concessionárias dizem ter investido foi tomada, sob generosas condições, do próprio Governo. Dinheiro público para explorar o público. Essa é a privatização à brasileira. Ou a "privataria", como bem define o jornalista Élio Gaspari.

Por fim, um quarto contrato, o contrato que leiloou por 25 milhões de reais uma ferrovia que custou 1 bilhão de reais. Construída em meu primeiro Governo, em parceria com o Exército brasileiro, a Ferroeste acabou sendo doada por um preço vil e, ainda assim, não pagaram o presente.

Como alguém pode se pôr a favor de um trambique tão monumental?

Estou lançando um apelo aos nossos empresários, aos agricultores, às cooperativas. Convoco a FIEP, a FAEP, a FETAEP, a OCEPAR para que, junto com o Governo, estabeleçam um modelo de gestão público-privado da Ferroeste. Ela foi feita para baratear o frete e tornar o produto paranaense mais competitivo. E assim deve ser.

Esses são os tais contratos de que tanto falam. Agi e estou agindo com a responsabilidade de Governador dos paranaenses, cumprindo o que determina a lei, em defesa do interesse público, sem medo de ser brasileiro, sem medo dos arreganhos do mercado.

Ah, sim! Falei aqui, no ano passado, dos contratos de informática. Anulei perto de 500 milhões de reais em contratos do gênero. O mais espantoso é que isso não afetou em nada o funcionamento do Estado. Um outro espanto: poucos dos que tiveram esses contratos anulados reclamaram do cancelamento.

Os senhores também se lembram de que, na mensagem de fevereiro de 2003, falei sobre os restos a pagar, sobre a suspensão desses pagamentos até que fosse verificada a sua legalidade. Pois bem, senhores, permaneceram lá na Secretaria da Fazenda mais de duzentos milhões de reais de restos a pagar não reclamados por ninguém. Acredito que seja desnecessário qualquer comentário sobre o fato.

E ainda há quem chame isso tudo de "risco Paraná", "risco Requião".

O risco, na verdade, o grande risco seria a omissão, a conivência, a passividade. A pior traição que um governante pode fazer é a de capitular diante da realidade. Ceder aos fatos. Adaptar-se às circunstâncias.

Tive como um de meus lemas de campanha o compromisso da mudança. E assim governo. A realidade está aí para ser transformada e não para que os governantes submetam-se, curvem-se e sejam domesticados pelas pressões.

Senhoras e senhores Deputados, gosto sempre de lembrar que comecei minha vida pública no Legislativo, nesta Casa. Tenho por esse Poder respeito e estima. A parceria entre esta Assembléia e o Executivo é essencial para que o povo paranaense seja atendido em tudo o que exige e é de seu direito. No centro de nossas preocupações estarão sempre as pessoas. Porque um governo só tem sentido de ser, só merece respeito, só deve ser sustentado e apoiado se tiver como princípio, meio e fim os interesses populares.

O mercado, ora o mercado.

Muito obrigado.

Curitiba, fevereiro de 2004.

Roberto Requião
Governador do Estado

SUMÁRIO

Balço da Economia Paranaense em 2003	27
Linhas de Aço	33
1 Secretaria de Estado da Educaço	39
1.1 Princípios da Política Educacional	39
1.2 Diretrizes de Trabalho da SEED	39
1.3 Ações Desenvolvidas	40
1.3.1 Programa Expansão, Melhoria e Inovaço no Ensino Médio do Paraná (PROEM)	40
1.3.1.1 Adaptaço Física e Infra-Estrutura	40
1.3.1.2 Material Bibliográfico de Referência	41
1.3.1.3 Informática e <i>Software</i> Educacional	41
1.3.1.4 Capacitaço dos Profissionais da Educaço	41
1.3.1.5 A Atividade Administrativa do Programa	42
1.3.2 Nova Cultura Escolar – Otimizaço do Espaço e do Tempo	42
1.3.3 Paraná Alfabetizado	42
1.3.4 Portal Dia-a-Dia Educaço – Uma Nova Relaçõ com o Saber	43
1.3.5 Capacitaço de Recursos Humanos	43
1.3.6 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	44
1.3.6.1 Projeto Educaço Básica e Inclusõ Digital no Estado do Paraná	44
1.3.7 Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná (FUNDEPAR)	44
1.3.7.1 Obras	45
1.3.8 Paraná Esporte	46
1.3.9 Avanços na Educaço em 2003	48

2	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	51
2.1	Ações Desenvolvidas.....	51
2.1.1	Ciência e Tecnologia.....	51
2.1.1.1	Paraná Tecnologia/Unidade Gestora do Fundo Paraná.....	52
2.1.1.2	Fundação Araucária.....	53
2.1.1.3	Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR).....	54
2.1.2	Ensino Superior.....	59
2.1.2.1	Ações Centralizadas.....	60
2.1.2.2	Ações Descentralizadas.....	63
2.1.2.3	Ações de destaque.....	67
3	Secretaria de Estado da Cultura	69
3.1	Ações Desenvolvidas.....	69
3.1.1	Paraná da Gente.....	69
3.1.2	Paraná Fazendo Arte.....	69
3.1.3	Arte Faz Escola.....	70
3.1.4	Cultura em Movimento.....	70
3.1.5	150 anos de Emancipação Política do Paraná.....	70
3.1.6	Curso Revitalizando os Museus.....	70
3.1.7	Salões de Arte.....	71
3.1.8	Museu Paranaense.....	71
3.1.9	Conta Cultura.....	71
3.1.10	Expansão da Área de Atuação e Parceria da SEEC.....	71
3.1.11	Biblioteca Pública do Paraná (BPP).....	72
3.1.11.1	Consulta ao acervo.....	72

3.1.12	Paraná Educativa – Televisão	74
3.1.13	Teatro Guaira	75
4	Secretaria de Estado dos Transportes	81
4.1	Infra-Estrutura de Transportes	81
4.2	Ações Desenvolvidas	81
4.2.1	Planejamento e Coordenação das Ações de Transportes	81
4.2.2	Infra-Estrutura Rodoviária	82
4.2.2.1	Programa de Concessões	82
4.2.2.2	Pedágio por Administração Direta	83
4.2.2.3	Construção de Rodovias	83
4.2.2.4	Conservação de Rodovias	84
4.2.2.5	Fomento Rodoviário aos Municípios	86
4.2.3	Infra-Estrutura Hidroviária	86
4.2.4	Infra-Estrutura Aeroportuária	87
4.2.5	Infra-Estrutura Ferroviária	87
4.2.6	Infra-Estrutura Portuária	88
4.2.6.1	Movimentação de Cargas	89
4.2.6.2	Receita Cambial	89
4.2.7	Principais Investimentos em 2003	90
4.2.7.1	Terminal Público de Contêineres	90
4.2.7.2	Sistema de Controle de Tráfego de Embarcações	90
4.2.7.3	Programas Institucionais	90
4.2.7.4	Demais Realizações	91
4.3	Programa Paraná 12 Meses	91
4.3.1	Adequação de Estradas	91

5	Secretário Especial para Assuntos da Região Metropolitana de Curitiba	93
5.1	Ações Desenvolvidas	93
5.1.1	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC)	93
5.1.1.1	Estruturação Física da RMC	93
5.1.1.2	Proteção e Recuperação Ambiental	94
5.1.1.3	Estruturação Urbana e Fomento ao Desenvolvimento Econômico da RMC	96
6	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	99
6.1	Ações Desenvolvidas	99
6.1.1	Coordenadoria Estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Paraná	99
6.1.1.1	Política de Resíduos Sólidos do Estado do Paraná - Programa Desperdício Zero	99
6.1.1.2	Programa de Proteção da Floresta Atlântica	100
6.1.2	Gestão Territorial e Cartografia	102
6.1.3	Coordenação Estadual do PNMA II	103
6.1.3.1	Programa Nacional do Meio Ambiente II (PNMA II)	103
6.1.3.2	Projeto Controle da Contaminação Ambiental Decorrente da Suinocultura no Estado do Paraná	104
6.1.3.3	Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)	104
6.1.4	Superintendência dos Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA)	104
6.1.4.1	Pró-Saneamento – CEF – Contrato de Empréstimo	104
6.1.4.2	Drenagem e Controle de Erosão	105

6.1.4.3	Bacia Azul - Convênio SUDERHSA/PETROBRAS	105
6.1.4.4	Recuperação Ambiental da Várzea do Rio Palmital com Regularização de Cheias, de Acordo com o Plano Diretor de Macro drenagem	106
6.1.4.5	Parque Nascente	106
6.1.4.6	Análise de Projetos	106
6.1.4.7	Sistema de Previsão e Alerta a Enchentes na Bacia do Alto Iguaçu	107
6.1.4.8	Obras de Captação Subterrânea no Meio Rural – Poços Tubulares	107
6.1.4.9	Eco Verão 2003.....	107
6.1.4.10	Terra Limpa.....	107
6.1.5	Instituto Ambiental do Paraná (IAP)	108
6.1.5.1	Município Verde	108
7	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano	117
7.1	Ações Desenvolvidas	118
7.1.1	No Âmbito do Desenvolvimento Urbano	118
7.1.2	Programa Estadual de Obras Municipais (PEOM)	119
7.1.3	Serviço Social Autônomo PARANACIDADE	119
7.1.4	Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – PARANÁ URBANO	120
7.1.5	Programa de Sistemas de Transporte Urbano Sustentável no Paraná	121
7.1.6	Superintendência Executiva do PARANACIDADE (SUPEX).....	123
8	Companhia Paranaense de Energia	125
8.1	Ações Desenvolvidas	125
8.1.1	Administração e Organização	125
8.1.2	Responsabilidade Social	126

8.1.2.1	Programa Luz Legal	126
8.1.2.2	Universalização	126
8.1.2.3	Projeto Luz das Letras	126
8.1.2.4	Programa EletriCidadania	127
8.1.2.5	Iluminando Gerações	127
8.1.2.6	Cidadania Global	127
8.1.2.7	Programa Luz Fraterna	127
8.1.3	Meio Ambiente	128
8.1.3.1	Conferência Internacional - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida	128
8.1.3.2	Zoneamento Ecológico/Econômico (ZEE)	128
8.1.3.3	Programas Ambientais	129
8.1.4	Gerenciamento do Sistema Eletroenergético da Copel durante a Seca	130
8.1.5	Operação e Manutenção de Usinas	130
8.1.6	Expansão da Geração de Energia	130
8.1.7	Gestão Técnica de Empreendimentos	131
8.1.8	Transmissão de Energia	131
8.1.9	Distribuição de Energia	132
8.1.10	Pesquisa e Desenvolvimento	133
8.1.11	Telecomunicações	133
8.1.12	Participações	134
8.1.13	Laboratório de <i>Software Livre</i>	134
8.1.14	Resultados	135
8.1.15	Premiações	135

9	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento	141
9.1	Ações Desenvolvidas	141
9.1.1	Fábrica do Agricultor	141
9.1.2	Sanidade Agropecuária	141
9.1.3	Empresa Paranaense de Classificação de Produtos (CLASPAR)	143
9.1.4	Capacitação Rural	143
9.1.5	Estímulo à Produção e Informações Agropecuárias	144
9.1.6	Fortalecimento Agropecuário	145
9.1.7	Projeto Paraná 12 Meses	146
9.1.8	Ações Institucionais	147
10	Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do	
	Mercosul	149
10.1	Ações Desenvolvidas	149
10.1.1	Programa de Desenvolvimento da Produção	149
10.1.1.1	Fomento à Produção e Atração de Investimentos	149
10.1.1.2	Cadeias Produtivas	150
10.1.2	Programa de Apoio e Desenvolvimento do Comércio Internacional	151
10.1.2.1	Comércio Internacional	151
10.1.2.2	Coordenação de Assuntos do Mercosul	152
10.1.2.3	Missões Empresariais e Institucionais	155
10.1.2.4	Seminários, Eventos, Cursos e Treinamentos	156
10.1.3	Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR)	156
10.1.3.1	Principais Atividades Desenvolvidas	156
10.1.4	Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná (IPEM)	157
10.1.5	Pesquisa e Fomento à Produção Mineral – MINEROPAR	158

10.1.5.1 Programa de Desenvolvimento da Indústria de Cerâmica Vermelha no Estado do Paraná (PROCERÂMICA)	158
10.1.5.2 Projeto Serviços Geológicos e Riquezas Minerais	159
10.1.5.3 Plano Diretor de Mineração da Região Metropolitana de Curitiba	159
10.1.5.4 Contrato de Prestação de Serviços ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP)	160
10.1.6 Reflorestamento e Aproveitamento das Reservas Florestais – Ambiental do Paraná	160
10.1.6.1 Programas/Projetos	160
10.1.6.2 Atividades Desenvolvidas	161
10.1.7 Financiamento à Produção	162
10.1.7.1 Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	162
11 Secretaria de Estado do Turismo	165
11.1 Ações Desenvolvidas	165
11.1.1 Promoção e Divulgação do Produto Turístico Paranaense	165
11.1.2 Gestão Pública e Articulação para o Turismo	167
11.1.3 Desenvolvimento Sustentável do Turismo	168
12 Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social	175
12.1 Ações Desenvolvidas	175
12.1.1 Área do Trabalho e Renda	175
12.1.1.1 Qualificação Social e Profissional	175
12.1.1.2 Geração de Emprego e Renda	176
12.1.1.3 Seguro-Desemprego	178
12.1.1.4 Intermediação de Mão-de-Obra	179

12.1.1.5 Estudos, Pesquisas e Relações de Trabalho	180
12.1.2 Área Social	181
12.1.2.1 Enfrentamento à Pobreza	182
12.1.2.2 Projetos e ações desenvolvidas pelo Instituto de Ação Social do Paraná (IASP)	184
13 Secretaria de Estado da Saúde	187
13.1 Ações Desenvolvidas	187
13.1.1 Principais Realizações	187
13.1.1.1 Descentralização das Ações e Serviços de Saúde	187
13.1.1.2 Reorganização da Atenção à Saúde	188
13.1.1.3 Gestão de Recursos Humanos	190
13.1.1.4 Informação como Instrumento Gerencial	190
14 Companhia de Habitação do Paraná	191
14.1 Ações Desenvolvidas	191
14.1.1 Programas Habitacionais	192
14.1.1.1 Casa da Família	192
14.1.1.2 Direito de Morar	194
14.1.1.3 Lote da Família	195
14.1.1.4 Casa do Zelador	195
14.1.1.5 Conclusão de Obras	195
14.1.2 Conferência Estadual das Cidades	196
15 Companhia de Saneamento do Paraná	197
15.1 Ações Desenvolvidas	197
15.1.1 Evolução do Atendimento	198
15.1.2 Tarifa Social para a População Carente	199

15.1.3	Atuação nas Comunidades Rurais	199
15.1.4	Desenvolvimento Tecnológico	200
15.1.5	Investimentos	200
15.1.5.1	Obras Executadas e Empreendimentos Mais Relevantes	200
15.1.5.2	Novos Programas Aprovados	201
16	Secretaria de Estado da Segurança Pública	203
16.1	Ações Desenvolvidas	203
16.1.1	Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/PR)	207
16.1.2	Programa Saúde	209
16.1.3	Programa Meio Ambiente	209
17	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.....	211
17.1	Ações Desenvolvidas	211
17.1.1	Coordenadoria Estadual Antidrogas (CEAD).....	211
17.1.2	Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR)	213
17.1.2.1	Atendimento ao Consumidor	213
17.1.2.2	Estudos e Pesquisas	213
17.1.2.3	Ação Fiscalizatória.....	214
17.1.3	Coordenadoria dos Direitos da Cidadania (CODIC)	215
17.1.4	Defensoria Pública do Paraná (DPP)	216
17.1.5	Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (DEPEN).....	217
17.1.5.1	Saúde, Assistência Geral e Educação	218
17.1.5.2	Outras atividades no âmbito do Sistema Penitenciário	219
18	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral	225
18.1	Ações Desenvolvidas	225

18.1.1	Cooperação Internacional	225
18.1.2	Planejamento Institucional	226
18.1.3	Coordenação de Programas	228
18.1.4	Integração Regional	229
18.1.5	Orçamento e Programação	230
18.1.6	Análise de Resultados	232
18.1.7	Estudos e Projetos	233
18.1.8	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)	234
18.1.8.1	Pesquisa	235
18.1.8.2	Centro Estadual de Estatística	237
18.1.8.3	Treinamento para o Desenvolvimento	238
19	Secretaria de Estado da Administração e da Previdência	241
19.1	Ações Desenvolvidas	241
19.1.1	Recursos Humanos	241
19.1.2	Central de Viagem	242
19.1.3	Departamento de Transporte Oficial (DETO)	242
19.1.4	Coordenadoria de Administração de Serviços (CAS)	242
19.1.5	Coordenadoria do Patrimônio do Estado (CPE)	243
19.1.6	Departamento de Administração de Material (DEAM)	243
19.1.7	Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP)	244
19.1.8	Departamento de Assistência à Saúde (DAS)	245
19.1.9	Departamento de Seguridade Funcional (DSF)	246
20	Secretaria de Estado da Fazenda	247
20.1	Ações Desenvolvidas	247

20.1.1	A Administração Tributária.....	247
20.1.1.1	Avanços no Âmbito da Arrecadação.....	248
20.1.1.2	Projetos e Ações no Âmbito da Legislação Tributária.....	248
20.1.1.3	Projetos de Fiscalização.....	249
20.1.2	Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE).....	249
20.1.3	Administração Financeira.....	251
20.1.3.1	O Desempenho da Execução Fiscal Estadual.....	251
21	Secretário Especial para Assuntos Estratégicos.....	253
21.1	Ações Desenvolvidas.....	253
21.1.1	Companhia de Informática do Paraná (CELEPAR).....	254
21.1.2	Banda de Acesso à Internet.....	256
22	Secretaria de Estado de Obras Públicas.....	259
22.1	Ações Desenvolvidas.....	259
22.1.1	Estudos e Projetos.....	259
22.1.2	Orçamentos, Licitações e Contratos.....	260
22.1.3	Acompanhamento de Obras.....	261
22.1.4	Outros Projetos Especiais em Andamento.....	261
23	Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral.....	263
23.1	Ações Desenvolvidas.....	263
24	Secretário Especial de Relações com a Comunidade.....	265
24.1	Ações Desenvolvidas.....	265
25	Secretaria de Estado da Comunicação Social.....	267
25.1	Ações Desenvolvidas.....	267
25.1.1	Marketing e Mídia.....	267

25.1.2 Agência Estadual de Notícias (Coordenadoria de Imprensa)	268
25.1.3 Setor de Radiodifusão- Estúdio de Rádio	268
26 Procuradoria Geral do Estado	271
26.1 Ações Desenvolvidas	271
27 Casa Civil	275
27.1 Ações Desenvolvidas	275
27.1.1 Centro de Redação de Atos Oficiais (CRA)	276
27.1.2 Centro de Apoio Operacional da Casa Civil (CAO)	276
27.1.3 Coordenadoria do Cerimonial e de Relações Internacionais (CCRI)	276
27.1.4 Coordenadoria Técnico-Jurídica (CTJ)	277
27.1.5 Coordenadoria Técnico-Administrativa (CTA)	277
27.1.6 Coordenadoria Técnico-Legislativa (CTL)	277
27.1.7 Coordenadoria de Assuntos Políticos (COAP)	278
28 Casa Militar	279
28.1 Ações Desenvolvidas	279
29 Secretário Especial de Representação do Paraná em Brasília	281
29.1 Ações Desenvolvidas	281

Balanço da Economia Paranaense em 2003

A economia paranaense reproduziu, ao longo de 2003, o desempenho setorial bastante heterogêneo verificado no país, por conta da convivência entre a forte interferência da estratégia macroeconômica de austeridade monetária e fiscal e os impulsos provenientes dos mercados externos, e da política econômica do governo local. Embora ainda preliminares, as projeções atuais apontam a expansão de 3,1%¹ do PIB paranaense para o ano de 2003 (IPARDES), contra um crescimento de apenas 0,2% para o Brasil como um todo (IPEA).

No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) decresceu 0,3% entre janeiro e setembro, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quando confrontado com igual período de 2002, fruto da intensificação da orientação conservadora da política econômica, resultando na diminuição da demanda interna (consumo, investimento e dispêndios públicos), derivada dos juros reais elevados e da compressão da massa de rendimentos, provocada pela redução dos salários reais e pelo aumento do desemprego.

No âmbito estadual, verifica-se que o comportamento das principais variáveis explicativas da trajetória da economia foi afetado, em grande medida, pela conjuntura recessiva resultante do prosseguimento da gestão de estabilização ortodoxa, adotada pelo governo federal, traduzida no brusco declínio dos níveis de renda e de investimento. Tais efeitos podem ser observados pelo desempenho negativo apresentado pelas indústrias têxtil, de mobiliário, de bebidas e de perfumaria, sabões e velas.

No entanto, percebeu-se também a construção de um quadro de maior dinamismo liderado por atividades vinculadas ao agronegócio e/ou à demanda externa, a partir do aproveitamento de algumas vantagens de natureza conjuntural, como a elevação das cotações das *commodities* e a recuperação da economia mundial, e de alguns fatores estruturais, que incluem a conquista e consolidação de novas frentes de mercados compradores, caso do complexo soja na China e das carnes na Europa, sustentados por expressivos ganhos de qualidade e produtividade da produção regional.

Constatou-se, ainda, os primeiros impactos do Decreto Estadual n.º 949/03, que reduziu o ICMS de 18% para 12% nas operações realizadas entre contribuintes industriais e comerciantes atacadistas dentro do Estado, anulando a diferença entre as alíquotas

¹Até setembro 2,9%, e de outubro a dezembro, estimado em 0,2%, totalizando 3,1%.

interna e interestadual do tributo. Tal medida vem estimulando a *paranização* das compras, em face da maior capacidade de formação de preços competitivos e da diminuição das necessidades de capital de giro das empresas operantes no Estado. A redução da alíquota do ICMS para micro e pequenas empresas que beneficiou cerca de 126 mil empresas foi outra medida que impulsionou a economia local. Finalmente cabe destacar que a não implantação do aumento de energia elétrica no Estado pela Copel auxiliou na manutenção do nível de atividade econômica da economia local.

Esse conjunto de diferenciais explica a expansão de 3,1% do PIB paranaense nos primeiros nove meses de 2003, segundo estimativas do Iparde. Uma abordagem mais pormenorizada permite registrar alguns resultados bastante positivos para a economia do Paraná no corrente ano.

No setor agropecuário, segundo o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB), a produção de grãos atingiu 30,24 milhões de toneladas na safra 2002/2003, suplantando em 34,8% o resultado obtido na temporada 2001/2002, quando foram colhidas 22,44 milhões de toneladas (tabela 1). Novamente, os destaques foram as culturas da soja e do milho, que responderam por 84,15% do total colhido no Estado, com variações na produção de, respectivamente, 15,09% e 46,26% nesta safra.

Em paralelo, a produção pecuária também cresceu de forma considerável. Até outubro, os abates inspecionados de aves, bovinos e suínos apresentaram aumentos de, respectivamente, 7,17%, 10,77% e 11,13% em relação a igual período de 2002. O dinamismo do agronegócio paranaense é explicado pela crescente competitividade do complexo proteína vegetal e animal nos mercados externo e interno.

A produção industrial paranaense apresentou crescimento de 3,4% no período janeiro-outubro de 2003 em comparação com o mesmo intervalo do ano anterior, contrapondo-se à estagnação da indústria brasileira (0,0%). Esse resultado correspondeu ao segundo melhor desempenho entre as dez unidades da federação pesquisadas pelo IBGE, ficando abaixo somente do estado do Espírito Santo.

A boa performance da indústria do Paraná refletiu o aumento da produção de 12 gêneros industriais, com destaque para mecânica, cujo crescimento atingiu 18,9%, liderado pela fabricação de bens ligados às atividades agrícolas, principalmente colheitadeiras, o que evidencia o efeito multiplicador do aumento da renda do setor primário.

Em sintonia com a evolução da produção, o número de pessoas ocupadas na indústria paranaense cresceu 2,6% no período janeiro-outubro de 2003, contrapondo-se à retração de 0,5% verificada em nível nacional e sendo o maior crescimento entre os estados brasileiros, segundo o IBGE. Os segmentos de refino de petróleo, máquinas e equipamentos eletrônicos de comunicações, vestuário, papel e gráfica e alimentos e bebidas alcançaram os melhores resultados, com variações de 38,0%, 11,7%, 11,3%, 10,6% e 9,0%, respectivamente, contribuindo sobremaneira para a expansão do emprego industrial no Paraná.

Já as compras internas realizadas pelas empresas industriais paranaenses aumentaram 7,41% nos dez primeiros meses deste ano, conforme levantamento realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). Diferentemente das compras procedentes de outros estados, que recuaram 10,73%, as aquisições de mercadorias de empresas locais cresceram 16,21%, o que pode ser atribuído, em grande medida, à redução do ICMS nas compras efetuadas no território paranaense.

Por fim, as vendas externas do Paraná somaram US\$ 6,6 bilhões entre janeiro e novembro de 2003 (tabela 2), resultado 23,56% superior ao contabilizado em igual intervalo do ano anterior e que já supera a receita gerada em todo o exercício econômico de 2002. Dentre os segmentos que contribuíram para a ampliação das exportações, pode-se destacar os complexos soja e material de transporte, responsáveis atualmente por 55,93% das vendas totais.

Por tudo isso, a taxa de desemprego na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), também calculada pelo Iparde, atingiu 8,0% da PEA em novembro, o melhor resultado entre as regiões metropolitanas pesquisadas, contra 12,2% da média nacional. No intervalo janeiro-novembro de 2003, o desemprego na RMC ficou em 9,13% da PEA, quase 20,0% abaixo da média nacional (12,5%).

No mesmo sentido, o emprego formal no Paraná cresceu 12,3% nos onze primeiros meses de 2003, com a criação de 93.550 mil postos de trabalho versus 83.280 em igual período de 2002. Cabe ressaltar que 82,1% do total de empregos com carteira assinada foram gerados no interior do Estado, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sinalizando a influência do agronegócio.

Conforme apurações da Junta Comercial do Paraná, entre janeiro e outubro de 2003 houve ampliação de 4,4% do saldo entre criação e fechamento de empresas comerciais no Estado. Neste intervalo, surgiram 31.535 e fecharam 6.897 empresas, contra 30.990 e 7.280, respectivamente, no acumulado entre janeiro e outubro de 2002. Também nesse item, o interior do Estado foi responsável maior, com 67% das novas empresas criadas.

TABELA 1 - PRODUÇÃO PARANAENSE DE GRÃOS - SAFRAS 2001/2002
E 2002/2003

PRODUTO	PRODUÇÃO (t)		Var. (%)
	Safra 2001/2002	Safra 2002/2003	
Grãos de verão	20 503 685	26 429 142	28,9
Algodão	83 970	71 679	-14,6
Amendoim	8 860	7 891	-10,9
Arroz (irrigado)	74 545	86 046	15,4
Arroz (sequeiro)	110 700	107 142	-3,2
Café	139 088	118 000	-15,2
Feijão (águas)	464 913	495 879	6,7
Feijão (seca)	149 822	193 780	29,3
Feijão (inverno)	14 324	18 515	29,3
Girassol	128	937	632,0
Mamona	356	312	-12,4
Milho (normal)	7 689 404	8 358 786	8,7
Milho (safrinha)	2 168 100	5 894 665	171,9
Milho (waxy)	15 800	30 985	96,1
Soja (normal)	9 539 586	10 947 123	14,8
Soja (safrinha)	26 319	62 474	137,4
Sorgo (primavera)	-	5 580	-
Sorgo (outono)	17 770	29 348	65,2
Grãos de inverno	1 935 825	3 583 821	85,1
Aveia (branca)	79 323	101 468	27,9
Aveia (preta)	108 520	184 358	69,9
Canola	5 085	4 813	-5,3
Centeio	985	874	-11,3
Cevada	77 862	154 246	98,1
Trigo	1 557 547	2 977 843	91,2
Triticale	106 503	160 219	50,4
TOTAL	22 439 510	30 012 963	33,8

FONTE: SEAB/DERAL

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS - JANEIRO-NOVEMBRO 2002-2003

GRUPO/ITEM	2003		2002		VAR. (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Soja	2 354 454	35,68	1 906 866	35,70	23,47
Grão	1 061 653	16,09	856 527	16,04	23,95
Farelo	818 574	12,40	719 492	13,47	13,77
Óleo	474 227	7,19	330 847	6,19	43,34
Material de transporte	1 336 334	20,25	1 156 225	21,65	15,58
Automóveis	618 448	9,37	643 997	12,06	- 3,97
Motores para autoveículos	327 620	4,96	251 853	4,72	30,08
Autopeças	217 243	3,29	162 660	3,05	33,56
Tratores e partes	89 453	1,36	53 472	1,00	67,29
Chassis e carroçarias p/autoveículos comerciais	52 990	0,80	21 010	0,39	152,21
Autoveículos comerciais leves e pesados	27 038	0,41	20 667	0,39	30,83
Outros	3 540	0,05	2 566	0,05	37,97
Madeira	671 890	10,18	544 788	10,20	23,33
Compensados	301 183	4,56	211 609	3,96	42,33
Serradas	159 434	2,42	149 489	2,80	6,65
Obras de marcenaria/carpintaria	66 235	1,00	54 388	1,02	21,78
Molduras	57 712	0,87	64 415	1,21	- 10,41
Outros	87 326	1,32	64 885	1,21	34,58
Carnes	608 797	9,23	440 720	8,25	38,14
Aves	447 578	6,78	333 496	6,24	34,21
Suínos	88 538	1,34	54 938	1,03	61,16
Bovinos	58 787	0,89	42 876	0,80	37,11
Outros	13 894	0,21	9 409	0,18	47,66
Cereais	276 044	4,18	230 145	4,31	19,94
Milho	268 104	4,06	229 764	4,30	16,69
Outros	7 941	0,12	381	0,01	1 983,68
Máquinas e instrumentos mecânicos	175 834	2,66	95 777	1,79	83,59
Máquinas e implementos agrícolas	43 985	0,67	14 663	0,27	199,97
Refrigeradores/congeladores	34 003	0,52	16 558	0,31	105,35
Componentes hidráulicos	20 638	0,31	7 080	0,13	191,51
Outros	77 208	1,17	57 476	1,08	34,33
Outros	1 175 404	17,81	966 096	18,09	21,66
TOTAL GERAL	6 598 757	100,00	5 340 617	100,00	23,56

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

Linhas de Ação

A partir dos principais problemas diagnosticados em nosso Estado, estabelecemos cinco linhas de ação que balizaram todos os esforços na expectativa de promover o desenvolvimento sustentável e inclusão social, quais sejam:

1. Educação, Inovação e Cultura;
2. Infra-Estrutura e Meio Ambiente;
3. Expansão Produtiva;
4. Emprego, Cidadania e Solidariedade;
5. Gestão do Estado.

Linha de Ação 1

Educação, Inovação e Cultura



Linha de Ação 1

Educação, Inovação e Cultura

Esta linha de ação origina-se do reconhecimento de que as preocupações com o progresso tecnológico e a inovação, o conhecimento via educação e a cultura constituem temas centrais para o desenvolvimento sustentável.

A viabilização da estratégia de ampliação, fortalecimento e consolidação das ações no âmbito da educação, inovação e cultura depende, em grande parte, da articulação de programas que assegurem o desenvolvimento científico e tecnológico no Estado e uma maior capacitação da sua população, uma vez que tais fatores são, na atualidade, determinantes para a competitividade econômica.

1 Secretaria de Estado da Educação

Para estabelecer a organização administrativa de um sistema de ensino como o do Paraná e o respectivo plano de trabalho para nortear o Projeto Educacional do Estado foi importante definir os princípios presentes nos encaminhamentos de todas as ações que estão sendo e irão ser implementadas no decorrer desta gestão.

Nesse sentido, a Secretaria de Estado da Educação (SEED) voltou-se para a organização de um processo coletivo de trabalho que priorize o trabalho pedagógico em todos os níveis e etapas de ensino, atendendo às especificidades de cada aluno e da comunidade, assim como às diversidades culturais, em busca de uma educação efetivamente democrática no Estado do Paraná.

1.1 Princípios da Política Educacional

- Educação como direito do cidadão.
- Universalização do ensino.
- Escola pública, gratuita e de qualidade.
- Combate ao analfabetismo
- Apoio à diversidade cultural.
- Organização coletiva do trabalho e gestão democrática.

1.2 Diretrizes de Trabalho da SEED

A elaboração das diretrizes para os anos de 2003 a 2006 foi definida em conjunto com as diferentes unidades que compõem o Sistema Estadual de Educação, bem como com os fóruns municipais e estadual e outras instituições e organizações da sociedade civil para a definição das políticas de educação para o Estado do Paraná.

Destaca-se como essência a garantia de acesso e permanência dos alunos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos. Inclui-se também como importante a política de inserção e de atendimento especial em escolas especializadas, quando for o caso, dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

A política de Educação do Estado do Paraná deverá voltar-se igualmente para o atendimento educacional regular das comunidades indígenas, bem como dos alunos do campo e das ilhas, atendendo a suas especificidades e diversidades.

Para não deixar de lado o necessário atendimento à formação para o trabalho, além da inserção das propostas pedagógicas que entendem o trabalho como princípio educativo, a SEED estará reorganizando sua rede pública de Educação Profissional, nos setores primário, secundário e terciário da economia, a partir do nível básico e, especialmente, na atuação com as escolas de ensino técnico.

Foram definidas as seguintes diretrizes:

- Reformulação curricular.
- Cultura escolar: otimização do espaço e do tempo da escola.
- Valorização dos profissionais da educação.
- Pesquisa como fonte de apoio às ações educacionais.
- Inovação tecnológica e apoio pedagógico à prática educativa.

1.3 Ações Desenvolvidas

1.3.1 Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná (PROEM)

Merece destaque o encaminhamento, em novembro de 2003, à Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) do pedido de prorrogação do contrato de empréstimo n.º 950/OC-BR por mais dois anos, tendo em vista cumprir o objetivo geral do PROEM em aumentar a eficiência, a equidade e a eficácia do sistema público do Ensino Médio do Paraná. Ainda em outubro, a SEAIN aprovou a redução de US\$ 22 milhões de aporte local no custo total do Programa, que passou a totalizar o investimento de US\$ 200 milhões, dos quais o saldo é de US\$ 67,2 milhões.

1.3.1.1 Adaptação Física e Infra-Estrutura

O principal objetivo do PROEM é melhorar a infra-estrutura física dos estabelecimentos de ensino, assegurando espaços apropriados para a implementação da reformulação do currículo do Ensino Médio, bem como atender à expansão da matrícula de Ensino Médio.

Foram realizadas as seguintes ações em 2003:

- Aprovação do Plano de Obras de 2003 - sendo que 4 unidades novas, 6 construções novas e 1 obra de reforma/melhoria já estão em fase final de licitação e totalizam o investimento aproximado de R\$ 11,3 milhões;
- 4 obras de conclusão de reparos estão sendo licitadas, com valor total estimado de R\$ 565 mil;
- aquisição de equipamentos e mobiliários - lançamento de 5 editais de licitação internacional, com o valor total estimado de R\$ 13,4 milhões.

1.3.1.2 Material Bibliográfico de Referência

Nesse âmbito, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Projeto Venha Ler - aquisição de 300 títulos, totalizando 876 mil livros, para 2.057 estabelecimentos de Educação Básica da rede pública estadual de ensino, com investimento total de R\$ 10 milhões;

1.3.1.3 Informática e *Software* Educacional

Foi desenvolvido, o Projeto Dia-a-Dia Educação – Portal Educacional do Paraná (em fase de implementação). Valor dos eventos de capacitação: R\$ 443 mil, com custo total estimado de aproximadamente R\$ 1.700 mil.

1.3.1.4 Capacitação dos Profissionais da Educação

Foram desenvolvidas as seguintes ações em 2003:

- Realização de eventos de capacitação que oferecem aos professores, administradores e técnicos da educação instrumentos, habilidades e incentivos para a melhoria do desempenho do sistema educacional. Até outubro, foram investidos R\$ 2.582 mil nessa área, com programação de mais de R\$ 1.500 mil em capacitação dos profissionais da educação.

1.3.1.5 A Atividade Administrativa do Programa

Planejamento, monitoramento e controle de todas as atividades previstas no Programa, de acordo com as cláusulas e normas constantes do contrato de empréstimo.

1.3.2 Nova Cultura Escolar – Otimização do Espaço e do Tempo

Visa estruturar programas que criem condições necessárias para a implementação de atividades artísticas, científicas, esportivas e de lazer, jogos educativos, línguas estrangeiras modernas e relativas às tecnologias da informação, em período contrário ao das aulas regulares, na Rede Pública Estadual de Educação Básica, que representem a construção de canais de expressões alternativas, ressignificando o espaço da escola como um ambiente de bem-estar, de partilha de responsabilidades e de solidariedade – uma forma de incentivar o aluno para maior permanência na escola.

Foram desenvolvidas as seguintes ações:

- 31 eventos voltados à atividade artística, envolvendo 2 mil escolas e 7 mil professores e equipe técnica pedagógica;
- 4 eventos de esporte e lazer, com a participação de 85 mil alunos e 4.500 professores na fase regional, e 11 mil alunos e 800 professores na fase final;
- 10 eventos de atividades científicas;
- 8 jogos educativos (Xadrez na Escola) envolvendo 2 mil escolas e 5 mil professores e todos os alunos de acordo com a proposta;
- 11 eventos de línguas estrangeiras modernas (concursos, cursos), beneficiando 190 professores.

1.3.3 Paraná Alfabetizado

- Celebração de convênios com órgãos estaduais e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e em parceria com municípios com baixo índice de IDH, para atendimento à população paranaense não alfabetizada.

- Convênio com instituições que ofertam educação para jovens e adultos, beneficiando cerca de 8 mil alfabetizandos, com aplicação de recursos num total R\$ 2.220 mil.
- Exames medindo o conhecimento obtido por meios informais pelos jovens, adultos ou idosos, ofertados em três etapas convencionais. O total de candidatos inscritos para o Ensino Fundamental foi de 29.793, e para o Ensino Médio, de 86.769. Uma etapa do exame ocorreu no Japão - a Secretaria de Estado da Educação, a partir da escolha do MEC e de um parecer do Conselho Nacional de Educação, aplicou, em conjunto com a Embaixada do Brasil no Japão, exames nos níveis da Educação Básica para brasileiros que vivem no Japão. Inscreveram-se, nesse exercício de 2003, 559 candidatos no nível fundamental e 1.107 no nível médio.

1.3.4 Portal Dia-a-Dia Educação – Uma Nova Relação com o Saber

O Portal Dia-a-Dia Educação disponibiliza o acesso a textos básicos e de referência, além de sugerir estratégias pedagógicas para a construção de conhecimentos. Alunos e professores, especialmente aqueles que se encontram em locais mais afastados dos meios e canais de informação, terão disponíveis áudios, vídeos e sugestões de temas sociais contemporâneos para preparar suas aulas e realizar seus trabalhos escolares.

1.3.5 Capacitação de Recursos Humanos

Este Programa é a linha mestra das políticas educacionais da SEED, aliado à reformulação do currículo. O investimento na formação do professor é um componente essencial da transformação da sociedade, mas é importante esclarecer que a função da escola só será mudada se as relações sociais forem também transformadas.

Na medida em que as mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas exigem novas posturas perante a realidade, cabe à Secretaria de Educação, ao Conselho Estadual de Educação, às universidades públicas e privadas, às associações e sindicatos e aos demais órgãos governamentais e da sociedade civil caminhar lado a lado com os profissionais da educação na construção de referenciais dignos e éticos, expressados em projetos coletivos que favorecem a ação consciente da ciência a favor da cidadania.

A SEED, até novembro de 2003, realizou 242 eventos de formação continuada, com a participação de 31.193 profissionais atuantes em diferentes níveis de Educação Básica. Foram aplicados aproximadamente R\$ 5,2 milhões, incluídos recursos de investimentos internacionais.

1.3.6 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

1.3.6.1 Projeto Educação Básica e Inclusão Digital no Estado do Paraná

O Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Educação, firmou em dezembro de 2003 o Termo de Cooperação Técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para a implementação do Projeto Educação Básica e Inclusão Digital no Estado do Paraná – Projeto BRA/03/36. O Projeto, que tem como objetivo promover a inclusão digital no Estado do Paraná e a melhoria da qualidade da educação básica, está orçado em R\$ 100.000.000,00, correspondentes a US\$ 34.129,692,83, sendo desse total R\$ 49.243.000,00 provenientes do Acordo do Empréstimo n.º 950/OC-BR - PROEM/BID e os restantes R\$ 50.757.000,00, provenientes de recursos de contrapartida do Estado do Paraná.

1.3.7 Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná (FUNDEPAR)

A FUNDEPAR funciona como o banco de fomento e desenvolvimento educacional. Por meio de um programa de atividades permanentes, incentiva, expande e aperfeiçoa as atividades educacionais no Estado do Paraná. A instituição mantém mecanismos de mobilização, captação de recursos, investe em construção de novas unidades escolares, reforma escolas existentes, distribui alimentos, material didático e suprimentos, visando à melhoria na qualidade do ensino público, garantindo a maior eficácia do sistema educacional.

Desenvolveu as seguintes ações em 2003:

- **Fundo Rotativo** - O Fundo Rotativo Pró-Escola, repassado mensalmente às escolas, fortalece os mecanismos de gestão participativa da comunidade escolar, possibilitando a solução de problemas relativos a despesas emergenciais, necessárias ao funcionamento das escolas.

Nesse ano, foram repassados cerca de R\$ 24 milhões, atendendo a 2.058 escolas e beneficiando 1.277.650 alunos, incluídas escolas do Ensino Fundamental, Médio, CEEBEJAS e o Projeto Escola Cidadã.

- **Suprimentos de materiais e equipamentos para escolas** - Equipamentos adequados também são sinônimos de educação de qualidade, e isso o Governo faz questão de proporcionar aos alunos da rede estadual de ensino. Para tanto, realiza um planejamento para aquisição de carteiras escolares e de outros equipamentos e sua distribuição de acordo com a necessidade de cada núcleo de ensino e escola. Foram despendidos aproximadamente R\$ 4,4 milhões, distribuídos em 1.349 escolas.
- **Programa Estadual de Alimentação Escolar** - Além de proporcionar educação com qualidade às crianças paranaenses, o Governo do Paraná também garante a distribuição da merenda nas escolas, que é adquirida com recursos federais, repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Tem como objetivo garantir a satisfação das necessidades nutricionais diárias das crianças matriculadas nas escolas da rede estadual. O cardápio é elaborado por nutricionistas a partir dos hábitos alimentares dos alunos, obedecendo as preferências de cada região. Nesse ano, foram aplicados cerca de R\$ 15,4 milhões, beneficiando 660.985 alunos em 1.390 escolas.

Também tem participação, em parceria com outros órgãos, na implantação do Programa Leite das Crianças, suprindo as escolas da Rede Estadual com equipamento adequado para o armazenamento e conservação do leite a ser distribuído às crianças, tendo sido adquiridos cerca de 1.000 *freezers*, num total de R\$ 678 mil.

1.3.7.1 Obras

A gestão de obras escolares caracterizam a ação primordial da FUNDEPAR, responsável pelo gerenciamento e planejamento da rede física, pela elaboração de projetos, execução de reparos, construção de novas unidades e manutenção de prédios escolares existentes. Nos investimentos em obras, estão incluídos recursos de investimento internacional.

Recuperação, conservação, manutenção e restauração da rede física escolar

- Obras de serviços de reformas/reparos – 588 estabelecimentos atendidos em 245 municípios, com investimento de R\$ 15,8 milhões.

Ampliação e gerenciamento da rede física escolar

- Construção, reconstrução, adaptação e ampliação – 108 obras concluídas, com investimento de R\$ 10,7 milhões; 67 em andamento, com previsão de investimentos de R\$ 18,4 milhões.
- Melhorias e adaptações – 58 estabelecimentos atendidos, com investimento de R\$ 2,2 milhões; 12 estabelecimentos em andamento, com previsão de investimento de R\$ 566,9 mil; e 72 estabelecimentos com melhorias/adaptações a iniciar, com previsão de investimentos de R\$ 984,3 mil.

Obras especiais

- Casa do Zelador – construção de casas em alvenaria para moradia de zeladores, visando à proteção do patrimônio dos prédios escolares da rede de ensino estadual. Elaboração de projetos para implantação de 378 unidades habitacionais em 277 municípios.
- Desenvolvimento e contratação dos projetos de adaptação para reestruturação, reforma, ampliação e adequação dos colégios agrícolas. Valor de investimento: R\$ 347,3 mil.
- Jogos Colegiais – recuperação e adequação de instalações escolares (59 estabelecimentos) para realização dos jogos, com investimento de R\$ 1.144 mil.

1.3.8 Paraná Esporte

Dentre as principais atividades da Paraná Esporte, destacam-se:

- **Jogos Abertos do Paraná** - Em sua 46.^a edição, objetivam o aprimoramento da qualidade técnica dos atletas e a sua projeção no esporte rendimento do Paraná e em nível nacional. Foram realizados em 6 fases regionais e uma

final, com a participação de 13.915 atletas e adesão de 262 municípios, com um custo total de R\$ 812,7 mil.

- **Jogos da Juventude do Paraná** - Nessa categoria de competição, o objetivo maior é a contribuição para o desenvolvimento integral da juventude e a melhoria da qualidade de vida do cidadão atleta. Sua 17.^a edição foi realizada em 6 fases regionais e uma final com a participação de 14.377 atletas em 288 municípios, com custo total de R\$ 743, 3 mil.
- **Jogos Colegiais do Paraná** - Competição esportiva cujo objetivo é a promoção do desporto educacional com o envolvimento e a integração dos alunos dos estabelecimentos de ensino do Paraná em 7 modalidades esportivas, congregando as várias regiões do Estado, com participação dos 32 Núcleos Regionais de Educação, de 367 municípios e de 1.142 estabelecimentos de ensino, com investimento de aproximadamente R\$ 3,9 milhões, incluídos recursos da SEED/FUNDEPAR.
- **Caravana do Lazer/piloto** - O Programa tem como objetivo conscientizar a prática da atividade física e do lazer, visando à melhoria da qualidade de vida, bem como o desenvolvimento de uma cultura de esporte e lazer da comunidade paranaense, estimulada de forma integral, por meio de ações socioeducativas. Em 2003, o projeto atendeu a 39.618 pessoas da comunidade, no período 26/3 a 21/11, com um custo de R\$ 60 mil.
- **Projeto Paraná Melhor Idade** - Visa assessorar os municípios em programas voltados para a valorização do idoso por meio da promoção da saúde com atividades físicas programadas, objetivando a melhoria da qualidade de vida. Capacitação dos profissionais de educação física e de áreas afins com base em gerontologia, em que foram envolvidas 10 mil pessoas e recursos num total de R\$ 48 mil.
- **Caminha Paraná (Paraná em Movimento)** - Trata-se de um projeto de orientação sobre exercício físico e melhoria da qualidade de vida a partir de pequenas mudanças nos hábitos diários e estilo de vida das pessoas, procurando incentivar a prática regular de exercícios físicos. Foram atendidas 5.259 pessoas em 10 municípios e aplicados recursos num total de R\$ 90 mil.

No tocante aos Jogos Escolares Brasileiros, a delegação paranaense consagrou-se campeã na classificação geral do torneio, obtendo nas modalidades específicas as seguintes classificações:

- 1) Atletismo: campeão (feminino), 4.º lugar (masculino)
- 2) Basquetebol: 5.º lugar (feminino), vice-campeão (masculino)
- 3) Futsal: 6.º lugar masculino
- 4) Handebol: 5.º lugar (feminino), campeão (masculino)
- 5) Voleibol: 3.º lugar (feminino), vice-campeão (masculino)
- 6) Xadrez: vice-campeão (feminino), 4.º lugar (masculino)
- 7) Especiais: campeão (feminino), campeão (masculino)

Nos Jogos da Juventude do Brasil, o Estado do Paraná teve a 3.ª posição na classificação geral:

- 1) Atletismo: 4.º lugar (feminino), 3.º lugar (masculino)
- 2) Basquetebol: vice-campeão (feminino), 8.º lugar (masculino)
- 3) GRD: campeão (feminino)
- 4) Handebol: 3.º lugar (feminino), campeão (masculino)
- 5) Voleibol: vice-campeão (feminino), campeão (masculino)
- 6) GO: 4.º lugar (feminino), 7.º lugar (masculino)
- 7) Tênis de Mesa: 3.º lugar (feminino), 3.º lugar (masculino)
- 8) Natação: 10.º lugar (feminino), 5.º lugar (masculino)
- 9) Judô: 6.º lugar (feminino), 5.º lugar (masculino)

Nos Jogos Abertos Brasileiros, foram as seguintes as classificações das equipes que participaram:

- 1) Basquetebol: 4.º lugar (feminino), 5.º lugar (masculino)
- 2) Futsal: vice-campeão (masculino)
- 3) Handebol: 3.º lugar (feminino) e 4.º lugar (masculino)
- 4) Voleibol: 4.º lugar (feminino)

1.3.9 Avanços na Educação em 2003

- Realização de concurso público para professores de 5.ª a 8.ª séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

- Lei Complementar 100/2003 – participará dos avanços vertical e diagonal o professor em estágio probatório que tenha prestado serviços ao Estado do Paraná com aulas extraordinárias ou contratado pela SEED e/ou Paranaeducação, desde que o tempo trabalhado nessas condições some pelo menos 3 anos até a data de promoção.
- Elevação de 10 para 20% da hora-atividade.
- Lei Complementar 101/2003 – possibilita a transformação dos contratos de 20 horas para 40 horas-aula semanais.
- Retomada da eleição para diretores nos estabelecimentos da rede estadual de ensino.
- Aprovação pelo Conselho Estadual de Educação do novo Estatuto da Educação Especial e equiparação salarial dos professores que atuam na Educação Especial de acordo com a Tabela Quadro Próprio do Magistério (QPM).
- Restabelecimento da carga de 25 horas semanais no ensino noturno.
- Restabelecimento do contra-turno nas escolas estaduais de 1.^a a 4.^a séries.
- Criação do Departamento de Educação Profissional.
- Suspensão do desconto previdenciário nas aposentadorias.
- Construção do Plano Estadual de Educação (PEE).
- A volta dos Jogos Colegiais em todas as regiões do Paraná.

2 Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) desenvolveu suas atividades com o objetivo de estimular e apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado e promover o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições estaduais de Ensino Superior.

2.1 Ações Desenvolvidas

2.1.1 Ciência e Tecnologia

Foram realizadas, as seguintes atividades:

- **Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia** - O Governo do Estado premia as mais significativas contribuições de pesquisadores para o desenvolvimento científico e tecnológico do Paraná. Em novembro, foi entregue ao professor Dr. Roberto Frenndrich, na área de Engenharia, e ao professor Dr. Adelar Bracht, na área de Ciências Biológicas, um prêmio líquido de R\$ 12.000,00 para cada um. Lançamento do 18.º Prêmio, contemplando as áreas de Ciências da Saúde e Ciências Exatas e da Terra.
- **Seminário Preparatório para a Conferência Estadual de Ciência e Tecnologia** - Realizado em novembro, com a participação de 180 pesquisadores, teve como objetivo gerar propostas para a Conferência Estadual de Ciência e Tecnologia, a ser realizada no primeiro trimestre de 2004.
- **Outros eventos** - Seminário Arranjos Produtivos Locais, Tecnópolis e Tecnocentros, com 130 participantes; Seminário Economia Solidária e Tecnologias Sociais, com 217 participantes; IV Seminário Paranaense em Gestão da Inovação Tecnológica, com 150 participantes; Seminário Cooperativismo Popular – uma Alternativa de Inclusão Social, Combate à Fome e Resgate da Cidadania, Trabalho e Renda, com 200 participantes; VII Workshop Paranaense de Empreendedorismo e I Seminário Paranaense de Incubadoras e Parques Tecnológicos, com 250 participantes; Seminário Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento do Paraná, com 100 participantes.

2.1.1.1 Paraná Tecnologia/Unidade Gestora do Fundo Paraná

O Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, criado em 1998, era o gestor executivo do Fundo Paraná e dos projetos estratégicos de governo, destinados ao fomento científico e tecnológico do Estado. Os recursos são constituídos, principalmente, por repasses do Tesouro do Estado, correspondendo a 2% da receita tributária. Desse montante, até 30% é destinado à Fundação Araucária para o fomento à pesquisa científica e para formação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado. Até 20% dos recursos do Fundo são aplicados no TECPAR, e até 50%, destinados ao Programa e a projetos estratégicos de desenvolvimento científico e tecnológico, com recursos orçamentários de R\$ 46,4 milhões.

O papel de gestão do Fundo, exercido pelo Paraná Tecnologia, foi transferido temporariamente para a estrutura organizacional básica da SETI, dentro da Unidade Gestora do Fundo, criada pelo Decreto n.º 1.952 de 24/10/2003. Encontra-se na Casa Civil uma proposta de projeto de lei a ser encaminhada à Assembléia Legislativa do Estado que extingue definitivamente o Paraná Tecnologia.

Acoplada à extinção do Paraná Tecnologia, está sendo elaborada uma proposta de nova forma de inserção do SIMEPAR na estrutura do Governo.

Os projetos prioritários foram financiados com recursos do Fundo Paraná no valor total de R\$ 32,3 milhões, distribuído conforme apresentado no quadro a seguir:

NÚMERO DE PROJETOS	ÁREA	R\$ (MILHÕES)
17	Reequipamento de hospitais universitários públicos	8,6
45	Tecnologias para a saúde	8,8
4	Estudos básicos	1,4
4	Agronegócios	2,1
4	Tecnologias sociais	1,8
2	Fomento à ciência e tecnologia	3,3
5	Outras áreas de interesse público	2,6
12	Piscicultura	3,7

Estão em fase de finalização e/ou decisão: 4 projetos em diversas áreas, no valor de R\$ 1,2 milhão; 2 termos de compromisso com a FINEP, no valor de R\$ 323 mil; e convênios vigentes no valor de R\$ 2,5 milhões.

2.1.1.2 Fundação Araucária

No exercício de 2003, a Fundação Araucária realizou as seguintes atividades:

Programas regulares

- a) Programa de Apoio à Pesquisa Básica e Aplicada - contratados 107 projetos de pesquisa, totalizando R\$ 2.038,4 mil;
- b) Programa de Disseminação Científica - auxílio a eventos e publicações científicas em apoio à realização de 41 publicações científicas, totalizando R\$ 432,0 mil;
- c) Programa de Apoio à Instalação de Recém-Doutores - apoiados 48 projetos de pesquisadores paranaenses, no valor de R\$ 599,9 mil para custeio e investimento;
- d) Programa de Apoio a Mestrados Interinstitucionais - apoiados 5 cursos no valor de R\$ 748,7 mil;
- e) Programa de Apoio à Organização de Eventos Técnico-Científicos e Culturais - apoiados 163 eventos promovidos por 42 instituições paranaenses, num total de R\$ 1.138,8 mil;
- f) Programa de Apoio à Participação em Eventos Técnico-Científicos e Culturais - apoiadas 388 participações em eventos nacionais e internacionais, totalizando R\$ 591,8 mil.

Chamadas públicas lançadas em parceria com o MCT e o CNPq

- a) Programa de Bolsas de Iniciação Científica Júnior - válido a partir de dezembro de 2003, para pagamento de 159 bolsas no valor de R\$ 80,00 mensais cada, com vigência de 12 meses, totalizando R\$ 152,6 mil, tendo sido selecionados 60 projetos.
- b) Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX) - serão aplicados R\$ 1.400 mil, sendo R\$ 700 mil do CNPq e R\$ 700 mil da Fundação Araucária. Foram protocoladas 29 propostas.
- c) Programa de Apoio à Infra-Estrutura de CT&I para Jovens Pesquisadores (recém-doutores) - por meio de convênio firmado entre o CNPq e a Fundação Araucária, será aplicado R\$ 1,3 milhão. Foram contabilizadas 465 propostas.

2.1.1.3 Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)

Os eixos estratégicos das atividades do TECPAR, em 2003, foram os seguintes: modernização tecnológica; integração com as instituições de Ensino Superior do Estado; articulação de núcleos internos de pesquisa e desenvolvimento; interiorização das ações; expansão dos serviços de extensão tecnológica prestados às pequenas e médias empresas paranaenses; diversificação da área de certificação; difusão de tecnologias sociais; adequação da infra-estrutura física; novos procedimentos administrativos; e adaptação à norma ISO 9001:2000.

O TECPAR é o maior produtor nacional de vacina anti-rábica canina, com produção anual de cerca de 30 milhões de doses da vacina de uso veterinário, distribuídas pelo Programa Nacional de Profilaxia da Raiva, do Ministério da Saúde. Sua produção, que atingiu cerca de 12 milhões de unidades, abrange também antígenos para o diagnóstico de zoonoses em bovinos, caprinos, suínos, ovinos, eqüinos e aves para o Ministério da Agricultura. Ainda em 2003, o TECPAR iniciou a fabricação de Anatoxina Tetânica Purificada, insumo a ser utilizado na elaboração da vacina quádrupla (Tríplice+Meningite B), que será produzida pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e passará a fazer parte do Programa Nacional de Imunização.

Foi iniciada a instalação de dois laboratórios de produção em escala-piloto de vacinas anti-rábicas (humana e animal) com base na tecnologia de cultivo celular, pioneira no país, desenvolvida no próprio Instituto.

As relações entre o TECPAR e a FIOCRUZ permitiram a consolidação do Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP), um centro de pesquisas e desenvolvimento instalado no Instituto que utiliza modernas técnicas de clonagem e expressão de genes com metodologias de DNA recombinantes. Implantado em 2003, é um dos mais modernos laboratórios de química fina do país – preparado para gerar novas tecnologias que permitam extrair, purificar e atribuir uma forma farmacêutica aos princípios ativos medicinais presentes nas diversas fontes naturais da biodiversidade brasileira. Além do aspecto extrativo para uso medicinal, será possível a produção de matéria-prima para a indústria alimentícia, cosmética e de padrões analíticos. O laboratório, que dispõe de um moderno sistema cromatográfico, possibilitará, também, o acompanhamento da qualidade de insumos agrícolas e produtos imunobiológicos, viabilizando o processo analítico e preparativo para a transformação do fio de seda em produtos protéicos de elevada pureza e com assegurado valor alimentício e cosmético.

A área de metrologia, por meio de seus laboratórios de calibração credenciados, atua como pólo de referência em calibrações de instrumentos de medições para todo o Paraná, contribuindo para o desenvolvimento tecnológico e suprimindo a crescente demanda em serviços dessa natureza. Em 2003, o processo de credenciamento dos seus laboratórios exigiu a transição do sistema de qualidade existente e a aquisição de padrões de referência e treinamento, visando estabelecer a competência técnica para assegurar a confiança dos serviços prestados. Atualmente, os certificados de calibração emitidos pelo TECPAR são aceitos na América do Norte, Europa e Ásia, facilitando as exportações e importações, contribuindo para diminuição das barreiras técnicas não tarifárias. Quatro projetos foram realizados com o apoio do Governo Federal, permitindo a consolidação do processo de credenciamento dos laboratórios na Rede Brasileira de Calibração (RBC) do Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO) e da atividade de calibração.

O segmento industrial do Paraná conta com o importante apoio do Departamento de Soluções Tecnológicas do TECPAR pela prestação de serviços tecnológicos, com ênfase nos ensaios e testes para a avaliação das propriedades físicas, químicas, microbiológicas e toxicológicas de materiais diversos. Os 11 laboratórios especializados (de metalmecânica, materiais metálicos, química industrial, química ambiental, alimentos, fertilizantes, resíduos de pesticidas, medicamentos, microbiologia, toxicologia, e agroindustrial de Maringá) existentes no TECPAR prestaram, até outubro de 2003, cerca de 8 mil serviços de análise.

Em parceria com o Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP/TECPAR), foi criado o Laboratório de Identificação Molecular, que possibilitou a capacitação dos seus técnicos e a adaptação dos laboratórios para a identificação molecular e detecção de organismos geneticamente modificados (OGM). Com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e o apoio financeiro da Finep, foi desenvolvido o Projeto Prumo, que disponibiliza unidades móveis e técnicos para atender tecnologicamente às empresas no seu próprio local, buscando aperfeiçoar seu processo e/ou produto para melhorar sua eficiência e competitividade. Foram atendidas 25 micro e pequenas empresas do setor de plásticos.

Como organismo de certificação credenciado pelo INMETRO desde 1997, o TECPAR presta os seguintes serviços: certificação de sistemas de gestão da qualidade, de gestão ambiental, de produtos industriais (fios e cabos elétricos, pneus remoldados, telecomunicações e frutas), avaliação da conformidade de cestas de alimentos e similares e qualificação de empresas construtoras. Além destes, novos programas de avaliação de

conformidade foram implantados: soja e farelo de soja não geneticamente modificados; carne bovina; manejo florestal; sistema de gestão de análise de perigos e pontos críticos de controle e segurança de alimentos (APPCC); produtos orgânicos; mecanismos de desenvolvimento limpo; gestão de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica. Foram emitidos 296 certificados – recorde de sua história nessa área.

O TECPAR investiu em dois novos laboratórios de inspeção veicular, visando à prestação de serviços em unidades de veículos pesados em Curitiba e Maringá, inspecionando 1.962 veículos.

Além dos serviços prestados a empresas públicas e privadas e à comunidade em geral nas áreas de inovação e informação tecnológica, com acesso a inúmeros bancos de dados eletrônicos nacionais e internacionais, bibliografia, videografia especializada, e de acervo atualizado de normas técnicas e regulamentos, o TECPAR passou a oferecer dois novos serviços de informação em rede que facilitarão o acesso à informação técnica.

O grande volume de informações disponíveis nas instituições de pesquisa que oferecem serviços de perguntas e respostas técnicas está sendo organizado e centralizado numa rede, ampliando, agilizando e melhorando o atendimento aos micro, pequenos e médios empresários pelo projeto de implantação do Serviço Brasileiro de Resposta Técnica, financiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Esse projeto, coordenado pelo TECPAR, começou a ser executado em 2003, visando facilitar o acesso das empresas às soluções tecnológicas, promover a difusão do conhecimento e facilitar processos de transferência de tecnologias. Encontra-se em desenvolvimento a implantação do Sistema de Informação em Tecnologia Industrial Básica (SISTIB), financiado pelo Fundo Verde e Amarelo.

Os empresários, principalmente os micros e pequenos, têm ainda à disposição um outro importante serviço de assistência tecnológica prestado pelo TECPAR. Trata-se do Programa de Apoio Tecnológico à Exportação (PROGEX), destinado às empresas que queiram se tornar exportadoras ou àquelas que já exportam e desejam melhorar seu desempenho nos mercados externos. Esse Programa é executado por meio de convênio com o Ministério da Ciência e Tecnologia. No terceiro ano de atividade, já está consolidado, com 26 empresas atendidas em 2002 e mais de 70 em 2003, representando um aumento de cerca de 63% no faturamento dessas empresas, com a superação das barreiras técnicas. De forma a interiorizar as ações do PROGEX, foram realizados três convênios com instituições tecnológicas localizadas em Pato Branco, Londrina e Maringá.

Em 2003, o TECPAR concentrou suas atividades de P&D em tecnologia da informação, com prioridade para o desenvolvimento tecnológico industrial, envolvendo Inteligência Artificial (IA), Engenharia e Gestão do Conhecimento, sistemas inteligentes para aplicações industriais e IA aplicada à Bioinformática, em dois eixos principais: na consolidação das atividades de desenvolvimento de sistemas inteligentes para aplicações industriais e na redefinição das atividades de pesquisa.

A parceria com a Petrobras foi intensificada, e a tecnologia inovadora na aplicação industrial de técnicas de engenharia do conhecimento – especialmente no monitoramento e controle de corrosão e deterioração de equipamentos nas plantas das unidades de trabalho da empresa – está sendo ampliada: há dois novos sistemas em desenvolvimento e quatro novos contratos em preparação.

Foram definidas três novas linhas de pesquisa e desenvolvimento de soluções tecnológicas tendo a Inteligência Artificial como elemento principal: Gestão do Conhecimento Corporativo, Bioinformática e Agricultura de Precisão.

O TECPAR implantou a Divisão de Tecnologias Sociais. Esse tipo de tecnologia se refere a processos, metodologias ou técnicas que, implantados em ambientes rurais ou urbanos, podem gerar transformações, trazendo benefícios para a coletividade e para o meio ambiente. Encontram-se em fase de execução dois projetos: o de Neociclagem, que, por um processo inédito, faz a reciclagem total de embalagens laminadas, normalmente não aproveitadas por terem materiais distintos agregados; e o de Biosistemas Integrados na Suinocultura, que, além de tratar os dejetos suínos, possibilitam a obtenção de produtos como biogás, biofertilizantes e produção de peixes em cativeiro associados ao cultivo de algas.

O Centro de Referência em Biocombustíveis (CERBIO/TECPAR) encontra-se em operação desde janeiro de 2003. Foi criado com os objetivos de promover a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico da produção e do uso de biocombustíveis; avaliar a viabilidade e competitividade técnica, econômica, social e ambiental; promover a divulgação de conhecimentos; e capacitar recursos humanos. O CERBIO, implantado no TECPAR por meio de convênio de cooperação entre a SETI e o MCT, é o principal executor do Programa Brasileiro de Desenvolvimento Tecnológico de Combustíveis Alternativos, o Probiodiesel, que reúne cerca de 30 instituições, entre institutos de pesquisa, universidades, empresas privadas e sindicatos.

O CERBIO/TECPAR vem executando estudos e testes de combustíveis alternativos e de fontes renováveis. Utiliza a tecnologia de produção de ésteres de óleo de soja, visando à sua mistura ao diesel, e possibilita o uso monitorado do MAD8, uma mistura de diesel, álcool e derivado do éster de óleo de soja em frotas de transporte metropolitano de Curitiba, além de mistura binária mais simples (biodiesel em diesel) em veículo de passeio cedido pela Audi/VW – UFPR. Um relatório completo da experiência MAD8 (2000-2001) foi entregue à Agência Nacional do Petróleo (ANP) em março de 2003. A partir de janeiro de 2004, o CERBIO/TECPAR acionará nova frota de veículos pesados a diesel, munidos de sistemas modernos de injeção e abastecidos com biodiesel a 2% e 5%, conforme autorização conjunta do MCT e do Ministério das Minas e Energia dada a apenas três estados da Federação.

Dentre as atividades executadas pelo CERBIO/TECPAR podem ser destacadas as seguintes:

- Realização do 1.º Seminário de Biodiesel do Estado do Paraná (em Londrina, nos dias 12 e 13 de agosto), com 25 conferências de todos grandes co-atores nacionais, e palestras de divulgação do programa paranaense e sobre biodiesel e inclusão social.
- Formulação do documento-base para a Governadoria do Estado editar o Decreto n.º 2.101/03 de criação do Programa Paranaense de Biodiesel (PR-Bioenergia).
- Estudo para a instalação de uma planta-piloto para produção de biodiesel paranaense como nova atividade industrial (em colaboração com o CREA-PR e COPEL).
- Adequação do laboratório do TECPAR para atender à demanda de serviços para qualificação de biodieseis. Além disso, encontra-se em andamento um acordo com a América Latina Logística (ALL) para utilização de trens movidos com biodiesel etílico de soja, fornecido pela ECOMAT-MT e repassado à ALL, em experimentação de campo sob supervisão do CERBIO/TECPAR.

Em 12 anos de existência, a Incubadora Tecnológica de Curitiba (INTEC) já graduou mais de 20 empresas, que lançaram cerca de 140 novos produtos no mercado. No primeiro semestre, as empresas residentes da Incubadora Tecnológica de Curitiba faturaram aproximadamente R\$ 400 mil. Em 2003, a Incubadora do TECPAR foi escolhida

como modelo para implantação de um projeto de desenvolvimento de parques tecnológicos na América do Sul. A iniciativa foi financiada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pretende estimular os empreendedores da Argentina e da Costa Rica, tendo por base a experiência paranaense. Passou por uma reestruturação administrativa, retomando os trabalhos nas áreas de *design*, comunicação e *marketing*, dando continuidade às tarefas essenciais de apoio às empresas residentes.

Desde agosto de 2002, funciona nas dependências do TECPAR a Agência Paranaense de Propriedade Industrial (APPI), que tem a finalidade de estimular o desenvolvimento da indústria local e incentivar os pesquisadores a registrarem suas idéias, descobertas e invenções. Em um ano de existência, a Agência, juntamente com outras instituições de ensino parceiras, foi responsável pela criação da Rede Paranaense de Propriedade Industrial, que, além de ser um instrumento para incentivar a proteção ao conhecimento, realizou seminários de sensibilização, convênios com instituições de ensino e pesquisa e desenvolveu programas para atração de empresários, disseminando a cultura de utilização de banco de dados de patentes e de realização de pesquisa de anterioridade.

Em 2003, o TECPAR avançou na interiorização de suas ações. Londrina terá uma unidade técnica do Instituto voltada para pesquisa e desenvolvimento e prestação de serviços técnicos especializados em alimentos funcionais, os chamados nutracêuticos, produtos que melhoram a qualidade de vida do consumidor. O protocolo de intenções entre o município de Londrina, a SETI, o TECPAR, a Companhia de Desenvolvimento de Londrina (CODEL), a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e a Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina (ADETEC) para implantação do laboratório nas dependências do Parque Tecnológico Regional de Londrina foi assinado em agosto. Estão em desenvolvimento ações semelhantes em Pato Branco e Maringá e no Parque Tecnológico de Itaipu.

2.1.2 Ensino Superior

Com o objetivo de cumprir a missão de definir, coordenar e executar as políticas e diretrizes do Ensino Superior, num processo de contínuo desenvolvimento em prol da sociedade paranaense, a Coordenadoria de Ensino Superior e as instituições estaduais de Ensino Superior desenvolveram, em 2003, as ações apresentadas a seguir.

2.1.2.1 Ações Centralizadas

Manutenção do Sistema de Educação Superior

- A Rede Estadual de Ensino Superior comporta, hoje, seis universidades, ofertando 17.523 vagas ao ano, em 252 cursos de graduação e 416 de pós-graduação (337 de especialização; 65 de mestrado; e 14 de doutorado). Nos cursos de graduação, o número de matriculados em 2002 foi de 71.621, e o de graduados, de 10.703. O número de matriculados nos cursos de pós-graduação foi de 13.209 alunos.
- O Sistema ainda mantém os três hospitais universitários em Londrina, Maringá e Cascavel.
- O custo da manutenção da Rede Estadual de Ensino Superior com recursos do Tesouro Estadual é de R\$ 405,2 milhões, sendo R\$ 375,4 milhões para pessoal, R\$ 27,2 milhões para outras despesas correntes e R\$ 2,6 milhões para investimentos.

Consolidação do Sistema Público de Ensino Superior

- Estudo visando à integração das 12 faculdades da UNESPAR às universidades consolidadas: integradas à Universidade Estadual de Londrina (UEL); à Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho (FAFIJA); à Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho (FAEFIJA); à Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro (FUNDINOPI); à Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio (FAFICP); à Fundação Faculdades Luiz Meneghel (FFALM); e à Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA); às integradas à Universidade Estadual de Maringá (UEM); à Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão; e à Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba (FAFIPA); às integradas à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); à Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP); à Faculdade de Artes do Paraná (FAP); à Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (FAFIUV); e à Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (FAFIPAR).

- Implantação da Rede Paranaense de Ensino e Pesquisa (RPR), sobre a rede de comunicação do Estado para servir de suporte às atividades de pesquisa e educação.
- Difusão de *software* livre, para que as universidades usem sua capacidade instalada para contribuir no desenvolvimento e na implantação de soluções utilizando *software* livre.
- Modernização das bibliotecas das instituições públicas de Ensino Superior do Paraná. Oferta, em 2003, do curso de Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações, com 51 participantes em 28 entidades. Apoio à atualização do acervo bibliográfico das IEES com destinação de R\$ 800 mil do Fundo Paraná.
- Reconhecimento e habilitação de 15 cursos nas universidades e faculdades estaduais.
- Estadualização da Escola Superior de Ciências Agrárias (ESCA), integrante da estrutura da UNICENTRO. São 488 alunos matriculados, sendo 302 no curso de Medicina Veterinária e 186 em Agronomia.
- Estadualização, em fase de consolidação, da Fundação Faculdades Luiz Meneghel (FFALM), estabelecida no município de Bandeirantes, passando a integrar a estrutura da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Até que se efetive a UNESPAR, foi firmado convênio entre esta e a Fundação Faculdades Luiz Meneghel no valor de R\$ 4.518,0 mil para manutenção da faculdade e melhoria da qualidade do ensino nos cinco cursos oferecidos, com 1.410 alunos matriculados. Na pós-graduação, mantém um curso de especialização com 28 alunos matriculados. Recursos Humanos: 95 professores e 72 técnicos-administrativos.
- Instituição de comissão de trabalho para efetuar estudos destinados à implantação da Universidade do Litoral, implementando ações como cursos de graduação, cursos técnicos e atividades de pesquisa e extensão, visando movimentar economicamente o litoral paranaense e melhorar a formação educacional e cultural da população litorânea. Pretende ofertar quatro cursos de graduação e quatro pós-médios com 480 vagas anuais, atendendo a um total de 1.560 alunos após a implementação de todos os cursos.

- Autorização para contratação temporária de 315 profissionais da área de saúde para os hospitais universitários (Regional do Norte e do Oeste do Paraná e de Maringá).
- Acordo internacional de cooperação técnico-científica das universidades públicas estaduais com a Universidade Nacional Misiones-Argentina, possibilitando intercâmbio da comunidade acadêmica.
- Operacionalização do processo de seleção do Convênio Paraná-Hyogo, visando à concessão de cinco bolsas de estudos anuais para alunos das universidades estaduais, Federal e CEFET.
- Concessão de bolsa-auxílio para estudantes indígenas regularmente matriculados em cursos de graduação nas universidades estaduais (foram concedidas 28 bolsas-auxílio, num montante de R\$ 87 mil).
- Definição, em conjunto com as universidades estaduais, de um novo modelo de alocação de recursos para custeio, com objetivo de garantir maior transparência e qualidade dos serviços prestados.
- Sistema Cooperativo de Informações de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior com participação das IEES e da UFPR, com objetivo de formar uma base de dados confiável para as atividades das universidades.
- Aproveitamento de vagas ociosas das universidades estaduais por meio de uma metodologia de identificação e experiência acumulada pelas IEES.
- Edição da Lei n.º 14.269, de 22/12/2003, que estabelece o quantitativo de cargos das carreiras do magistério e do pessoal técnico administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior, mediante a criação de 7.339 cargos de professor de ensino superior, 9.695 cargos de agentes universitários e transforma em cargos públicos os 430 empregos do Hospital Universitário do Oeste do Paraná.
- Projeto CENBAPAR, em conjunto com a UFPR/UNESCO, o CEFET/PR, o LACTEC e a Prefeitura de Pato Branco – a SETI implantou o Centro de Biotecnologia Agroindustrial do Paraná. O CENBAPAR é uma plataforma multi-propósito ou tecnológica de caráter semi-industrial. Dará suporte ao Mestrado em Agronomia e ao Mestrado Internacional em Processos Biotecnológicos do CEFET/PR, da UFPR e da UNESCO.

2.1.2.2 Ações Descentralizadas

Ensino

INSTITUIÇÃO	ALUNOS MATRICULADOS	CURSOS DE GRADUAÇÃO	CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO		
			Especialização	Mestrado	Doutorado
UEL	13.652	39	94	27	07
UEM	11.922	42	51	20	07
UEPG	11.172	29	22	09	-
UNICENTRO	7.229	31	39	04	-
UNIOESTE	9.710	33	36	04	-
FFCLCP	2.066	09	14	-	-
FAFIJA	1.812	06	13	-	-
FAFIPAR	1.849	06	09	-	-
FAFIUV	1.404	07	09	-	-
FAEFIJA	425	02	02	-	-
FUNDINOPI	350	01	-	01	-
FECEA	2.377	06	12	-	-
FECILCAM ⁽¹⁾	2.375	09	18	-	-
EMBAP	655	08	03	-	-
FAP	722	08	04	-	-
FAFIPA	2.491	11	02	-	-

(1) Colégio Agrícola com 36 alunos matriculados no Curso de Técnico em Agropecuária.

Recursos Humanos

INSTITUIÇÃO	SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	N.º DE PROFESSORES	FORMAÇÃO					
			G	E	M	D	PD	T
UEL	3.715	1.602	115	197	568	574	03	145
UEM	2.647	1.335	81	85	473	527	79	90
UEPG	931	766	54	113	278	197	-	124
UNICENTRO	264	530	34	133	207	67	-	89
UNIOESTE	457	1.090	71	218	462	184	09	146
FFCLCP	27	88	-	59	12	03	-	14
FAFIJA	19	44	01	29	09	05	-	-
FAFIPAR	25	58	05	41	08	01	-	03
FAFIUV	12	63	01	18	08	02	-	34
FAEFIJA	09	21	01	15	03	-	-	02
FUNDINOPI	10	30	07	06	03	-	01	13
FECEA	31	95	07	55	14	01	-	18
FECILCAM	42	104	08	34	34	06	-	22
EMBAP	11	106	30	40	25	09	-	02
FAP	20	93	05	56	28	04	-	-
FAFIPA	07	154	-	77	20	01	-	56

G = Graduados E = Especialistas M = Mestres D = Doutores PD = Pós-Doutores T = Temporários

Recursos Financeiros (repassados pelo Tesouro Estadual)

INSTITUIÇÃO	R\$ (MILHÕES)
UEL	141,6
UEM	110,7
UEPG	48,4
UNICENTRO	23,9
UNIOESTE	52,1
FFCLCP	2,4
FAFIJA	1,7
FAFIPAR	1,6
FAFIUV	1,7
FAEFIJA	0,8
FUNDINOPI	0,8
FECEA	2,2
FECILCAM	3,6
EMBAP	3,4
FAP	2,3
FAFIPA	3,1

Pesquisa e Extensão

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

- a) Pesquisa - em andamento, 713 projetos de pesquisa, assim distribuídos: 162 do Centro de Ciências Agrárias; 129 de Ciências Biológicas; 150 de Ciências Exatas; 74 de Letras e Ciências Humanas; 100 de Ciências da Saúde; 32 de Educação, Comunicação e Artes; 21 de Estudos Sociais Aplicados; 33 de Tecnologia e Urbanismo; e 12 de Educação Física e Desporto.
- b) Extensão - em andamento, 187 projetos com 555 docentes, 137 técnicos administrativos e 1.958 discentes envolvidos. A UEL realizou 207 eventos, com 37.410 participantes, e 174 cursos, com 7.937 participantes.

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

- a) Pesquisa - estão sendo realizadas 397 pesquisas em várias áreas.
- b) Extensão - foram concluídos 17 projetos (em 2002) e estão em andamento 141 (em 2003), dos quais 19 são de caráter permanente.

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

- a) Pesquisa - estão sendo desenvolvidos 191 projetos de pesquisa, abrangendo várias áreas do conhecimento, com recursos externos no valor de R\$ 460,9 mil.
- b) Extensão - foram desenvolvidos cursos, eventos e serviços extensionistas para atender às necessidades prioritárias das comunidades, interna e externa, dentro das seguintes áreas temáticas: comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, trabalho, envolvendo 106.888 pessoas.

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

- a) Pesquisa - estão sendo desenvolvidos 206 projetos de pesquisa, abrangendo todas as áreas de conhecimento, destacando-se 29 projetos de recém-doutores e 10 bolsas de conhecimento.
- b) Extensão - os programas de extensão somam 130, sendo 9 na área de cultura, 44 na área de educação e 65 abrangendo diversas áreas, envolvendo 32 professores, 65 voluntários e 3.000 alunos.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

- a) Pesquisa - concluídos 226 projetos de pesquisa e 556 estão em andamento.
- b) Extensão - estão registradas 210 atividades de extensão; destas, 128 são projetos, 17 programas, 34 cursos, 14 eventos, 14 prestações de serviços e 3 produções e publicações.

Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio (FFCLCP)

Foram realizados 45 eventos, sendo 11 palestras, 4 viagens de estudos, 8 semanas de extensão universitária, 9 projetos e 13 eventos diversos.

Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho (FAFIJA)

- Foram realizados 10 eventos, entre eles a Faculdade Aberta à 3.^a Idade, totalizando a participação de 3.178 pessoas.

Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (FAFIPAR)

- Promoveu 11 eventos, dos quais participaram 440 pessoas.

Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (FAFIUV)

- O Programa Alfabetização Solidária é executado em conjunto com o Ministério da Educação e Desporto (MEC), universidades, empresas e prefeituras, tendo sido atendidos 2.800 alunos. Foram realizados 8 eventos, com participação de 3.178 pessoas.

Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho (FAEFIJA)

- Realizados 979 atendimentos médico-fisioterápicos.

Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Apucarana (FECEA)

- Realizados 11 eventos, com participação de 2.800 pessoas.

Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM)

- a) Pesquisa - estão em andamento 29 projetos. Na pós-graduação, mantém 18 cursos de especialização, com 520 alunos matriculados.
- b) Extensão - a) Estação Climatológica Principal de Campo Mourão, com 24 mil pessoas atendidas; b) Estação Ecológica do Cerrado, com duas mil pessoas atendidas; c) Núcleo de Psicologia Aplicada em Convênio com o Detran - com 13.500 pessoas atendidas; d) Projeto Pró-Egresso, com 300 pessoas atendidas; e) Alfabetização Solidária, em parceria com o Programa Comunidade Solidária, com a participação de 530 pessoas; f) Universidade Solidária em Arraial-PI, com a participação de 5 mil pessoas; g) Semanas dos Cursos (Geog. Admin. Contab. Letras, Pedagogia, Econ), com 2.300 pessoas; h) Curso Normal, Superior com Mídias Interativas teve a participação de 85 alunos; i) Dois cursos na área de Matemática, com 30 horas cada, com a participação de 32 alunos; j) Fecilcam Solidária - cursos à comunidade de Campo Mourão, Peabiru e Ubitatã, com 145 alunos; l) Universidade Aberta da 3.^a Idade, com a participação de 30 alunos; m) IV Semana de Iniciação Científica, que acontecerá com 2.240 alunos.

Faculdade de Artes do Paraná (FAP)

- Quatorze pesquisas realizadas.

Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba (FAFIPA)

- Foram realizados 14 seminários, 31 eventos diversos e 2 projetos de pesquisa.

2.1.2.3 Ações de destaque

- **Universidade Estadual de Maringá (UEM)** - realizados 96.323 exames laboratoriais; 36.954 atendimentos na unidade de Psicologia Aplicada; 20.049 procedimentos em Clínica Odontológica; 7.498 atendimentos novos de serviço de assistência judiciária, área cível e criminal; 101.170 exames laboratoriais radiológicos, eletro e outros, com realização de mais de 82.860. Somente no primeiro semestre de 2003, foram realizados 45.858 atendimentos no Pronto Atendimento Médico e 10.720 atendimentos ambulatoriais no Hospital Universitário, 1.078 cirurgias e 1.732 internações.
- **Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)** - na área de saúde, foram atendidas 24.648 pessoas nas áreas odontológica, médica, farmacêutica e de análises clínicas.
 - Na área social e de assistência jurídica, foram atendidas 4.985 pessoas.
 - Na área de ensino, oferece o curso de graduação semipresencial em parceria com a Fundação Educacional Universidade Eletrônica do Brasil, atendendo a 22 municípios, com 1.650 alunos. Mantém também os cursos seqüenciais com 919 alunos, sendo 65 em modalidade presencial e 854 em semipresencial. No Ensino Médio, mantém o Colégio Agrícola Estadual Augusto Ribas, com 221 alunos; o Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, com 630 alunos; e o Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos, com 961 alunos.
- **Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)** - Festival Internacional da Arte Folclórica; Festival de Teatro Amador do Centro-Oeste, Mostra de Artes Plásticas, O Fabuloso Mundo da Literatura e Festival de Danças de Guarapuava. Nas atividades com comunidades de outras regiões do país, foram realizadas as seguintes atividades:

prossequimento ao Programa de Alfabetização Solidária, que contou com participação de professores da UNICENTRO e de pessoas da Região Norte do Brasil.

- Na prestação de serviços à comunidade, as principais realizações foram: atendimento pelo programa Pró-Egresso a 5.500 pessoas; e atendimento a 36 mil pessoas pelo Programa de Renovação e Habilitação de CNH em convênio com o DETRAN-PR.
- Na graduação, foram implantados os cursos de Psicologia, Farmácia, Turismo e Engenharia Ambiental e, ainda, o curso de Ciências Contábeis e Pedagogia em regime de extensão no município de Chopinzinho, totalizando 140 novas vagas ofertadas.
- **Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)** - títulos: Seminário de Extensão da Unioeste; Projeto de Implantação de Grupos de Teatro nos *campi* da UNIOESTE; Programa de Ensino de Línguas; Programa de Gestão Ambiental; Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais; Universidade Aberta à Terceira Idade; Atendimento Fisioterapêutico pelo Método de Equoterapia; Um por Todos e Todos pela Saúde; Produção e Difusão de Conhecimento em Agricultura Sustentável; Projeto Vila no Bairro e Vida na Roça.
 - Na prestação de serviços, a Clínica Odontológica atendeu a 25.600 pacientes; e no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, foram efetuados 10.139 internamentos, 32.634 pronto-atendimentos e 85.140 exames laboratoriais.
- **Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro de Jacarezinho** - o Núcleo de Prática Jurídica atendeu à população carente da região, tendo ajuizado em torno de 600 demandas.

3 Secretaria de Estado da Cultura

A Secretaria de Estado da Cultura (SEEC), no cumprimento de suas diretrizes de valorização da identidade paranaense, de estímulo à produção artística, de inserção cultural dos excluídos, de integração regional com o Codesul e com o Mercosul, e de estabelecimento de parcerias com a sociedade civil e com outros órgãos do Governo, implementou as ações apresentadas a seguir.

3.1 Ações Desenvolvidas

3.1.1 Paraná da Gente

Este Programa busca a valorização da cultura paranaense, passando pela realização de um grande inventário, amplo na temática e na abrangência geográfica, do patrimônio cultural paranaense (arqueológico, histórico, artístico, natural e imaterial), o qual começa a ser concretizado com a participação ativa dos municípios e comunidades de todo o Paraná. Sua implementação iniciou-se com um seminário de apresentação da proposta aos representantes de municípios e que envolveu a distribuição de formulários para levantamento e registro dos equipamentos culturais e manifestações artístico-culturais paranaenses. Está em andamento uma parceria com o IPARDES e com a Fundação SEADE-SP, para a apropriação de dados quantitativos da capacidade instalada do aparato de cultura, que gerará, como um de seus subprodutos, melhor conhecimento sistemático da chamada 'economia da cultura', além de uma agenda cultural pública para o Paraná.

3.1.2 Paraná Fazendo Arte

Projeto de valorização da produção artística paranaense, nas suas diferentes categorias, visando à ampliação do mercado de trabalho na área cultural e profissionalização dos seus agentes. Na sua execução, a SEEC ofereceu aos municípios, com artistas locais e regionais, oficinas culturais, apresentações de espetáculos artísticos, seminários, palestras, concursos e exposições itinerantes. Foram realizadas três edições do Projeto, nas regiões do Litoral, Pitanga e Assis Chateaubriand.

3.1.3 Arte Faz Escola

Projeto em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, que promove a visita de estudantes da rede pública estadual aos espaços culturais mantidos pela SEEC e que proporciona apresentações de espetáculos artísticos e oficinas de arte-educação nos estabelecimentos de ensino, contribuindo, especialmente, para o desenvolvimento de habilidades e a formação de público cultural. Foram realizadas diversas promoções e o projeto será ampliado, nos próximos três anos, estendendo sua atuação a todas as cidades paranaenses.

3.1.4 Cultura em Movimento

Projeto que patrocina a circulação e o intercâmbio de espetáculos de grupos artísticos regionais e/ou locais entre as regiões do Paraná. Grupos e artistas das áreas de teatro, de dança, música e folclore são indicados pelas Regionais de Cultura para se apresentarem em outra região, em apresentações simultâneas. Essas apresentações em rede estabelecem um verdadeiro movimento cultural. Sua primeira edição se realizou em dezembro, como parte das comemorações aos 150 Anos de Emancipação Política do Paraná.

3.1.5 150 anos de Emancipação Política do Paraná

Esse momento histórico foi comemorado com a apresentação das Orquestras Sinfônicas do Paraná e da Universidade de Londrina. Além disso, o órgão promoveu, em parceria com nossas universidades estaduais, bem como com outras instituições de Ensino Superior e de fomento à cultura, uma série de simpósios sob o título Terra, Cultura e Poder: Arqueologia de um Estado. Foram impressos 5.000 livros com documentos sobre a História do Paraná para distribuição às bibliotecas públicas do Estado.

3.1.6 Curso Revitalizando os Museus

A Coordenação do Sistema Estadual de Museus (COSEM) realizou oito módulos de formação profissional para servidores públicos municipais da área cultural, sob o título Curso de Museologia, com a participação de mais de 350 pessoas, estando habilitadas a aplicar técnicas de restauro, conservação e montagem de exposições nos espaços culturais onde atuam.

3.1.7 Salões de Arte

Na área de artes plásticas, a SEEC promoveu os Salões de Arte de Paranaguá, Cascavel e São José dos Pinhais. Em Curitiba, promoveu a 60.^a edição do Salão Paranaense e, ainda, a Mostra João Turin de Arte Tridimensional, que ampliou sua atuação para os países do Mercosul. Ainda nessa área foram realizadas exposições, palestras e eventos, dentro e fora do Estado; mantidas e ampliadas as oficinas de arte nos espaços culturais mantidos pela SEEC, de forma a estimular a produção e promover a disseminação da arte paranaense.

3.1.8 Museu Paranaense

Depois da conclusão das reformas e adaptações da nova sede, de modo a possibilitar a conclusão da mudança e instalação de seu rico acervo, o Museu foi reaberto ao público com uma nova proposta museológica, tornando-se um dos espaços culturais mais ativos da SEEC, com grande afluxo de visitantes.

3.1.9 Conta Cultura

A partir do segundo semestre, foi reestruturado o Programa Conta Cultura, pelo qual a SEEC articula as parcerias entre produtores culturais e empresas que, pela via da renúncia fiscal, patrocinam projetos culturais; por esse caminho, foi viabilizada a concretização de 23 projetos nas áreas de audiovisual, artes plásticas, artes cênicas, música, humanidades e patrimônio cultural.

3.1.10 Expansão da Área de Atuação e Parceria da SEEC

A SEEC procurou reforçar o papel das 14 Regionais de Cultura, instâncias de representação eleitas pelos respectivos municípios, apoiando suas iniciativas e propondo a realização conjunta de projetos, nas diversas áreas da cultura. Nesta linha, a Secretaria promoveu o Encontro Estadual de Secretários e Dirigentes Municipais de Cultura e participou de inúmeras reuniões regionais. Em relação ao Mercosul, participou de

negociações para promoção de intercâmbio na produção artística e no conhecimento histórico-cultural. Participou ativamente da criação do Codesul Cultural, bem como do I Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Cultura, na cidade de Foz do Iguaçu. Ao mesmo tempo, estabeleceu importantes parcerias com empresas e entidades da sociedade civil e de outros órgãos do Governo, em todas as esferas.

3.1.11 Biblioteca Pública do Paraná (BPP)

A Biblioteca Pública do Paraná é uma das mais freqüentadas do país, com cerca de 3.000 pessoas/dia, entre adultos e crianças, realizando em média 2.000 empréstimos diariamente. Tem 260.628 usuários inscritos e um acervo com 193.395 títulos de livros e 492.437 volumes, aproximadamente. Além disso, conta com um quadro efetivo de 119 funcionários, 72 estagiários e 64 voluntários.

3.1.11.1 Consulta ao acervo

Em 2003, com relação a consultas ao acervo da BPP, apresentaram-se os seguintes resultados:

- Divisão de Obras Gerais: 850.000 consultas de volumes de livros;
- Divisão de Documentação Paranaense: 22.000 livros consultados; 246.550 exemplares e periódicos; 9.543 pastas de recortes; 5.287 rolos de microfilmes;
- 103.100 consultas a periódicos nacionais e estrangeiros;
- Divisão de Multimeios: 4.403 usuários; 4.402 consultas; 1.235 empréstimos.

O acervo da Biblioteca Pública do Paraná foi enriquecido com a doação de 23.869 exemplares de livros e 7.730 fascículos de periódicos.

Pela política de preservação do acervo, cerca de 3.461 volumes de livros em brochura foram consertados, 282 encadernados com capa dura e 94.308 páginas microfilmadas. Também foram depositados, na Divisão de Documentação Paranaense, 630 títulos (1.562 volumes) de obras de autores paranaenses ou sobre o Estado do Paraná.

A informatização do acervo da Biblioteca Pública do Paraná está em curso, com 155.147 títulos já cadastrados.

No atendimento aos municípios, as bibliotecas públicas municipais cadastradas no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas foram atendidas com repasse de 5.291 livros novos, 3.353 livros usados, 3.306 periódicos. Foram promovidos diversos encontros, totalizando 117 participantes, e ministrados dois cursos de preservação e conservação de material bibliográfico, com 85 participantes. Houve treinamentos da Base de Dados SEIBIB, bem como assessoramento às bibliotecas públicas.

Para prestar atendimento a pessoas portadoras de deficiência visual, foram gravadas 3.130 fitas com 402 títulos de livros falados, datilografadas ou impressas em braile, e 1.310 páginas de livros.

Com relação aos direitos autorais, a Biblioteca Pública do Paraná encaminhou 1.450 obras à Biblioteca Nacional para a obtenção dos direitos autorais.

Na área de difusão cultural, foram realizadas atividades culturais dirigidas ao público adulto e infantil. Para os adultos foram realizadas: exposições de filmes (159 sessões); 21 cursos e/ou oficinas (74 sessões); 13 encontros/seminários; 66 palestras; 24 lançamentos de livros; 39 exposições; 9 apresentações musicais; mural livre (239 trabalhos); outros (19 premiações, recitais e eventos), totalizando 11.129 participantes.

Tendo como tema Meu Livro Preferido, a Seção Infantil promoveu o IX Concurso Infante-Juvenil de Redação, com o objetivo de promover a leitura e valorizar a criação literária na criança.

Merecem ser destacados os seguintes projetos:

- **Oficina da Palavra Sarah Sal** - Descubra o Escritor Que Há em Você; Oficina Permanente de Poesia; 20 Anos de Redemocratização; 90 Anos de Vinícius de Moraes; Programa de Intercâmbio Cultural entre o Mercosul e os Países Hispano-Americanos; Tribunal Interamericano Universitário de Direitos Humanos; mostra cinematográfica Olhares Sobre a Natureza (Frederico Fullgraf); A Fotografia de Dawn Derrick - Reflexos e Expressão Pessoal.
- **Acervo Documental Paranaense** - Registrou-se relevante contribuição do acervo documental paranaense no desenvolvimento de pesquisas, tendo como meta a execução de projetos alusivos às comemorações do Sesquicentenário da Emancipação Política do Estado do Paraná. Este acervo foi também valorizado durante a participação no Simpósio de Cultura Paranaense realizado em Guarapuava.

- **Biblioteca Viva – O Paraná do Conhecimento** - Para implementar este Programa, a Biblioteca Pública do Paraná lançou, em outubro, as seguintes ações: construção de 50 bibliotecas públicas no Interior; abertura do telecentro PARANAVEGAR (7.000 pessoas já utilizaram os serviços); projeto Corredor de Idéias (intercâmbio entre nossos autores e os de outros estados); doação da BrasilTelecom de 20.000 livros a quatro cidades do Paraná; doação da Fundação Orsa de livros sobre os direitos da criança a cada uma das 350 bibliotecas municipais do Paraná e o lançamento do Jornal da Biblioteca, com tiragem inicial de 9.000 exemplares.

3.1.12 Paraná Educativa – Televisão

Pelo Satélite B-1 a TV transmite, por antenas parabólicas, para toda a América Latina. Só no Brasil essas antenas superam a casa dos 12 milhões de receptores. Providências já foram tomadas para a mudança do sinal digital para o Satélite B-1. Dessa forma, estaremos atingindo as retransmissoras de todo o Brasil.

No Paraná, a rede estadual é composta por 24 estações retransmissoras e afiliadas, servidas pelo Satélite B-3, acesso digital. Novas estações estão sendo instaladas em Ponta Grossa, Matinhos, Litoral, Lapa, Castro e Cornélio Procópio.

Aberto processo licitatório para aquisição de equipamentos para a Rádio e a Televisão Educativa do Paraná, com recursos do BID, no valor aproximado de R\$ 45 milhões, cuja licitação está dividida em três processos: concorrência internacional, tomada de preços nacional e processo de integração, que encontra-se em fase de habilitação dos participantes.

A programação é de 14 horas diárias de produção local, incluindo reprise noturna, e 8 horas e meia diárias, incluindo programação infantil 24 horas no ar. Programas no ar: seis diários, nove interprogramas diários rotativos e seis semanais.

Nas transmissões e gerações ao vivo, foram 117 eventos, incluindo duas coberturas presidenciais para a RADIOBRÁS. Entre janeiro e novembro foram realizadas 2.530 captações externas.

Convênio BID/SEDU/PARANÁCIDADE/RTVE no valor de R\$ 350 mil para reparos emergenciais no prédio e desconstrução de armação de ferro. Recuperação do ar condicionado; finalização de três novos estúdios de jornalismo; recuperação dos sistemas

de geração de energia e combate a incêndio; criação da fitoteca, com acervo sistematizado e informatizado, com 5.000 fitas.

Na Rádio AM 630 KHZ, houve mudança total de forma e conteúdo, com implantação de 15 novos programas; ampliação para 24 horas diárias de transmissão, 17 delas, ao vivo; utilização dos intervalos para difusão das ações do Governo na comunidade; revisão de equipamentos; reforma dos abrigos das transmissões; troca das radiais e novo aterramento. A Paraná Educativa AM transmite, hoje, 65% de informações e 35% de música.

Na Rádio FM 97.1 KHZ também houve mudança de forma e conteúdo, tais como entrevistas, debates, boletins e serviços de utilidade pública. Foram criados 17 novos programas. Inclusão do sinal da emissora no Satélite B-1. Comunicação em HT 24 horas no ar, 12 horas ao vivo, de segunda-feira a sábado.

3.1.13 Teatro Guaira

O Centro Cultural Teatro Guaira (CCTG) desenvolveu atividades integrantes do Programa Revitalização da Estrutura Física, Ampliação/Qualificação de Recursos Humanos, Manutenção/Otimização das Atividades, resultando em torno de 300 apresentações de seus corpos estáveis e da programação do Festival Espetacular de Bonecos, atingindo um público de aproximadamente 180.000 pessoas. Foi apresentada uma Mostra Internacional de Teatro, com cinco companhias, sendo três delas do Mercosul.

Considerando-se as produções independentes, o Teatro Guaira atingiu um público total de 482.000 pessoas. Com relação à itinerância de grupos, o CCTG estadualizou essa atividade, apoiando companhias da capital e do interior, que apresentaram espetáculos em 30 municípios, incluindo alguns da RMC e bairros de Curitiba, utilizando os ônibus da Paranaização. Apoiou também a participação de companhias curitibanas em festivais no Rio de Janeiro e na Argentina. Os corpos estáveis, por sua vez, se apresentaram em diversas cidades do Paraná, em quatro estados brasileiros e na Argentina.

Ainda dentro desse Programa, foram realizadas obras emergenciais na sede e na Escola de Dança, revitalizando e restaurando externamente a sede principal com iluminação arquitetural, dentro das comemorações dos 50 anos da sua inauguração simbólica. Também como parte das festividades, montou-se a exposição Memória e História dos 50 anos da fundação, a qual ficou em visitaçao por mais de dois meses.

No Programa Integração Cultural com o Mercosul, desenvolveu-se pontualmente com a co-produção e curadoria brasileira do 1.º Festival da Tríplice Fronteira, realizado em Puerto Iguazú – Argentina. Outras ações foram desenvolvidas com a participação no Festival Internacional de Buenos Aires, no Projeto Magdalena Latina e no Encontro Mercosul Cultural (em Assunção). Vários contatos foram realizados, com apresentação do Programa e do Projeto dos Corredores Geográfico-Culturais do Mercosul, Chile e Bolívia, em interação com a Rede Cultural do Mercosul.

O Programa de Paranização lançou o Caderno n.º 1 para 110 municípios. Foram enviados exemplares a todos os prefeitos do Estado e apresentado na Assembléia Legislativa do Estado e na Câmara Municipal de Londrina. A meta para 2003 foi atingida com 20 células ativadoras e aproximadamente 60 células ativadas. O Projeto-Piloto Granada mantém 16 agentes em processo de trabalho.

Linha de Ação 2

Infra-Estrutura e Meio Ambiente



Linha de Ação 2

Infra-Estrutura e Meio Ambiente

Esta linha de ação envolve a infra-estrutura de transporte, de energia, de telecomunicações, o crédito e a preservação do meio ambiente. Vantagens de custo de mão-de-obra não qualificada oferecem apenas vantagens transitórias para a economia, muitas vezes em setores nos quais a demanda internacional não mostra um dinamismo elevado. Isto tende a gerar desequilíbrios externos recorrentes, que freiam o crescimento econômico. O desenvolvimento paranaense depende da criação de maiores vínculos entre os centros de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e o setor produtivo, da expansão da infra-estrutura portuária, da melhoria do sistema rodoviário do Estado e do acesso de empresas locais ao crédito de longo prazo. Quando mencionamos o desenvolvimento sustentado como eixo da atuação do governo não se pode deixar de reconhecer a importância de uma política de meio-ambiente. Entende-se como meio ambiente a fonte de recursos naturais, o esgoto dos resíduos econômicos e o suporte essencial para a vida no planeta. Assim, uma reorientação do crescimento econômico em direção a uma estratégia mais amigável no que concerne ao meio ambiente é necessária, sob pena de o crescimento futuro ser prejudicado.

4 Secretaria de Estado dos Transportes

4.1 Infra-Estrutura de Transportes

No ano de 2003, a Secretaria de Estado dos Transportes (SETR) desenvolveu suas ações com o objetivo de garantir condições competitivas para escoamento da produção paranaense e reduzir os custos logísticos de transporte.

O Governo priorizou sua atuação na ampliação e recuperação da infra-estrutura de transporte nos setores rodoviário e portuário. Também atuou no planejamento e na manutenção da infra-estrutura de aeroportos, portos e transporte hidroviário.

4.2 Ações Desenvolvidas

4.2.1 Planejamento e Coordenação das Ações de Transportes

A SETR, em conjunto com o Ministério dos Transportes, realizou estudos para a atualização do Plano Diretor de Transportes do Paraná. Esse plano tem como objetivo definir a malha integrada do Estado do Paraná, os principais corredores de transporte e a proposição de investimentos priorizados que subsidiem a elaboração dos Planos Plurianuais (PPAs), e Leis Orçamentárias Anuais (LOAs), da União e do Estado.

Foram atualizadas as informações do Sistema Rodoviário Estadual, caracterizando a malha rodoviária do Estado, constituída pelas rodovias estaduais, estaduais transitórias e acessos estaduais, além das rodovias federais e municipais, possibilitando a composição de dados organizacionais, de planejamento, de execução e de estatísticas relativas à malha viária.

Além disso, atuou constantemente junto ao Governo Federal, com o objetivo de liberar recursos do orçamento federal destinados à área de transportes para serem aplicados em obras da União no Estado do Paraná.

4.2.2 Infra-Estrutura Rodoviária

O Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), autarquia vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes, tem como missão garantir a movimentação adequada de pessoas e bens no sistema rodoviário estadual.

Em janeiro de 2003, 39% da malha rodoviária estadual estava em condição ruim ou péssima. Para reverter essa situação e com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e a recuperação das rodovias do Estado na busca de melhores condições de transporte e segurança, foram investidos R\$ 164,20 milhões, distribuídos conforme apresentado no quadro a seguir.

ATIVIDADES	R\$ (MILHÕES)	PERCENTUAL
Construção de rodovias	31,8	19,37
Conservação de rodovias	63,5	38,67
Concessão e terceirização	11,0	6,70
Administração geral	57,9	35,26

4.2.2.1 Programa de Concessões

Este programa é composto pelos seguintes sistemas: Rodovias Concessionadas; Travessia da Baía de Guaratuba; Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros.

Rodovias Concessionadas

O Programa de Concessões de Rodovias, implementado em novembro de 1997 com a outorga de concessão à iniciativa privada para a exploração de rodovias, mediante a cobrança de pedágio, apresentou-se em 2003 como um problema para a competitividade da economia do Estado. Os preços praticados estão acima do que seria necessário para garantir o conjunto das ações previstas nos contratos.

Travessia da Baía de Guaratuba

O transporte coletivo aquaviário de veículos e passageiros na travessia da Baía de Guaratuba foi concedido à iniciativa privada, que vem operando o Sistema desde outubro de 1996, com a utilização de balsas rebocadas e *ferry boat*.

Durante o ano de 2003 foram transportados aproximadamente 925.000 veículos, sendo 735.011 automóveis, 47.989 ônibus, 83.761 caminhões e 58.521 motocicletas.

Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros

O transporte coletivo intermunicipal de passageiros, incluindo os sistemas rodoviário e metropolitano do Interior, é operado por 47 empresas concessionárias.

Em 2003, o sistema rodoviário percorreu 106.664.350 km, transportando 31 milhões de passageiros por meio de 617 linhas e frota de 1.936 veículos. O sistema metropolitano do Interior percorreu 20.463.580 km, transportou 33 milhões de passageiros, utilizando 97 linhas e uma frota de 331 veículos.

4.2.2.2 Pedágio por Administração Direta

Ponte Ayrton Senna

A ponte Ayrton Senna faz a transposição do Rio Paraná, ligando o município de Guaíra (PR) ao município de Mundo Novo (MS), perfazendo um total de 3.598,60 m de extensão, sendo um prolongamento da rodovia BR 163.

É a maior ponte rodoviária fluvial do país e tem sua manutenção garantida com recursos financeiros oriundos de cobrança de pedágio. Compete ao DER a administração do tráfego e a administração dos recursos arrecadados. A empresa operadora das guaritas tem como atribuição apenas a cobrança do pedágio.

No ano de 2003, trafegaram pela ponte 1.009.788 veículos, sendo 11.569 motos, 353.169 veículos leves, 89.853 veículos médios, 206.766 veículos pesados e 348.431 veículos isentos de tarifas (não categorizados).

4.2.2.3 Construção de Rodovias

Pelo Programa de Construção de Obras Rodoviárias, o DER/PR realiza a ampliação do sistema rodoviário do Estado do Paraná, executando os serviços de terraplenagem e pavimentação.

Foram concluídos 19,52 km de pavimentação asfáltica e 394,5 m de obras de arte especiais, permanecendo em andamento a execução de 77,8 km de obras de terraplenagem e pavimentação.

Principais obras concluídas

- PR 151: Pavimentação Carlópolis – São Sebastião
- PR 323: Alargamento da ponte sobre o Rio Ivaí, entre Doutor Camargo e Terra Boa
- PR 466: Interseção – acesso à Cidade de Marumbi

Principais obras em andamento

- Pavimentação de Porto Figueira (PR 489) a Porto Camargo (BR 487)
- PR 092: Pavimentação de Rio Branco do Sul a Cerro Azul

4.2.2.4 Conservação de Rodovias

As ações de conservação rodoviária, desenvolvidas pelo DER/PR, têm o objetivo de preservar as rodovias em perfeito estado de funcionamento, assegurando trafegabilidade, economia, segurança ao transporte de bens e de pessoas e promovendo as integrações regionais.

As operações rotineiras, periódicas e emergenciais de conservação rodoviária têm caráter permanente e são iniciadas quando da liberação ao tráfego de uma nova rodovia e aplicadas continuamente, garantindo a estabilidade dos elementos componentes da faixa de domínio.

Principais obras e serviços concluídos:

- 80 km de selagem com lama asfáltica e reperfilamento
- 7.000 km de rodovias com serviços de tapa-buracos
- 320 km de sinalização rodoviária
- 112 m de recuperações de obras de arte especiais (pontes, viadutos)
- 489 km de adequação de estradas com cascalhamento
- 11.816 km de conservação rotineira da malha
- 2 km de melhoria em pontos críticos

- 30 m de recuperação da ponte sobre o Rio das Antas I - PR 082 (Rosário do Ivaí)
- 30 m de recuperação da ponte sobre o Rio das Antas II - PR 535 (Rio Branco do Ivaí)

Principais obras e serviços em andamento:

Serviços de restauração de rodovias

- BR 277: Vila Matinhos – Guairacá – São Francisco
- BR 487: Rio Ivaí – Três Bicos
- PR 441 e PR 239: Porteira Grande (BR 376 em Tibagi) – Reserva – Três Bicos (Cândido de Abreu)

Serviços com lama asfáltica

- Rio do Raso: entroncamento PR 180 (Francisco Beltrão)
- PR 466: Porto Ubá ao entroncamento acesso a Ivaiporã
- PR 566: Santo Antônio do Caiuá – São João do Caiuá

Serviços de reperfilagem com CBUQ/PMF

- PRT 158: Vitorino – São Lourenço
- PR 493: Itapejara do Oeste – Verê
- PR 493: Verê ao entroncamento PR 281
- PR 281: entroncamento BR 373 - Mangueirinha
- PR 562: Coronel Vivida - Vista Alegre
- PR 525: entroncamento BR 369 - Nova América da Colina

Serviços de recuperação de pontes e viadutos

- Ponte sobre o Rio Iapó - PR 090 (Castro)

Serviços de adequação com cascalhamento

- PR 531: entroncamento BR 153 (Ibaiti) ao entroncamento PR 090
- PR 553: entroncamento PRT 158 ao entroncamento PR 471 (Mamborê)
- PR 462: Água Quente - Água Fria
- PR 462: Paraíso do Sul - Água Quente

- PR 180: Porto Euclides da Cunha - Terra Rica
- PR 180: Cascavel - Central Santa Cruz
- PR 471: Três Barras do Paraná - Rio Iguaçu
- PR 459: entroncamento PR 449 (São Pedro) - Clevelândia

4.2.2.5 Fomento Rodoviário aos Municípios

Por meio do Departamento de Fomento Rodoviário aos Municípios (DFRM), a SETR realizou programas de apoio aos municípios, visando à melhoria de suas malhas viárias.

Recuperação e manutenção da Malha Viária Municipal:

- Iniciado o Programa Caminhos da Roça, que visa atuar em parceria com os municípios na execução de ações de melhoria e conservação da rede rodoviária municipal para garantir o escoamento da produção e o acesso da população rural à sede dos municípios, onde estão centralizados serviços públicos como saúde, educação e o comércio local.
- Foram firmados 71 convênios para pavimentação poliédrica de estradas municipais, com investimentos no valor de R\$ 20,16 milhões, sendo R\$ 3,48 milhões no orçamento de 2003 e R\$ 16,68 milhões no de 2004.
- Foram efetuados, nesse ano, pagamentos de R\$ 405,63 mil, referentes a oito convênios com municípios para recuperação e manutenção da malha viária, firmados em 2001 e 2002 e que estavam pendentes de solução.
- Foram atendidos 40 municípios com empréstimos de equipamentos rodoviários para utilização na melhoria dos acessos às comunidades rurais.
- Apoio para construção de pontes - Auxílio aos municípios com apoio técnico, fornecimento de vigas, lajotas e guarda-rodas em pontes. Foram investidos pelo Estado R\$ 251,75 mil para atendimento de sete municípios

4.2.3 Infra-Estrutura Hidroviária

Concluídos os serviços de cadastramento das 64 travessias por balsas no Estado, sendo 41 operadas pelas prefeituras e 23 operadas por particulares. O cadastramento teve como objetivo conhecer a localização das travessias, bem como

verificar suas condições, além de servir de instrumento na análise de futuras construções de obras de arte especiais e auxílios financeiros aos municípios, com vistas a reformas e aquisições de novas embarcações.

Foram repassados recursos aos municípios, pelo convênio, para aquisição e reformas de balsas, conforme segue:

- R\$ 75 mil para a Prefeitura de Rio Branco do Ivaí adquirir uma balsa para travessia do Rio Ivaí, ligando os municípios de Rio Branco do Ivaí à Ariranha do Ivaí.
- R\$ 60 mil para o município de Prudentópolis adquirir uma balsa para travessia da foz do Rio Belo com o Rio Ivaí, ligando os municípios de Prudentópolis, Turvo e Cândido de Abreu.
- R\$ 15 mil para o município de Cândido de Abreu reformar três balsas, que fazem as travessias entre Tereza Cristina-Prudentópolis, Block-Cândido de Abreu-Prudentópolis, e Ilha das Flores-Cândido de Abreu-Turvo.

4.2.4 Infra-Estrutura Aeroportuária

Foram realizados em 2003 levantamentos da situação em que se encontram os aeroportos e aeródromos do Estado. São 41 aeroportos públicos, sendo 36 com pavimento asfáltico. Desses, 37 são administrados, mantidos, operados e explorados por prefeituras, em convênio com o Comando da Aeronáutica, e quatro são administrados pela Infraero.

4.2.5 Infra-Estrutura Ferroviária

A Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE), detentora de concessão da União para construir e explorar uma ferrovia na Região Oeste do Paraná, ligando Guarapuava, Cascavel até Guaíra e Foz do Iguaçu, e que se estende até Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul, deu continuidade em sua ação fiscalizadora da subconcessão à Ferrovia Paraná S.A. (FERROPAR) para exploração do transporte ferroviário de carga, entre Guarapuava e Cascavel, realizando diversas viagens de inspeção no trecho.

Essa atividade também é desenvolvida em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), verificando o cumprimento, pela subconcessionária, das

obrigações estabelecidas em contrato. As possíveis inadimplências em relação a compromissos contratuais estão sendo examinadas pelas vias administrativa e judicial, procurando atingir, com essas medidas, os objetivos que nortearam os idealizadores desse projeto ferroviário.

Estão sendo tomadas providências também na área operacional, para tornar os serviços ferroviários menos onerosos aos seus usuários. Para dar melhores condições aos terminais, foram realizados estudos para readequação do Plano Diretor do Terminal de Cascavel, visando a um aproveitamento mais racional das áreas disponíveis.

Desenvolveram-se esforços na esfera federal, com o objetivo de obter recursos para continuidade das obras da FERROESTE em direção a Guaíra e Foz do Iguaçu; da ligação Guarapuava-Ipiranga; do Contorno Oeste de Curitiba; bem como da nova ligação Curitiba-Paranaguá.

No trecho ferroviário Cascavel-Guarapuava, a FERROPAR movimentou 1.676.425 toneladas, com um acréscimo de 4,5% em relação ao resultado do ano anterior. Do total realizado, 1.176.051 toneladas foram de mercadorias transportadas para fora das regiões de Cascavel e Guarapuava. No sentido inverso, foram recebidas nessas regiões 500.374 toneladas.

A frota de 350 vagões e 18 locomotivas disponibilizada pela FERROPAR foi insuficiente para satisfazer não só a demanda existente, mas também as metas contratuais. A administração da FERROESTE vem agindo com rigor junto àquela subconcessionária para um atendimento mais eficiente das necessidades de transporte das regiões oeste e sudoeste do Estado, ainda carentes de melhores condições para movimentação das grandes safras de grãos.

4.2.6 Infra-Estrutura Portuária

As novas diretrizes do Governo do Estado definiram como missão a implementação de processos para o desenvolvimento e a modernização da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, proporcionando a seus usuários alternativas operacionais de escoamento de cargas, tanto públicas como privadas.

Essas ações, elencadas no Programa Resgate do Porto Público, têm por objetivo atender às demandas voltadas à gestão de serviços aos usuários do Complexo Portuário do Litoral do Paraná, sempre de forma rápida, segura e com baixos custos,

fomentando o desenvolvimento de atividades produtivas, agregando valor às mercadorias movimentadas e proporcionando o desenvolvimento econômico, sempre em harmonia com o meio ambiente.

4.2.6.1 Movimentação de Cargas

Nesse âmbito, foram apresentados os seguintes resultados em 2003:

- Recorde na movimentação de cargas dos Portos de Paranaguá e de Antonina, tendo sido movimentados mais de 33,55 milhões de toneladas, representando um crescimento na ordem de 17,5% em relação ao ano anterior.
- No segmento de exportação dos produtos agrícolas a granel, os bons resultados do setor produtivo, aliados às situações favoráveis de comercialização, formaram grandes demandas de cargas com destino ao Porto de Paranaguá, que proporcionou um fluxo de embarque adequado, eficiente e racional.
- Na movimentação de graneis sólidos, foi atingido o volume de 22,97 milhões de toneladas, 4,32 milhões nos graneis líquidos e 5,59 milhões de toneladas na carga geral, representando um aumento de 19,4%, 8,8% e 20,5%, respectivamente, com relação ao ano de 2002. O Porto de Antonina, juntamente com o Terminal da Ponta do Félix, movimentou mais de 1 milhão de toneladas, aumentando em 52% sua movimentação em comparação com o ano anterior.

4.2.6.2 Receita Cambial

A participação dos Portos de Paranaguá e Antonina na balança comercial brasileira atingiu a marca histórica de US\$ 6,5 bilhões de receita cambial, representando aproximadamente 9% do total brasileiro.

4.2.7 Principais Investimentos em 2003

4.2.7.1 Terminal Público de Contêineres

Com objetivo de criar novas alternativas de movimentação de contêineres pelos portos do Paraná, a APPA inaugurou o Terminal Público de Contêineres. Com investimentos superiores a R\$ 1,7 milhão, foram removidos antigos armazéns e pavimentadas áreas para servir como novos pátios, o que, em conjunto com diversas outras melhorias, permitiu à APPA oferecer uma nova opção aos usuários paranaenses. Com as obras, a APPA disponibiliza aos usuários do Porto mais um berço exclusivo para navios *full*-contêineres e mais 20.000 m² de pátio.

Pretende-se, para o próximo ano, movimentar aproximadamente 50.000 TEUs (unidade de medida de contêineres), colaborando sensivelmente para a melhoria dos serviços portuários no Estado do Paraná.

4.2.7.2 Sistema de Controle de Tráfego de Embarcações

Encontra-se em fase de instalação um conjunto de equipamentos para monitoramento do tráfego de navios no Porto de Paranaguá. O projeto-piloto será instalado em Pontal do Paraná, contando com uma torre e um radar, que, por sinais digitais, irão permitir o total acompanhamento dos navios que chegam à barra, em trânsito no Porto, ou, ao largo, permitindo, assim, melhores condições de segurança à navegação e ao meio ambiente.

4.2.7.3 Programas Institucionais

Porto Comunidade

O Programa Porto Comunidade conta com os serviços de psicologia clínica e medicina preventiva, com o intuito de promover a saúde mental e física, oferecendo atendimento para questões como ansiedade, tensão física, depressão, estresse, timidez intensa, agressividade, problemas com auto-estima, falta de vontade de trabalhar, dificuldade de se expor, vida sexual insatisfatória, medo, uso de álcool e drogas e doenças psicossomáticas.

Estrutura Organizacional

A APPA deu início a um programa de ajustes organizacionais com o propósito de solucionar antigos problemas, tais como desvios de função, redução de horas extras, e elaboração de um novo quadro de cargos e salários, de forma a ajustar a situação atual, dando uma solução definitiva para a "indústria" de ações trabalhistas existente. Essa iniciativa promoveu ações que buscam a conscientização dos empregados, assegurando o atendimento aos requisitos e expectativas dos clientes internos e externos, promovendo a melhoria contínua em todos os processos da organização.

4.2.7.4 Demais Realizações

Foram iniciados diversos processos com o objetivo de melhorar a infra-estrutura portuária e logística do Estado do Paraná. Foram elaborados projetos técnicos e especificações técnicas para os novos terminais e instalações da APPA. Entre esses, encontra-se o Terminal Público de Fertilizantes, o Distrito Aduaneiro Industrial, o novo Sistema de Recepção de Carga do Corredor de Exportação, a ampliação da área primária com a mudança do muro, a interligação de novas correias ao eixo principal do Corredor de Exportação, bem como inúmeras ações para manutenção preventiva e corretiva do parque de máquinas e equipamentos.

Dando seguimento ao Projeto de Ampliação do Cais Oeste a Diretoria Técnica da APPA promoveu a revisão das especificações técnicas existentes para o novo modelo pretendido, que será licitado em 2004 por convênio com o Governo Federal.

Para o Porto de Antonina, foi elaborado o projeto técnico Terminal de Líquidos a Granel.

4.3 Programa Paraná 12 Meses

4.3.1 Adequação de Estradas

Os serviços de regularização do leito das estradas, revestimento primário total ou parcial e construção de dispositivos de drenagem fazem parte do Programa de Adequação de Estradas Rurais em microbacias hidrográficas, cujos objetivos são a

melhoria do controle da erosão e a garantia das condições de trafegabilidade dessas vias, atendendo, dessa forma, às ações de governo nos programas de Manejo e Conservação dos Solos e das Águas.

No exercício de 2003, foram concluídos 122,50 km de adequação de estradas, com investimento de R\$ 1,66 milhões.

5 Secretário Especial para Assuntos da Região Metropolitana de Curitiba

Para encontrar soluções para os problemas e desenvolver o potencial da Região Metropolitana de Curitiba, foi criado o cargo de Secretário Especial para Assuntos da Região Metropolitana de Curitiba, pelo Decreto Estadual n.º 22, de 1.º de janeiro de 2003, com atribuição de assessoramento ao Governador do Estado em funções de planejamento e de execução de funções públicas de interesse comum da Região. A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) passou a ser vinculada diretamente ao Secretário Especial, provendo o suporte técnico-administrativo.

5.1 Ações Desenvolvidas

5.1.1 Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC)

A COMEC tem por atribuições a formulação de diretrizes da política de desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba, a coordenação das funções públicas de interesse comum e a articulação com os demais níveis de governo, visando à minimização dos desequilíbrios regionais.

As ações desenvolvidas no exercício de 2003 estão agrupadas em três grandes blocos, conforme segue.

5.1.1.1 Estruturação Física da RMC

Agrupa as ações de caráter estruturador do sistema viário metropolitano e as intervenções físicas da COMEC no espaço regional.

Coordenação do Transporte Coletivo na RMC

A integração do transporte coletivo na Região Metropolitana de Curitiba beneficia cerca de 274 mil passageiros metropolitanos/dia. Destaca-se como uma das principais redes de transporte integrado entre as regiões metropolitanas do país, incluindo todos os municípios do primeiro e segundo anel. A integração é resultado de um convênio

firmado entre o Governo do Estado, por meio da COMEC, e o município de Curitiba, pela Companhia de Urbanização de Curitiba S.A. (URBS).

Programa de Integração do Transporte Coletivo da RMC (PIT)

Para melhor atender às demandas de deslocamentos de passageiros do sistema metropolitano de transportes coletivos a COMEC planeja a implantação do Programa de Integração de Transporte da RMC, com investimentos da ordem de R\$ 124,5 milhões, por via de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Destaca-se no Programa a ligação intercidades, um novo eixo de transporte que promoverá a integração entre municípios da RMC, desafogando o atual sistema radial, em que todas as linhas passam por Curitiba. Isso propiciará um maior desenvolvimento aos municípios vizinhos, criando novas relações urbanas e econômicas entre eles. Outro objetivo do Programa é a melhoria do transporte coletivo da Região Metropolitana com a implantação e melhoramentos de aproximadamente 70 km de vias, juntamente com a implantação, reforma e ampliação de 17 terminais e investimentos na frota de ônibus.

Os trabalhos desenvolvidos consistiram na licitação e na execução dos projetos de vias e dos terminais, nos quais serão investidos mais de R\$ 100 milhões (R\$ 70 milhões do BNDES, e o restante, como contrapartida, do Governo do Estado). Complementam o Programa investimentos de R\$ 9,5 milhões em desapropriações (Governo do Estado e municípios) e R\$ 15 milhões em frota de ônibus pela iniciativa privada.

5.1.1.2 Proteção e Recuperação Ambiental

Relaciona todas as ações com vistas à proteção e preservação do meio ambiente regional.

Informações Fundiárias e Desapropriações

Foram feitas atualizações e complementações dos mapas e do volume relativo a informações fundiárias e desapropriações realizadas em anos anteriores. Esse material é de relevância para subsidiar o departamento jurídico, o departamento de controle e ordenamento territorial e demais trabalhos.

Parque Newton Freire Maia

A COMEC participa como colaboradora na equipe multiinstitucional que estuda a integração das áreas do antigo Parque Castelo Branco (EMATER), a Estação do Cangüiri (IAPAR), a Fazenda do Cangüiri (UFPR) e o Parque das Nascentes. A área total, de cerca de 590 ha, localiza-se às margens da Represa do Iraí – manancial de abastecimento da Região Metropolitana de Curitiba, na APA do Rio Iraí (Área de Proteção Ambiental) – devendo, dessa forma, adequar-se às restrições ambientais previstas na legislação.

Parque Municipal da Uva

A COMEC desenvolve, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Colombo, o Projeto de Revitalização do Parque Municipal da Uva, com cerca de 200.000 m², o qual terá múltipla função. Além de cenário de festas tradicionais, como a Festa da Uva e do Vinho, terá locais adequados para lazer, esporte e recreação.

Localizado às margens do Rio Tumiri, sua implantação visa proteger a nascente, o rio e seu entorno, além dos remanescentes de vegetação existentes.

Foram desenvolvidos os projetos executivos dos equipamentos sob a coordenação da Prefeitura Municipal de Colombo e da COMEC.

Parque Palmital de Colombo

Consiste em um parque linear localizado na faixa de preservação do Rio Palmital, com cerca de 700.000 m². A proposta da COMEC para esse parque foi complementada com informações advindas do Plano Diretor de Drenagem para a Bacia do Rio Iguaçu na Região Metropolitana (SUDERHSA – 2002) para o Distrito de Drenagem Palmital-Colombo. Tal compatibilização visa incorporar à proposta informações relativas à macrodrenagem na área da bacia do Rio Palmital.

Parque Municipal do Rio Timbu

Parque linear localizado ao longo do Rio Timbu, no município de Campina Grande do Sul. Foi elaborado o estudo preliminar para o parque que abrange cerca de 510.000 m², incluindo recomposição de mata ciliar, equipamentos de lazer e esportivos e de recreação pública.

Participação na Câmara de Apoio Técnico (CAT) – Passaúna

A Câmara de Apoio Técnico da Área de Proteção Ambiental do Rio Passaúna é um fórum de discussão de caráter consultivo para a gestão do espaço da Bacia Hidrográfica, na qual foram analisados 11 processos.

Participação na Câmara de Apoio Técnico (CAT) – Iraí

A Câmara de Apoio Técnico da Área de Proteção Ambiental do Rio Iraí é um fórum de discussão, de caráter consultivo, para a gestão do espaço da Bacia Hidrográfica, na qual foram analisados 28 processos.

Participação no Conselho Gestor dos Mananciais da RMC

Órgão colegiado com poderes consultivo, deliberativo e normativo que tem por finalidade elaborar políticas acerca da qualidade ambiental das áreas de proteção de mananciais da RMC. A presidência e a secretaria executiva são exercidas pela COMEC.

5.1.1.3 Estruturação Urbana e Fomento ao Desenvolvimento Econômico da RMC

Agrupar as ações de interface direta com os municípios e/ou que tratam do desenvolvimento econômico regional.

Uso e Ocupação do Solo

A COMEC é responsável pela coordenação técnica da elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Proteção Ambiental do Rio Verde. Este plano foi desenvolvido pela empresa de consultoria Consiliu Projetos e Consultoria Ltda. e encontra-se em fase de discussão. Nesse trabalho, houve um intenso processo de participação popular e institucional, com diversas reuniões públicas. A COMEC coordenou administrativa e tecnicamente a audiência pública.

Com relação à disposição final dos resíduos sólidos dos municípios da Região Metropolitana, estão sendo estudadas áreas aptas para instalação de aterros sanitários em alguns municípios. Nesse sentido, foi efetuada análise e elaboração de parecer técnico sobre pré-seleção de áreas que serão alvo de estudo específico, visando atender à finalidade pretendida.

Outra atividade da COMEC diz respeito à orientação aos municípios da RMC na elaboração de seus planos de uso e ocupação do solo. Tendo em vista a aprovação do Estatuto da Cidade, que tornou obrigatória a elaboração de planos diretores, a COMEC produziu o Manual de Critérios para Elaboração de Planos Diretores Municipais na RMC.

Foi também elaborado um trabalho técnico interinstitucional estabelecendo as áreas de interesse do manancial subterrâneo (Karst), visando à proteção para fins de abastecimento público da região norte da RMC.

Plano de Proteção Ambiental e Re-ordenamento Territorial em Áreas de Mananciais da RMC (PPART)

O PPART é um dos instrumentos de Gestão e Proteção dos Mananciais da RMC, instituído pela Lei Estadual n.º 12.248/1998. Tem como objetivo equilibrar a disponibilidade hídrica e o total das demandas presentes e futuras para a região, mantendo e assegurando a qualidade da água para o abastecimento público. Pretende redefinir as áreas de mananciais da RMC, as quais serão caracterizadas como espaços propícios à proteção, conciliando uma ocupação e uma urbanização mais adequadas mediante a adoção de um macrozoneamento.

A proposta de proteção dos mananciais será também relacionada aos cenários de crescimento da RMC, às estratégias de infra-estrutura urbana, à geração de emprego e renda, à preservação ambiental, ao desenvolvimento econômico e às articulações em torno dos dispositivos legais, institucionais e físico-territoriais. Pois o aproveitamento dos recursos hídricos para abastecimento público e a manutenção de sua qualidade são necessárias restrições e limitações ao uso e à ocupação do solo, as quais interferem nos cenários de desenvolvimento econômico e social local.

Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI/RMC)

Com a missão de estabelecer as diretrizes de desenvolvimento integrado e a definição das áreas de proteção aos mananciais (PPART), a COMEC está desenvolvendo o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (PDI/RMC). Este tem como objetivo maior o desenvolvimento humano por meio da promoção do desenvolvimento sustentado, competitivo e equitativo, carregando no seu bojo o aproveitamento das oportunidades econômicas (desenvolvimento econômico) e a diminuição das desigualdades sociais (desenvolvimento social), que se realizam pela estruturação das

intervenções necessárias sobre o espaço (organização físico-territorial) ao mesmo tempo em que são amparadas por um arcabouço de governabilidade (organização institucional), que, por meio da discussão interinstitucional e da ampla participação da sociedade civil, dará novas diretrizes para seu crescimento nos próximos 20 anos.

Sistema de Informações Geográficas (SIG)

É a tecnologia para apoiar a tomada de decisões quanto a análises sobre o uso do solo, o planejamento, o monitoramento na RMC, notadamente nas áreas de mananciais, e a elaboração de projetos de urbanismo.

A COMEC está preparando as informações e os recursos técnicos para propiciar a consulta em tempo real pelo corpo técnico da instituição, disseminando-as e compartilhando-as com outros órgãos nos níveis municipal, estadual e federal.

Assessoria Técnica aos Municípios da RMC

A COMEC presta aos municípios assessoria e acompanhamento relativos aos processos de parcelamento do solo, regularização de loteamentos e legislação de uso e ocupação do solo, planos diretores locais, sistemas viários, habitação e outros temas correlatos, destacando-se, por número e frequência, as assessorias prestadas aos municípios de Almirante Tamandaré, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais, procurando consolidar um processo de gestão metropolitana pela articulação entre os diversos atores que interagem no seu território e pelo estabelecimento de consensos para a construção de diretrizes regionais de caráter supramunicipal e intersetorial.

Outras Atividades

Na Região Metropolitana de Curitiba, foi implantado o Mutirão Metropolitano, com o objetivo de viabilizar ordenadamente as ações, os projetos e as atividades das Secretarias Estaduais e suas vinculadas, das prefeituras e, na medida do possível, dos ministérios, como também a criação dos Fóruns de Desenvolvimento Local para promover o desenvolvimento sustentável dos municípios da RMC.

6 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) tem como finalidade formular e executar as políticas de meio ambiente e recursos hídricos, florestais, as cartográficas, agrário-fundiárias, de controle da erosão, gestão de resíduos sólidos e de saneamento ambiental.

No exercício de 2003, executou a coordenação da proposição e elaboração de políticas, normas, estratégias, programas e projetos relacionados à sua atuação específica, contribuindo para a definição e implementação da política ambiental do Estado.

Suas ações e as de suas vinculadas – a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA) e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) – estão detalhadas a seguir.

6.1 Ações Desenvolvidas

6.1.1 Coordenadoria Estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Paraná

6.1.1.1 Política de Resíduos Sólidos do Estado do Paraná - Programa Desperdício Zero

Tem como meta principal a eliminação de 100% dos lixões no Estado e a redução de 30% dos resíduos gerados, por meio da convocação de toda a sociedade, objetivando: mudança de atitude e de hábitos de consumo; combate ao desperdício; incentivo à reutilização; e reaproveitamento dos materiais potencialmente recicláveis.

As principais ações realizadas em 2003 foram:

- Elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos para o Estado do Paraná.
- Articulação - Realização de reunião para apresentação da proposta de Política de Resíduos Sólidos no Paraná, gestão 2003-2006, com todos os possíveis parceiros, a fim de realizar um Termo de Compromisso e Cooperação Técnica; constituição de grupo de trabalho para definir o lançamento da política e

sua continuidade com integrantes da SEMA e do SEBRAE; planejamento para o lançamento do Programa em nível estadual; confecção de material publicitário e educativo para o Programa.

- Lançamento do Programa Desperdício Zero - definição de um *site* da Política de Resíduos, com *link* com as *homepages* dos parceiros.
- Outras atividades - Reunião com todos os parceiros do Programa Desperdício Zero, com a indicação de um representante de cada entidade para participação nos grupos setoriais; encaminhamento do CD-ROM contendo a política de resíduos sólidos e legislação pertinente a todos os escritórios regionais da SEMA/IAP/SUDERHSA; apresentação da política de resíduos sólidos às Associações de Municípios do Paraná.

6.1.1.2 Programa de Proteção da Floresta Atlântica

Cooperação financeira entre Brasil e Alemanha no Programa Proteção da Floresta Atlântica, que visa à gestão ambiental da área de ocorrência de floresta ombrófila densa no Estado do Paraná, atingindo 15 municípios em uma área de aproximadamente 11.300 km², abrangendo a Serra do Mar, a Planície Litorânea e parte do Vale do Rio Ribeira.

O Programa apresenta uma atuação dividida nos três componentes enumerados a seguir.

1. Componente Mapeamento e Monitoramento

Tem por meta produzir e fornecer informações georreferenciadas que subsidiem os processos de monitoramento e gestão ambiental, permitindo um avanço em termos de mapeamento e informações ambientais digitais.

Suas principais ações em 2003 foram:

- Mapeamento básico na escala de 1:25.000 correspondente a 86 cartas topográficas digitais.
- 100% do mapeamento da vegetação em escala 1:50.000 (27 cartas).
- Mapeamento geológico e cadastro de atividade mineral com produção de 24 cartas em meio digital 1:50.000.
- Produção de análises comparativas de interpretação das imagens de satélite LandSat para o monitoramento da cobertura vegetal, datadas de 1986, 1997, 1999 e 2002.

- Demarcação dos limites das unidades do Parque Estadual das Lauráceas e da Estação Ecológica de Guaraguaçu.
- Melhorias nas estruturas institucionais (SEMA/IAP/BPFlo) com a aquisição de equipamentos de campo (nível eletrônico) e GPS.

2. Componente Fiscalização e Controle

Visa propiciar condições de redução das infrações ambientais, tendo como principal meta a estruturação das equipes de fiscalização e o monitoramento ambiental.

Foram realizadas as seguintes ações em 2003:

- Execução e entrega das obras dos postos policiais florestais de Guaratuba, Vossoroca (em Tijucas do Sul), Guaraqueçaba e Morretes (em fase de conclusão).
- Aquisição de equipamentos de escritório e eletrodomésticos para equipar as obras já concluídas, sete veículos tração 4x4 e outros equipamentos de campo.
- Realização de operações diversas de fiscalização e controle das atividades potencialmente degradadoras para possibilitar ações de ordem informativa, conscientizadora e repressora.
- Instalação e entrega de um completo sistema de radiocomunicação, composto de quatro torres repetidoras, 15 torres de transmissão, 28 estações fixas, 54 estações móveis, 81 portáteis e seis sistemas de energia eólica e solar.
- Edição de 600 exemplares do Manual de Fiscalização para o IAP e BPFlo.
- Realização de quatro cursos de treinamento em fiscalização ambiental, ministrados por técnicos do IAP, com a participação de 240 técnicos do próprio IAP e do BPFlo.
- Capacitação de 183 técnicos em operação do Sistema de Radiocomunicação.

3. Componente Unidades de Conservação

Objetiva a conservação da Floresta Atlântica pelo correto manejo da Estação Ecológica de Guaraguaçu, do Parque Estadual de Lauráceas, da Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar e da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba.

Desenvolveu em 2003 as ações a seguir:

- **Parque Estadual de Lauráceas** - Início e conclusão da implementação do plano de manejo do parque e demarcação em campo dos seus limites, bem como implantação das infra-estruturas.

- **Estação Ecológica de Guaraguaçu** - Recuperação dos ecossistemas originais e garantia da evolução natural das espécies nativas, realização do Plano de Manejo, desenvolvido em cooperação com a ONG SPVS para estabelecer e testar processo de co-gestão da área, que foi parcialmente regularizada em termos dominiais – de demarcação e infra-estrutura.
- **Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar** - Está sendo elaborado o Plano de Manejo da APA, com sua versão parcial já em análise por parte dos técnicos das instituições envolvidas.
- **Área de Proteção Ambiental de Guaratuba** - Está em elaboração o plano de gestão da unidade, com sua versão preliminar em análise e discussão com os órgãos envolvidos e a comunidade.

6.1.2 Gestão Territorial e Cartografia

Área Fundiária

Foram desenvolvidas, nessa área, as seguintes ações em 2003:

- Cadastro Gráfico Rural - Geração do cadastro gráfico dos imóveis titulados pelo Estado e pela União na faixa de fronteira do Paraná, para fins de ratificação imobiliária e de acervo das áreas de atuação pública e privada na área de terras.
- Assistência Técnica a Assentamentos Rurais - Assistência técnica para os assentamentos rurais do Paraná, por meio do Programa Cidadania Rural; levantamento, demarcação e geração de mapa e memorial descritivo de aproximadamente 1.500 lotes rurais para fins de reforma agrária.

Foram executados na regularização fundiária o levantamento, o cadastro e a demarcação dos ocupantes dos imóveis (devolutos) abaixo relacionados, para fins de expedição do título de terras.

MUNICÍPIO	IMÓVEL	N.º DE LOTES
Castro	Guararema	40
Pitanga e Boa Ventura de São Roque	Lotes individuais	250
Cerro Azul	Tigre	180
São Pedro do Paraná	Rocha Loures	493

Área de Cartografia

A área de cartografia foi completamente informatizada com investimentos em computadores, *plotters*, *softwares* para cartografia digital, geoprocessamento e sensoriamento remoto. As novas tecnologias empregadas nessa área, a exemplo do amplo uso de imagens de satélites, geração e integração de informações territoriais, todas disponibilizadas ao conjunto de instituições públicas do Estado, permitiu ações multiinstitucionais mais adequadas às características do espaço paranaense. Foi realizada revisão da legislação e dos limites de todos os municípios do Estado.

6.1.3 Coordenação Estadual do PNMA II

6.1.3.1 Programa Nacional do Meio Ambiente II (PNMA II)

Em cooperação com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), prevê a liberação de recursos de R\$ 1,8 milhão, com vigência até junho de 2005, para o desenvolvimento de três projetos específicos, apresentados a seguir.

Licenciamento ambiental descentralizado e interativo da sub-bacia do Alto Iguaçu

Beneficiará diretamente 23 municípios da Região Metropolitana de Curitiba e o Batalhão da Polícia Florestal. Prevê a liberação de R\$ 797 mil, tendo sido repassados R\$ 345 mil pelo MMA, aplicados principalmente na aquisição de equipamentos para melhoria das atividades de licenciamento nos municípios. O projeto está em reformulação para adequar-se ao atual Programa de Governo.

Gestão integrada da zona costeira com ênfase na área marinha

Beneficiará os municípios litorâneos mediante a elaboração de uma proposta de zoneamento e disciplinamento dos usos dos ambientes estuarinos e marinhos. Em fase intermediária de desenvolvimento, prevê a liberação de R\$ 443 mil, tendo sido repassados R\$ 170 mil para sua implementação.

Monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos superficiais como subsídio para sua gestão na Bacia do Paraná III

Beneficiará os municípios da Região Oeste do Paraná (Baixo Rio Paraná). Encontra-se no início de suas atividades e será expandido para os municípios de abrangência da Bacia do Baixo Iguaçu. Prevê recursos de R\$ 573 mil, tendo sido já liberados R\$ 43 mil pelo MMA.

6.1.3.2 Projeto Controle da Contaminação Ambiental Decorrente da Suinocultura no Estado do Paraná

Abrange os municípios das Regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, com valor total previsto de R\$ 13,8 milhões até junho de 2005. O projeto é executado pela FUNPAR, tendo o IAP como co-executor e a interveniência da SEMA e do Governo do Estado.

6.1.3.3 Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)

Em cooperação com o Ministério do Meio Ambiente, com recursos totais de R\$ 282 mil, já liberados, com vigência até 2003, objetiva a implementação do Projeto Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Industriais, em fase final de execução.

6.1.4 Superintendência dos Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA)

6.1.4.1 Pró-Saneamento – CEF – Contrato de Empréstimo

Em fase de licitação para obras de drenagem no valor de R\$ 4.221 mil, oriundo de convênio com a Caixa Econômica Federal, e R\$ 1.837 mil de contrapartida dos municípios, para atender Matinhos, Guaratuba, Londrina e Goioerê.

6.1.4.2 Drenagem e Controle de Erosão

Nesse âmbito, foram desenvolvidas em 2003 as seguintes ações:

- Drenagem e controle de erosão urbana - Execução de obras de drenagem nos municípios de Matinhos, Pontal do Paraná, Morretes e Guaratuba, incluindo limpeza e desassoreamento de rios e canais. Valor: R\$ 444,6 mil.
- Obras de drenagem - Em licitação, para Pontal do Paraná, Matinhos, Guaratuba, Morretes e Antonina, consistem em limpeza e desassoreamento de rios e canais. Valor: R\$ 1.050 mil.
- Obras de controle de cheias e de erosão - Para os municípios de Morretes, Antonina e Guaratuba. Valor: R\$ 318,9 mil.
- Fornecimento de 5.942 metros de tubos de concreto para obras de controle de erosão em 12 municípios.
- Fornecimento de 29.382 metros de tubos de concreto em parceria com 17 municípios no fornecimento de matéria-prima para a fabricação de 29.382 tubos, nas unidades industriais da SUDERHSA.

6.1.4.3 Bacia Azul - Convênio SUDERHSA/PETROBRAS

Trata-se do projeto de recuperação ambiental da várzea do Rio Barigüi, na Região Metropolitana de Curitiba.

Recuperação da várzea impactada com retorno da água de melhor qualidade ao rio, por meio de sua reconfiguração pela sistematização do banhado do Rio Barigüi.

Foram desenvolvidas em 2003 as seguintes ações:

- Contratação da elaboração do projeto executivo de recuperação – sistema Barigüi
- Acompanhamento da desapropriação das áreas necessárias: 52,39 ha
- Valor do projeto: R\$ 145,2 mil (recursos da PETROBRAS)
- Valor estimado da desapropriação: R\$ 780 mil (recursos da PETROBRAS)

6.1.4.4 Recuperação Ambiental da Várzea do Rio Palmital com Regularização de Cheias, de Acordo com o Plano Diretor de Macrodrenagem

Acompanhamento do projeto de recuperação ambiental da várzea do Rio Palmital, com regularização de cheias nos municípios de Pinhais e Colombo.

Em 2003 foram realizadas as seguintes ações:

- Participação em reuniões com técnicos das prefeituras de Pinhais e Colombo e dos órgãos estaduais COMEC, COHAPAR e IAP.
- Parecer para emissão de outorga para desassoreamento do Rio Palmital no trecho compreendido entre a Estrada da Graciosa e sua foz no Rio Iraí.
- Elaboração de *layout* e termo de referência para elaboração de projeto de um pôlder, dique, lagoa e drenagem para a proteção contra cheias, na área de Zumbi dos Palmares.
- Encaminhamento de processo para contratação do projeto executivo acima especificado.

6.1.4.5 Parque Nascente

Desenvolvimento de uma relação ambientalmente responsável da população da APA do Iraí e dos municípios circunvizinhos para com a área de proteção ambiental e, em especial, para com a represa do Iraí, visando à construção de um processo de valorização, recuperação e manutenção dos recursos naturais locais nos municípios de Pinhais, Colombo, Quatro Barras e Piraquara.

6.1.4.6 Análise de Projetos

Análise e parecer sobre 37 projetos de utilização de recursos hídricos e estudos de impacto ambiental.

6.1.4.7 Sistema de Previsão e Alerta a Enchentes na Bacia do Alto Iguaçu

Monitoramento, em tempo real, dos parâmetros quantitativos e qualitativos dos recursos hídricos superficiais e fornecimento de previsão dos níveis dos rios e cenários de qualidade de águas, por meio de seis estações de monitoramento.

6.1.4.8 Obras de Captação Subterrânea no Meio Rural – Poços Tubulares

O Projeto visa incrementar a oferta de água de boa qualidade pelo uso de água subterrânea com a construção de poço tubular para atendimento às populações do meio rural (comunidades rurais, abastecedouros comunitários, agroindústria de pequeno porte, entre outros), substituindo as atuais fontes de abastecimento (fontes e poços cacimba), vulneráveis a contaminação. A perfuração de poços tubulares é executada com equipamentos da SUDERHSA, em parceria com as prefeituras.

6.1.4.9 Eco Verão 2003

Visa à execução, nos municípios de Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná, Morretes, Antonina, Guaraqueçaba e Ilha do Mel, na temporada de verão, das ações a seguir:

- Coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares;
- Limpeza de praias e varrição de vias públicas;
- Operação de aterros sanitários;
- Coleta e transporte de resíduos vegetais e entulhos.

6.1.4.10 Terra Limpa

Projeto que visa o recolhimento de embalagens de agrotóxicos.

Foram desenvolvidas, em 2003, as seguintes ações:

- Certificação de 75 pontos de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos no Estado.
- Realização de trabalhos para adaptar o Programa à nova lei federal que atribui total responsabilidade do recebimento das embalagens vazias a

todos os revendedores de agrotóxicos, assim como o transporte e o destino final, com a responsabilidade das indústrias fabricantes de agrotóxicos representadas pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Várias (INPEV).

- Criação de 17 associações de revendedores de agrotóxicos e uma federação – a FEPAV.
- Treinamento dos futuros operadores e técnicos responsáveis, atingindo 1.100 pessoas, que estarão trabalhando em postos ou centrais de recebimento e na coleta itinerante.
- Renovação do convênio com o INPEV/UFPR. O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Várias é o responsável pelo acompanhamento e melhorias no programa de recebimento de novas diretrizes para todas as embalagens.
- Realização de orientações e recebimento dos cadastros dos agricultores, com detalhes das propriedades e das embalagens entregues às unidades de coleta, para inserir as informações no banco de dados do Programa.
- Realização de uma pesquisa de campo, pela UFPR, para verificar se o agricultor está recebendo todas as informações adequadas e praticando o que é de sua responsabilidade perante as leis vigentes.

6.1.5 Instituto Ambiental do Paraná (IAP)

Tem como principal objetivo formular, executar e coordenar as políticas de meio ambiente, recursos hídricos, cartográfica e agrário-fundiária em todo o Estado do Paraná, por meio de seus programas prioritários, conforme segue.

6.1.5.1 Município Verde

Visa conservar a biodiversidade por meio de instrumentos de controle da qualidade ambiental, estimulando a recomposição e a recuperação da flora, com o envolvimento direto dos municípios, contribuindo para a proteção ambiental e interagindo com o setor produtivo, de forma a gerar trabalho e renda, para melhoria das condições de vida e redução do êxodo rural.

Em 2003 foram alcançados os resultados a seguir:

- **Monitoramento, licenciamento e fiscalização ambiental**

Como resultado das ações de controle ambiental, foram realizadas 6.600 visitas de monitoramento em 6.000 empreendimentos com potencial impactante, abrangendo 3.100 tipologias de empreendimentos / atividades, conforme definido na Resolução 237/97 – CONAMA.

Dos 17.777 processos de licenciamento protocolados, foram realizados 14.671 registros de pareceres e vistorias e emitido igual número de laudos técnicos, o que resultou na emissão de 11.931 licenças ambientais e 373 indeferimentos de solicitação de licenciamentos ambientais para empreendimentos com atividades potencialmente impactantes emitidos em 2003. Afora essa quantidade de licenças emitidas, 6.050 consultas prévias atenderam aos usuários dos serviços do IAP. O licenciamento não impediu, no entanto, que fossem fiscalizados 10.450 empreendimentos com potencial impactante. O IAP emitiu mais de 54,37% licenças, autorizações e anuências ambientais do que em 2002.

Das mais de 4.500 vistorias técnicas realizadas dentro das ações de monitoramento e fiscalização, foram emitidos 1.595 laudos técnicos, enquanto as 5.500 incursões fiscalizatórias geraram 6.967 autos de infração ambiental, abrangendo os grupos de ocorrência de pesca, flora, fauna, atividades industriais, atividades minerárias, entre outros, cujo montante das multas aplicadas ultrapassou a R\$ 69,7 milhões no corrente exercício.

Os resultados obtidos em 2003, comparativamente àqueles de 2002, demonstram, de forma geral, um incremento da ação fiscalizatória superior a 50%. Esse incremento deveu-se, em grande parte, às *blitz* ambientais realizadas no decorrer de 2003 e às ações fiscalizatórias de pesca e fauna, realizadas com maior rigor pelo BPFLo.

Ainda decorrente das ações fiscalizatórias, foram lavrados/assinados cerca de 1.210 Termos de Compromisso Ambiental e lavrados 913 Termos de Embargo. Para dar atendimento a toda essa demanda, o IAP treinou 198 Agentes de Fiscalização Ambiental.

- **Coordenadoria de Acidentes Ambientais**

Merece destaque a criação, em 2003, da Coordenadoria Estadual de Acidentes Ambientais, vinculada à Diretoria de Controle de Recursos Ambientais, com a finalidade de organizar, apoiar e coordenar o atendimento aos acidentes ambientais ocorridos no Estado, que atuou em perfeita sintonia com a Defesa Civil. Para isso, foram realizados

quatro cursos sobre acidentes com produtos potencialmente impactantes, durante os quais foram treinados 35 profissionais da estrutura de pessoal do IAP.

- **Força Verde**

São dignas de destaque as ações fiscalizatórias realizadas durante o exercício de 2003, sob a forma de dezenove *blitz* ambientais – Operação Força Verde, quando 1.700 empresas potencialmente impactantes foram visitadas, das quais 800, por estarem fora dos padrões ambientais exigidos em lei, foram autuadas, gerando um montante de R\$ 4,68 milhões em multas aplicadas.

O grande destaque foi a integração definitiva com Polícia Florestal no estabelecimento de ações conjuntas para a operacionalização da fiscalização ambiental em todo o Estado. Para isso, o IAP instalou um terminal de acesso ao Sistema de Informações Ambientais (SAI). Foram adquiridos dois aviões motoplanadores para a fiscalização dos remanescentes florestais em todo o território paranaense ao custo de R\$ 850.000,00. O Instituto reformulou, em conjunto, o novo Manual de Fiscalização Ambiental e implantou o Disque Denúncia (0800 643 0304), que está instalado no Batalhão de Polícia Florestal.

- **Mapeamento de Zonas de Risco Ambiental**

Iniciativa inédita em nível nacional, o mapeamento de zonas de risco ambiental realizado em 2003 colocou o Paraná um passo a frente no monitoramento preventivo, contribuindo para o amplo conhecimento da realidade ambiental local e regional principalmente no que se refere à potencialidade de ocorrência de acidentes envolvendo produtos potencialmente impactantes, seja sob forma de efluentes líquidos, seja de gasosos ou sólidos.

O mapeamento instrumentalizou o Instituto para a atuação de forma pró-ativa, com vistas a impedir e/ou reduzir impactos ao meio ambiente, exercitando o monitoramento, o licenciamento e a fiscalização ambiental na universalidade dos empreendimentos potencialmente impactantes.

Oportunizou, ainda, rever os licenciamentos já emitidos e reavaliar os planos de contingência daqueles empreendimentos/atividades localizados nessas Zonas de Risco Ambiental, como forma de prevenção à ocorrência de danos ambientais.

Foram identificadas e cadastradas, prioritariamente, 418 Zonas de Risco Ambiental, que estão localizadas em 194 municípios paranaenses.

O levantamento realizado pelos Escritórios Regionais do Sistema SEMA apontou a existência de 104 atividades impactantes, representadas por 416 empreendimentos industriais e/ou de serviços, que se constituem em Zonas de Risco Ambiental.

- **Desenvolvimento Florestal – Programa Matas Ciliares**

No conjunto de ações de desenvolvimento florestal, destacou-se a preservação do patrimônio econômico e genético florestal do Paraná, para o qual, na prevenção e no combate a incêndios florestais, em 2003, o IAP monitorou, via satélite, todos os 199.792,26 km² do território paranaense, instrumentalizado em parcerias nas esferas federal, estadual, municipal, de iniciativa privada e mídia, destacando-se a parceria com SIMEPAR, ALCOPAR e Cooperativas.

A reavaliação e a reestruturação de viveiros municipais, baseadas em avaliações do desempenho anterior e, principalmente, na qualidade da produção, possibilitaram a formação de uma rede efetiva de produção de mudas florestais, voltada para o atendimento de propostas regionais e para a complementação necessária ao Programa de Matas Ciliares e a projetos de âmbito estadual.

Como estruturas de apoio à produção de mudas florestais, os dois laboratórios de sementes florestais foram reformados para analisar as 5 toneladas de sementes, a maioria de forma inédita, de espécies nativas utilizadas no Programa de Matas Ciliares. Os laboratórios efetuaram os testes necessários, a estocagem do material propagativo e a distribuição para todo o Paraná.

O IAP tem sob sua responsabilidade a produção de mudas florestais, com a preocupação de modernizar os processos de produção e a oferta de mudas de qualidade. Conta com uma rede de 21 viveiros, distribuídos em todo o Paraná, que produziram 18,5 milhões de mudas de cerca de 80 espécies florestais diferentes.

Essa produção de mudas florestais possibilitou o reflorestamento com espécies florestais nativas e exóticas, a recomposição florestal priorizando o Programa de Matas Ciliares, a reserva florestal legal e as áreas de preservação permanente, e a recuperação de áreas degradadas. Contribuiu, também, com o setor produtivo e para a proteção florestal/ambiental, possibilitando a geração de trabalho e renda pela diversificação nas atividades agrícolas e a busca da sustentabilidade.

Como exemplo, em abril de 2003 foi firmado o Termo de Compromisso com a ALCOPAR, que resultou no Plantio de 2.000.000 de mudas de essências florestais nativas, em atendimento ao Programa de Matas Ciliares.

- **Reserva Legal – SISLEG**

O Sistema Estadual de Manutenção, Recuperação e Proteção de Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente (SISLEG), foi instituído no Paraná pelo Decreto Estadual 387/1999, com base em Legislação Florestal Federal e Estadual. É considerado atualmente o mais importante instrumento de gestão ambiental para o estabelecimento dos Corredores de Biodiversidade, atendendo aos conceitos estabelecidos pelo Programa REDEBIO.

A nova política é inédita no país. Além do aspecto ambiental, ela contempla os produtores rurais, flexibilizando a implantação dos 20% de Reserva Legal exigidos em todas as áreas. O Governo do Paraná, por meio do IAP, disciplinando a questão em 2003, orientou os proprietários de imóveis rurais a implantarem a Reserva Legal, sem comprometer os rendimentos auferidos pelo imóvel, possibilitando ao setor produtivo a recomposição da Reserva Legal de maneira mais fácil.

Nesse sentido, foram cadastrados cerca de 7,07 milhões de hectares, abrangendo mais de 7.800 imóveis rurais, que resultaram averbação de mais de 1,4 milhões de hectares.

Para chegar a esses resultados no SISLEG, o IAP desenvolveu uma série de ações de manutenção, recuperação e proteção da reserva florestal legal e de áreas de preservação permanente. Destas, sobressaíram-se: implantação de Câmara Técnica especializada; implantação de sistema gerencial informatizado, que irá utilizar informações georeferenciadas; reformulação da Portaria n.º 207/2002/IAP – SISLEG; realização de dois seminários técnicos, durante os quais foram discutidas técnicas de recuperação de áreas degradadas e mata ciliar; elaboração de manual sobre o SISLEG; início dos entendimentos para o estabelecimento de acordos com associações/cooperativas visando à implantação de reserva legal para o conjunto de associados.

- Biodiversidade e Áreas Protegidas

As 61 unidades estaduais de conservação existentes no Paraná – parques e reservas florestais –, administradas e gerenciadas pelo IAP, foram objeto de ações específicas. No ano de 2003, o IAP também estimulou a criação e a consolidação de mais seis Reservas Particulares do Patrimônio Natural, localizadas nos municípios de Paranaíba, Lindoeste, Ibaiti, Rio Azul e Antonina.

O Instituto apoiou e realizou parcerias com 188 municípios paranaenses nas ações de aplicação do ICMS Ecológico.

Merecem destaque as ações do IAP no Projeto Corredores da Biodiversidade, em que os eixos estabelecidos como áreas prioritárias são faixas ao longo dos grandes rios do Estado – Iguaçu, Paraná, Paranapanema, Tibagi, Ivaí e Piquiri –, seus principais afluentes e as Serras do Mar, da Esperança e Escarpa Devoniana.

No Programa Paraná Biodiversidade, foram revistas as ações em 9 unidades de conservação, 63 municípios e 280 microbacias, distribuídos em três áreas prioritárias nos corredores dos Rios Iguaçu e Paraná: Araucária; Iguaçu-Paraná; e Caiuá-Ilha Grande.

Nesse Programa, o IAP centrou esforços na capacitação básica e operacional de seu corpo funcional e na democratização e disseminação de informações sobre áreas protegidas. Nesse sentido, foram realizados três seminários de difusão, elaborados quatro jogos de material visual e impressos cerca de 9.000 pôsteres, além de outros materiais de divulgação institucional.

Bacia Azul

O Programa Bacia Azul tem como objetivo estimular, implementar e promover a gestão e a conservação dos recursos naturais (ar, água, solo, flora e fauna), buscando a compatibilização com o desenvolvimento social e econômico da população paranaense.

- Laboratórios de Referência

O IAP implantou, há 35 anos, quando ainda era o Departamento de Águas e Esgoto (DAE), seus Laboratórios Ambientais. Desde então, vem investindo no aprimoramento de técnicas analíticas físicas, químicas e biológicas, capazes de detectar maior número de substâncias poluentes, com grau de precisão cada vez maior.

Hoje, o Instituto possui laboratórios de referência em análises ambientais instalados em Curitiba, Londrina e Toledo, capacitados e especializados para a realização

de ensaios em amostras de água, efluentes domésticos e industriais, solos e ar, visando subsidiar o IAP nas ações de monitoramento, licenciamento e fiscalização ambiental.

Buscando aprimorar cada vez mais os processos e serviços na área de monitoramento da qualidade ambiental para garantir a confiabilidade e a credibilidade dos resultados de ensaios e atender aos requisitos para plena satisfação de seus clientes, desde 1998 os laboratórios do IAP estão certificados pela ISO 9001/2000, confirmando-se como laboratórios de referência em análises ambientais.

A partir dessas Unidades, as ações específicas do IAP dentro do Programa Bacia Azul estiveram voltadas para o monitoramento da qualidade ambiental, entendendo-se como tal o gerenciamento da qualidade do ar e o monitoramento hidrológico. Para isso, foram estabelecidos e atualizados padrões e critérios técnico-analíticos para a execução de monitoramento, licenciamento, fiscalização e controle ambiental.

Em seus laboratórios, o IAP determinou 19.737 parâmetros que mensuram a qualidade dos recursos hídricos, de solo e atmosféricos, tendo desenvolvido 35 novos parâmetros dentre os quais se destacam aqueles relativos a DQO por refluxo fechado para efluente e água.

O monitoramento da qualidade das águas de rios, reservatórios e praias do Estado do Paraná, visando ao diagnóstico da situação atual e à avaliação das alterações provocadas pelas atividades socioeconômicas e pela execução de projetos de controle e preservação ambiental, foi realizado por meio de 20 campanhas, desenvolvidas na bacia hidrográfica do Altíssimo Iguaçu, no reservatório de Itaipu e em seus principais afluentes da margem esquerda (brasileira), nas bacias hidrográficas do Baixo e Médio Iguaçu (Foz do Areia, Segredo, Caxias, Salto Santiago e Salto Osório), nos reservatórios de Alagados (Ponta Grossa) e Iraí (Região Metropolitana de Curitiba) – ambos com problemas de florações de cianobactérias – e em áreas de proteção ambiental e parques estaduais das bacias hidrográficas do Ribeira, Litorânea e Altíssimo Iguaçu, através de estudos limnológicos (macroinvertebrados bentônicos).

O monitoramento da qualidade do ar foi realizado nas regiões de maiores concentrações industriais e populacionais do Estado do Paraná, visando ao diagnóstico da situação atual e à avaliação das alterações provocadas pelas atividades socioeconômicas e pela execução de projetos de controle e preservação ambiental. Só na Região Metropolitana de Curitiba estão implantadas 12 estações de monitoramento da qualidade do ar, das quais quatro são operadas manualmente.

Em 2003, os laboratórios de análises ambientais do IAP superaram em mais de 15% o número de ensaios laboratoriais realizados no ano anterior, o que propiciou um aumento de receitas superior a R\$ 265 mil.

A balneabilidade – medição das condições sanitárias das águas destinadas à recreação de contato primário –, levada a efeito nos meses de verão, período de maior procura dos corpos d'água para banho e recreação, foi realizada tanto no Litoral quanto nas praias artificiais do Interior do Paraná. As coletas e análises microbiológicas, direcionadas para a eventual identificação de coliformes fecais, *Escherichia coli* e/ou enterococos, embasaram a emissão de doze boletins de balneabilidade entre os meses de dezembro e março.

No Litoral, foram monitorados oito quilômetros em trechos de maior concentração populacional e em pontos próximos a rios, canais e esgotos. Nos outros quilômetros restantes, não existem indícios de contaminação, descaracterizando, portanto, a necessidade de monitoramento.

A busca e o aprimoramento dos conhecimentos especializados fez com que o Instituto treinasse e capacitasse 60 técnicos de seu quadro, que atuam diretamente na área de monitoramento da qualidade ambiental.

Zoneamento Ecológico Econômico

O Zoneamento Ecológico Econômico consiste num instrumento de organização, respeitando os limites de uso e ocupação do território paranaense e dos seus recursos naturais a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas; estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinadas a assegurar a qualidade do ambiente, dos recursos hídricos, do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

As principais ações desenvolvidas em 2003 foram:

- Sistematização de banco de dados e bases cartográficas;
- Diagnóstico de meio físico biótico;
- Diagnóstico socioeconômico;
- Diagnóstico jurídico institucional;
- Identificação de potencialidades e limitações dos recursos naturais;
- Proposição de unidades de intervenção;
- Elaboração de cenários, zonas, diretrizes gerais e específicas.

7 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU) tem a missão de definir as políticas, o planejamento, a execução, a coordenação e o controle de atividades ligadas ao desenvolvimento urbano e regional, inclusive nas aglomerações urbanas do meio rural, e à integração intermunicipal, buscando ordenar o pleno desenvolvimento das cidades e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Constituem programas da Secretaria:

- Paraná Urbano II – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, executados pelo PARANACIDADE;
- Auxílios aos Municípios;
- Consórcios Intermunicipais;
- Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios (SFM).

A Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná (PDU) apresenta-se como uma resposta clara e inadiável à necessidade de um sistema de planejamento capaz de fazer face às demandas do Paraná.

Coube ao grupo de técnicos convidados pelo atual Governo, complementado por profissionais integrantes da administração estadual e com importante contribuição das associações de municípios, universidades e da sociedade civil organizada, discutir um plano de desenvolvimento urbano para o Estado. A discussão resultou na elaboração da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional (PDU).

A proposta central do documento é a organização de um Sistema de Planejamento Urbano e Regional permanente, que permita à Secretaria do Desenvolvimento Urbano uma função indutora, dando partida e prestando apoio continuado, em escala municipal e regional, a programas, projetos e ações que visem melhorar as condições de vida da população nas cidades e ampliar as oportunidades de geração de emprego e renda, ou seja, estabelecer, de forma absoluta, a inclusão social como prioridade de atuação do Governo Estadual.

O PDU e as novas diretrizes que irão compor o plano de governo nos próximos anos e que devem contemplar todos os 399 municípios do Estado foram apresentados pelo Governador ao Ministro das Cidades e a mais de 350 prefeitos paranaenses no Canal da Música. A Política de Desenvolvimento Urbano tem por meta gerar emprego e renda,

levando em conta as potencialidades regionais. A Secretaria do Desenvolvimento Urbano deixa de ser apenas uma agência de financiamento de projetos para atuar de forma permanente nos municípios, tanto no planejamento como na execução dos programas.

7.1 Ações Desenvolvidas

7.1.1 No Âmbito do Desenvolvimento Urbano

A SEDU participou, com o tema Cidade para Todos, Democrática e Integrada, da Conferência Estadual das Cidades, realizada em Foz do Iguaçu. A Secretaria do Desenvolvimento Urbano, em um trabalho iniciado pela Associação de Municípios do Paraná, celebrou convênio com a SEED, SEJU, AMP e com o UNDIME, visando adotar mecanismos para eliminar o analfabetismo no Estado com ações específicas e pertinentes à SEDU. Ao financiar obras de infra-estrutura urbana nos municípios, com recursos do Estado, do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, os prefeitos são convidados a participar do mutirão contra o analfabetismo, em troca da redução da contrapartida municipal.

Utilizando novos critérios para implantação de projetos financiados pelos programas da SEDU/PARANACIDADE, os financiamentos levam em conta fatores como inclusão social, geração de emprego e renda, racionalização dos investimentos, planejamento e processo indutivo.

Importante ação, também, é o fortalecimento institucional das associações de municípios e prefeituras municipais por meio da promoção de cursos de capacitação aos técnicos de todo o Paraná oferecidos pela SEDU.

Com base em levantamentos efetuados, dos 61 municípios com mais de 20 mil habitantes, somente 32 têm Planos Diretores. Destes, apenas 27 foram instituídos por lei da Câmara Municipal. A SEDU, além de colaborar na elaboração dos planos diretores, pretende dar todas as condições e trabalhar com os municípios e o Governo Federal, para que todo o Paraná se desenvolva igualmente, visando à geração de emprego e renda e à melhoria da qualidade de vida da população paranaense.

7.1.2 Programa Estadual de Obras Municipais (PEOM)

Para não deixar obras inacabadas a SEDU estabeleceu negociação com 272 municípios com restos a pagar, visando obter recursos para quitar somente as situações mais prementes. As demais foram equacionadas com aditivos aos convênios, com recursos do Programa Paraná Urbano. No período de janeiro a novembro de 2003, foram efetuados repasses para auxílios a municípios, com recursos não reembolsáveis originários do tesouro do Estado e gerenciados pela SEDU, com a participação do PARANACIDADE na análise dos projetos e acompanhamento das obras. Ao todo, foram liberados aos municípios R\$ 11.662 mil.

Com esses recursos, foram atendidos cerca de 170 municípios com obras de iluminação pública, sistema viário, infra-estrutura de transporte, controle do meio ambiente urbano, saneamento, atendimento social, cultura/lazer e esporte, saúde, educação, barracões industriais, creches e gestão de resíduos sólidos.

7.1.3 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

As ações voltadas aos desenvolvimentos urbano e regional, de responsabilidade institucional da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, com a cooperação do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, começaram a ocorrer de forma integrada com as atividades realizadas pelas demais secretarias estaduais. Os projetos, antes de serem aprovados pela SEDU/PARANACIDADE, devem receber parecer favorável das secretarias correlatas, como medida de integração das ações do Governo do Estado. Outros órgãos, tais como o SEBRAE, universidades, associações de municípios, entidades de classe (CREA, ASBEA, SINDARQ, entre outros) e instituições da sociedade civil organizada, também estão envolvidos no processo de planejamento e implementação das ações de desenvolvimento urbano e regional.

Outra iniciativa a ser destacada é o incentivo dado aos municípios para promover a erradicação do analfabetismo adulto. Ao firmar o compromisso com a administração estadual para a consecução desse objetivo, os municípios podem diminuir o aporte de recursos próprios no financiamento de seus projetos no âmbito dos programas de desenvolvimento urbano, desde que realizem ações voltadas para o alcance dessa meta.

7.1.4 Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – PARANÁ URBANO

O PARANÁ URBANO conta com recursos oriundos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano (FDU) e da Agência de Fomento do Paraná S.A. (AFP), além do retorno dos empréstimos aos municípios e dos resultados de aplicações financeiras auferidos com esses recursos. Adicionalmente, o Sistema também conta no presente com recursos provenientes do Contrato de Empréstimo 1405/OC-BR, firmado entre o Estado do Paraná e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 100 milhões, com programação prevista de desembolso no período 2002/2005.

A execução físico-financeira das ações dos subprogramas Desenvolvimento do Setor Municipal e Investimentos em Infra-Estrutura Básica Municipal e seus componentes realizadas durante o exercício de 2003 foram:

- 137 obras de infra-estrutura
- 90 aquisições de equipamentos (rodoviários, industriais e veículos)
- 21 ações de desenvolvimento e fortalecimento institucional
- R\$ 43,8 milhões em desembolso para os municípios até novembro
- 288 projetos apresentados pelos municípios no valor de R\$ 80,5 milhões
- R\$ 125 milhões em pleitos municipais encaminhados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para obtenção de autorização para contratação de operações de crédito
- R\$ 108 milhões em contratos de empréstimo celebrados entre os municípios e a Agência de Fomento Paraná S.A.

Quanto à execução do subprograma de Modernização da Gestão e Financiamento de Setores de Bens Públicos Culturais, as ações realizadas visaram basicamente à conclusão dos projetos anteriormente iniciados. Destaca-se o trabalho da Comissão Técnica Especial, composta por representantes do CREA-PR, da UFPR, do IEP, SENGE, para definir as medidas que seriam adotadas em relação ao andamento dos serviços de reforma e ampliação do Edifício do Canal da Música. Como resultado, a conclusão destes passou a ser responsabilidade da Secretaria de Estado de Obras Públicas, por meio do seu Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção (DECOM). Foi dado início aos procedimentos licitatórios para aquisição de equipamentos

de produção e transmissão de programas de rádio e televisão para divulgação, em âmbito estadual, de atividades artístico-culturais paranaenses.

7.1.5 Programa de Sistemas de Transporte Urbano Sustentável no Paraná

Tem por objetivo facilitar a execução de programas de transporte sustentável em cinco municípios de médio porte no Estado. Seu custo total é de US\$ 1,011,984.00, sendo US\$ 750,000.00 advindos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a título de recursos não-reembolsáveis e US\$ 261,984.00 como aporte local do Estado.

As etapas desse Programa são: 1) criação de capacidade básica dentro do PARANACIDADE para colaborar com os municípios na formulação de planos de implementação para sistemas de transporte urbano sustentável; 2) desenvolvimento de um banco de dados e sistema de informações para os municípios participantes; 3) treinamento aos municípios em capacidades básicas de projetar sistemas de transporte público eficazes integrados ao planejamento do uso do solo; 4) apoio aos municípios para iniciar a formulação dos planos de implementação; 5) elaboração dos planos finais de implementação.

Em 2003, foram elaborados três termos de referência para contratar serviços especializados para o cumprimento das etapas. Ademais, foi dado início ao curso de especialização em planejamento de transportes urbanos ministrado pela UFPR para técnicos do PARANACIDADE e municípios do Estado e de outros órgãos estaduais, tais como COMEC e SETR/DER.

Outras atividades merecem destaque:

- **Planejamento Urbano e Regional** - Ressalta-se a elaboração dos trabalhos Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná (PDU); Termos de Referência de Plano Diretor Municipal (PDM) e de Plano de Zoneamento Municipal; Termo de Referência do Plano Diretor da Ilha do Mel; e Material didático com a temática Plano Diretor para o Portal de Capacitação da SEDU/PARANACIDADE.
- **Atividades Correlatas à Gestão Democrática** - Com intuito de reforçar a gestão democrática das cidades, a SEDU/PARANACIDADE teve participação nos seguintes eventos: oficina técnica (em parceria com o Ministério das Cidades, diversos municípios paranaenses e suas

associações) cuja temática foi o Plano Diretor e o Estatuto da Cidade; I Conferência Estadual das Cidades, realizado em Foz do Iguaçu; Projeto-Piloto - Participação da Sociedade Civil na Definição de Investimentos no Município da Lapa.

- **Cartografia e Geoprocessamento** - Elaborada a especificação técnica para contratação de serviços de engenharia para a elaboração de OrtoCarta - Imagem, Mapa de Uso e Ocupação do Solo e Atualização das Cartas Topográficas Digitais dos municípios paranaenses. Foram também atualizados os eixos das vias urbanas de 135 municípios. Adicionalmente, foram geo-referenciados os eixos das vias urbanas dos 399 municípios do Estado, por meio da concatenação da cartografia existente com informações do tipo de pavimentação e iluminação pública de cada segmento das vias urbanas, criando-se um banco de dados alfanumérico.
- **Capacitação dos Municípios** - Resgatado o papel do PARANACIDADE como promotor do fortalecimento institucional dos municípios. Nesse sentido, foram realizados cursos de capacitação nas áreas de Cartografia, Licitações, Geoprocessamento, Plano Diretor, Programa de Estudos Avançados para Líderes Públicos, Desenvolvimento Comportamental/ Motivação Profissional. Esses cursos, realizados nas principais cidades do Estado, contaram com a participação de 1.357 servidores municipais.
- **Crítérios de Elegibilidade dos Projetos de Investimento** - Para aperfeiçoar o processo de análise dos projetos de infra-estrutura urbana dos municípios, no intuito de aumentar sua eficácia, foram revisados os critérios institucionais, legais, técnicos, ambientais, econômicos e financeiros para cada tipo de projeto.
- **Indicadores de Desempenho** - Para melhorar o processo de alocação de recursos em prol do desenvolvimento urbano, foram elaborados indicadores que mensuram os níveis de carência relativa dos municípios nas áreas de educação, saúde, infra-estrutura urbana e gestão tributária. Adicionalmente, com base no Índice de Oferta de Serviços Públicos (IOSP), torna-se possível classificar os municípios em termos de sua capacidade relativa em atender às demandas da população urbana. As ações com melhores resultados deverão ser divulgadas como boas práticas.
- **Programa Geração Paraná** - Implantado por várias Secretarias de Estado nos diversos municípios, constitui-se de um conjunto de ações que visam à

identificação, à motivação e à elaboração de projetos coletivos para geração de trabalho e renda para grupos de pessoas com espírito empreendedor. Em 2003, foram realizadas as seguintes ações: capacitação de professores das universidades estaduais para a elaboração de planos de negócios como instrumentos de avaliação de viabilidade dos empreendimentos; treinamento e reuniões técnicas para a formação de lideranças locais em 18 municípios; e formação de 180 agentes municipais, com o intuito de orientar e acompanhar os empreendedores na execução de suas atividades.

7.1.6 Superintendência Executiva do PARANACIDADE (SUPEX)

Criada pela Lei Estadual n.º 14.045, em 5 de maio de 2003, desenvolveu as atividades que seguem:

- Acompanhamento dos programas desenvolvidos pela Diretoria de Operações, pela Diretoria Administrativa e Financeira, pela Assessoria Jurídica e pela Auditoria.
- Orientação técnica para a conclusão parcial do Centro de Convenções de Foz do Iguaçu e para revitalização da praia central de Matinhos.
- Coordenação do grupo de trabalho para estabelecer as diretrizes que orientarão a revisão do Plano Diretor de Paranaguá

Implementou-se a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional (PDU) – projeto que se encontra em plena implantação – por meio das ações a seguir:

- Com relação à Política de Desenvolvimento Regional, foi discutido e organizado o Termo de Referência Geral para a elaboração dos Planos Regionais, os quais contêm os procedimentos operacionais e a Base Conceitual Estratégica dos Planos de Desenvolvimento Integrado (PDI), associados à Estruturação Integrada das Grandes Aglomerações, abrangendo as seguintes aglomerações paranaenses: a Região Metropolitana de Curitiba, a Região Funcional de Ponta Grossa, a Área de Influência Direta do Eixo Londrina-Maringá e a Região Polarizada por Cascavel – Toledo – Foz do Iguaçu; Planos de Desenvolvimento Regional (PDR), associados à Promoção Acelerada de Regiões Deprimidas para as regiões do Centro, do Noroeste, do Norte Pioneiro e do Vale do Ribeira do

Iguaçu; Planos de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRI), associados à Atuação Dirigida a Regiões Especiais, que têm como alvo o Litoral e o Corredor do Rio Iguaçu.

- Com relação à Política de Desenvolvimento Urbano, foi realizada a Oficina de Trabalho, conjuntamente com o Ministério das Cidades, representantes de associações de municípios e vários órgãos da Administração Estadual, para definir uma atuação integrada na elaboração dos Planos Diretores Municipais, na qual se analisou o projeto Planos Diretores Municipais 1.^a etapa, que abrange 111 municípios, atingindo a população de 7,2 milhões de habitantes, se considerada a população total dos municípios previstos para os quais se prevê a realização de Planos Diretores Municipais, porém incluindo também os municípios de Curitiba, Londrina e Maringá. Esse contingente corresponde a 76% da população total do Estado do Paraná. Considerando-se apenas a população urbana, essa proporção sobe para quase 5/6 dos habitantes urbanos paranaenses (82,38%), para dar cumprimento ao Estatuto da Cidade.
- Com relação à política institucional: iniciado o processo de organização de sistema permanente de planejamento Urbano e Regional na SEDU/PARANACIDADE pela instalação da SUPEX; organizado o Projeto Geração de Empregos na base municipal, em parceria com outras secretarias de Estado. Este projeto se encontra em processo de implantação em 18 municípios do Estado e em cada uma das associações de municípios; coordenação de grupo de trabalho composto por técnicos de vários órgãos do Estado (SEDU/PARANACIDADE, COPEL, SANEPAR, SEPL/IPARDES, SEAB e SEMA), com vistas a identificar as necessidades de bases cartográficas que possam atender a toda a administração pública; organização dos termos de referência e do processo de licitação para obtenção de bases cartográficas digitais em escala 1:50.000, cobrindo todo o Estado e obtidos por imagens de satélites.
- Foi estudada e montada a diretriz técnica para instalação na SEDU de forma centralizada do Sistema de Informações Geográficas (SIG), a ser interligada com todas as prefeituras municipais, que deverá proporcionar uma extraordinária velocidade e qualidade de informações necessárias ao Plano de Desenvolvimento Urbano e Regional de maneira extremamente econômica para o Estado e os municípios do Paraná.

8 Companhia Paranaense de Energia

8.1 Ações Desenvolvidas

8.1.1 Administração e Organização

Os resultados financeiros da Copel registraram prejuízo de R\$ 320 milhões em 2002, o que trouxe sérios desafios para a atual administração. Foram causados principalmente pelo excesso de compras de energia por meio de contratos de alto custo — cerca de 1.000 MW médios, correspondentes a 1/3 de seu mercado — da Usina a Gás de Araucária (UEG) e da Companhia de Interconexão Energética (CIEN), que submeteram a Companhia à investigação da CPI da Assembléia Legislativa e do Ministério Público.

Após meses de negociação, os contratos de compra com a CIEN e a Itiquira chegaram a bom termo para a Copel. Com relação à UEG Araucária, a norte-americana El Paso preferiu o caminho da justiça; a Copel, porém, tem preservado seus interesses em todos os níveis.

Não obstante, buscando solucionar as adversidades de âmbito interno, a preocupação especial da Companhia tem sido acompanhar a mudança do modelo regulatório do setor elétrico brasileiro. Nesse sentido, coordenou estudos e, em conjunto com Cemig, Celg, CEB, Celesc e CEE — também de economia mista — apresentou documento com contribuições para definição do novo modelo, intitulado "Contribuições para a Definição do Novo Modelo do Setor Elétrico Brasileiro – A Visão das Empresas Estatais Estaduais", o qual foi entregue ao Ministério de Minas e Energia, objetivando o aprimoramento institucional do setor elétrico.

Também em 2003 foi levado a efeito o processo de reestruturação organizacional para unificação da Copel. Além de promover a integração da Companhia, esse processo figurou como importante alavanca de retomada de valores da corporação, com ênfase na transparência administrativa e na busca de envolvimento e participação de todos os empregados nas principais decisões da empresa.

Como exemplo, a Copel, atenta às mudanças envolvendo o cenário de licitações e na busca de renovação de hábitos, economia, revolução nos procedimentos de compra e transparência do processo, inseriu a modalidade "pregão" na operacionalização

de licitações. Essa modalidade traz ao setor público a possibilidade e a vantagem da negociação, incrementando a competitividade entre os fornecedores, permitindo comprar melhor e com maior agilidade. Espera-se economizar cerca de R\$ 6 milhões por ano com a compra de produtos por licitações no pregão. A empresa gasta R\$ 60 milhões com mais de cinco mil produtos por ano e a previsão de redução de custos é de 10%.

Já nos primeiros nove meses do ano, em função da austeridade administrativa e da renegociação dos contratos, o prejuízo de 2002 foi revertido em lucro de R\$ 260 milhões.

8.1.2 Responsabilidade Social

A Copel vem intensificando sua atuação como empresa cidadã, instituindo e mantendo amplo e significativo rol de programas.

8.1.2.1 Programa Luz Legal

- Instalação de entrada de serviço e medição de energia individual para cada moradia, com preço e prazo adequados às famílias de baixo poder aquisitivo ainda não atendidas pelo sistema regular da Companhia, por meio de um convênio entre a Copel e a Cohapar, de forma a aumentar o número de regularizações de atendimento no Paraná.

8.1.2.2 Universalização

- Plano de universalização para atender, até o fim de 2006, todas as propriedades que ainda não têm acesso à energia elétrica, com a ligação de aproximadamente 56.000 unidades, das quais 36.000 rurais e 20.000 urbanas.

8.1.2.3 Projeto Luz das Letras

- Alfabetização de adultos, usando a informática. Com o auxílio do microcomputador, o aluno habilita-se não só a ler e escrever, mas também a operar a máquina, qualificando-se a participar ativa e produtivamente da

sociedade e do mercado de trabalho. O projeto encontra-se em fase de reestruturação. Para tanto, foi assinado convênio entre Copel, Fundepar e SEED. As atividades serão plenamente retomadas em janeiro de 2004.

8.1.2.4 Programa EletriCidadania

- Programa de voluntariado corporativo em que os empregados são incentivados a iniciar ou ampliar trabalhos de ação voluntária nas comunidades em que vivem e trabalham, aplicando seus conhecimentos e habilidades para o bem-estar geral das pessoas. Conta já com quase 600 voluntários cadastrados, contabilizando mais de 18 mil horas trabalhadas.

8.1.2.5 Iluminando Gerações

- Projeto de teatro nas escolas, o qual contribui culturalmente no processo do ensino fundamental das redes municipal e estadual, abordando aspectos de cidadania. Paralelamente, a Copel leva sua mensagem sobre segurança e conservação de energia. O projeto já atingiu 50 municípios, perfazendo um total de 60.000 crianças.

8.1.2.6 Cidadania Global

- A Copel filiou-se, em 2000, ao Instituto Ethos de Responsabilidade Social e, por meio dele, assinou o Global Compact – acordo lançado pela ONU para promover a cidadania global.

8.1.2.7 Programa Luz Fraterna

- Programa instituído pelo Governo do Estado com o objetivo de poupar famílias de baixa renda do pagamento da despesa com energia elétrica, permitindo a elas direcionar esse recurso à compra de alimentos, medicamentos e outros produtos essenciais à sua saúde e bem-estar. Este Programa beneficia mais de 200 mil famílias paranaenses, que terão suas

contas de luz pagas pelo Estado. Para ser beneficiada, a família residente na área urbana deve consumir até 100 kWh/mês, ter apenas uma unidade consumidora e ser beneficiária de um dos programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação ou o Vale Gás. Para as famílias da área rural, os requisitos são: ter ligação monofásica ou bifásica de até 50 ampères e ter apenas uma unidade consumidora.

8.1.3 Meio Ambiente

Confirmando sua imagem de empresa ambientalmente responsável, comprometida com o desenvolvimento sustentável e com a aplicação de medidas de conservação ambiental cada vez mais efetivas, a Copel vem dando seqüência à implementação do Sistema de Gestão Ambiental.

8.1.3.1 Conferência Internacional - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida

A Copel prestou apoio à realização da Conferência Internacional - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida, realizada em Curitiba de 26 a 29 de outubro de 2003.

8.1.3.2 Zoneamento Ecológico/Econômico (ZEE)

A Copel também apoiou a realização do Zoneamento Ecológico/Econômico (ZEE), programa do Governo do Paraná, liderado pela Coordenadoria de Gestão Territorial da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, envolvendo órgãos do governo e da administração direta, indireta e as instituições de pesquisa do Estado.

8.1.3.3 Programas Ambientais

A Copel desenvolve uma série de ações associadas à preservação do meio ambiente, dentre as quais destacam-se as descritas a seguir:

- Preservação da fauna e flora - monitoramento da ictiofauna e da qualidade da água dos reservatórios de suas usinas e recuperação da flora de áreas afetadas por empreendimentos da empresa.
- Campanha de prevenção contra o mexilhão dourado - contenção ou minimização da invasão dos ecossistemas do Estado pelo molusco, que pode trazer sérios prejuízos econômicos a todas as atividades envolvidas com exploração de recursos hídricos no Paraná.
- Prevenção de doenças - campanha, em parceria com a Fundação Nacional de Saúde, de levantamento entomológico, que objetiva monitorar a dinâmica populacional de mosquitos como disseminadores de doenças.
- Reassentamentos - convênio com associações de reassentados, na Usina Governador Ney Braga, que conta com reassentamento de 77 famílias, numa área de 19 milhões de m², sendo 9,3 milhões de área produtiva, e o restante, reserva legal e aquisição de equipamentos médico-odontológicos para o ambulatório, conforme previsto no Relatório de Impacto Ambiental (Rima) da Usina. Na Usina de Salto Caxias são atendidas 600 famílias reassentadas em 19 comunidades.
- Preservação e monitoramento das ocupações - inspeção nas ocupações nas margens dos reservatórios das usinas da Copel, visando à implantação de medidas para coibir ocupações nas áreas desapropriadas dos reservatórios e nas áreas de preservação permanente.
- Gestão de resíduos, efluentes e emissões - tratamento dos resíduos nos processos de operação e manutenção de usinas hidrelétricas.
- Preservação de comunidade de macacos mono-carvoeiros (muriquis) - alteração no traçado da linha de transmissão Bateias-Jaguariaíva, simultaneamente ao desenvolvimento do Programa de Salvamento Arqueológico do Empreendimento.
- Planos diretores de usos e ocupação dos reservatórios, águas e seus entornos - elaboração dos planos para as usinas Governador Ney Braga, Governador Bento Munhoz, Salto Caxias, Mourão, São Jorge e Governador Parigot de Souza, que se encontram em análise no IAP.

- Recuperação das divisas das áreas desapropriadas para formação do reservatório, transformando-as em áreas de lazer e preservação ambiental, em parceria com as prefeituras municipais na Usina Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, localizada nas proximidades de União da Vitória e Porto União.
- Museu Regional do Iguaçu - recebeu mais de 15 mil visitantes, oriundos da comunidade, de instituições de ensino e profissionais interessados em atividades de educação ambiental.

8.1.4 Gerenciamento do Sistema Eletroenergético da Copel durante a Seca

A partir do segundo semestre, o armazenamento dos reservatórios das usinas pertencentes à bacia do Rio Iguaçu atingiram seus patamares mínimos históricos, levando a Copel a desenvolver uma série de ações entre os órgãos competentes (ONS, Aneel e Ministério de Minas e Energia) para alterar as regras de segurança da Região Sul, trazendo benefícios para todo o sistema interligado brasileiro.

8.1.5 Operação e Manutenção de Usinas

Dando continuidade ao processo de atualização tecnológica, foi concluído o projeto de automação e teleoperação da Usina Hidrelétrica Mourão, o que veio a tornar a Copel pioneira no cenário nacional de energia elétrica, ao controlar, por meio do Centro de Operação da Geração, mais de 99% da capacidade de geração instalada.

8.1.6 Expansão da Geração de Energia

Foram desenvolvidos estudos visando identificar oportunidades de implantação de:

- Usinas hidrelétricas de médio porte no Paraná;
- Novas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs);
- Ampliações da capacidade de antigas usinas da Companhia, como Apucarantina e Cavernoso;
- Aproveitamento do potencial eólico no Estado pelo Projeto Ventar, que envolve a instalação e a operação de estações de medição de vento;

- Aproveitamento da biomassa no Paraná para projetos de geração de energia;
- Continuidade da operação da Usina Termelétrica Figueira, pela substituição do combustível carvão mineral por biomassa.

8.1.7 Gestão Técnica de Empreendimentos

Em 2003, iniciou-se a prestação dos serviços de gestão técnica do Complexo Energético Fundão/Santa Clara, no Rio Jordão, que terá potência total instalada de 240 MW, dos quais 120 MW na Usina Santa Clara e 120 MW na Usina Fundão. A Usina Santa Clara já tem 30% de sua obra concluída e o Fundão tem o início de suas obras previsto para o começo de 2004.

8.1.8 Transmissão de Energia

O sistema de transmissão da Copel passou por uma série de reforços e atualizações tecnológicas para elevar os padrões de atendimento, dos quais destacam-se:

- Implantação da subestação Cidade Industrial de Curitiba 230 kV;
- Conclusão das obras das linhas de transmissão 230 kV Bateias-Jaguariaíva, com 137 km, e Cascavel-Ibema, com 44,3 km;
- Ampliação das subestações Dois Vizinhos, Pato Branco, Foz do Iguaçu, Irati, Pilarzinho, Uberaba, Jaguariaíva, Siqueira Campos, Pinheirinho e Governador Parigot de Souza;
- Ampliações e aumento da capacidade, num total de 21,5 km, das linhas de transmissão de 138 kV Pilarzinho-Atuba, Campo Comprido-Barigüi e Barigüi-Cidade Industrial de Curitiba;
- Automação da quase totalidade das subestações da Copel;
- Implantação do sistema de gerenciamento de manutenção e monitoramento *on-line* de equipamentos que contribuem para o incremento do desempenho do sistema de transmissão;
- Instalação de avançada tecnologia de controle no Centro de Operação do Sistema (COS).

Em função do grau de evolução tecnológica da Copel, o Operador Nacional do Sistema (NOS) contratou a Companhia para execução de ampliação funcional nas

unidades remotas das subestações de Ponta Grossa Norte, Guaíra, Cascavel Oeste, Governador Parigot de Souza, Londrina e Maringá.

8.1.9 Distribuição de Energia

O número de consumidores passou de 3.011.382 em 2002, para 3.103.483 em dezembro de 2003, um crescimento de 3,1%.

No Paraná, o consumo total de energia elétrica teve crescimento de 1,5% de 2002 para 2003. O baixo desempenho verificado em 2003 deveu-se principalmente à substituição parcial ou total de alguns clientes industriais por outro fornecedor. Não se considerando no mercado os principais clientes industriais que se desligaram da Copel, verificou-se crescimento de 5% no consumo industrial e de 3,7% no consumo total.

CONSUMO EM 2002 E 2003, POR CLASSE (GWh)

CLASSE	2002	2003	VARIAÇÃO (%)
Residencial	4.307	4.442	3,1
Comercial	2.726	2.878	5,6
Industrial	7.554	7.430	(1,6)
Rural	1.216	1.275	4,8
Outros	1.647	1.690	2,6
TOTAL	17.451	17.715	1,5

Para elevar os padrões de atendimento e produtividade foram desenvolvidos programas específicos para o sistema de distribuição da Copel, apresentados a seguir:

- Continuidade da implantação do Sistema de Informações Geográficas - atingiu-se o patamar de 150 bases cartográficas urbanas dos 399 municípios do Paraná, abrangendo 80% dos consumidores da Copel, o que permite o gerenciamento mais eficiente de seus consumidores e da rede elétrica de distribuição. Atualmente, 75% do território paranaense está representado em mapa digital, na escala 1:50.000, por um convênio com o Ministério da Defesa (DSG) e com o Ministério do Planejamento (IBGE). Está sendo realizado convênio de cooperação técnica para a troca de informações cartográficas e cadastrais entre a Copel e a SEDU/ PARANACIDADE, o que possibilitará ao Estado uma economia de R\$ 5.000 mil na contratação de bases cartográficas.

- Implantação de rede secundária isolada - substituição dos cabos nus das fases por cabos isolados, aumentando a segurança dos eletricitistas e de terceiros, diminuindo os desligamentos, reduzindo a poda de árvores e melhorando o aspecto estético da rede.
- Ampliação da automação de subestações e redes - com investimento de R\$ 2 milhões, foram automatizadas mais 25 subestações (englobando 150 novos alimentadores), as quais passaram a ser operadas a partir dos Centros de Operação.

8.1.10 Pesquisa e Desenvolvimento

A Copel desenvolveu, no ciclo 2002/2003, 14 projetos, totalizando investimentos de R\$ 4,2 milhões em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, dentre os quais destacam-se:

- Célula a Combustível - monitoramento de três células com gás natural em operação nas instalações do Pólo km 3 da Copel, no Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná e no Hospital Erasto Gaertner e acompanhamento do desenvolvimento da tecnologia de utilização do álcool em células a combustível.
- Pesquisa e aplicação de restauradores dinâmicos de tensão (RDT) para linhas de distribuição.
- Determinação da eficiência de bombas de calor aplicadas a clima temperado subtropical, típico da Região Sul do Brasil.
- Estudo e definição dos limites de parâmetros de qualidade de energia aceitáveis para prevenir danos em eletrodomésticos.

8.1.11 Telecomunicações

Foram acrescentados 200 km de rede de transmissão (*backbone*) com cabos ópticos, agregando 14 novas cidades às 60 já atendidas pela Copel, além de 600 km de rede óptica de acesso urbano, com investimento de R\$ 48 milhões.

Os serviços de telecomunicações geraram faturamento de R\$ 6 milhões por mês, tornando a atividade auto-sustentável e contribuindo para a redução de preços e melhoria da qualidade de serviços de telecomunicações no Paraná.

Foi instalado o piloto do Programa Paraná Digital no Instituto de Educação do Paraná, que deverá ser estendido a todas as escolas estaduais.

8.1.12 Participações

Em 2003, a nova direção da Copel vem reavaliando toda a sua carteira de ativos em participações para dar continuidade àquelas que estiverem alinhadas com o referencial estratégico da Companhia, cujo elenco atual é composto pelas seguintes empresas:

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO (%)
Braspower Ltda.	49
Copel AMEC Ltda.	48
Esco Electric Ltda.	40
Compagás S.A.	51
Dominó Holding S.A. (Sanepar)	15
Sercomtel S.A.	45
Sercomtel Celular S.A.	45
Onda Provedor de Serviços S.A.	24,5
Centrais Eólicas do Paraná Ltda.	30
Dona Francisca Energética S.A.	23
Foz do Chopim Energética Ltda.	35,8
UEG Araucária Ltda.	20
Campos Novos Energia S.A.	16,7
Centrais Elétricas do Rio Jordão Ltda.	40
Consórcio São Jerônimo	21

8.1.13 Laboratório de *Software* Livre

A Copel inaugurou, em 30 de setembro de 2003, o Laboratório de *Software* Livre, com o objetivo de proporcionar aos projetos de pesquisa condições para validação do uso dos produtos de *software* abertos no ambiente da Companhia, além de propiciar a troca de experiências entre os profissionais da própria Empresa, fornecedores, parceiros e comunidade em geral.

A Companhia utiliza produtos de *software* livre em situações específicas há mais de oito anos e, atualmente, desenvolve diversos projetos para avaliação, teste e implantação da tecnologia em larga escala em aplicações em que isso possa representar redução de investimentos e custos, preservando requisitos de disponibilidade, confiabilidade e segurança.

8.1.14 Resultados

A Copel encerrou o terceiro trimestre de 2003 com lucro líquido de R\$ 260,3 milhões. A receita operacional bruta foi de R\$ 3,1 bilhões, apresentando crescimento de 12% em relação ao mesmo período do ano anterior. A participação do ICMS nessa receita, no mesmo período, foi de R\$ 674,2 milhões. Até setembro, fez investimentos de R\$ 203,3 milhões em suas diversas áreas de atuação.

As ações ordinárias nominativas (ON) e as preferenciais nominativas classe B (PNB) da Copel estiveram presentes em 100% dos pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) são negociadas as ações PNB, em forma de ADRs, também 100% presentes nos pregões. A Companhia também lista suas ações PNB na Europa, por via de Mercado de Valores Latino-Americano em Euros (LATIBEX), vinculado à Bolsa de Valores de Madri, as quais, tanto quanto as ações negociadas no Brasil e nos Estados Unidos, estiveram presentes em 100% dos pregões em 2003.

Com assessoria do Banco do Brasil, a Copel realizou operação de *hedge* de sua dívida representada pelos Eurobônus de US\$ 150 milhões, com vencimento em 2 de maio de 2005. A operação consiste na troca de 100% da variação cambial por uma média de 75,19% da Taxa de Depósito Interbancário (CDI), para proteger-se dos efeitos de variações das taxas de câmbio sobre a exposição de passivos indexados ao dólar norte-americano.

Para estreitar seu relacionamento com os maiores investidores mundiais e apresentar a transparência da atual gestão, em 2003 a Companhia participou de dois *road shows* – um no Brasil e outro no exterior.

8.1.15 Premiações

A Copel continuou a destacar-se nos mais diversos segmentos em que atua, tendo seu talento reconhecido por meio de premiações recebidas, dentre as quais:

- Troféu de 3.º lugar no Prêmio CIER de Qualidade - Satisfação do Cliente 2003, concedido pela – Comisión de Integración Energética Regional (CIER).
- Prêmio Abradee, na categoria melhor qualidade de gestão (pela primeira vez), promovido pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica.
- Prêmio FINEP, Financiadora de Estudos e Projetos, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2.º lugar, versão 2003, na categoria Processo, com o trabalho

Banco de Reguladores de Tensão de Trecho Reversível, Equipe de Manutenção de União da Vitória, cujo processo permite que se corrijam as flutuações de energia sem desligamento da linha.

- Finalista do Prêmio Fundação COGE na categoria Ações Ambientais com o trabalho Reciclagem de Terra Fuller Utilizada na Regeneração de Óleo Mineral Isolante, desenvolvido por profissionais da Equipe de Manutenção Eletromecânica da Regional Oeste - Cascavel.
- Selo CASEM - Empresa Socialmente Responsável - 2003 (Associação Comercial do Paraná).
- Inclusão da Copel no Anuário de Responsabilidade Social do ISAE/FGV e DHARMA.
- Prêmio Global Finance - A Copel foi escolhida pela revista americana Global Finance como a Melhor Companhia Latino-Americana de Serviços de Eletricidade. Essa é a terceira vez que a Copel é premiada pela Global Finance em seis anos de existência desse prêmio.
- Prêmio de Melhor Empresa em RI - A Copel foi agraciada com o prêmio de Melhor Empresa em Relações com Investidores do Brasil em 2003, na categoria Small & Mid Cap, promovido pela revista americana Investor Relations - IR Magazine.
- A Companhia foi reconhecida nacionalmente pela revista Anuário Telecom como empresa de destaque no segmento de Serviços de Comunicação de Dados.
- Prêmio Special Achievement in Geographic Information System, entregue à Copel na conferência de usuários da ESRI – Environmental Systems Research Institute (USA) em 2003.
- International Council for Caring Communities (ONU – Organização das Nações Unidas).
- 1.º lugar Top of Mind/Grandes Marcas 2003 (Revista Amanhã/Porto Alegre).
- Menção honrosa Procel – Prêmio Nacional de Conservação e uso Racional de Energia (Eletrobrás/Procel).

Linha de Ação 3

Expansão Produtiva



Linha de Ação 3

Expansão Produtiva

Tendo em vista que a expansão produtiva determina a dinâmica econômica e social da sociedade, ou seja, o seu nível de renda e emprego, esta é a mais importante estratégia de inclusão social. O desenvolvimento sustentável e regionalmente desconcentrado do Paraná passa necessariamente por estímulos à ampliação de sua base produtiva (agricultura, indústria, comércio, serviços) via crescimento dos investimentos e aumento da produtividade.

9 Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Com o programa Desenvolvimento do Agronegócio, o Governo do Estado busca garantir o aumento da renda do pequeno e do médio produtor por meio de uma agricultura mais forte e competitiva. Para tanto, as ações estão focadas na capacitação do homem do campo e no aumento da agregação de valor aos produtos da lavoura e da pecuária.

9.1 Ações Desenvolvidas

9.1.1 Fábrica do Agricultor

As ações do Programa buscam o beneficiamento e a transformação das matérias-primas produzidas pela agropecuária estadual, obtendo-se um produto diferenciado, socialmente justo e correto, com valor agregado e capaz de incrementar a renda dos agricultores familiares.

O trabalho tem apresentado excelentes resultados, tais como o apoio à comercialização de produtos oriundos da Fábrica em grandes supermercados de cidades como Curitiba, Cascavel e Francisco Beltrão.

Em 2003, foram realizadas as seguintes ações:

- 102 assessoramentos a novas agroindústrias (implantadas, modernizadas e assistidas), elevando para 1.272 o número de unidades já implantadas pelo Programa;
- 31 realizações da Feira Sabores do Paraná;
- Criação de 1 Centro de Comercialização em Guarapuava.

9.1.2 Sanidade Agropecuária

O Paraná tem se destacado nas ações para garantir a sanidade da agropecuária e seu conseqüente reflexo no crescimento da economia estadual. A SEAB, em parceria com a iniciativa privada, com lideranças e pecuaristas, tem obtido resultados significativos descritos a seguir.

- Com a proibição de ocorrência de Organismos Geneticamente Modificados (OGM), foram coletadas e analisadas 6.500 amostras de sementes de soja, visando à não-contaminação da produção paranaense e ao atendimento aos mercados interno e externo. Também foi realizado trabalho de conscientização e esclarecimento de mais de 1.200 agricultores e líderes rurais, com respeito à proibição de plantio da soja transgênica.
- Inspeccionados 120.000 hectares destinados à produção de sementes de soja, trigo, milho, algodão, batata, arroz, feijão e forrageiras, contribuindo para a manutenção da qualidade de 420.000 toneladas de sementes produzidas no Paraná.
- Inspeccionadas 290.000.000 de mudas de café, citrus, frutíferas, florestais e ornamentais, visando à qualidade técnica e sanitária.
- Realizados 98.000 exames para diagnóstico de pragas e doenças, com o apoio à sanidade animal e vegetal.
- Ações de educação sanitária sobre legislações, sanidade animal e vegetal, reuniões, palestras e eventos, veiculação de mensagens em rádio e televisão, artigos em jornais e distribuição de material gráfico como fôlderes, cartazes e cartilhas. Atingiu aproximadamente 250.000 propriedades rurais no Estado.
- Implantado o sistema de identificação, rastreamento, avaliação de conformidade e certificação sanitária e de origem dos animais.
- O Serviço de Inspeção do Paraná/Produtos de Origem Animal (SIP/POA) realizou 2.772 operações de fiscalização para assegurar a qualidade dos produtos nos estabelecimentos e atendeu a 1.532 clientes.
- Visando à manutenção da condição de Zona Livre de Febre Aftosa com Vacinação, foram orientados 213.467 estabelecimentos com bovídeos, totalizando 10.022.000 animais vacinados. Também, foram emitidos 181.676 Guias de Trânsito de Animais (GTAs) e realizadas 456 palestras para um público de 11.561 pessoas. Concedeu-se integral apoio à atuação do CONESA e dos 160 Conselhos de Sanidade Municipais (CSAs) em funcionamento no Estado.
- Realizado o inquérito sorológico para Peste Suína Clássica, envolvendo 5.438 suídeos.
- Lançamento da rastreabilidade de bovinos em duas áreas-pilotos (Regionais de Guarapuva e Cascavel), sendo identificados mais de 6.000 animais nessas áreas. Certificado de origem dos animais da Aliança Mercadológica

Novilho Precoce de Guarapuava e extensão do Programa Rastreabilidade a outros municípios do Estado, conforme demanda e parcerias.

9.1.3 Empresa Paranaense de Classificação de Produtos (CLASPAR)

Desenvolveu as seguintes ações em 2003:

- 480.000 fiscalizações de trânsito de veículos;
- 4.400 análises laboratoriais para fiscalização do comércio de sementes;
- 8.700 análises laboratoriais para produtores de sementes;
- 2.100 análises de supervisão de laboratórios particulares;
- Investimento de 3.600 milhões de toneladas em acompanhamento de embarque de produtos agrícolas.

9.1.4 Capacitação Rural

Com o objetivo de qualificar e profissionalizar agricultores e familiares, trabalhadores rurais e técnicos que trabalham no setor, a SEAB atuou em várias frentes, apresentando os seguintes resultados em 2003:

- Realização de 40 cursos de gestão empresarial, 35 cursos de transformação artesanal, envolvendo 2.300 participantes, além de atendimento direto aos agroempreendedores apoiados pelo Programa Fábrica do Agricultor.
- Atendimentos, direta e indiretamente, a 5.221 produtores e treinamento de 1.369 cafeicultores.
- Realização de 40 eventos de difusão da Rede de Propriedades de Referência, com participação de mais de 5.000 produtores, com o objetivo de que estes atuem como irradiadores de tecnologia e soluções.
- Trabalho com 64 cooperativas e associações, envolvendo 1.250 participantes, visando introduzir o produtor e sua família nas organizações associativas.
- Capacitação de 162.240 pessoas em 3.216 cursos, envolvendo um montante de R\$ 6 milhões do Paraná 12 Meses, buscando o fortalecimento da agricultura familiar.

- Treinamento, em comercialização de produtos e serviços, de 120 técnicos, 750 agricultores familiares e assentados, com recursos oriundos do PRONAF/MDA, em 12 municípios pólos, com aplicação de R\$ 142,5 mil.
- Realização de palestras e cursos para aproximadamente 1.000 produtores nos projetos Hortiqualidade, Capacitação e Curso de Profissionalização.
- Realização de dias de campo sobre opções de cultivares de soja, sorgo, feijão de outono; pastagens de verão e de inverno; palmito cultivado; culturas de cobertura com os temas de manejo, produção de sementes e rotação das culturas e agricultura orgânica, entre outros.
- Promoção de dois simpósios brasileiros – um sobre Fixação de Carbono em Sistemas Agrícolas e Florestais e outro sobre Cruzamento de Bovinos de Corte – em Londrina.

9.1.5 Estímulo à Produção e Informações Agropecuárias

Buscando a melhoria da produtividade das explorações pecuárias, os resultados apresentados a seguir são prova do empenho e do sucesso obtido.

- O IAPAR obteve o segundo lugar na Mostra Internacional de Tecnologias para o Agronegócio – Ruraltech, com o projeto As Hastes Sulcadoras de Semeadoras de Plantio Direto.
- A Universidade do Campo, importante instrumento de pesquisa e consulta à especialistas, chegou a 2.120 atendimentos, pelo *site* do Portal do Paraná.
- O lançamento de variedades como: o milho híbrido duplo (IPR 119), próprio para pequenos e médios produtores; a nova cultivar de arroz (IPR 117), adequada para as condições de sequeiro; validação da linhagem de algodão PR 94-227-918, que será lançada como cultivar na próxima safra.
- Desenvolvimento de ações de apoio à política agrícola e de informação de mercado pelo Departamento de Economia Rural (DERAL) principalmente pela geração de dados primários, fundamentais para a elaboração de diagnósticos e de programas de governo. O acompanhamento sistemático da situação agropecuária paranaense vem permitindo a identificação de problemas e propostas de soluções pela formulação de projetos especiais como: Fundo de Aval (Garantidor) para Produtos Estratégicos; Estoque

Regulador para Produtos Estratégicos; Cadastro Rural Multifinalitário Georreferenciado; Paraná para o Exterior - Produtos Agropecuários; Programas de Apoio à Pecuária, à Piscicultura e à Fruticultura; Programa Irrigação na Madrugada e do Parque da Ciência, entre outros.

- Realização do 2.º Sulflores – Encontro de Floricultura e Paisagismo em Curitiba, com 315 participantes.

9.1.6 Fortalecimento Agropecuário

Com o objetivo de viabilizar a propriedade agrícola, aumentar a renda do setor, melhorar a qualidade e a competitividade dos produtos agrícolas paranaenses e reforçar a participação do Estado entre os principais produtores nacionais, a atuação da SEAB em 2003 foi decisiva, dentre as quais merecem destaque:

- Movimentação de 1.096.000 toneladas de produtos hortigranjeiros no valor estimado de R\$ 744.772 mil, envolvendo 5.000 produtores e 700 comerciantes;
- Classificação de 3,8 milhões de toneladas de produtos agrícolas;
- Processamento e armazenagem de 696.798 toneladas de produtos secos (grãos) e frigorificados, envolvendo recursos na ordem de R\$ 9 milhões;
- Produção, pelo IAPAR, de 400,3 toneladas de sementes básicas de alta qualidade - Programa de Propagação Vegetal – em apoio ao Sistema Paranaense de Produção de Sementes;
- A EMATER, nas diversas atividades desenvolvidas nas propriedades rurais, assentamentos, vilas e comunidades rurais, assistiu 173.235 famílias, com absoluta prioridade para os agricultores familiares e trabalhadores rurais, que representaram 88,74% do total;
- Produção de 30.000 toneladas de produtos da agricultura orgânica, gerando uma renda bruta de R\$ 24.000.000,00, 20.000 empregos diretos e 5.000 indiretos;
- Certificações de 300 novas propriedades por meio do uso do selo de produtos orgânicos.

Além disso, algumas obras foram realizadas como forma de reestruturação e revitalização das CEASAS, destacando-se o novo Armazém da Família; as instalações do Barracão do Varejão e do Barracão do Banco de Hortifrutis-CEASA/Amiga; e a Casa do Produtor na CEASA/Curitiba, com 160 m².

No campo da Engenharia Rural, em convênio com o INCRA e com a Caixa Econômica Federal, foram executados 116 km de readequação de estradas rurais, em 22 trechos, abrangendo 17 municípios do Estado. Buscando amenizar os problemas de constantes enchentes no litoral paranaense, executando obras de limpeza e drenagem de 17 km do canal extravasor de Matinhos, com a retirada de um volume de 131 mil m³ de terras. Estas e outras ações executadas na área de engenharia, como terraplanagem para implantação de agroindústrias, somaram um total de 23.250 horas/máquinas, envolvendo um volume de recursos da ordem de R\$ 1,7 milhão.

Pelo Programa de Produção Animal, resultados importantes têm sido obtidos, tais como: produção de carne bovina com qualidade, utilizando animais com potencial genético para ganho de peso; manejo de gado de cria, unindo em uma única técnica o desmame precoce com a amamentação controlada; e o SISCAL, sistema de suínos criados ao ar livre, que se caracteriza pelo baixo custo de implantação e a possibilidade de obtenção de produtos ecologicamente corretos. Pode ser uma opção viável para os pequenos e médios produtores.

Em criações, cabe ressaltar os resultados que vêm sendo obtidos nas 138 Unidades de Referência: difusão de tecnologia em pecuária de curta duração; fortalecimento de 40 pontos de venda de produtos em mercados e supermercados; desenvolvimento e modernização da cadeia produtiva do leite.

O Projeto Plantas Potenciais Medicinais e Aromáticas, que visa atender à crescente demanda da população por produtos naturais, já abrange uma área de 2.538 ha cultivados, envolvendo cerca de 1.000 produtores, caracterizando o Paraná como o maior produtor brasileiro dessas espécies.

9.1.7 Projeto Paraná 12 Meses

O Projeto conseguiu resultados significativos, sendo que na sua execução foram aplicados R\$ 33,5 milhões por conta do Banco Mundial e do Tesouro do Estado, atingindo 61,9% dos US\$ 175 milhões contratados.

Entre os resultados destacam-se:

- **Desenvolvimento Social, Produtivo, Institucional e Tecnológico** - Por meio do FUNPARANÁ, foi operacionalizado o pagamento de 1.378 projetos comunitários, num montante de R\$ 23.583 mil, beneficiando diretamente 21.430 produtores rurais e suas famílias. Mais de R\$ 7,7 milhões foram dirigidos a 6.463 famílias de comunidades pobres para reforma de moradias, saneamento básico, atividades de fomento agrícola e empreendimentos coletivos para geração de renda.
- **Adequação de Estradas Rurais** - A execução de estradas com obras concluídas chegou a 1.526,3 km e 2.166,3 km programados, mas não contratados, sendo aplicados na atividade R\$ 1.638 mil. A meta final nessa atividade é de 6.000 km.
- **Vilas Rurais** - Foi aplicado, pelo FUNPARANÁ, nas atividades de fomento agrícola e empreendimentos coletivos, o montante de R\$ 1.096 mil, envolvendo 776 famílias de trabalhadores rurais.
- **Manejo e Conservação de Recursos Naturais** - Atividade composta pelas estratégias técnicas de controle da poluição ambiental, de redução da erosão do solo agrícola e recuperação da sua fertilidade. Em 2003, foram atendidos 11.910 beneficiários, com aplicação de R\$ 10.198 mil.
- **Modernização da Agricultura Familiar** - Apoio a 2.490 agricultores familiares nas práticas dirigidas para a adequação dos sistemas produtivos, bem como às iniciativas de beneficiamento e transformação da produção primária, sendo aplicados R\$ 4.579 mil nesse subcomponente.

9.1.8 Ações Institucionais

Como forma de consolidar a política de governo em que o pequeno agricultor aparece com destaque no rol de prioridades, outras ações foram desenvolvidas para o atingimento dos objetivos, cabendo um especial destaque para o lançamento, em junho, do Programa Leite das Crianças, que, além de reduzir as deficiências nutricionais da população infantil, promove o desenvolvimento da bacia leiteira do Estado. Em 2003, o Programa atendeu a 49.583 crianças, com idade de 6 a 36 meses, em 98 municípios implantados. A CEASA foi responsável pela compra de 2.108.000 litros de leite e 135 kg de Vitamilk II, no

valor aproximado de R\$ 1.849 mil. Ainda, mais de 4.000 pequenos produtores estão recebendo apoio técnico e creditício por meio do PR 12 Meses e do PRONAF.

No Atendimento às Famílias de Baixa Renda, 20.200 famílias receberam 2.730 toneladas de produtos básicos por meio dos Armazéns da Família, das Compras Comunitárias e dos Mercadões Populares.

Pelo Banco de Hortifrutis – CEASA/Amiga, foram doadas 1.870 toneladas de hortaliças e frutas, com valor estimado de R\$ 1.333 mil, beneficiando 91.130 pessoas carentes.

Vários trabalhos científicos foram publicados pelo IAPAR, tais como: Mapeamento da Pobreza; Zoneamento Agrícola do Estado do Paraná; Mandioca – Antes, Agora e Sempre; e Informações Técnicas para as Culturas do Trigo e Triticale no Paraná 2003.

O IAPAR criou o Laboratório de Manejo Ecológico de Pragas, vinculado à Área de Proteção de Plantas, desenvolvendo três linhas de pesquisa: plantas inseticidas, controle biológico do *trichogramma* e estudo de insetos vetores.

Realizou-se a conversão da Estação Experimental do Cangüiri, no sentido de reorientar as atividades para agricultura e pecuária orgânicas, considerando a locação em Área de Proteção Ambiental do Rio Iraí.

10 Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul

A Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul (SEIM), criada pela Lei n.º 13.986, de 30 de dezembro de 2002, tem por finalidade a articulação do Governo com o setor privado, visando promover o desenvolvimento econômico do Estado, bem como o desempenho das atividades de apoio relativas ao Mercado Comum do Sul (Mercosul).

10.1 Ações Desenvolvidas

10.1.1 Programa de Desenvolvimento da Produção

10.1.1.1 Fomento à Produção e Atração de Investimentos

O Programa de Apoio ao Fomento e Desenvolvimento Industrial Paranaense tem como objetivos: promover a expansão e diversificação da base industrial do Estado; atender potenciais investidores; estimular a aplicação dos programas de incentivos fiscais; colaborar para identificação de áreas para instalação de empresas; e a obtenção e sustentação do desenvolvimento econômico estadual.

Fundamental para esse desempenho é o conjunto de incentivos fiscais que visam à descentralização industrial, o equilíbrio tributário em relação a outros estados e a dilação do prazo para recolhimento de parte do ICMS incremental gerado por implantação, ampliação ou reativação de estabelecimentos industriais, bem como do ICMS incidente nas faturas de energia elétrica dessas indústrias. Esse Programa, denominado Bom Emprego, já está beneficiando 19 novos estabelecimentos, com um montante de benefício concedido superior a R\$ 76,5 milhões e gerando mais de mil empregos diretos. Para divulgar o Programa em todo o Estado foram percorridos mais de 10 mil km, realizadas reuniões de exposição em mais de 23 cidades-pólos, com a participação de 3.500 empresários e autoridades.

Centenas de empresários, consultores e representantes foram atendidos no período, prestando-se os necessários apoios e esclarecimentos para acesso aos

programas de incentivos fiscais, facilidades oferecidas pelas prefeituras, questões de infraestrutura, crédito e financiamento. Há possibilidade de sucesso de mais de 40 projetos, além dos 19 já mencionados.

Além disso, especificamente no caso das cooperativas, verifica-se grande dinamismo, fruto principalmente das possibilidades de exportação de produtos das cadeias da carne, de alimentos industrializados, da soja, do açúcar e do álcool.

Relativamente às prefeituras, o Programa de Barracões Industriais, conduzido em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU), conta com recursos do BID, que são repassados na forma de financiamento para as prefeituras. Foram aprovados financiamentos que permitirão a implantação de 60 barracões, num total edificado de 45.000 m², em 31 municípios, com perspectiva de instalação de 81 novas empresas e geração de 2.500 novos empregos diretos.

10.1.1.2 Cadeias Produtivas

Dentre as ações desenvolvidas em 2003, destacam-se as seguintes:

- Criação do Fórum Estadual de Competitividade, instituído pelo Decreto n.º 1.640, de 23 de julho de 2003, com o objetivo de ser um espaço de diálogo e articulação entre os setores produtivos e o Governo do Estado, com vistas à implementação de ações para o desenvolvimento sustentável e o aumento da capacidade competitiva das cadeias e arranjos produtivos locais.
- Realização do I Fórum Paranaense de Competitividade, em 30 de setembro de 2003, com o objetivo de mobilizar e sensibilizar as empresas paranaenses para o aumento da competitividade.
- Mobilização da classe empresarial e laboral para a criação do Movimento Paraná Competitivo (MPC), com o propósito de alinhar-se ao Movimento Brasil Competitivo (MBC) na busca de agregação de valores aos produtos e serviços.
- Seleção das seguintes cadeias e arranjos produtivos locais: madeiras e móveis, têxtil e confecções, eletro-eletrônica, cosméticos – higiene pessoal – perfumaria, agroindústria, construção civil – mineração e metal – mecânica, a serem trabalhadas, para o aumento da vantagem competitiva, que venham contribuir com a geração de emprego e renda.

- Proposição de Termo de Cooperação Técnica com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para o desenvolvimento de ações integradas no Estado do Paraná.
- Participação em reuniões técnicas no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para a integração das ações do MDIC com a SEIM.
- Parceria com o IBQP e SEBRAE-PR para a viabilização de seminários de sensibilização para a competitividade, e a criação do Prêmio Paraná de Excelência em Gestão, destinado a micro e pequenas empresas.
- Desenvolvimento, em parceria com a SEDU e outras secretarias, do Programa GerAção, que tem como objetivo o fomento ao empreendedorismo regional.
- Elaboração do Regimento Interno do Fórum Estadual de Competitividade.
- Parceria, mediante termo de cooperação técnica com o IBQP, com a Organização Nacional Promotora de La Estratégia de Competitividade e com o Ministério da Indústria e Comércio do Paraguai, para a integração das cadeias e arranjos produtivos locais do Estado com aquele país.
- Formação de banco de dados de fontes de financiamento para indústrias, empresas e serviços.
- PRODUSERV - início de atualização da base de dados de produtos e serviços paranaenses.

10.1.2 Programa de Apoio e Desenvolvimento do Comércio Internacional

10.1.2.1 Comércio Internacional

Nesse âmbito, foram desenvolvidas em 2003 as ações a seguir:

- **Prospecção de Negócios** - Estudo para captação de investidores internacionais para o Estado do Paraná – Ubal (Bélgica), Quest Diagnostics (Estados Unidos), SIG (Suíça), Exal (Espanha), Pesca (Espanha), Têxtil (Índia), General Electric (USA).
- **Fomento de exportações de produtos paranaenses** - Frigorífico paranaense começou a exportar US\$ 2 milhões/mês a partir de setembro desse ano; Tafisa começou a exportar assoalho de madeira para EUA.

Projetos em andamento:

- Desenvolvimento de um catálogo (material didático) sobre o Estado do Paraná, direcionado exclusivamente para prospecção de investidores internacionais.
- Parceria com o Estado do Maranhão no setor de industrialização da soja e também da área turística.
- Elaboração de um *site* interativo com informações de Comércio Exterior.
- Elaboração de um banco de dados de empresas e empresários interessados na internacionalização de empresas.
- Planejamento do Fórum de Cooperação Técnica, Comercial, Científica e Industrial entre a França e o Estado do Paraná.
- Planejamento do 1.º Encontro Ítalo-Brasileiro em Design Estratégico, em Curitiba.

10.1.2.2 Coordenação de Assuntos do Mercosul

Desenvolveu as seguintes ações em 2003:

- Coordenação do Programa Mercosul: Paraná sem Fronteiras, que envolve os projetos:
 - Exporta Paraná - Capacitação e acompanhamento técnico de empresários paranaenses em promoção comercial;
 - Integração Regional - Aproximação da economia paranaense com as economias das províncias argentinas e departamentos paraguaios vizinhos ao Estado, bem como aproveitamento do posicionamento estratégico do Paraná para canalizar os processos de integração regional do Brasil com o Mercosul e os países do Pacto Andino.
- Coordenação do Projeto Rede Nacional de Agentes de Comércio Exterior no Paraná - Redeagentes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), para difusão da cultura exportadora.
- Coordenar o Ponto Focal do Seminário de Promoção de Investimentos (SIPRI) e Investe Brasil no Paraná.
- Coordenação do Programa de Promoção Comercial Paranaense no MDIC e na APEX.

- Coordenação, em parceria com a SEAB, da formatação do Programa Paraná para o Exterior para a exportação de agronegócios, em especial dos produtos orgânicos, envolvendo a capacitação de técnicos em agronegócios para o exterior.
- Planejamento e elaboração da página do Mercosul dentro do *site* www.pr.gov.br/seim.
- Coordenação na revitalização do Fórum das Américas - Foz do Iguaçu.
- Planejamento, elaboração e execução do Radar Latino-Americano - resenha eletrônica dos principais jornais impressos em espanhol da América Latina, em parceria com a Secretaria de Estado da Comunicação Social (www.pr.gov.br/radar).
- Análise mensal e divulgação das informações sobre a balança comercial paranaense.
- Elaboração do livro Panorama do Comércio Exterior Paranaense 2002.
- Organização das I e II Missões Empresariais Paranaenses à Córdoba, na Argentina.
- Criação de um grupo de trabalho sobre a exportação de serviços em parceria com a SETI e com o IPARDES para o estabelecimento de uma política do setor de serviços.
- Criação do Fórum Estadual do Mercosul, em parceria com o IPARDES.
- Criação de um grupo de trabalho, juntamente com as entidades de classe, para elaboração de projetos de promoção das exportações (FIEP/SEBRAE/ACP/CIC/CITPAR).
- Planejamento e execução da reunião do Codesul no Espaço das Américas, em Foz do Iguaçu.
- Proposição para assinatura de convênio com a Aladi para a realização de um ciclo de seminários explicativos sobre processo de integração regional. Elaboração técnica do conteúdo programático (seis cidades no Paraná).
- Realização do I Fórum de Discussões do Mercosul, em parceria com a Associação Comercial do Paraná.
- Colaboração no planejamento e na execução do Festival Cultural das Três Fronteiras, em parceria com a Secretaria da Cultura e com o Teatro Guaira

(Puerto Yguazú - Argentina; Foz do Iguazu - Brasil; e Ciudad del Este – Paraguai).

- Planejamento e preparação para receber a I Missão Empresarial Cordobesa no Paraná.
- Planejamento da Missão Governamental e Empresarial para Espanha e Portugal em setembro de 2003 (Codesul).
- Participação no Fórum de Especialistas dos Países do Mercosul.
- Planejamento e preparação para realização de seminários de promoção comercial, em parceria com a FIEP e com o MRE.
- Planejamento e preparação para missões para o Uruguai, Paraguai, Chile e México.
- Planejamento do Programa Estadual de Promoção Comercial do Paraná, em parceria com o MDIC e a APEX.
- Elaboração do Boletim do Mercosul - divulgação das atividades da coordenadoria.
- Captação, planejamento e organização do 60.º Encomex (13 e 14/agosto, em Londrina), em parceria com a SECEX, FIEP e SEBRAE entre outras entidades.
- Planejamento e execução do I Seminário de Promoção de Investimentos (SIPRI), em parceria com a CIC, o MRE e a Investe Brasil.
- Planejamento, elaboração e execução do Programa Momento do Mercosul - programa de TV sobre o Mercosul na TV Educativa (2 min/dia – 110 programas).
- Planejamento e elaboração de um programa de TV de 30 minutos – Nós Latinoamericanos/Construindo o Mercosul – Agosto/TVE, em parceria com a Secretaria de Estado da Comunicação Social.
- Palestra sobre o Mercosul na Universidade Federal do Paraná.
- Participação no II Fórum dos Estados, realizado pelo MRE por meio do SIPRI, no Rio de Janeiro.
- Palestras sobre os programas da SEIM para as exportações paranaenses (AECIAR - Araucária; FANORPI - Santo Antônio da Platina; FILO e ACIL - Londrina; EXPOINGÁ – Maringá; Câmara de Comércio Bilateral Brasil e Alemanha; e CIC – Curitiba).

- Atendimento a entidades de classe, empresários, sindicatos, câmaras de comércio bilaterais, associações comerciais, ao público em geral em assuntos relacionados ao Mercosul e ao comércio exterior paranaense.
- Atendimento a comitivas internacionais, empresariais e governamentais para acordos de parcerias para o incentivo do comércio exterior e, principalmente, a transferência de tecnologia.
- Trabalho com lideranças regionais do setor de agronegócios orgânicos para desenvolver um processo de exportação para o setor, em parceria com a SEAB e o BRDE.
- Planejamento e preparação para a execução de cursos em exportação para empresários de pequeno porte (Redeagentes) nas cidades de Curitiba, Londrina (3), Foz do Iguaçu, Pato Branco, Apucarana e Arapongas (cerca de 300 empresários a serem capacitados).
- Planejamento e preparação para a execução de cursos para formação de Agentes de Comércio Exterior (Redeagentes) nas cidades de Curitiba e Foz do Iguaçu (cerca de 70 agentes a serem formados).

10.1.2.3 Missões Empresariais e Institucionais

- II Missão Empresarial do Paraná a Córdoba - 24 a 26 de junho, em Córdoba (Argentina). Foram fechados negócios da ordem de US\$ 6 milhões e acordos de cooperação entre as instituições.
- Missão Governamental à Espanha e Portugal - 14 a 23 de setembro, em Santiago de Compostela e Lisboa.
- I Missão Empresarial do Paraguai ao Paraná - 2 e 3 de outubro, em Curitiba.
- I Missão Empresarial Córdoba ao Paraná - 8 a 11 de outubro, em Curitiba e Apucarana.
- Missão Oficial de Autoridades do Governo do Estado do Paraná à República do Paraguai - 10 a 11 de setembro, em Assunção.

10.1.2.4 Seminários, Eventos, Cursos e Treinamentos

- I Seminário de Promoção de Investimentos - 5 de agosto, em Curitiba.
- Encontros de Comércio Exterior (Encomex) - 14 de agosto, em Londrina.
- Seminário de Mercados Internacionais - 15 de agosto, em Londrina.
- Seminário Promoção de Exportações - O Paraná na Agenda Internacional - 29 de setembro, em Curitiba.
- Seminário Parlamento Mercosul - 3 e 4 de novembro, em Foz do Iguaçu.
- Curso de Exportação para Empresários de Pequeno Porte (EPP) - 6 e 10 de outubro, em Londrina e Curitiba.
- Treinamento para Formação de Agentes de Comércio Exterior - 23 a 31 de novembro, em Curitiba.

10.1.3 Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR)

A JUCEPAR é responsável pelos serviços do registro público de empresas mercantis e atividades afins, no âmbito do Estado do Paraná.

Atuando ao longo de mais de um século, a Junta Comercial, que já foi modelo nacional, hoje se prepara para vencer obstáculos e problemas que estão dificultando ou quase impedindo o cumprimento de seus objetivos primordiais.

Percebendo que a revitalização dos processos administrativos e produtivos dependem de investimentos, principalmente na qualificação de pessoal, a proposta básica para este processo de mudança tem sido o treinamento de pessoal e a melhoria dos controles operacionais e administrativos na agilização de decisões, entre outras alternativas.

Com a implantação, em fase final, da informatização dos serviços e do atendimento, a JUCEPAR já começa a despertar o interesse de outros órgãos e até de outros poderes, que atuarão como agentes multiplicadores e estimuladores de um processo de motivação necessário para a proposta de aperfeiçoamento pretendido.

10.1.3.1 Principais Atividades Desenvolvidas

- **Aquisição de servidor de rede** - servidor de rede canadense, *top* de linha, que torna a JUCEPAR a mais bem equipada das Juntas Comerciais do Brasil.

- **Aquisição de equipamentos de informática** - 62 microcomputadores Pentium IV e 5 impressoras *laser*, tornando-a apta a desenvolver suas atividades com mais presteza.
- **Cabeamento estruturado de rede lógica e elétrica** - todos os andares ligados com fibra óptica, passando pelo *switch* no núcleo de informática, permitindo o gerenciamento total da rede, e o tráfego de diversos usuários, simultaneamente. Assim, a JUCEPAR poderá disponibilizar acessos a entidades públicas e privadas, tais como o Tribunal de Contas, Polícia Federal e Poder Judiciário.
- **Desconcentração dos serviços de registro mercantil** - transformação do posto avançado do SEBRAE (Curitiba) em escritório regional, remanejando uma funcionária e um vogal relator da sede, os quais passaram a executar análise e relato de processos, emissão de certidões e fotocópias, consultas de nome empresarial, o registro de livros mercantis entre outros. Esse escritório do SEBRAE passou a responder por cerca de 20% de todo o volume de serviços da Junta, tornando-se um importante facilitador para os usuários daquela região, com grande economia de tempo na prestação dos serviços.

No decorrer de 2003, a JUCEPAR operacionalizou projetos para melhoria e ampliação dos serviços, bem como sua alavancagem e modernidade administrativa, a fim de disponibilizar todos os serviços em meio digital, inclusive na Internet. Os avanços tecnológicos e a melhorias dos serviços prestados devem entrar em operação definitiva em março de 2004.

10.1.4 Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná (IPEM)

O IPEM está presente no Estado do Paraná há 36 anos, desenvolvendo atividades no campo da metrologia legal e da fiscalização de bens e serviços com a conformidade avaliada, atuando em todos os municípios do Paraná, por meio de sua sede em Curitiba e de gerências regionais nas cidades de Londrina, Maringá, Guarapuava e Cascavel, contando com um corpo funcional de 184 pessoas.

Tendo o foco na busca da excelência, o IPEM desenvolve suas funções na área da metrologia e da fiscalização da conformidade de bens e serviços, basicamente por meio da prestação dos serviços mencionados a seguir:

- Verificação metrológica de instrumentos (bombas medidoras para combustíveis líquidos, balanças, taxímetros, radares, vagões, caminhões-tanque e outros), com realização de 334 mil verificações de instrumentos.
- Fiscalização de produtos com a conformidade avaliada (preservativos, brinquedos, mamadeiras, tomadas, interruptores, isqueiros descartáveis, mangueiras para gás e outros) e fiscalização de produtos com a conformidade regulamentada (produtos têxteis, transporte de produtos perigosos e outros) com previsão de fiscalização de 4.800.000 unidades/metros.
- Produtos pré-medidos, realização de 89.500 exames, com 448 mil unidades examinadas (dentre as quais 160 mil unidades de produtos da cesta básica).
- Calibração e ensaios de instrumentos de medição.

O IPEM também possui, para o desenvolvimento das suas atividades, laboratórios na área da grandeza massa dotados de instrumentos e equipamentos de alta tecnologia e uma receita da ordem de R\$ 7.660 mil, destinada ao custeio da instituição e investimentos.

Em abril, foi lançado o Programa Especial de Orientação (PESO), destinado a orientar os diversos segmentos da sociedade, na busca da qualidade e segurança do consumo. Desde seu lançamento, foram realizados aproximadamente 30 eventos (feiras, palestras e seminários) nas diversas áreas, com aceitação extraordinária.

Em 2003, foi disponibilizado o serviço de ligações gratuitas para a Ouvidoria do IPEM (0800 645 0102), destinado para reclamações do público e para solicitar informações e serviços ao Instituto.

10.1.5 Pesquisa e Fomento à Produção Mineral – MINEROPAR

10.1.5.1 Programa de Desenvolvimento da Indústria de Cerâmica Vermelha no Estado do Paraná (PROCERÂMICA)

Tem por objetivo promover a adoção de métodos de produção que levem à melhoria da qualidade e da produtividade, na indústria de cerâmica vermelha do Paraná, para viabilizar a certificação do processo produtivo e dos produtos acabados.

Em 2003, iniciou o Projeto de Qualificação e Certificação das Indústrias de Cerâmica Vermelha na Região Metropolitana de Curitiba, que constitui a segunda fase do PROCERÂMICA, com a execução do projeto construtivo da reforma do laboratório de ensaios cerâmicos nas instalações do bairro Tarumã e com a compilação dos relatórios e documentos cartográficos existentes sobre a região objeto de prospecção para fontes alternativas de argilas, ao sul de Curitiba.

10.1.5.2 Projeto Serviços Geológicos e Riquezas Minerais

Objetiva prestar consultoria técnica às prefeituras municipais no que diz respeito a aproveitamento das potencialidades minerais, tanto para o abastecimento de obras públicas quanto para atração de investimentos; solução de problemas ambientais, tais como implantação de aterros sanitários e execução de obras com impactos ao meio físico; e ordenamento territorial, executando mapeamentos geológicos e geotécnicos aplicáveis à execução de Planos Diretores Municipais.

Foram atendidas com serviços de consultoria as prefeituras dos seguintes municípios: Paraíso do Norte, Pitanga, Laranjeiras do Sul, Santo Antônio da Platina, Jacarezinho, Nova Londrina, Marilena, São Carlos do Ivaí, Reserva, Medianeira, Candói, Ribeirão Claro, Japira, Jaboti, Pinhalão e Tomazina.

10.1.5.3 Plano Diretor de Mineração da Região Metropolitana de Curitiba

Convênio com o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) para execução do Plano Diretor de Mineração, que delimita áreas com maior potencialidade para matérias-primas minerais, visando produzir indicações para o ordenamento territorial e compatibilizar a mineração com outras formas de uso e ocupação do solo.

Desenvolveu em 2003 as seguintes ações:

- Elaboração, por meio de compilação em meio digital, dos mapas geológicos e das bases planialtimétricas, na escala de 1:50.000.
- Constituição de bancos de dados referentes à geologia, zoneamento urbano, água subterrânea, direitos minerários, bacias hidrográficas, mananciais de superfície, cavernas, atividade mineral e unidades de conservação.

- Elaboração de cartas de potencialidades e restrições à atividade mineral.
- Elaboração dos perfis socioeconômicos dos segmentos da produção de areia, brita, calcário, água subterrânea e cerâmica vermelha.

10.1.5.4 Contrato de Prestação de Serviços ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP)

Objetiva assessorar o IAP na emissão de licenças ambientais a empresas de mineração, mediante a elaboração de pareceres técnicos.

Elaborou, em 2003, 210 pareceres técnicos, fundamentados em análise de documentos e vistorias de campo, a processos de licenciamento ambiental para empreendimentos de mineração e pareceres a estudos de impacto ambiental em empreendimentos de diversos setores, como usinas hidrelétricas, loteamentos e aterros sanitários.

10.1.6 Reflorestamento e Aproveitamento das Reservas Florestais – Ambiental do Paraná

10.1.6.1 Programas/Projetos

- **Implantação do Novo Ciclo Florestal** - plantados 690 hectares de *pinus-spp*, distribuídos nos municípios de Campo Largo (160 hectares), Ponta Grossa (160 hectares), Castro (180 hectares) e Cerro Azul (190 hectares), com um custo aproximado de R\$ 800 mil.
- **Recuperação de créditos em contratos de venda de material lenhoso** - contratação de empresa especializada para executar revisão de 11 contratos de venda de floresta de pinus, firmados até dezembro de 2002. Com base nessas revisões, iniciou-se a repactuação dos contratos, tendo sido recuperados aproximadamente R\$ 18 milhões.
- **Planejamento estratégico e programação financeira** - elaboração e controle da efetivação do planejamento estratégico e de fluxo de caixa, aplicando rigoroso controle financeiro, reduzindo despesas e otimizando as receitas.

- **Reorganização e ordenação administrativa** - reavaliação do plano de carreira dos funcionários e do organograma da empresa. Atualização das normatizações internas, fluxograma administrativo e elaboração de manuais de procedimentos.
- **Regularização das áreas não tituladas** - da situação total fundiária, aproximadamente 4.600 hectares estão em fase de regularização de domínio na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA).
- **Transferência das áreas da Fazenda Leonópolis para Ambiental** - está em curso, na Agência de Fomento do Paraná S.A. e na Procuradoria Geral do Estado, a transferência para a Ambiental, por via de aumento de capital social, da Fazenda Leonópolis, situada no município de Inácio Martins, de gestão da Agência de Fomento do Paraná S.A.
- **Convênios** - celebração de termo de cooperação técnica com o TECPAR, para desenvolvimento, em parceria, de programas, dentre os quais destacam-se Certificação de Manejo Florestal, Certificação da Cadeia de Custódia de Produtos de Origem Florestal, Commodities Ambientais e Seqüestro de Carbono. Este último programa possibilitará a obtenção de Certificados de Emissões Reduzidas, como modalidade de flexibilização dentre os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), conforme propugnado no Protocolo de Kyoto, firmado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

10.1.6.2 Atividades Desenvolvidas

- **Condução e fiscalização das florestas plantadas** - atuação na fiscalização e vigilância numa área de aproximadamente 50.000 hectares de florestas, prevenção de incêndio e demais manutenções necessárias, sendo: 33.921,90 hectares de florestas nos municípios de Castro, Campo Largo, Ponta Grossa, Piraí do Sul, Sengés, Dr. Ulisses e Cerro Azul; 16.078,10 hectares localizados nos municípios de São José dos Pinhais, Paranaguá, Matinhos e Guaratuba. O custo anual desses serviços importaram aproximadamente R\$ 1,9 milhão.

- **Manutenção de novos plantios** - executadas duas manutenções em mil hectares de novas florestas plantadas nos anos de 1999 a 2003, com custo aproximado de R\$ 600 mil.
- **Controle das explorações de florestas comercializadas** - controle de retirada da madeira explorada, por meio da medição das cargas dos caminhões, com emissão da respectiva nota fiscal. No ano de 2003, foram retirados 750 mil estéreos de *pinus-spp*.
- **Conservação e manutenção da infra-estrutura viária e de comunicação** - além das manutenções de 800 km de acessos internos, foram conservadas estradas municipais/estaduais dos municípios que abrangem a área de atuação da Ambiental. Manutenção de um sistema de rádio-comunicação próprio, servindo também à comunidade local e à Polícia Militar, nas eventualidades.
- **Controle e fiscalização da extração de goma resina** - controle e fiscalização da extração da goma resina, bem como controle da retirada desse produto, por meio de pesagens. Até setembro, foram comercializados 516 toneladas.

10.1.7 Financiamento à Produção

10.1.7.1 Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)

Gerência de Planejamento - Agência de Curitiba

Financiamentos

Financiamentos contratados (jan.-dez./2003)

Operações	1.917
Valor em R\$ milhões	170,55
Geração de empregos diretos e indiretos	10.780
Geração de ICMS em R\$ milhões	36,6

Financiamentos contratados por setor de atividade (jan.-dez./2003)

Setor	N.º de Operações	Valor (em R\$ mil)
Primário	1.801	78.651
Secundário	57	40.542
Terciário	59	51.355

Financiamentos contratados por porte das empresas (jan.-dez/2003)

Porte	N.º de Operações	Valor (em R\$ mil)
Produtor rural	1.759	34.873
Microempresa	67	6.524
Pequena empresa	25	18.447
Média empresa	11	31.472
Grande empresa	11	79.231

Com relação a acordos e refinanciamentos (recuperação de crédito), foram contratados R\$ 53,8 milhões.

Em 2003, foram realizados atendimentos a empresas conforme mencionado no quadro a seguir.

Porte	Atendimentos realizados (jan./dez.)
Microempresa	354
Pequena empresa	160
Média empresa	38
Grande empresa	16
Outros (consultores, produtores rurais, associações e outros)	711
Total	1.279

Outras atividades

- **Divulgação institucional** - Nesta gestão, o Banco desenvolve um novo plano de divulgação, com técnicos e diretores participando de reuniões e eventos em todas as regiões do Paraná. Palestras em feiras, exposições e seminários mostraram a empresários e empreendedores os produtos do Banco.
- **Participação em eventos** - Reuniões com prefeitos, líderes sindicais, dirigentes de cooperativas e representantes de associações comerciais e

industriais incrementaram negócios. Os encontros no BRDE propiciaram a integração do Banco com os demais agentes da Administração Estadual.

- **Estudos e programas realizados e em andamento** - Programa Reflorestamento; Financiamento à Exportação; Turismo - Costa Oeste; Mesorregiões - Grande Fronteira Mercosul e Vale do Ribeira; e Agricultura Orgânica.

11 Secretaria de Estado do Turismo

A Secretaria de Estado do Turismo (SETU) tem como Programa de Governo o Desenvolvimento do Turismo no Estado do Paraná, por meio de ações de fomento e divulgação. Em 2003, desenvolveu ações, atividades e projetos com o intuito de geração de emprego e renda; ampliação da oferta de produtos turísticos de qualidade, que valorizem os conteúdos locais; aumento do fluxo turístico; aumento do período de permanência; aumento da receita gerada com a atividade; e incremento no PIB estadual.

11.1 Ações Desenvolvidas

11.1.1 Promoção e Divulgação do Produto Turístico Paranaense

Foram criados e desenvolvidos mecanismos de promoção e divulgação do produto turístico Paraná nos mercados internacional, nacional, regional e estadual, por meio de programas que visem ao incentivo à comercialização, com a utilização de ações de comunicação voltadas à publicidade e propaganda, relações públicas e imprensa especializada, bem como à participação em eventos específicos dos diferentes segmentos da atividade que, além de divulgar a oferta turística disponível, fomentem negócios no setor.

Dentre as atividades desenvolvidas em 2003, destacam-se:

- Manutenção do *site* da Paraná Turismo com atualização constante das informações e confecção do *site* da SETU.
- Assessoramento na confecção de projetos de Sinalização Turística em 18 municípios.
- Sistema de Informações Turísticas: 2.868 atendimentos na Sala Paraná; 481 no Museu Oscar Niemeyer; 1.671 no Porto de Paranaguá; 3.395 atendimentos por *e-mail*; 1.181 pessoas atendidas pelo Disque Turismo.
- Reorganização e adequação da estrutura da biblioteca, com o atendimento à realização de 557 pesquisas, com consultas a 2.188 materiais.
- Distribuição de 40.000 unidades de material de divulgação nos eventos e postos de informações.

- Confecção de material promocional para eventos, atrativos, equipamentos em geral do Paraná: Albergues da Juventude-PR; Conduta Consciente em Ambientes Naturais; município de Primeiro de Maio; Canyon de Guartelá; Foz do Iguaçu e Rota dos Tropeiros.
- Apoio, com material de divulgação, a diversos eventos (congressos, encontros, concursos e festas regionais).
- Coordenação da Comissão Organizadora do evento dos 300 Anos dos Campos Gerais, que acontecerá em março de 2004.
- Apoio ao trabalho de jornalistas estrangeiros em visita ao Paraná.
- Remessa de *releases* e *press-kits* para jornais e revistas especializadas.
- Remessa de material promocional para embaixadas do Brasil no exterior.
- Produção do novo material institucional do Paraná.
- Estruturação do Calendário de Eventos Turísticos do Paraná - 2004.
- Estruturação técnica para a participação nas rodadas de negócios: TAM Mercosul na Bolívia; e Missão Empresarial Rodada de Negócios Turísticos na Argentina.
- Participação na Exposição 150 anos de Emancipação Política do Estado do Paraná em Brasília.
- Participação na organização dos Jogos Universitários Brasileiros - JUBs.
- Planejamento, organização e operacionalização da participação do Paraná com estande de divulgação nos eventos internacionais: Internationale Tourismus Börse - ITB (Berlim); Feira Internacional de Turismo - FIT (Buenos Aires); Salão Internacional de Turismo - ACHET (Santiago).
- Apoio na organização do Salão Internacional do Humor, em Foz do Iguaçu, com a participação de 87 países e 2.852 trabalhos apresentados.
- Captação do evento "Bolsa de Turismo da América Latina" para setembro de 2004 no Paraná.
- Planejamento, organização e operacionalização da participação do Estado do Paraná em 10 eventos estaduais, com estande de divulgação.
- Planejamento, organização e operacionalização da participação do Estado do Paraná, com estande de divulgação em diversos eventos nacionais, com 140 cooperados e número de 228.116 participantes.

11.1.2 Gestão Pública e Articulação para o Turismo

A criação e a implementação do documento Política e Plano Diretor de Turismo que possibilitem uma atuação mais planejada do Estado em prol do Turismo, bem como fortalecer instrumentos organizacionais que reúnam os segmentos atuantes no turismo, buscando a articulação institucional (tanto no âmbito estadual como municipal), a minimização de esforços e a otimização dos recursos, por meio de estudos da cadeia produtiva do turismo, dos fluxos turísticos, das fontes de recursos, do incentivo às parcerias e ao associativismo que garantam uma gestão compartilhada e sistêmica.

Principais ações desenvolvidas em 2003:

- Realização da pesquisa da Demanda Turística Internacional (ajuste do fluxo) de Foz do Iguaçu, com aplicação de 740 e 852 questionários, respectivamente.
- Realização da pesquisa da Demanda Turística Internacional de Foz do Iguaçu, com aplicação de 366 questionários.
- Realização da pesquisa da Demanda Turística de Curitiba e Foz do Iguaçu, com aplicação de 7.792 e 2.114 questionários, respectivamente.
- Confeção e divulgação do Indicador de Turismo - 2002.
- Reformulação do projeto e do convênio com a Agência de Fomento do Paraná sobre o microcrédito para o turismo. Participação em treinamentos do Banco Central do Brasil e da Agência de Fomento do Paraná.
- Estruturação conjunta com o IPARDES dos Programas de Capacitação de Recursos Humanos e de Fortalecimento Institucional do PRODETUR Sul.
- Participação em duas missões do BID para o PRODETUR Sul.
- Aumento das cotas de participação do Centro de Convenções de Foz do Iguaçu.
- Aplicação de recursos na melhoria e reforma de instalações no Centro de Convenções de Curitiba.
- Estudos, reuniões, estruturação e monitoramento da Política Estadual de Turismo - 2003/2007.
- Estruturação, criação e monitoramento do Conselho Consultivo de Turismo do Paraná e respectivas Câmaras Temáticas.

- Participação no Programa de Turismo do Fórum dos Municípios do Vale do Ribeira.
- Estudo e coleta de dados dos materiais da cadeia produtiva do turismo do Paraná, visando à elaboração de uma metodologia de estudo integrado. Pesquisa sobre matriz insumo-produto, em conjunto com o IPARDES.
- Participação nas reuniões do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Turismo e do Conselho Nacional de Turismo, em específico nas Câmaras de Legislação e Regionalização do Turismo, no Ministério do Turismo.
- Participação no Grupo Gestor da Rota dos Tropeiros.

11.1.3 Desenvolvimento Sustentável do Turismo

Estão sendo desenvolvidos projetos e ações que promovam e estimulem o turismo estadual, buscando a utilização racional do espaço turístico paranaense, a qualidade dos serviços e empreendimentos turísticos, a capacitação de recursos humanos, a gestão compartilhada das áreas naturais, a conscientização da comunidade, o conhecimento e a valorização da oferta turística, a formatação de novos produtos nos diferentes tipos de turismo e a otimização da informação e recepção turística, com conseqüências no incremento do turismo estadual.

Em 2003, foram realizadas as seguintes atividades:

- Participação nas Câmaras Técnicas do Parque Estadual de Vila Velha e da APA de Guaraqueçaba; nos grupos de estudos para Revitalização do Parque Histórico do Mate e do Parque das Ciências; no Conselho Gestor da Ilha do Mel.
- Estruturação do Programa Turismo em Áreas Naturais.
- Monitoramento do Parque Estadual de Campinhos, com agendamento e autorização para visita de 2.576 pessoas.
- Pesquisa, formatação e mapeamento da oferta turística paranaense – real e potencial – para confecção dos projetos de Turismo Rural, Turismo de Aventura, Ecoturismo, Turismo Religioso e Turismo Gastronômico.
- Atendimento técnico a 53 municípios do Estado.
- Parecer técnico nos Inventários Turísticos de Palotina, Porecatu, Pitanga, Guaratuba, Piraquara e Tomazina; nos Planos de Desenvolvimento

Turístico de Guaratuba, Tamarana, Faxinal e São Mateus do Sul; e para hotel de lazer em Jandaia do Sul; Projeto Caminho do Peabiru; estruturação da Secretaria de Turismo Municipal de Prudentópolis; reestruturação de praças em Mallet; estudo de mirante em Prudentópolis; estudos para o Parque da Pedreira em Rio Azul; estudos para revitalização do Parque Capivara em Primeiro de Maio; estudos para terminal turístico em Lunardelli; estudos para posto de informações e Portal de Paranavaí; estudos para revitalização da pedreira em Roncador; projeto sobre conscientização turística em Palmeira e Programa Conviver em Sociedade, do Instituto Brasil.

- Realização e participação nas oficinas de 1.^a e 2.^a fase do PNMT da AMOCENTRO, em Pitanga; de 3.^a Fase – Passo 3 em Balsa Nova, Lunardelli e Campo Largo; nivelamento na Lapa; turismo rural em Antonina.
- Participação nos grupos de trabalho de reestruturação do PNMT, de estruturação do Programa de Regionalização e de Inventariação da Oferta Turística do Brasil no Ministério do Turismo em Brasília.
- Apoio ao SEBRAE/PR nos estudos para implantação da rota Foz do Iguaçu-Litoral.
- Apoio à Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF) para desenvolvimento do turismo ferroviário no Paraná. Parecer técnico para revitalização dos trechos de Jacarezinho-Jaguariaíva e Cianorte-Jandaia do Sul.
- Reunião com representantes do governo espanhol sobre Projeto Intercampus, em parceria com UFPR, visando ao desenvolvimento da pesquisa Auditoria de Sustentabilidade para Destinos Turísticos.
- Coordenação do Projeto Verão 2003/2004.
- Realização de 430 cadastros e 352 renovações de cadastro de empreendimentos turísticos; 220 vistorias e 643 fiscalizações nos empreendimentos cadastrados.
- Foram preparadas e ministradas 14 palestras sobre a Política Estadual de Turismo e seus programas.
- Desenvolvimento do Programa da Melhor Idade, com participação em reuniões da ABCMI em Curitiba e Camboriú; coordenação, operacionalização e

participação no VII Encontro Regional Sul dos Clubes da Melhor Idade em Itapema-SC; inauguração do Clube da Melhor Idade no Município de Paranaíba; e participação no 8.º Congresso Brasileiro da Melhor Idade em Bonito-MS.

Linha de Ação 4

Emprego, Cidadania e Solidariedade



Linha de Ação 4

Emprego, Cidadania e Solidariedade

Esta linha de ação concentra-se na ampliação do emprego, da cidadania e da solidariedade para o conjunto dos paranaenses.

A exclusão social atinge uma ampla parcela da população paranaense vinculada, no campo ou nas cidades, a setores de baixíssima produtividade, obtendo como contrapartida baixíssima remuneração ou exclusão do mercado de trabalho e do consumo.

12 Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social

A Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP) resultou da fusão das extintas Secretarias de Estado do Emprego e Relações de Trabalho e da Criança e Assuntos da Família.

A SETP responde por duas áreas de atuação: assistência social e trabalho/emprego. Tem como missão a formulação, coordenação, articulação, implementação e avaliação das políticas públicas da assistência social e do trabalho e emprego, no Paraná, visando ao desenvolvimento econômico com equidade social e ao enfrentamento da fome, da miséria, da pobreza e da exclusão social, mediante ações sociais de proteção, preventivas, promocionais, inclusivas e geradoras de trabalho e renda.

Tem como autarquia vinculada o Instituto de Ação Social do Paraná (IASP), com a missão de desenvolver ações que proporcionem condições para que as crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social possam exercer a cidadania, no seu contexto familiar e comunitário, prevenindo a exclusão social e garantindo o direito de acesso aos serviços sociais, baseando-se nas diretrizes de descentralização das ações e do controle social.

12.1 Ações Desenvolvidas

12.1.1 Área do Trabalho e Renda

12.1.1.1 Qualificação Social e Profissional

Foram realizadas em 2003 as seguintes atividades:

- **Encontro Estadual de Educação Profissional** - Realizado em conjunto com a SEED para discutir a educação profissional no Estado como política pública integrada nas áreas de educação e trabalho, buscando avanços conceituais e metodológicos.

- **Encontros Macrorregionais de Conselheiros Municipais do Trabalho** - Realizados seis Encontros Macrorregionais de Conselheiros Municipais do Trabalho com a participação de técnicos da SETP e de agentes municipais do Sistema Público de Emprego, para iniciar o processo de discussão das demandas de qualificação para a construção do Plano Nacional de Qualificação Social e Profissional PNQ/PR - 2003.
- **Construção do PLANTEC/PR 2003** - Consolidou o Plano Estadual de Qualificação Profissional para captação do recurso de R\$ 1.888,6 mil, aprovado pelo Ministério do Trabalho nas áreas da indústria, comércio, transportes, além de ações voltadas ao cooperativismo/associativismo.
- **Encontros Microrregionais de Conselheiros Municipais do Trabalho** - Uma das ações de maior importância para o planejamento de qualificação profissional para 2004 é a qualificação dos conselheiros municipais do trabalho, que está sendo desenvolvida pela Escola Sindical Sul em cada uma das 18 microrregiões do Estado.

12.1.1.2 Geração de Emprego e Renda

A Coordenadoria de Geração de Emprego e Renda, unidade programática da SETP, é responsável pelo planejamento, normatização, implantação, coordenação, desenvolvimento e acompanhamento dos programas e atividades relacionadas com a política de geração de trabalho e renda, focados nos micro e pequenos empreendedores e trabalhadores autônomos, cooperados, associados ou autogestionados, oferecendo-lhes apoio ao crédito, assessoria técnica, capacitação técnico-gerencial e apoio à organização associativa.

Programa Banco Social

Programa de microcrédito orientado voltado aos excluídos do sistema tradicional de crédito e realizado com recursos do Estado (crédito) e FAT (infra-estrutura e capacitação), em parceria com a AFPR (controladoria financeira), SETP (base operacional), SEBRAE (capacitação dos agentes de crédito, comitês de crédito e usuários) e prefeituras (pessoal e apoio logístico).

Resultados 1 – Banco Social

Créditos concedidos	2003
Operações	7.591
Valor emprestado	R\$ 26.158.194,73
Média	R\$ 3.445,95
Auto-empregos mantidos	20.240
Familiares envolvidos	24.621
Empregos gerados	7.857
Total de beneficiados	52.718

Resultados 2 – Banco Social

Capacitação (2003)	Turmas/Eventos	Número de Participantes
Capacitação de agentes de crédito	5	140
Capacitação de Comitês Municipais de Crédito	50	400
Reciclagem de agentes de crédito, gerentes de agências do trabalhador e técnicos de escritórios regionais	6	550
Total	61	1.090

Programa Economia Solidária

Visa à criação de alternativas de trabalho e renda em bases organizacionais para colaboração, solidariedade e autogestão, atuando sob as modalidades de cooperativismo, associativismo popular, clubes de troca e empresas autogestionárias.

Resultados 1: Cursos de Associativismo e Cooperativismo

Executor	Recursos FAT (R\$)	Contrapartida da Entidade	Beneficiários	Horas Asses.
UFPR	24.360,00	7.880,54	328	580
UEPG	2.532,00	507,00	70	34
Total	26.892,00	8.387,54	398	614

Resultados 2: Articulação

Ação/Evento	Quantidade	Participantes
Seminário de Economia Solidária e Tecnologias Sociais	1	350
I Fórum Paranaense de Economia Solidária, I Feira Paranaense de Economia Solidária e I Encontro Estadual de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis	3	680

Programa Geração de Empregos

Programa de apoio ao desenvolvimento do empreendedorismo voltado aos micro e pequenos empreendimentos, especialmente novos – mediante identificação de vazios econômicos nos bairros e distritos, capacitação e assistência técnica, contábil, jurídica, tecnológica, mercadológica, fiscal, sanitária –, levado a efeito pelas prefeituras municipais, com parceria de nove secretarias de Estado e respectivas interfaces.

Resultados 1: Estruturação do Programa

No primeiro semestre de 2003, os esforços foram dirigidos para a estruturação do Programa: sua concepção, articulação das parcerias e adesão dos primeiros 18 municípios.

Resultados 2: Quantitativos

Ações/Eventos	Turmas	Número de participantes
Municípios que aderiram ao Programa	Grupos I e II	31
Municípios em processo de adesão	Grupo III	15
Cursos de capacitação de coordenadores e agentes municipais	6	170
Cursos de multiplicadores de cursos de lideranças comunitárias	2	54
Cursos de multiplicadores de cursos de empreendedorismo e gestão de negócios	2	63
Elaboração de planos de negócios	2	63
Cursos de lideranças comunitárias	18	450
Cursos de empreendedorismo e gestão de negócios	18	450
Elaboração de planos de negócios	88	88

Outros Programas

Articulações e contatos diversos, visando à estruturação, participação ou parceria nos seguintes programas, com os quais a SETP mantém interface:

- PROGER;
- PRONAGER;
- Piscicultura;
- Vilas Rurais.

12.1.1.3 Seguro-Desemprego

Até outubro, foram atendidos 263.271 segurados pelo SINE, com estimativa de atendimento a mais 50 mil deles, injetando nas economias locais R\$ 382,7 milhões.

O serviço Disque Seguro-Desemprego (CSD) realizou 93.465 atendimentos até outubro, com previsão de mais 25.500. Pelo Tela Consulta Trabalhista, foram 4.007 atendimentos, com previsão de mais mil. Também foram realizados pela Coordenadoria de Seguro Desemprego 11 treinamentos e 178 atendentes reciclados.

12.1.1.4 Intermediação de Mão-de-Obra

Foram inseridos no mercado de trabalho 463.505 trabalhadores.

1. **Implantação do Sistema Simo Internet** - Realizou-se a conversão do Sistema Simo Rural para o Sistema Simo Internet, atingindo 161 postos de atendimento do Sistema Público de Emprego em todo o Estado. O novo sistema possibilita maior rapidez na transmissão dos resultados, bem como maior agilidade no atendimento do trabalhador e do empresário que disponibiliza suas vagas nos postos de atendimento em todo o Paraná.
2. **Qualificação dos Atendentes** - Visando melhorar o atendimento aos trabalhadores, foram realizados treinamento e reciclagem dos atendentes na área operacional dos agentes e atendentes do sistema de intermediação de mão-de-obra, conforme relacionado a seguir.

Curso	Número de Treinados
Multiplicadores do Sistema Simo Internet	187
Primeiro Emprego – Curitiba e RMC	240
Reciclagem Simo Integrado	111
Total	538

3. **I Encontro Estadual do Sistema Público de Emprego do Paraná** - Participaram 250 funcionários que atuam diretamente na área do trabalho.
4. **Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência** - Efetuaram-se viagens de supervisão técnica aos 18 escritórios regionais onde foram fortalecidos os procedimentos e o comprometimento com o Programa por parte das equipes das agências. Houve participação da coordenação do Programa em eventos, realizando palestras e sensibilizando empresários e gerências de recursos humanos para oferecer vagas às pessoas com deficiência. Realizaram-se ações conjuntas com o Ministério Público, a Secretaria de

Estado da Educação, a Secretaria de Estado da Saúde, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e SENAC.

5. **Programa Disque Pequenos Serviços** - Implantou-se programa nas regionais de Foz do Iguaçu, Cascavel, Londrina, Maringá e Curitiba. Realizaram-se aproximadamente 11.500 serviços autônomos.
6. **Programa Primeiro Emprego** - Realizou-se a adaptação do Sistema Simo Integrado para atender às necessidades do Programa do Governo Federal. Efetuou-se o treinamento gerencial e operacional do Sistema pela equipe do MTE e da DATAMEC.
7. **Avaliação de Resultados** - Realizaram-se viagens de supervisão técnica às 18 regionais do Estado e visitas técnicas a 70 municípios, visando avaliar o desempenho das agências e dos postos de atendimento ao trabalhador. Essa ação foi de fundamental relevância para conhecer a realidade de cada município, verificar as dificuldades e adotar políticas públicas disponíveis na área do trabalho e da promoção social.
8. **Ampliação de Agências do Trabalhador** - Foram ampliadas 15 agências do trabalhador, com suporte técnico para o bom desempenho tanto na parte estrutural como no sistema de informação, inclusive com treinamento de pessoal.
9. **Resultados da Intermediação de Mão-de-Obra** - Reestruturação do setor de contabilização de resultados, permitindo melhor desempenho e acompanhamento criterioso não só dos resultados como de todos os relatórios recebidos dos postos de atendimento.

12.1.1.5 Estudos, Pesquisas e Relações de Trabalho

Foram realizadas em 2003 as atividades relacionadas a seguir:

- Seminário Estadual Educação e Prevenção: um Caminho para as Questões de Saúde do Trabalhador – realizado em parceria com a SESA em agosto, no CEFET, com 170 participantes.
- Treinamento e Disseminação de Estatística do TEM – RAIS/CAGED – desenvolveu técnicas e habilidades para extrair os dados digitalizados do CAGED e da Rais disponíveis em CD.

- Seminário Estadual As Mudanças Estruturais na Economia e seu Impacto no Mundo do Trabalho: em questão as modificações nas relações do trabalho. Realizado em outubro na PUC, com 200 participantes.
- Café da manhã com lideranças empresariais e dos trabalhadores, realizado em novembro no SENAC, com 120 participantes.
- Realização de estudos sobre o comportamento dos salários médios dos admitidos em 2003 no Brasil, Paraná e na RMC, comparados com o mesmo período do ano passado.
- Apoio técnico e financeiro aos eventos: Seminário Agroecologia: Construção de uma Política de Enfrentamento dos Problemas do Uso de Agrotóxicos e Transgênicos; Seminário Regional: Trabalho Infantil e do Adolescente; Fórum de Debates: Trabalho, Renda e Inclusão Social; Seminário sobre Segurança, Saúde e Meio Ambiente do Trabalho; e Seminário Economia Solidária.
- Atividades de pesquisa e produção intelectual - Elaboração de artigos sobre a problemática do emprego, das relações do trabalho, desenvolvimento de iniciativas econômicas associativas e das diferenças do gênero de trabalho; elaboração de mapas regionais de emprego para todos os escritórios regionais da SETP; apresentação de artigo sobre dinâmica do mercado de trabalho da RMC no Projeto de Economia Solidária em Chapecó; lançamento do jornal Paraná Cidadão (edição bimestral com 20 mil exemplares).

12.1.2 Área Social

Nesse âmbito, foram realizadas as seguintes atividades em 2003:

- Seminário Medidas Socioeducativas
- Debate PAIF e Bolsa-Famílias
- Exposição do cadastro único da Caixa Econômica Federal
- Fórum Idoso – Região Sul
- Capacitação e Teleconferência BPC, PMAS/2004, da Política do Idoso
- Seminário Sentinela, em Umuarama
- Conferências Nacionais: Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social
- Plano Estadual da Assistência Social (desenvolvimento do projeto)

- PMAS/2004 Plano Municipal de Assistência Social
- Relatório Gestão, Monitoramento e Avaliação
- Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente

Além disso, a programação inclui: Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente; repasse de recurso do FEAS; avaliação e capacitação do Projeto Karatê; capacitação dos escritórios regionais para a operacionalização do Relatório de Gestão de Monitoramento e Avaliação e Processo da Habilitação dos municípios para a Gestão da Assistência Social; participação no Colóquio Nacional do Programa Sentinela e no Encontro sobre Política Nacional do Idoso.

12.1.2.1 Enfrentamento à Pobreza

Dentre as principais atividades desenvolvidas nesse ano, destacam-se:

- Realização de 18 fóruns regionais do Programa Fome Zero.
- Campanha de arrecadação e distribuição de alimentos em parceria com a OCEPAR, em março, tendo sido distribuídas 300 toneladas de alimentos nas sedes das dioceses da Igreja Católica, em parceria com o CEFAS.
- Programa Leite das Crianças já implantado em 98 municípios, atendendo diariamente 49.583 crianças com um litro de leite, tendo sido atendidas as seguintes regiões: Vale do Ribeira, Vale do Ivaí, Centro do Estado, Litoral, parte dos Campos Gerais e parte da Região Sul.
- Reuniões macrorregionais com chefes dos escritórios regionais da SETP, SESA, SEED e SEAB para a iniciação na metodologia de implementação dos comitês gestores municipais.
- Organização de Fóruns Locais e Implantação de Comitês Gestores Municipais, implantados em 222 municípios.
- Edição do documento base do Programa Fome Zero e Cartilha de Orientação para os Comitês Gestores, com 5.000 exemplares do documento base e 5.000 exemplares de cartilha.
- Seminário Sul-Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, realizado em maio na UFPR, com a participação dos estados do PR, RJ, RS e MG.
- Compras locais de alimentos dos agricultores familiares, em parceria com a CONAB.

- Convênio com o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA) para implementação do Programa Compra Local de Alimentos da Agricultura familiar pelo Governo do Estado, no valor de R\$ 10 milhões.
- Seminário Nacional sobre os Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), com implementação em três consórcios no Paraná.
- Implantação do Cartão Alimentação em 18 regiões, mais tarde incorporado pelo projeto que unificou os benefícios sociais, conhecidos como Cartão Alimentação, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás, gerenciado pelo Ministério da Assistência Social com o nome de Bolsa Família.
- Seminário de formação de 36 agentes locais de segurança alimentar e nutricional, realizado em Guarapuava.
- Organização do atendimento à segurança alimentar para as comunidades indígenas. Efetuado novo cadastro dos indígenas nas 49 aldeias, encaminhado ao MESA para concessão do cartão coletivo de benefícios (Bolsa Família). A partir de outubro, as famílias indígenas começaram a receber o benefício da Bolsa Família; já o cartão coletivo por aldeia ainda está em processamento.
- Bolsa Família, atendido em 375 municípios com 46 mil famílias beneficiadas; o início da concessão foi em outubro, tendo sido paga pela Caixa Econômica Federal e autorizadas.
- Institucionalização do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com posse dos membros titulares e suplentes, estando em pleno funcionamento.
- Empresa Solidária, desenvolvida em parceria com o Instituto ETHOS com o objetivo de vincular as empresas socialmente responsáveis com bolsões de pobreza da RMC para o enfrentamento das questões de segurança alimentar e nutricional, já em andamento com as empresas Bosch e Pão de Açúcar, que adotaram o projeto.
- Cozinha Comunitária na região de Borda do Campo, São José dos Pinhais, com uma unidade em atuação no Loteamento IV e outras quatro em implantação.

12.1.2.2 Projetos e ações desenvolvidas pelo Instituto de Ação Social do Paraná (IASP)

Eixo da Proteção

Durante o exercício de 2003, foram atendidos, nos programas de proteção social, 8.200 crianças e adolescentes cujos direitos reconhecidos por lei foram ameaçados ou violados por ação, omissão da sociedade ou do Estado, por falta ou abuso dos pais ou responsáveis ou em razão de sua conduta.

Atendimento à Criança e Adolescente em Medidas de Proteção/Abrigos e Casa Lares

Projeto	Investimento (R\$ mil)
Abrigo – 138 vagas	1.397,1
Casa Lares – 235 vagas	1.186,8
Atendimento a usuários de substâncias químicas – modalidade Abrigo – 87 vagas	213,7
Atendimento de 25 crianças e adolescentes em clínicas psicopedagógicas especializadas	30,8

Eixo das Medidas Sócio-Educativas

Foram desenvolvidos os seguintes projetos em 2003:

- **Projeto de Atendimento à Criança e Adolescentes em Meio Aberto** - atende a crianças e adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos que necessitam de medidas de proteção. São oferecidos atendimento psicossocial, atividades pedagógicas e acompanhamento escolar, bem como cursos profissionalizantes e colocação no mercado de trabalho de adolescentes aprendizes. Em 2003, foram investidos R\$ 621,9 mil para atendimento de 1.316 adolescentes na Unidade Social Oficial Diva Pereira Gomes – Guarda Mirim.
- **Projeto Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator (CIAAD) e Serviço de Atendimento Social (SAS)** - executado por unidades sociais oficiais localizadas nos municípios de Curitiba, Londrina, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa, bem como por entidades e/ou prefeituras municipais de Toledo, Cascavel, Pato Branco, Paranavaí e Campo Mourão.
- **Projeto Semi-Liberdade** - medida socioeducativa determinada pelo Poder Judiciário ao adolescente envolvido em ato infracional. Projeto desenvolvido em

unidades sociais oficiais nos municípios de Ponta Grossa e Londrina, assim como em parceria com entidade não governamental de Curitiba. Na sua execução, foram investidos R\$ 443,7 mil para atender a 151 adolescentes.

- **Projeto de Internação** - ações socioeducativas com adolescentes de 12 a 18 anos, excepcionalmente até 21 anos, autores de ato infracional, que se encontram em cumprimento da medida por determinação judicial. Projeto desenvolvido nas Unidades Sociais Oficiais localizadas nos municípios de Curitiba, Piraquara e Foz do Iguaçu. Para sua execução foram investidos R\$ 1.564,8 mil, tendo sido atendidos 774 adolescentes.

Eixo de Aprimoramento dos Instrumentos de Gestão

Esse projeto tem por objetivo registrar e tratar as informações sobre garantia e defesa dos direitos fundamentais preconizados no Estatuto da Criança.

Foram treinados 115 conselheiros tutelares em 47 municípios e realizadas visitas técnicas a 30 Conselhos Tutelares.

13 Secretaria de Estado da Saúde

13.1 Ações Desenvolvidas

A Secretaria de Estado da Saúde (SESA) definiu como prioridades:

- Descentralização das ações e serviços de saúde;
- Reorganização da atenção à saúde;
- Gestão de recursos humanos para o SUS;
- Informação como instrumento gerencial;

Essas diretrizes estão contempladas no objetivo estratégico da Secretaria, que é promover a prevenção, a proteção e a atenção à saúde, de forma integrada, descentralizada e regionalizada, e em seus eixos de atuação.

Prevenção, proteção e atenção à saúde são os três eixos/programas prioritários de atuação da SESA, sustentados por um quarto eixo administrativo no qual se insere a qualificação de recursos humanos em saúde.

Para concretizar essas prioridades em ações efetivas, a SESA passou por uma reestruturação em seu desenho funcional. A estrutura atual conta com quatro diretorias – de Recursos Humanos, Administrativa, Econômico-Financeira, e de Gerenciamento em Saúde – e com as coordenadorias – de Vigilância em Saúde e de Programas Especiais.

13.1.1 Principais Realizações

13.1.1.1 Descentralização das Ações e Serviços de Saúde

- Parceria com a Pastoral da Criança para a atuação em 366 municípios, atendendo a 205.912 crianças. Convênio no valor de R\$ 972 mil.
- Elaboração de projeto para incentivo aos municípios com menos de 100 mil habitantes, com estratégia de Saúde da Família e/ou Saúde Bucal implantados. Os repasses iniciarão em 2004, com valores proporcionais ao IDH do município e às equipes implantadas.

- Ampliação das estratégias de atenção básica para 1.331 equipes de Saúde da Família, 450 equipes de Saúde Bucal e 10.989 agentes comunitários de saúde (qualificados).
- Descentralização para as regionais de saúde de recursos das Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica, conforme programação estabelecida.
- Repasse de recursos do Teto Financeiro de Epidemiologia e Controle de Doenças (TFECD) para 394 municípios, na ordem de R\$ 19.594,1 mil; e para 18 vigilâncias sanitárias municipais no valor de R\$ 602,1 mil.
- Parceria com o Consórcio Paraná Saúde para a aquisição e distribuição de medicamentos básicos a 377 municípios. Termos aditivos a convênios no valor total de R\$ 4.566,1 mil, mais R\$ 1.078 mil, referentes a convênio de 2002.
- Implementação do Programa de Prevenção do Câncer do Colo do Útero, com a aquisição de 600 mil *kits* e materiais de consumo no valor de R\$ 404 mil e parceria com a Sociedade Paranaense de Patologia para incentivo à realização de exames. Convênios no valor de R\$ 969 mil, mais R\$ 102 mil relativos a convênio de 2002.
- Distribuição de 160 equipamentos de informática a 137 municípios, além de 35 veículos para 35 municípios, para utilização das vigilâncias epidemiológica e ambiental. Recursos do convênio Vigisus I entre a SESA e a FUNASA.
- Operação Viva Verão - Saúde, convênio com a FUNPAR no valor total de R\$ 562,3 mil.

13.1.1.2 Reorganização da Atenção à Saúde

- Elaboração e implantação de projeto de incentivo aos Consórcios Intermunicipais de Saúde, visando ao aumento da cobertura de consultas e exames especializados pelo SUS no Estado. Convênios assinados com 20 consórcios, no valor total de R\$ 6.924 mil, atrelados a um plano de metas a serem cumpridas.
- Elaboração e implantação do projeto de incentivo a hospitais de referência regional, como reforço à reorganização desses serviços. Convênios assinados com 22 hospitais, no valor total de R\$ 20.640 mil, atrelados a um plano de metas a serem cumpridas.

- Reestruturação do Sistema Estadual de Urgência e Emergência. Novo contrato para manutenção das Centrais de Regulação de Consultas e Leitos, reduzindo o custo de R\$ 690 mil para R\$ 380 mil mensais, mantidos os padrões de qualidade. Aquisição de mais 35 ambulâncias para os sete Siates do Estado, no valor de R\$ 2.812,5 mil. Aquisição de mais três ambulâncias para transporte inter-hospitalar medicalizado para duas novas bases (em Ponta Grossa e Guarapuava), no valor total de R\$ 349,8 mil. Aquisição de 195 ambulâncias para municípios do Estado e para a Rede Própria do ISEP, no valor total de R\$ 9.744,1 mil.
- Aquisição de equipamentos para 45 hospitais de Referência à Gestação de Alto Risco, no valor de R\$ 8.436,6 mil.
- Parceria com a Universidade Federal do Paraná (FUNPAR) para a implanta o do Instituto da Mulher/Hospital Victor Ferreira do Amaral. Convênio no valor de R\$ 500 mil.
- Investimentos em Hospitais Regionais de Interesse Público, como a Santa Casa de Paranaiva, que recebeu R\$ 70 mil para sua manuten o, além dos R\$ 60 mil mensais do Projeto de Incentivo a Hospitais Regionais. Existe ainda um protocolo de inten oes por meio do qual o Estado do Paraná financiar  a reforma do prédio antigo, bem como o término da constru o nova.
- Amplia o de 72 leitos de UTI, que passaram de 789 para 861 leitos cadastrados, como resultado de negocia o com o Ministério da Saúde.
- Reestrutura o Hospital Alto Maracanã - Convênio com a Prefeitura Municipal de Colombo no valor total de R\$ 1.213,2 mil.
- Constru o de Centro de Reabilita o - Convênio com a Associa o Paranaense de Reabilita o no valor total de R\$ 4 milhões.
- Reforma e amplia o dos Hospitais Infantil e Regional de Ponta Grossa - Convênio com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, no valor de R\$ 2.175,6 mil.

13.1.1.3 Gestão de Recursos Humanos

- Estudo para implantação do quadro próprio para a Saúde.
- Implantação do projeto de qualidade de vida para o servidor Saúde para a Saúde, direcionados ao movimento de corpo, dependência química, aposentadoria e nutrição e prevenção à saúde.
- Implantação de 22 pólos regionais de educação permanente em saúde, que analisaram 76 projetos de desenvolvimento e qualificação de recursos humanos do SUS. Os Pólos são constituídos por representantes da SESA, secretarias municipais de saúde, universidades, prestadores de serviços, escolas profissionais, conselhos de saúde, entre outros.
- Conclusão do curso de especialização de equipes municipais e estaduais em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde. Parceria com OPAS e Escola de Saúde Pública do Paraná/ISEP.
- Início do curso de aperfeiçoamento em Administração Hospitalar. Parceria entre a Faculdade Evangélica e Escola de Saúde Pública do Paraná/ISEP.
- Parceria com o Ministério da Saúde, LACTEC e Centro Formador de Recursos Humanos do ISEP para realização de cursos de qualificação profissional de 1.749 auxiliares de enfermagem.

13.1.1.4 Informação como Instrumento Gerencial

Foi remodelada a forma de apresentação e conteúdo da *homepage* da SESA.

14 Companhia de Habitação do Paraná

O Governo do Paraná, por meio da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) tem em sua política habitacional a preocupação de criar mecanismos e programas que incluam os mais pobres e atendam outras faixas de renda não absorvidas pelo mercado, atuando, assim, como regulador do próprio mercado, contribuindo para a retomada do crescimento econômico e a geração de renda.

Os dados disponíveis indicam que, no Paraná, existem 179 mil famílias (em torno de 646 mil pessoas) vivendo em favelas. Somando a isso as famílias cadastradas pela COHAPAR e COHAB-CT, há aproximadamente 400 mil famílias (82% na faixa de até três salários mínimos) com necessidade de moradia.

14.1 Ações Desenvolvidas

Para enfrentar essa realidade, foram criados diferentes programas, tanto de natureza curativa como preventiva, os quais visam:

- melhorar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida das famílias, predominantemente daquelas com renda mensal de até três salários mínimos, residentes em ocupações irregulares/favelas no Estado do Paraná;
- contribuir para a redução da pobreza urbana e o resgate da cidadania desses "excluídos", interligando o Projeto de Urbanização, Construção e Regularização a outras áreas do poder público e da sociedade, bem como aos planos diretores das cidades e de desenvolvimento do Estado;
- aprofundar o conhecimento setorial e local dos problemas de habitação e infra-estrutura urbana, onde se localizam áreas degradadas;
- implantar projetos integrados de urbanização de ocupações irregulares, englobando a regularização fundiária, a implantação de infra-estrutura urbana, recuperação ambiental e construção e melhoria de moradias, com a efetiva mobilização e participação da comunidade na concepção e implantação dos projetos de intervenção física e social;
- criar instrumentos reguladores e de desestímulo à ocupação irregular de áreas, por meio da oferta de loteamentos populares e moradia de baixo custo;
- produzir moradias dignas e acessíveis.

As dificuldades de obtenção de fontes de financiamento para os programas habitacionais são inúmeras; porém, com uma ampla parceria envolvendo os governos federal, estadual e municipais e, principalmente, a comunidade envolvida, a COHAPAR está buscando viabilizar os programas a seguir.

14.1.1 Programas Habitacionais

14.1.1.1 Casa da Família

PSH - Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social

É um programa de construção de moradias em parceria com a Caixa Econômica Federal, com prefeituras e a comunidade, com recursos da COHAPAR e do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social do Orçamento Geral da União. São beneficiárias famílias com renda bruta mensal de até R\$ 240,00, que não possuem imóvel e residem no município há mais de dois anos.

As moradias são casas térreas, de alvenaria, com 40 m², com dois quartos, sala, cozinha, banheiro, cobertas com telhas cerâmicas e forradas. Os terrenos são de, no mínimo, 200 m². A prestação corresponde a, no máximo, 15% do salário mínimo. O município participa com a doação da área e executa os serviços de infra-estrutura básica do loteamento.

A COHAPAR cadastra e seleciona as famílias interessadas em conjunto com a prefeitura, elabora os projetos do loteamento e das unidades habitacionais, viabiliza parte dos recursos financeiros para a construção das moradias e presta toda assessoria técnica necessária à associação de moradores na execução das obras. A Caixa repassa os recursos do Governo Federal destinados à subsidiar parte dos custos do investimento total. Os futuros moradores participam, por meio de sua associação de moradores, de todas as etapas da obra, sempre em conjunto com os técnicos da COHAPAR.

Estão em fase de obras 53 empreendimentos com 2.083 moradias em 50 municípios do Paraná, com investimentos previstos de R\$ 17,5 milhões, além de mais 7.114 unidades em projeto, aguardando liberação de novos recursos.

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

É um programa de construção de moradias, em parceria com a Caixa, com prefeituras e a comunidade, com recursos do FGTS. São beneficiárias famílias com renda bruta mensal de 2,5 a 5 salários mínimos e não proprietárias de imóvel.

As moradias são casas ou apartamentos, com áreas de 40, 44, 52 ou 63 m², com dois ou três quartos, sala, cozinha, banheiro, varanda, forradas, cobertas com telhas cerâmicas e dotadas de toda a infra-estrutura necessária. A prestação não deverá exceder a 20% da renda familiar.

A COHAPAR cadastra e seleciona as famílias interessadas em conjunto com a prefeitura, elabora os projetos do loteamento e das unidades habitacionais e presta toda a assessoria técnica necessária à associação de moradores na execução das obras. A Caixa repassa os recursos do FGTS para o financiamento do empreendimento, e os futuros moradores participam, por meio da associação de moradores, de todas as etapas da obra, sempre em conjunto com os técnicos da COHAPAR.

Estão em fase de projeto 59 empreendimentos, com 2.599 moradias em 49 municípios do Paraná.

PAR - Programa de Arrendamento Residencial

É um programa de construção de moradias, em parceria com a Caixa, com prefeituras e a comunidade, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) do Governo Federal. São beneficiários do arrendamento famílias com renda bruta mensal de 2 a 5 salários mínimos e não proprietárias de imóvel.

As moradias são casas ou apartamentos, com áreas de 40, 44, 52 ou 63 m², com dois ou três quartos, sala, cozinha, banheiro, varanda, forradas, cobertas com telhas cerâmicas e dotadas de toda a infra-estrutura necessária. A taxa de arrendamento mensal não deverá exceder a 20% da renda familiar.

A COHAPAR cadastra e seleciona as famílias interessadas em conjunto com a Prefeitura, elabora os projetos do loteamento e das unidades habitacionais e presta toda a assessoria técnica necessária à Associação de Moradores na execução das obras. A Caixa repassa os recursos do FGTS para o financiamento do empreendimento, e os futuros moradores participam, através de sua Associação de Moradores, de todas as etapas da obra, sempre em conjunto com os técnicos da COHAPAR.

Estão em fase de projeto 20 empreendimentos com 1.734 moradias em 10 municípios.

RURAL

Programa de construção, reforma ou ampliação de moradias no meio rural do Paraná, destinado a famílias de agricultores proprietárias de terras com áreas não superiores a 1,5 vezes o módulo fiscal e que obtêm mais de 80% da renda bruta anual proveniente da exploração agropecuária na propriedade.

Executado em parceria com municípios, Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, com recursos da COHAPAR e do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social do Orçamento Geral da União (PSH). A SEAB tem papel fundamental no acompanhamento técnico e na definição das áreas prioritárias para implantação do Programa.

INDÍGENA

A falta de moradia digna é um dos maiores problemas das comunidades indígenas do Paraná. Muitas aldeias se tornaram favelas rurais. A necessidade habitacional estimada para atender às comunidades indígenas é de aproximadamente 1.300 moradias. Em conjunto com lideranças indígenas, foram definidos projetos específicos de acordo com os costumes, cultura e interesses das diferentes etnias.

Já estão em obras 258 moradias em 10 municípios do Paraná, com investimentos previstos de R\$ 2,5 milhões.

14.1.1.2 Direito de Morar

Segundo dados disponíveis, existem cerca de 136 mil famílias morando em favelas e ocupações irregulares somente na Região Metropolitana de Curitiba. São mais de 500 mil pessoas vivendo em condições precárias, em muitos casos até desumanas, colocando suas vidas em permanente risco e causando sérios danos ao meio ambiente.

Urbanizar e regularizar é uma grande transformação na vida das famílias e de recuperação ambiental dessas áreas.

Dois grandes projetos de regularização fundiária já estão em andamento em duas das maiores favelas da Região Metropolitana de Curitiba. Um na Vila Zumbi dos

Palmares, no município de Colombo, e outro na Vila Parolin, em Curitiba, com mais de 3.500 famílias, beneficiando cerca de 12 mil pessoas – um número maior que a população de 60% dos municípios paranaenses.

Outras iniciativas, como o estímulo e promoção da negociação direta entre ocupantes e proprietários estão em andamento em 10 ocupações irregulares consolidadas e beneficiarão mais de 7 mil famílias.

14.1.1.3 Lote da Família

São lotes urbanizados utilizados tanto para beneficiar famílias que necessitarão ser realocadas de áreas de ocupação irregular como para famílias de baixa renda que ainda não possuem imóvel. Quando produzidos em quantidade expressiva, serão um importante instrumento regulador de mercado, proporcionando lotes urbanizados mais baratos. Várias áreas públicas e privadas já estão em processo de vistoria para essa finalidade.

14.1.1.4 Casa do Zelador

Nos últimos anos, as escolas da rede pública estadual vêm sendo alvo constante de roubos e depredações. Para melhoria, segurança e manutenção das escolas da rede pública estadual, a Secretaria de Estado da Educação, em parceria com a COHAPAR, está construindo casas destinadas para zeladores em escolas estaduais de Ensino Fundamental e Médio em todo o Estado do Paraná.

Já estão em fase de projeto e início de obras casas em 378 escolas, localizadas em 214 municípios paranaenses, com investimentos estimados em R\$ 4,9 milhões.

14.1.1.5 Conclusão de Obras

Uma das providências iniciais adotadas pela COHAPAR foi a de não deixar inacabada nenhuma obra iniciada nos anos anteriores. Foram concluídas 2.093 moradias em 95 empreendimentos, e estão em fase de conclusão mais 341 moradias em nove empreendimentos, totalizando um investimento previsto de R\$ 3,2 milhões.

14.1.2 Conferência Estadual das Cidades

A Conferência Estadual das Cidades, realizada em Foz do Iguaçu, em setembro, teve a participação de representantes de 362 cidades paranaenses, com mais de 1.600 participantes, os quais, sob o lema Construindo uma Política Democrática e Integrada para as Cidades, elaboraram documento com as propostas da inteligência e a experiência paranaense.

Promovida pelo Governo do Paraná e coordenada pela COHAPAR, a Conferência foi precedida de 14 conferências regionais e 22 municipais, mobilizando cerca de 6.000 pessoas do poder público e da sociedade civil organizada de todo o Estado. Foi considerado o mais importante evento de discussão e busca de melhorias para as principais dificuldades que enfrentam as cidades paranaenses e brasileiras realizado até então. Teve como objetivos: discutir com a sociedade civil organizada as soluções para os problemas urbanos brasileiros; construir, de forma participativa, uma política nacional de desenvolvimento urbano, fundiário, habitacional, de saneamento ambiental, trânsito, transporte e mobilidade urbana; eleger os 79 delegados paranaenses para a I Conferência Nacional das Cidades, realizada de 23 a 26 de outubro de 2003 em Brasília; e apresentar e discutir em grupos de trabalhos específicos os relatórios produzidos nas conferências municipais e regionais, identificar os principais problemas das cidades do Paraná e indicar prioridades para o Ministério das Cidades. Participaram os seguintes segmentos: administradores públicos, parlamentares (deputados estaduais e vereadores), integrantes de movimentos sociais e populares, ONGs, entidades acadêmicas e de pesquisa, sindicatos, empresários da área de desenvolvimento urbano, operadores de serviços públicos, e comunidade organizada.

15 Companhia de Saneamento do Paraná

15.1 Ações Desenvolvidas

A Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) passou a ter como único objetivo tratar, de forma universal e indiscriminada, o saneamento básico e, conseqüentemente, a saúde das famílias paranaenses, após decretada a nulidade do Acordo de Acionistas e a retomada do controle da Companhia, passados 70 dias de negociações.

Eleitos os novos diretores em Assembléia Geral Extraordinária, e os novos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da Sanepar passaram a interagir na gestão da Sanepar.

Em 2003, a Sanepar obteve reconhecimento como empresa de ponta no setor de saneamento, recebendo mais uma vez o Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS). É a única empresa a ser premiada por sete anos consecutivos.

Foi eleita pelo Jornal Valor a melhor empresa de saneamento do país, e recebeu o Prêmio Valor 1.000. Pela segunda vez consecutiva, recebeu o Prêmio Transparência da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade. Apenas dez empresas em todo o país são premiadas pela transparência com que divulgam seu balanço econômico.

Atuando com transparência e eficiência, a Sanepar optou por começar saneando seus custos e pela revisão dos contratos existentes.

O efeito positivo do desempenho da Companhia no período é reflexo da atuação da diretoria na definição e implantação de políticas para redução de custos e despesas, por meio de controle ou acompanhamento de processos, principalmente na contratação de serviços de terceiros.

Foram planejados os investimentos necessários para o atendimento de 80% da população urbana com esgoto sanitário nas cidades com população acima de 50.000 habitantes até o ano de 2010 e de 65% da população urbana nas cidades com população entre 5.000 e 50.000 habitantes. Também foi previsto um programa equivalente a dez milhões de reais, anualmente, para saneamento rural.

Foram realizados os levantamentos para a proposição de administração do sistema público de resíduos sólidos urbanos de Francisco Beltrão, contemplando a coleta e a destinação no aterro sanitário existente. Nas cidades de Maringá, Paiçandu e Sarandi, foram desenvolvidas atividades preliminares para a apresentação de propostas de administração dos sistemas, e há interesse na operação dos sistemas dos municípios de Londrina, Astorga e Ubitatã.

15.1.1 Evolução do Atendimento

Dos 399 municípios do Paraná, a Sanepar atende a 342 sedes municipais, mais 278 distritos ou localidades de menor porte, totalizando 620 localidades com água tratada. Destas, 144 contam com esgoto coletado e tratado, sendo 139 sedes e 5 distritos. A empresa atende hoje a cerca de 98% da população urbana do Estado, nas localidades onde atua, com abastecimento de água, e a 44% com sistemas de esgotos sanitários, dos quais 97% recebem tratamento.

Como política de proteção do meio ambiente, nenhuma rede de esgotamento sanitário é executada sem que venha acompanhada da implantação das instalações de tratamento dos esgotos coletados.

Em 2003, a rede de abastecimento de água foi ampliada em mais de 461 km, chegando a 36.000 km. Também a rede de esgotos sanitários foi ampliada, passando de 15.712 km para cerca de 16.025 km.

A evolução do atendimento da SANEPAR em 2003 pode ser observada no quadro a seguir.

Evolução do Atendimento da SANEPAR de 2002 para 2003

	2002	2003	Acréscimo
Ligações			
Água	2.020.030	2.067.533	47.503
Esgoto	794.157	825.160	31.003
Economias Totais			
Água	2.463.794	2.516.056	52.262
Esgoto	1.133.538	1.173.643	40.105
Economias Residenciais			
Água	2.250.780	2.298.540	47.760
Esgoto	1.014.575	1.050.982	36.407
População Abastecida	7.761.171	7.891.342	130.171
População Atendida com Esgoto	3.458.019	3.574.802	116.783

Atuação pautada pela responsabilidade social, voltada à comunidade e ao meio ambiente: esta é a diretriz da nova SANEPAR. Nesse sentido, destaca-se a criação da Diretoria de Meio Ambiente e Ação Social, tendo como objetivos promover a gestão ambiental e de recursos hídricos, desenvolver as políticas ambiental, social, de pesquisa e de qualidade e contribuir para a implantação da política estadual de meio ambiente, em conjunto com órgãos estaduais e federais.

15.1.2 Tarifa Social para a População Carente

No final do primeiro mandato do Governador Requião, mais de 270 mil famílias estavam inscritas no cadastro social da SANEPAR. No início de 2003, eram 39 mil famílias. No final do primeiro semestre de 2003, 48.000, e até o final desse ano, a SANEPAR conseguiu ampliar a tarifa diferenciada e altamente subsidiada para cerca de 60.000 famílias.

Foi elaborado e aprovado o Projeto Tarifa Social "Homero Oguido", com o objetivo de permitir o acesso de um número maior de famílias ao benefício da tarifa social, por meio da flexibilização dos pré-requisitos e procedimentos para cadastramento.

Utilizando-se como parâmetro o estudo Famílias Pobres no Estado do Paraná (IPARDES 2003), que considera a pobreza absoluta como primeiro critério de identificação da população pobre no Paraná, foi identificado um número máximo de 359.818 famílias com potencial para ingressar na tarifa social.

15.1.3 Atuação nas Comunidades Rurais

Com o Programa de Saneamento Rural, o Governo mostra sua preocupação com a qualidade de vida da população do meio rural do Estado. É um programa de parceria entre o Governo do Estado, por meio da SANEPAR, as Prefeituras Municipais e as comunidades beneficiadas. Conta com o apoio institucional da SEAB, pelo Paraná 12 Meses. Contempla a implantação de sistemas de abastecimento de água em localidades rurais do Paraná cuja população situa-se entre 50 e 2.000 habitantes.

O Programa de Saneamento Rural atendeu a cerca de 8.210 famílias, que representam 41.050 habitantes, com um investimento total de R\$ 1.800 mil.

15.1.4 Desenvolvimento Tecnológico

Mediante convênio de cooperação técnica com a Universidade Federal do Paraná, tornou-se possível a Sanepar encomendar pesquisas científicas e tecnológicas à UFPR para obter melhoria da qualidade e barateamento dos serviços.

Em novembro, a Sanepar participou da solenidade de entrega do Prêmio Falcão Bauer, Categoria Novos Materiais – 1.º lugar em Sistema Contra Perdas de Água – com a solução Unidade de Ligação Medição e Controle (ULMC), desenvolvida em cooperação técnica com a Tigre S.A. Essa é uma inovação para o processo de medição e leitura do consumo, e que deverá causar grande impacto de redução das perdas físicas existentes nas redes.

Outro importante avanço para todo o setor de saneamento foi conseguido por meio de cooperação técnica, do desenvolvimento de Tubo de PVC DEFOFO com características técnicas diferentes das atuais, para solucionar problemas de ruptura nessas tubulações.

15.1.5 Investimentos

15.1.5.1 Obras Executadas e Empreendimentos Mais Relevantes

Pelo volume de recursos aplicados na Região Metropolitana de Curitiba e na Faixa Litorânea, o PARANASAN foi, em 2003, o principal programa na área de saneamento no Estado do Paraná.

Sistemas de água

Nesse âmbito, foram realizadas as seguintes ações:

- **Curitiba e RMC** - em execução a implantação da barragem do Piraquara II, cujo reservatório terá capacidade para acumulação de 20 milhões de metros cúbicos de água. Foram construídos 12 novos centros de reservação para o sistema integrado de água da RMC, aumentando em 87,50 milhões de litros de água potável a capacidade. Foram implantados 136 km de novas redes de distribuição de água e 36 km de novas adutoras de água tratada, além da implantação de sistema de supervisão e controle operacional, que conferem ao sistema alta confiabilidade e flexibilidade, eliminando eventuais intermitências no abastecimento, beneficiando toda a

população da região. As obras de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Curitiba e RMC totalizam um investimento de R\$ 50 milhões.

- **Região Litorânea** - em execução a ampliação dos sistemas de abastecimento de água da região litorânea, beneficiando os municípios de Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná, Morretes e Guaraqueçaba, com destaque para o município de Guaratuba, que representa uma importante conquista da população paranaense que converge ao litoral no período de verão. As obras de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Região Litorânea beneficiarão 703 mil habitantes, e o investimento é de R\$ 35 milhões.

Sistemas de Esgoto

Realizaram-se, em 2003, as ações a seguir:

- **Curitiba e RMC** - concluídas a construção de 3 novas estações de tratamento de esgoto, incrementando a capacidade em mais 1.000 litros por segundo, e a implantação de 870 km de novas redes de esgoto, que permitiram o atendimento de mais de 200 mil habitantes. As obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Curitiba e RMC totalizaram um investimento de R\$ 126 milhões.
- **Região Litorânea** - os municípios de Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná, Morretes e Guaraqueçaba estão sendo contemplados com ações de ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário. As obras de ampliação do sistema beneficiarão 321 mil habitantes, e o investimento é de R\$ 69,1 milhões.

15.1.5.2 Novos Programas Aprovados

A assinatura de novos contratos de financiamento junto à Caixa Econômica Federal em 2003, no valor de R\$ 80 milhões, são a garantia de investimentos para diversas localidades.

Mais R\$ 290 milhões foram aprovados no dia 17 de dezembro, na CEF, em Brasília, em solenidade no Palácio do Planalto, quando a Sanepar recebeu a maior parcela do investimento federal destinado às empresas do setor.

Foram contratadas as primeiras obras do Programa Paraná Urbano II, que beneficiará 171.000 habitantes em 39 municípios. Os investimentos previstos nesse Programa serão de R\$ 60.000.000,00 e permitirão a construção de aproximadamente 900.000 m de redes coletoras de esgotos.

16 Secretaria de Estado da Segurança Pública

A postura atual adotada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), inserida no Programa Segurança Cidadã, é de combate ao crime, não somente com a ação policial de repressão, mas também com a estruturação da Polícia Científica e de um serviço de inteligência que se antecipe às situações que geram o delito.

16.1 Ações Desenvolvidas

As ações educativas e de prevenção têm a mesma prioridade que as ações especiais de combate ao crime organizado e estão sendo desenvolvidas em perfeita integração entre as Polícias Civil e Militar. Entre as estratégias traçadas estão as ações de aproximação com a comunidade, com destaque para o projeto Policiamento Ostensivo Volante (POVO), com a presença de policiais nas comunidades e nos bairros.

No tocante à conscientização de pré-adolescentes contra situações de crime, estão sendo executados os projetos: Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), Patrulha Escolar e Anjos da Escola.

Os índices do PROERD, como estratégia de prevenção, demonstram que o Programa, desde sua implantação em 2000, está presente em 108 municípios, distribuídos em todas as regiões do Estado, em 1.098 escolas da rede pública e particular, com a participação efetiva de 119 instrutores e 195.653 alunos formados. No segundo semestre, os instrutores trabalharam com aproximadamente 65.000 alunos, contribuindo para que o Paraná seja destaque no cenário nacional, na esfera da prevenção às drogas e à violência. Ainda nas atividades extracurriculares, os instrutores realizam palestras preventivas nas escolas e participam de eventos que tenham a finalidade de divulgar as ações da Polícia Militar e a filosofia do Programa em todo o território paranaense.

A Patrulha Escolar visa proporcionar segurança às escolas públicas estaduais, em ações integradas, no sentido de prevenir e evitar ações delituosas. O policiamento é feito por policiais femininas, que atuam com apoio de outros policiais militares, desde o período da manhã até o encerramento das aulas no período noturno.

O Projeto Anjos da Escola, lançado no mês de junho, objetiva prevenir e alertar adolescentes quanto ao uso de drogas. A idéia é fazer o alerta por meio da simulação de ações realizadas pela polícia. O Projeto prevê visitas periódicas nas escolas, nas quais os cães treinados vasculharão o ambiente à procura de entorpecentes.

Paralelamente às políticas de prevenção, a SESP está se estruturando para conscientizar a população sobre a importância do desarmamento, implementando medidas que incentivem as pessoas a entregarem suas armas.

O ingresso do Paraná no Sistema Único de Segurança (SUSP), consolidado pela assinatura de protocolo entre o Ministério da Justiça e o Governo do Paraná, representou um avanço para a política de combate ao crime. Criado pelo Governo Federal, o SUSP tem a missão de combater o crime organizado no Brasil por meio da integração de ações das polícias nas três esferas do Poder Executivo (federal, estadual e municipal), pela formação de um banco de dados de segurança comum, com ênfase nas ações de prevenção. Serão integradas as polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária Federal, por um sistema informatizado de dados sobre criminosos. A idéia é priorizar a inteligência na atividade policial, com uso de estatísticas, planejamento e monitoramento, além de incentivar a realização de perícias. Estão previstas, também, modificações nos currículos de formação de policiais.

Nesse sentido, merecem destaque os projetos: Mãos Limpas, 161 – Narcodenúncia, Mapa do Crime, além da reformulação do Estatuto da Polícia Civil, que visa à aplicação ágil de dispositivos disciplinares de sanção às transgressões disciplinares de policiais.

Todas as ações de polícia são discutidas durante a reunião semanal da Operação Mãos Limpas, sob a coordenação do Governador do Estado e com a participação, também, da Polícia Federal e do Poder Judiciário.

O Programa 161 – Narcodenúncia funciona numa ação integrada entre Secretarias da Justiça e da Segurança Pública, do Ministério Público e do Poder Judiciário. Implantado em junho, atingiu média aproximada de atendimento de uma denúncia de tráfico de drogas a cada 20 minutos. Outro fato a se destacar é que, das denúncias concluídas, aproximadamente 11% tiveram resultados positivos, que geraram apreensões de drogas e prisão de traficantes. O serviço também ajudou a aumentar o número das apreensões de drogas em todo o Estado. Enquanto nos primeiros cinco meses de 2002 houve 488 apreensões no Paraná, no mesmo período de 2003 foram feitas 567

apreensões. O Programa tem atuação em todo o território do Estado, com as centrais de atendimento à população instaladas em Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Pato Branco.

O Mapa do Crime é o mapeamento das ocorrências criminais referenciado geograficamente, sendo cada uma localizada no mapa da cidade. Com os outros dados, permitirá que se consolide um banco de dados estatísticos para o planejamento estratégico das ações policiais.

Foi constituído um grupo de trabalho multidisciplinar na Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, dividido em três fases: as duas primeiras constituíram-se no diagnóstico da situação do Estado em relação aos requisitos para a implementação do Projeto e na construção da metodologia de operacionalização, aplicada experimentalmente em cinco municípios (Curitiba, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa), com dados do mês de julho; para a terceira fase, de implantação do Projeto, sob a coordenação da SESP, foram constituídos grupos de trabalho para proceder estudos, visando, prioritariamente, à unificação dos Boletins de Ocorrência (BOs), a informatização das polícias e a unificação das áreas policiais.

Em 39 municípios do Paraná, as polícias Civil e Militar já estão integradas em rede informatizada e até março de 2004, o boletim de ocorrência estará unificado. Isso significa que, nas regiões onde o projeto estiver implantado, em qualquer unidade policial poderá ser emitido o BO, com acesso na SESP e na delegacia correspondente para iniciar a investigação, alimentando, assim, o Mapa do Crime. Essas ações estão sendo executadas em parceria com os órgãos estaduais como SEPL, IPARDES, SETI, COPEL e SEDU.

Merecem destaque, também, além dos projetos citados, ações mais específicas inerentes às responsabilidades institucionais da Secretaria, a saber:

- Promoção de 34 desocupações pacíficas em áreas rurais e urbanas do Estado.
- Aumento do efetivo das Polícias Civil, Militar e Científica. Em 1993, a PM contava com um efetivo de pouco mais de 20 mil homens, reduzido para os 17.384 atuais. Considerando a atual defasagem, deu-se início ao processo de recrutamento de novos candidatos, oriundos do último concurso realizado, dos quais foram aprovados 1.800 candidatos e incluídos 140, restando a possibilidade de aproveitamento dos 1.327 para o ano de 2004. A Polícia Civil também integrou novos membros à instituição, nomeando 15 novos delegados, além dos 4.370 já existentes.

- Reaparelhamento do Instituto Médico Legal e do Instituto de Criminalística, e criação da Central de Informações e Inteligência, absorvendo policiais qualificados para fazer a análise das informações disponíveis na antecipação das situações de ocorrência de crimes, fazendo com que possam ser evitados.
- Criação do Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros (FUNCB), constante da lei orçamentária para 2003, com a finalidade de prover recursos para aplicação em ações administrativas e operacionais de bombeiro, possibilitou a melhoria nas condições de trabalho.
- Inauguração do *campus* da Escola Superior de Polícia Civil (ESPC), em Ibiporã, que decorreu da assinatura de um protocolo de intenções, firmado entre o Governo do Paraná, por meio da Secretaria da Segurança Pública/Escola Superior de Polícia Civil (ESPC) e o município de Ibiporã. A ESPC/Ibiporã, batizada de Escola Dr. Valfrido Pilotto, promoverá, anualmente, cursos para policiais civis, com vagas para policiais militares, guardas municipais, além de policiais de países integrantes do Mercosul.
- Nomeação de sargentos da Polícia Militar nas vagas dos chamados "delegados calça-curta", pessoas sem formação policial, com a intenção de contar com um policial que tenha a formação específica para o posto, sendo que o militar trabalhará em parceria com o delegado da comarca a que as suas delegacias pertencem.
- Inauguração da Penitenciária Metropolitana de Piraquara, espaço destinado ao Centro de Triagem de Piraquara, que está sendo utilizado para abrigar os presos dos distritos de Curitiba e Região Metropolitana. A administração da nova unidade, que era de responsabilidade da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, foi repassada, mediante delegação governamental, para a Secretaria da Segurança Pública, com o objetivo de resolver o problema da superlotação carcerária na capital e região. A ativação dessa penitenciária representa o alívio imediato dos distritos de Curitiba e Região Metropolitana. Com uma capacidade inicial para 450 presos condenados, a nova unidade do Centro de Triagem possui 108 celas, entre outras instalações, podendo abrigar até 900 presos provisórios. A meta é deixar presos somente nas delegacias de Furtos e Roubos, na de Furtos e

Roubos de Veículos e na Divisão de Narcóticos, que têm instalação apropriada para a prisão. As delegacias da Mulher, de Homicídios, de Estelionatos, a Divisão de Vigilância e Capturas e o Centro de Operações Policiais Especiais deverão ficar sem presos em suas instalações. A idéia é deixar as delegacias da Região Metropolitana de Curitiba operarem dentro das suas respectivas capacidades.

- Criação de dois novos Centros Integrados de Proteção ao Cidadão, em Curitiba, que funcionarão como delegacias-pólos dos demais distritos de sua região com o objetivo de agilizar o atendimento à população, por meio da Polícia Civil. Com essa medida, as investigações passam a ser regionalizadas, proporcionando maior poder de ação à polícia. Os delegados do Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão irão supervisionar os trabalhos policiais de elaboração de inquéritos, a expedição de alvarás e atendimento, com atenção especial ao trabalho investigativo. A nova divisão começou a funcionar a partir de novembro e os centros funcionarão 12 horas nos dias úteis e 24 horas nos finais de semana.

16.1.1 Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/PR)

Tem como missão planejar, coordenar, fiscalizar, controlar e executar a política de trânsito no Paraná. Estruturado em 96 Circunscrições Regionais de Trânsito (Ciretrans) e 245 Postos de Serviços de Trânsito, abrange quase todos os municípios do Estado. Conta ainda com quatro unidades volantes informatizadas, denominadas Detran Móvel, que levam os serviços da autarquia a diversas localidades do Estado.

A atual administração promoveu um verdadeiro saneamento administrativo-financeiro no órgão, uma criteriosa reavaliação de contratos firmados, gerando uma economia de R\$ 30 milhões. Foram rompidos contratos nas áreas de fiscalização, educação para o trânsito, informática e de serviços técnicos especializados. Também foi interrompido um contrato na área de informática no valor de R\$ 81 milhões. A reavaliação dos contratos foi pautada em critérios de legalidade e conveniência à administração, sem prejuízo da qualidade do serviço prestado à população. Na busca de redução de custos e de transparência administrativa, também foram revistos os processos de compras de materiais de consumo interno, de impressão e de transporte de documentos, entre outros.

A implantação do pregão eletrônico como modalidade de licitação foi decisiva nesse processo, proporcionando necessária agilidade à administração pública com a garantia da transparência desejada. Outra medida foi a informatização de 60 pátios de veículos no interior, melhorando o controle, a guarda e a liberação a seus proprietários. Com isso, foi possível leiloar aproximadamente 4.500 veículos. Além disso, a informatização aumentou a rotatividade dos veículos, o que permitiu intensificar *blitz* fiscalizatórias e o policiamento de trânsito. Todas essas medidas permitiram à atual gestão um superávit financeiro seis vezes maior que o de 2002.

É oportuno enfatizar o esforço realizado para a alocação de recursos para a recuperação, adaptação e manutenção de prédios próprios, disponibilizados ou cedidos, totalizando R\$ 3,1 milhões sem prejuízos ou alterações na programação geral da autarquia. Estão sendo investidos, ainda, R\$ 6,5 milhões na substituição de veículos locados por próprios e na aquisição de mobiliários e equipamentos, como de informática.

Na área da educação para o trânsito, é importante ressaltar a preocupação do Detran/PR em introduzir um conceito de trânsito mais humano, com a perspectiva de uma concreta redução dos acidentes com vítimas fatais. Para atingir esse objetivo foi lançado o Programa Mutirão pela Vida, incluído no Plano Plurianual 2004-2007. Algumas ações desse Programa já estão sendo colocadas em prática, como as *blitz* educativas em escolas, ruas e avenidas, bares e restaurantes, lançadas na Semana Nacional de Trânsito, contando com a essencial participação da Polícia Militar. Outras ações do Mutirão pela Vida que estão sendo colocadas em prática são a implementação do Observatório de Acidentes de Trânsito, em parceria com o IML, a Delegacia de Delitos de Trânsito e a Secretaria Estadual da Saúde; e a capacitação de agentes municipais de trânsito nos municípios que se integrarem ao Sistema Nacional de Trânsito – a primeira turma foi formada em Fazenda Rio Grande. Outra iniciativa inédita no ano de 2003 foi o Programa O Detran Vai a Você, no qual profissionais do órgão levaram informações de interesse público à população por meio de empresas, universidades, associações, Câmaras de Vereadores, Assembléia Legislativa, entre outros.

Destaque também para a viabilização de convênio entre o Detran/PR e o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), para a recuperação de rodovias estaduais, especificamente nos perímetros urbanos com maior incidência de acidentes de trânsito, enfatizando a preservação da vida em nosso trânsito. Os recursos de R\$ 30 milhões são resultantes do superávit equacionado neste exercício e que passarão a integrar o Programa Mutirão Pela Vida.

Outro convênio que merece destaque foi firmado com o Poder Judiciário, permitindo a diversas Varas de Trânsito consultas *on-line* de dados cadastrais de proprietários de veículos e condutores, bem como o bloqueio e desbloqueio judicial de veículos em poucos minutos (o que antes durava no mínimo 24 horas).

16.1.2 Programa Saúde

Apresentou os seguintes resultados em 2003:

- A reativação do Hospital da Polícia Militar foi precedida pela avaliação realizada por uma empresa de consultoria especializada na área, a qual, em conjunto com a equipe administrativa do hospital, realizou o projeto de modernização, que inclui os processos gerenciais e administrativos, com aperfeiçoamento do sistema de informações médicas, por meio da informação de todos os setores. Foi efetuado o dimensionamento do pessoal para as reais necessidades e foram programados treinamentos dos funcionários, no aperfeiçoamento dos processos de atendimento, adequados às normas de qualidade vigentes. Em nível ambulatorial, além de adequar a oferta à demanda nas diversas especialidades, serão implantados programas específicos de prevenção de doenças, como diabetes, hipertensão e obesidade. Em maio de 2003, foi reativado o ambulatório e, em dezembro, a internação hospitalar; em 2004, será iniciada a reforma do prédio.
- Atuação intensa do Siate, que é um serviço reconhecido por toda a população no atendimento a pessoas em situações de emergência, garantindo-lhes um suporte básico de vida no local da ocorrência, estabilizando-as e transportando-as adequadamente ao hospital. Em 2003, atendeu em torno de 50.000 ocorrências pré-hospitalares.

16.1.3 Programa Meio Ambiente

O Batalhão de Polícia Florestal (BPFlo) é a unidade especializada da Polícia Militar que, além de atuar ostensivamente, ensejando a preservação da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos, tem a missão específica de fiscalização ambiental.

Cumpra suas atribuições, prioritariamente, pela realização do policiamento ostensivo, executado com maior ênfase em sua parte preventiva, para orientar e dissuadir ações que representem transgressões à legislação ambiental.

Na atuação preventiva, o Batalhão vem desenvolvendo programas de educação ambiental na comunidade, com a elaboração e veiculação de cartazes, panfletos com textos educativos, realizando, constantemente, palestras em estabelecimentos de ensino, exposições técnicas à entidades públicas e privadas com participação popular, e, ainda, orientações ao público em geral, nas áreas de preservação ambiental.

Atualmente, tem 21 postos policiais florestais, sendo 10 no Litoral e na Serra do Mar e 11 no Interior; o atendimento da Capital e Região Metropolitana é feito pela sede, em São José dos Pinhais. Para atender à demanda e dar apoio aos Postos Policiais Florestais e aos escritórios do Instituto Ambiental do Paraná, o grupo tem Rondas Ostensivas de Natureza Especial (RONE).

O BPFlo vem desenvolvendo seu trabalho diuturnamente e atendeu, em 2003, mais de 5.000 ocorrências, sendo 25% de policiamento ostensivo geral e 75% de ocorrências ambientais. Atua na fiscalização ambiental isoladamente ou em ação conjunta com o IAP, Copel, Itaipu ou por solicitação de outros órgãos. Participa de projetos como o Pró-Atlântica, voltado para a proteção da Mata Atlântica, e o Paraná Biodiversidade, que é direcionado para três corredores da biodiversidade: Caiuá-Ilha Grande, Iguaçu-Paraná e das Araucárias.

17 Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania

A Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJU), criada pela Lei n.º 13.986, de 30 de dezembro de 2002, e regulamentada pelo Decreto n.º 2.085, de 7 de novembro de 2003, tem por finalidade a orientação técnica especializada, o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades relativas à justiça e aos direitos da cidadania.

No seu campo de atuação, a SEJU desenvolve suas ações compreendendo, primordialmente, atividades relacionadas com a definição de diretrizes para a política governamental, bem como com a coordenação de sua execução nas áreas penitenciária, da proteção, defesa, educação e orientação ao consumidor, da defesa dos direitos da cidadania e da pessoa portadora de deficiência, e da assistência judiciária gratuita aos necessitados.

17.1 Ações Desenvolvidas

17.1.1 Coordenadoria Estadual Antidrogas (CEAD)

No cumprimento da sua finalidade de planejar, definir, coordenar e controlar as ações relacionadas à redução da demanda de drogas no território do Estado, em conformidade com a política estadual antidrogas, a Coordenadoria desenvolveu, no exercício de 2003, o conjunto de atividades a seguir relatadas:

- **Reativação dos Conselhos Municipais Antidrogas** - Com base na política nacional antidrogas e nas diretrizes dos Conselhos Antidrogas Nacional e Estadual, a CEAD desenvolveu ações propondo a criação ou a reativação dos Conselhos Municipais em todo o território estadual, encaminhando documentação a todos os municípios. Como resultado, houve a criação ou reativação de 33 Conselhos Municipais Antidrogas e processos de implantação de mais 10 conselhos.
- **VIII Semana Estadual de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas** - Envolvendo a comunidade paranaense por meio de teleconferência, atividades científicas e outros eventos, foram desenvolvidas programações com a comunidade, tais como feira-livre, palestras nas escolas e outras

atividades em Curitiba, Região Metropolitana e Interior do Estado, atingindo resultado expressivo quanto ao universo de pessoas assistidas.

- **Cursos de Sensibilização e Mobilização** - Iniciados os cursos de Sensibilização e Mobilização para multiplicadores de ações preventivas ao uso indevido de drogas – realizados quatro cursos, envolvendo aproximadamente 350 participantes.
- **Presença nos Municípios** - No âmbito das ações que envolvem a criação dos Conselhos Municipais Antidrogas, a Coordenadoria vem recebendo solicitações dos municípios, envolvendo a presença de técnicos para proferir palestras e prestar informações. Nesse sentido, a CEAD promoveu visitas aos municípios.
- **Observatório Estadual Antidrogas** - Está sendo inserido no site da Coordenadoria o Observatório Estadual Antidrogas, onde constará a quantidade de comunidades terapêuticas, grupos de mútua ajuda, casas de apoio, clínicas especializadas, hospitais psiquiátricos, serviços de prevenção, ambulatórios especializados e atendimento ao usuário.
- **Programa 161 – Narcodenúncia** - Implantado pela SEJU, envolvendo a participação efetiva da comunidade no processo, mediante o apontamento de referências para investigação do tráfico e do uso indevido de drogas, observando-se absoluto sigilo. O Programa vem apresentando resultados expressivos no atingimento dos seus objetivos, constituindo extraordinário mecanismo que possibilita, pela primeira vez, condições para elaborar o mapeamento do uso e do tráfico de drogas no Estado do Paraná. Sua execução está sendo realizada em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, o Ministério Público e o Poder Judiciário.
- **Outras Atividades** - A Coordenadoria desenvolveu levantamento de bens móveis e imóveis apreendidos pelas polícias Civil, Militar e Federal, envolvendo drogas ilegais, bem como prestou informações, emitiu pareceres e orientou comunidades quanto a tratamento e internamento.

17.1.2 Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR)

O objetivo maior da sua função institucional determina a implementação e a execução da política estadual de proteção, orientação, defesa e educação do consumidor, por meio de articulação de suas ações com entidades e órgãos públicos estaduais e municipais e entidades civis que desempenham atividades relacionadas à defesa do consumidor. Seguem os esforços da Coordenadoria empregados em 2003.

17.1.2.1 Atendimento ao Consumidor

Em 2003, foram apresentados os resultados a seguir:

- 79.750 atendimentos realizados, onde 65.560 pessoas foram orientadas e informadas, registrando-se 14.190 aberturas de processos administrativos de reclamação que demandam ações internas.
- 5.650 processos de reclamação arquivados, pela finalização em audiência, pela resolução do problema apresentado ou, ainda, pelo trânsito em julgado.
- 1.063 protocolos referentes à aplicação de multas, que totalizaram R\$ 2,1 milhões.

No âmbito da Divisão Jurídica, o PROCON tem sob sua responsabilidade 46 ações civis públicas, com volume destacado para as ações contra administradoras de consórcios e empresas que operam modalidade *leasing* atrelada ao valor do dólar.

17.1.2.2 Estudos e Pesquisas

Ações referentes ao Projeto Comparação de Preços de Produtos e Serviços de Consumo Básico, realizadas em 2003:

- 51 coletas.
- 161 estabelecimentos envolvidos.
- 160 itens pesquisados.
- Projeto ABC do Consumidor - ações educativas para as relações de consumo - composição gráfica do Código de Defesa do Consumidor: 70.000 exemplares.

- Impressão do Estatuto do Torcedor: 30.000 exemplares .
- 38 PROCONs municipais em funcionamento.

O Projeto Descentralização do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor objetiva descentralizar e municipalizar o Sistema no Estado, desenvolvendo programações voltadas ao treinamento de técnicos municipais de unidades já em funcionamento, assim como de técnicos de municípios interessados em promover a implantação dos seus órgãos de defesa do consumidor, e prestando assessoramento técnico permanente aos municípios. A Coordenadoria realizou a Oficina Regional dos PROCONs da Região Sul, em conjunto com o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça (DPDC), com a participação de 52 técnicos de PROCONs estaduais e municipais do Paraná e de Santa Catarina. Realizou também o Curso de Capacitação de Técnicos de Defesa do Consumidor, também em conjunto com o DPDC, envolvendo a participação de 66 técnicos do Procon Estadual, dos PROCONs Municipais, do IPEM, do Ministério Público, da Delegacia Federal da Agricultura, da Delegacia de Crimes Contra a Economia Popular e de uma entidade civil de defesa do consumidor. Em outras atividades, registra-se a participação do PROCON em reuniões do Conselho de Consumidores da COPEL, a realização de palestra em escola e a disponibilização do acervo da sua biblioteca.

17.1.2.3 Ação Fiscalizatória

A Divisão de Fiscalização realiza diligências para verificação de prática infrativa, para coleta de dados de fornecedores e para instrução de processos administrativos, prestando atendimento a denunciante pelo serviço 0800 411512.

Nos termos do Decreto Federal n.º 2181/1997, foram celebrados compromissos de ajustamento de conduta com o Sindicato das Empresas Exibidoras Cinematográficas dos Estados do Paraná e Santa Catarina, com os clubes de futebol da capital e com a Federação Paranaense de Futebol, para regular a comprovação da condição de estudante para garantia do benefício do meio ingresso.

Com a Associação Paranaense de Supermercados, foram firmados compromissos para disciplinar a limitação de produtos anunciados em promoções com preços especiais.

Foram realizadas as seguintes ações fiscalizatórias em 2003:

- 349 atendimentos realizados;
- 42 autos de infração lavrados;
- 18 autos de constatação.

17.1.3 Coordenadoria dos Direitos da Cidadania (CODIC)

Desenvolve ações múltiplas no âmbito da promoção da investigação e dos estudos sobre normas assecuratórias dos direitos humanos e da divulgação do conteúdo e do significado dos direitos da cidadania, promovendo cursos, conferências, debates e programações diversas, em parceria com órgãos federais e estaduais, com organizações não governamentais e com a comunidade. Nesta linha de ação, foram desenvolvidas as atividades a seguir relatadas:

- **Conferência Estadual dos Direitos Humanos** - Com a finalidade de compor a representação da sociedade civil organizada no Conselho Permanente dos Direitos Humanos, foi realizada programação envolvendo sessões de trabalho e palestra proferida por Mário Mamede, Secretário Adjunto da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que discorreu sobre As Novas Diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos e o Papel dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos.
- **Projeto Municípios em Ação** - Para desenvolver mecanismos e gestões voltados à cidadania e aos direitos humanos, em ação conjunta com os Secretários de Ação Social dos municípios paranaenses e com os professores das redes estadual e municipais de ensino, realizaram-se programações para os agentes promotores da cidadania, com 430 participantes.
- **Projeto Mutirão da Cidadania** - Em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado e com outros órgãos do Governo Estadual, participou do Projeto Mutirão da Cidadania prestando orientação às Secretarias de Ação Social dos municípios de Doutor Ulisses, Cerro Azul, Adrianópolis e Guaraqueçaba para criação dos Conselhos dos Idosos e para disseminar informações e distribuir material informativo sobre a mulher, a criança e o adolescente, e sobre a cidadania e os direitos humanos aos diretores e professores das escolas. O Programa incluiu, ainda, a distribuição de material informativo à população, orientando sobre o exercício dos seus direitos.

- **Conselho dos Direitos do Idoso (CEDI/PR)** - Realizado o 1.º Curso de Capacitação para os Conselheiros do Conselho dos Direitos do Idoso, em programação da Secretaria referente ao 1.º Move Paraná – Mobilização sobre o Envelhecimento.
- **Semana de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes** - Evento realizado com o objetivo de atrair a mídia e mobilizar a sociedade civil e as organizações governamentais para o enfrentamento de problemas tais como a gravidez precoce e indesejada, a contaminação por DST/AIDS, distúrbios psicossocioemocionais, prostituição infantil e até mesmo suicídio.
- **Projeto Construindo Segurança** - Desenvolvido em parceria com o Instituto de Defesa dos Direitos Humanos, objetivando integrar as polícias Civil e Militar e a sociedade por meio da promoção de discussões e debates, principalmente no que se refere às questões relacionadas à cidadania e aos direitos humanos.
- **Programa PROVITA/PR** - Desenvolvidas gestões junto com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, com vistas à implantação do Programa Estadual de Assistência a Vítimas e Testemunhas de Crime, nos moldes do programa federal já existente.
- **Conselhos, Comissões e Fóruns** - Participação em diversos órgãos colegiados voltados aos direitos da cidadania.

17.1.4 Defensoria Pública do Paraná (DPP)

No cumprimento da sua função institucional de assistência jurídica e judiciária gratuita aos economicamente necessitados, em todas as instâncias e tribunas, planejando e executando a política de assistência judiciária em todo o Estado, apresenta a seguir os principais itens das suas ações no exercício de 2003:

- **Atendimento e Ajuizamento de Ações** - Para garantir a efetividade da Constituição Federal na garantia da assistência jurídica gratuita ao cidadão hipossuficiente, o restrito corpo de advogados da Defensoria vem atendendo a um volume aproximado de 12.800 ações em andamento, prestando atendimento a mais de 7.300 pessoas e ajuizando 3.100 ações.

- **Atendimento Psicológico e de Serviço Social** - Nessa linha de atividade, de suma importância para o andamento das ações judiciais, o Organismo promove atendimento permanente ao público, envolvendo uma procura média de 150 pessoas ao dia, prestando também serviços no âmbito da promoção, da divulgação e da defesa dos direitos da cidadania.
- **Celebração de Convênios e Participação em Programas Sociais** - Com a finalidade de aprimorar os trabalhos oferecidos à população carente, a Defensoria vem procurando incrementar seus níveis de participação em programações compartilhadas, com celebração de convênios e participação em programas sociais.

17.1.5 Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (DEPEN)

Na coordenação dos estabelecimentos penais e demais órgãos do Sistema Penitenciário, o DEPEN deu cumprimento às disposições da Lei de Execução Penal, Lei Federal n.º 7.210/84, referente à custódia, segurança e assistência aos presos provisórios, condenados e submetidos a medida de segurança, bem como aos apenados e egressos das unidades penais.

O Sistema Penitenciário do Paraná conta atualmente com 18 unidades penais, sendo 14 de regime fechado, 2 de regime semi-aberto e 2 de regime aberto, abrigando uma população em torno de 7.842 presos nos regimes fechado e semi-aberto, composta por 7.187 homens e 255 mulheres, mantendo, ainda, atividades de assistência a apenados, egressos e sentenciados com penas alternativas, totalizando 7.490 pessoas. Destaca-se a conclusão das obras e a entrada em operação de mais uma unidade penal, a Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, com capacidade para 432 presos, e, ainda, a elaboração de projetos para construção de Centros de Detenção Provisória e de Centros de Detenção e Ressocialização, a serem implantados no próximo exercício nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Umuarama, São José dos Pinhais, Londrina e Paranaguá.

17.1.5.1 Saúde, Assistência Geral e Educação

Na área de assistência à saúde, foram desenvolvidas, em 2003, as seguintes ações:

- 2.567 consultas clínicas (média mensal);
- 503 consultas psiquiátricas (média mensal);
- 33 consultas oftalmológicas (média mensal);
- 250 encaminhamentos hospitalares para consultas e internamento (promovidos diretamente pelos estabelecimentos penais).

Na Unidade Hospitalar do Complexo Médico Penal, foram realizadas, em 2003, as ações a seguir:

- 35 ocupações de leitos/dia (média mensal) no Hospital Penitenciário;
- 73 ocupações de leitos/dia (média mensal) na Unidade de Saúde Mental;
- 920 exames laboratoriais mensais realizados;
- 2.880 atendimentos odontológicos mensais.

Ressalta-se a ampliação e o fortalecimento das ações de saúde no Sistema Penitenciário com a implementação do Plano Operativo de Saúde, com base na Portaria Interministerial n.º 628/2003, garantindo a contratação de profissionais de saúde para formação de equipes mínimas para cada 500 presos e, ainda, a aquisição de equipamentos para o hospital e as reformas e adequações de instalações para implantação de ambulatórios médicos, condição indispensável para credenciamento ao Sistema Único de Saúde (SUS), em parceria mediante convênio com a Secretaria de Estado da Saúde, que compreende, também, aquisição de medicamentos e implantação de políticas públicas para presos e funcionários do sistema.

No campo da assistência, da orientação social e da educação, mensalmente, em média, foram realizados os seguintes atendimentos, em 2003:

- 14.380 orientações;
- 3.801 assistências psicológicas;
- 8.221 assistências na área jurídica, compreendendo atendimento aos presos e a seus familiares;
- 591 acompanhamentos pedagógicos;
- 277 entrevistas de triagem, que demandaram 56 encaminhamentos a outros setores assistenciais;

- 315 entrevistas para a Comissão Técnica de Classificação;
- 75 entrevistas para o Conselho Disciplinar;
- 236 implantes e desimplantes em canteiros de trabalho;
- 1.729 atendimentos na biblioteca;
- 1.456 matrículas de alunos presos, desde a 1.^a série do 1.^o Grau até o 2.^o Grau.

17.1.5.2 Outras atividades no âmbito do Sistema Penitenciário

- **Ressocialização e Ocupação da Mão-de-Obra** - Na continuidade das atividades do Projeto por meio da profissionalização dos presos, foram realizados 24 cursos profissionalizantes, resultando no atendimento a 304 presos, que concluíram os cursos de que participaram. O gerenciamento do processo de ocupação da mão-de-obra dos internos do Sistema Penitenciário promoveu ações para 49 termos de cooperação com empresas privadas e com órgãos públicos, envolvendo a ocupação de 1.562 presos, em canteiros de produção instalados na Unidade ou em trabalho externo. Houve uma ocupação média de 3.214 presos em atividades produtivas e de laborterapia, com taxa de ocupação de mão-de-obra em níveis de 43% do total de internos do Sistema.
- **Obras, Reparos e Melhorias nas Unidades do Sistema** - Destacam-se os empreendimentos realizados mediante convênios com o Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional, que compreendem especialmente os reparos gerais no Complexo Médico Penal, em área total de 7.970 m², num valor contratual de R\$ 836 mil; a ampliação do Hospital; a conclusão da ampliação da Penitenciária Feminina do Paraná; a setorização da Penitenciária Central do Estado, envolvendo área construída de 1.582 m², num valor contratual de R\$ 459 mil; e a ampliação do Bloco Administrativo dessa Unidade, em área total de 460 m², num valor contratual de R\$ 333 mil.
- **Escola Penitenciária do Paraná (ESPEN)** - A Escola manteve suas atividades de formação, capacitação, reciclagem e treinamento para os funcionários do Sistema Penitenciário, em todos os níveis, com destaque para a conclusão de dois cursos de Administração Penitenciária, que formou 80 funcionários.

- **Patronatos Penitenciários do Paraná** - Como órgãos de execução penal, de regime aberto, os Patronatos Penitenciários de Curitiba e Londrina deram continuidade aos Programas Estaduais de Assistência ao Apenado e ao Egresso e do Apenado nas Cadeias Públicas, mediante a celebração de 18 convênios com entidades públicas e privadas, prefeituras municipais e faculdades do interior do Estado, atendendo a aproximadamente 7.490 egressos de unidades penais, de egressos de cadeias públicas, de pessoas em cumprimento de pena em regime aberto e de pessoas que cumprem penas alternativas.
- **Fundo Penitenciário do Paraná (FUPEN)** - Mobilizando seus recursos financeiros, este Fundo promoveu investimentos nas unidades penais, procurando melhorar as condições de vida dos presos do Sistema, principalmente pelo aperfeiçoamento das instalações físicas dos canteiros de trabalho e da aquisição de bens materiais para os estabelecimentos. Destacam-se as constantes gestões para atração de empresas da comunidade para promoverem a instalação de canteiros de trabalho, proporcionando oferta de trabalho e profissionalização, de forma a atingir níveis ainda maiores de atendimento aos internos nessa linha de atuação.

Linha de Ação 5

Gestão do Estado



Linha de Ação 5

Gestão do Estado

Para o atendimento das crescentes demandas sociais e diante dos limitados recursos disponíveis, é necessário promover a reestruturação da administração pública, ampliando sua eficiência, eficácia e efetividade.

Nesse sentido, esta linha de ação compreende um conjunto de programas e de diretrizes destinados a ampliar a capacidade de gestão do Estado.

18 Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

A retomada do planejamento pautou o primeiro ano do Governo. Assim, a atuação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) esteve presente na elaboração e no gerenciamento de todos os programas lançados em 2003.

Com essa filosofia, a Secretaria tem assessorado o Governador do Estado na coordenação das ações governamentais para que haja maior eficiência e eficácia do gasto público, atuando como catalisadora na formulação das políticas públicas e coordenando a implementação do Programa de Governo.

A Secretaria voltou a se fortalecer e a deter um elemento básico para o planejamento: o Orçamento do Estado. O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) devolveram à SEPL a importância que dela havia sido retirada.

18.1 Ações Desenvolvidas

18.1.1 Cooperação Internacional

O Centro de Cooperação Internacional (CCI) conforme determinações governamentais, intensificou seus esforços de modo a identificar em outros países oportunidades que, ao serem exploradas, poderão contribuir para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

As seguintes atividades foram desenvolvidas pelo CCI nesse ano:

- **Paraná-China** - trabalho de aproximação de entidades públicas e empresas privadas com instituições da República Popular da China. O CCI tem atuado como um agente facilitador e fomentador das relações do Paraná com a China no campo comercial/econômico, de cooperação científico-tecnológica e cultural, por meio da divulgação de oportunidades de negócios, tanto no âmbito das importações quanto no das exportações, repassando informações para entidades associativas de empresários, câmaras de comércio Brasil-

China, entre outras. Divulgou também, entre empresários chineses, a programação de feiras a serem realizadas no Paraná em 2004, visando à sua participação nesses eventos. O CCI também se envolveu na programação técnica da visita de diversas missões chinesas interessadas nas áreas de ciência e tecnologia, agricultura, energia hidrelétrica e administração pública, buscando identificar seus melhores interlocutores e, quando fosse o caso, definir projetos de cooperação.

- **Paraná-Itália** - trabalho de aproximação com lideranças da região da Emilia Romagna, contactadas em São Paulo, para a formalização futura de um convênio de fraternidade entre aquela região da Itália e o Estado do Paraná.
- **Paraná-Mercosul** - assessorou a participação da Secretaria do Planejamento na reunião do Fórum sobre a Integração Paraguai-Paraná, realizada em Assunção, em setembro de 2003, da qual resultou a definição do conteúdo geral de um programa que visa à integração desejada. O CCI também se mobilizou para subsidiar tecnicamente os contatos da SEPL com uma missão da província de Córdoba, Argentina, em visita ao Paraná.
- **Outra Atividades**
 - Levantamento da situação atual quanto à cooperação internacional em favor dos programas dos diversos órgãos da administração estadual.
 - Levantamento de informações sobre o Programa Barcelona Activa.
 - Participação em reuniões preparatórias da exposição comemorativa do sesquicentenário do Paraná, a cargo da Secretaria Especial de Relações com a Comunidade.

18.1.2 Planejamento Institucional

A Coordenadoria de Planejamento Institucional (CPN), como unidade responsável pela análise das iniciativas de mudança organizacional no âmbito do Poder Executivo Estadual, desenvolveu em 2003 estudos de natureza organizacional, destacando-se:

- **Desenvolvimento de estudos de natureza organizacional** - análise ou elaboração de anteprojetos de leis e minutas de estatuto e regulamentos para diversas secretarias e órgãos do Estado.

- **Elaboração e exame de decretos de natureza organizacional** - relativos à nomeação e estabelecimento do âmbito de atuação dos Secretários Especiais; remanejamento de entidades da administração indireta; remanejamento e alteração da denominação de cargos de provimento em comissão para implantação da estrutura organizacional dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual; criação de conselhos, fóruns, alterações de regulamentos, entre outros.
- **Análise e auxílio na elaboração de atos legais relativos a programas e projetos com a participação da SEPL** - decreto de instituição do Programa de Racionalização e Gestão das Despesas de Custeio; decreto de instituição do grupo de trabalho para desenvolver e implementar o Programa de Mapeamento do Crime no Paraná; decreto que institui o Programa do Leite para as crianças do Paraná e demais atos decorrentes para seu funcionamento; decreto para criação do Sistema Integrado de Informações de Recursos Humanos (SIRH); estruturação e capacitação da Unidade de Coordenação Estadual (UCE) do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil (PRODETUR Sul/PR); decreto que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Luz Fraterna.
- **Análise/elaboração de anteprojetos de leis** - sobre transformação do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FEID) em Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (FECON); extinção do Serviço Social Autônomo PARANÁ TECNOLOGIA; Criação do Fundo Estadual Antidrogas (FEA); criação do Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Estado; transformação do Serviço Social Autônomo PARANAPREVIDÊNCIA em entidade autárquica; criação do IPE Saúde e do Sistema de Atendimento à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Paraná; autorização do Poder Executivo, a dispor sobre redistribuição das faculdades isoladas do Paraná que, agregadas, vieram a constituir a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); transformação de cargos de provimento em comissão das Secretarias de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJU) e da Secretaria de Estado da Cultura (SEEC).
- **Orientação e assessoramento técnico** - sobre matérias de natureza organizacional e para elaboração de atos organizacionais que dispõem

sobre alterações na organização do Poder Executivo, bem como diversos pronunciamentos sobre projetos de lei relativos à área institucional.

- **Manutenção do Sistema de Unidades Administrativas (UND) e de Legislação Organizacional** - sistema que contém informações sobre os órgãos e entidades que compõem a estrutura organizacional do Poder Executivo, que pode ser acessado pela internet.
- **Desenvolvimento e implantação de um novo Sistema de Unidades Administrativas do Estado (UND)** - desenvolvido em conjunto com a CELEPAR, encontra-se em fase de testes.

18.1.3 Coordenação de Programas

O Centro de Coordenação de Programas do Governo (CCPG), que tem por finalidade o desenvolvimento, a negociação, a coordenação e o acompanhamento de programas e projetos multissetoriais com financiamentos interno e externo, promoveu, no ano de 2003, um amplo processo de revisão dos trabalhos em desenvolvimento, além de deflagrar uma série de novas ações de prospecção de oportunidades.

Diante dos novos cenários políticos, econômicos e administrativos e das novas diretrizes de Governo, o CCPG reforçou sua atuação no sentido de estabelecer arranjos financeiros mais favoráveis ao Estado, encontrar a apropriada articulação institucional entre os parceiros envolvidos, adequar à nova conjuntura os trabalhos em desenvolvimento ou em negociação e subsidiar a elaboração do orçamento estadual no que concerne aos programas especiais. Igualmente, importa salientar o desempenho do CCPG como interface entre a Secretaria do Planejamento e as secretarias-fim, no que diz respeito aos acertos exigidos à preparação do Plano Plurianual (PPA). Também merece destaque a participação na definição das prioridades a serem inseridas no Programa de Ajuste Fiscal.

Com efeito, demandando uma série de reuniões, estudos, trabalhos de campo e, ainda, entendimentos com missões de organismos internacionais de crédito, essas ações do CCPG permitiram ao Governo lograr êxito nas metas financeiras e físicas de programas e projetos de distintos setores, como educação, saneamento, segurança, energia, agricultura, turismo, meio ambiente e transportes.

Além dessas atribuições regimentais, conforme o Decreto n.º 2.837/1997, que circunscreveram, entre outros, programas como o PROEM, o PARANÁSAN o Paraná 12

Meses e o Programa de Proteção da Mata Atlântica, o CCPG assumiu outras atividades de importância estratégica. Nesse contexto estão o gerenciamento do Projeto Paraná Biodiversidade, a coordenação do desenvolvimento e negociações do PRODETUR Sul, o desenvolvimento do Projeto Mapa do Crime, o trabalho de encerramento do Programa de Saneamento Ambiental na Região Metropolitana de Curitiba (PROSAM), os encaminhamentos com vistas à universalização da energia elétrica na zona rural, a participação em outros programas multissetoriais, como Irrigação da Madrugada, Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), Caminhos da Roça, Programa de Matas Ciliares, e a definição dos contornos iniciais de um programa de desenvolvimento integrado, consolidado em nota conceitual submetida e aprovada pelo Banco Mundial.

18.1.4 Integração Regional

Por meio da Coordenadoria de Integração Regional (CIR), foram desenvolvidas uma série de atividades, entre elas:

- Reunião com lideranças regionais sobre o PPA 2004-2007, em Francisco Beltrão, para encaminhamentos sobre projetos de desenvolvimento local e regional;
- Análise da proposta do PPA 2004-2007, elaborada pela Região Sudoeste – Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul;
- Análise da proposta da eclusa na Hidrovia Ivaí – elaboração de parecer técnico sobre a proposta de exploração privada dessa hidrovia;
- Participação na elaboração dos programas: Desenvolvimento da Produção, GerAção, Paraná Automotivo e Arranjos Produtivos Locais;
- Análise e elaboração de pareceres sobre 60 projetos apresentados ao IASP;
- Análise e parecer sobre o projeto de lei que institui nova Região Administrativa Central para o Estado do Paraná;
- Elaboração do pré-projeto de criação da Agência de Desenvolvimento do Sul (ADESUL);
- Proposta para instalar uma agência do BNDES em Foz do Iguaçu;
- Reuniões com o SEBRAE para definir agenda de trabalho, visitas técnicas, troca de informações e experiências sobre desenvolvimento local, arranjos produtivos, cadeias produtivas, agropolos, para preparar o termo de

referência de adesão do SEBRAE, FIEP, FAEP, IBQP, IEL, ao Programa de Desenvolvimento da Produção;

- Participação com a SEDU na elaboração da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional (PEDU) para o Estado do Paraná;
- Análise e elaboração de parecer sobre os projetos de lei que instituem as Regiões Metropolitanas de Londrina, Maringá, Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa;
- Confeção de análise e relatório técnico sobre os indicadores econômicos de Foz do Iguaçu, para o projeto do Prodetur.

18.1.5 Orçamento e Programação

A Coordenação de Orçamento e Programação (COP), no ano de 2003, desenvolveu as seguintes atividades:

- Adaptação da Lei Orçamentária Anual às alterações decorrentes das emendas à despesa, ao conteúdo programático, ao texto de lei e de cancelamento de despesas, aprovadas pela Assembléia Legislativa do Estado.
- Adaptação da Lei n.º 13.980 (Lei Orçamentária Anual) às alterações previstas na Lei n.º 13.986, de 30/12/2002, que alterou a estrutura administrativa do Estado, e na Lei n.º 13.976 de 26/12/2002, que criou o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros, de acordo com as determinações do Decreto Estadual n.º 248, de 29 de janeiro de 2003.
- Emissão dos Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD) de todos os órgãos e unidades da Administração Pública Estadual e dos Quadros de Detalhamento de Receita (QDR) das unidades da administração indireta, após a introdução das alterações decorrentes das emendas e da reforma administrativa, dando início à execução orçamentária do exercício de 2003.
- Elaboração do Anteprojeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2004, definindo as diretrizes gerais para a elaboração dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não dependentes.
- Alterações no Sistema de Elaboração e Controle do Orçamento (Sistema COP), com o desenvolvimento de rotinas para a disponibilização

automática da exposição justificativa que acompanha a Proposta Orçamentária, adequação ao ambiente WEB, reformulação do módulo destinado à elaboração do Plano Plurianual e disponibilização da Proposta Orçamentária 2004 e do Plano Plurianual 2004-2007 na Internet.

- Elaboração do Relatório de Execução Física do Orçamento de 2002 para encaminhamento ao Poder Legislativo.
- Desenvolvimento da metodologia para a elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2004 e a conseqüente elaboração de seu Manual de Instruções.
- Elaboração do anteprojeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2004, compreendendo os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta (autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes) e o Orçamento de Investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes, de acordo com as prioridades estabelecidas no anteprojeto de lei do Plano Plurianual 2004-2007 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei Estadual n.º 14.067, de 4 de julho de 2003 (LDO/2004).
- Participação técnica na elaboração do anteprojeto de lei do Plano Plurianual para o período de 2004-2007.
- Elaboração de controles sobre os percentuais de autorizações de ajustamentos orçamentários concedidos ao Poder Executivo pela Lei n.º 13.980 (Lei Orçamentária Anual).
- Elaboração de controles sobre os gastos com pessoal e com contratos de prestação de serviços, custeados com recursos do Tesouro Estadual.
- Elaboração de controle sobre o cumprimento das vinculações constitucionais relativas ao ensino público e às ações e serviços públicos de saúde.
- Assistência técnica aos órgãos e entidades da administração pública estadual referente à execução, ao acompanhamento e ao controle orçamentário.
- Desenvolvimento de treinamento sobre a metodologia e o Sistema Informatizado de Orçamento (Sistema COP) aos Grupos de Planejamento Setoriais.
- Participação na organização de cursos de Planejamento e Orçamento Público, destinados a técnicos que atuam nas áreas financeiras,

orçamentárias e de planejamento das unidades da Administração Direta e Indireta do Estado.

- Participação na comissão composta por integrantes das secretarias da Administração, Fazenda e Planejamento e Coordenação Geral, com o objetivo de dar cumprimento às ações previstas no Decreto n.º 1.988/2003, que criou o Sistema Integrado de Informações de Recursos Humanos (SIRH).
- Elaboração, até novembro, de 253 decretos, 1.585 portarias, 250 informações e 319 ofícios.

18.1.6 Análise de Resultados

A Coordenadoria de Análise de Resultados (CAR) tem como atribuição acompanhar a execução dos programas de Governo, proceder a análise sistemática de seus resultados, bem como a avaliação físico-financeira do Plano Plurianual e do Orçamento Anual.

No decorrer de 2003, seus esforços estiveram voltados ao desenvolvimento de métodos, procedimentos e instrumentos que permitam o aperfeiçoamento de processos de análise de desempenho da ação governamental, bem como pesquisa de indicadores de natureza econômica e social que viabilizem o processo de avaliação para a tomada de decisões.

Foram desenvolvidas nesse ano as seguintes ações:

- Participação no desenvolvimento da metodologia para a elaboração do Plano Plurianual (PPA) para o período 2004-2007 e a conseqüente elaboração do seu manual de instruções;
- Participação técnica na elaboração do anteprojeto de lei do PPA 2004-2007;
- Conselho Revisor – análise para a implantação de um sistema de acompanhamento físico-financeiro dos produtos do PPA;
- Principais Realizações do Governo (PRG) - reestruturação do Sistema, o qual consiste na disponibilização de informações relativas às principais ações governamentais no âmbito das linhas de ação estabelecidas;
- Pesquisa de indicadores, visando à implementação de um sistema de acompanhamento de resultados.

18.1.7 Estudos e Projetos

A Coordenadoria de Estudos e Projetos (CEP) tem como missão o desenvolvimento de estudos de identificação de necessidades e a compatibilização de projetos e programas setoriais de diferentes áreas de atuação governamental para a definição de prioridades de investimentos e ação pública estadual.

Nesse sentido, destaca-se na sua atuação a coordenação da elaboração do Plano de Governo e do Plano Plurianual, em conjunto com os Grupos de Planejamento Setoriais e os Gerentes de Programas.

Na atuação da CEP, também tem ganhado importância a participação na implantação de projetos e programas estratégicos do Governo do Estado, sobretudo ações de caráter multissetorial, que dependem de assessoria técnica e articulação intragovernamental.

Foram desenvolvidos em 2003:

- Plano de Governo e Plano Plurianual 2004-2007 - coordenação, sistematização e revisão, assim como desenvolvimento da metodologia e elaboração do manual de instruções. Suporte técnico para elaboração, revisão e compatibilização dos programas setoriais e multissetoriais.
- Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados (PNAGE) - em conjunto com a SEAP, participação na equipe de coordenação estadual e elaboração do projeto no Paraná.
- Programa Leite das Crianças (SEAB, SEPL, SESA, SETP, SEED) - elaboração do decreto, de normas e resoluções do programa; composição da Unidade de Gestão; acompanhamento do desenvolvimento do sistema de informações e *homepage* do Programa.
- Projeto Mapa do Crime (SESP, SEPL, SEAE) - participação na elaboração e na implantação do Projeto (Fase 1).
- Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR/PDTS) - participação na elaboração e revisão do projeto de financiamento encaminhado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) - avaliação e pareceres para projetos sociais.

- Programa Caminhos da Roça (SETR, DER, SEPL, MINEROPAR, IAP) - elaboração do termo de referência, implantação e participação na coordenação.
- Programa de Estudos Avançados para Líderes Públicos (SEBRAE/PR, SEDU, SEPL, AMP) - implantação e participação na coordenação; desenvolvimento de Oficinas de Planejamento (Módulo I).
- Programa Luz Fraterna (SEPL, SETP, Copel, SEFA) - implantação, elaboração das normas do programa, participação na coordenação.
- Programa de Desenvolvimento da Produção (SEPL, SEIM, SETI, SEAB, SEBRAE, IEL, FIEP, BRDE, Agência de Fomento) - participação na elaboração do Termo de Referência e participação na coordenação.

18.1.8 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)

O IPARDES tem como finalidade básica apoiar e auxiliar o Governo do Estado nas seguintes atividades: realizar pesquisas e estudos; elaborar projetos e programas; acompanhar a evolução da economia estadual, fornecendo apoio técnico nas áreas econômica e social à formulação das políticas estaduais de desenvolvimento; coordenar, orientar e desenvolver atividades técnicas para subsidiar, com dados estatísticos, os estudos voltados ao conhecimento da realidade física, econômica e social do Estado; e elaborar, executar, coordenar programas e promover atividades de formação e desenvolvimento de recursos humanos, no nível de pós-graduação - *lato sensu*.

Em 2003, merece destaque a apresentação do Diagnóstico Social e Econômico do Paraná, estudo realizado com base nas informações do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por meio da atualização dos dados elaborados em 2000 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro para os municípios brasileiros.

O diagnóstico mostrou que o IDH do Paraná estava muito aquém do apresentado pelos outros estados do Sul, e revelou as regiões mais frágeis do Estado, esquecidas pelas políticas públicas nos últimos anos. Desde então, essas regiões vêm sendo priorizadas pelo Governo com investimentos que permitam reduzir as desigualdades sociais para níveis aceitáveis. Têm sido adotadas políticas consistentes no sentido de pulverizar o desenvolvimento, em lugar de concentrá-lo em determinadas áreas.

18.1.8.1 Pesquisa

As principais publicações do IPARDES em 2003 foram:

- Paraná: Diagnóstico Social e Econômico;
- Famílias Pobres no Paraná;
- Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal (IDH-M) 2000 - Anotações sobre o Desempenho do Paraná;
- Avaliação da Sustentabilidade Socioeconômica do Município de Figueira;
- Leituras Regionais - Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense;
- Leituras Regionais - Mesorregião Geográfica Norte-Central;
- Diagnóstico Preliminar e Bases para Proposta de Intervenção na Área de Segurança Pública - Mapa do Crime (SESP/SEPL/IPARDES);
- Diagnóstico Socioeconômico da Região do Vale do Ribeira;
- Avaliação de Impacto Socioeconômico da Atividade de Manejo e Conservação dos Recursos Naturais (2.^a fase);
- Estrutura Socioespacial da Região Metropolitana de Curitiba: Tipologia e Mudanças no Período 1980/1991;
- Municípios Lindeiros do Rio Xambrê - Presente e Futuro;
- Indicadores e Mapas Temáticos para o Planejamento Urbano e Regional 2003;
- Indicadores Municipais;
- Indicadores Intrametropolitanos: Diferenças Socioespaciais na Região Metropolitana de Curitiba;
- Metrodata - Base de Dados e Indicadores para Municípios das Regiões Metropolitanas Brasileiras;
- Caracterização dos Conselhos de Desenvolvimento Rural do Paraná: uma Análise Comparada - 2000-2002;
- Governança Urbana: Estudos sobre Conselhos Municipais da RMC;
- Análise Conjuntural (bimensal);
- Paraná Comércio Exterior (anual);
- Revista Paranaense de Desenvolvimento (semestral).

Dentre as ações da Diretoria de Pesquisa relativas aos subsídios a programas de Governo, destacam-se: definição da linha de pobreza e dimensionamento desse segmento da população para todos os municípios do Paraná, com base no IDH-M e outros

indicadores sociais; Mapa do Crime, em conjunto com a SESP; desenvolvimento de indicadores/referências e parâmetros para distribuição de recursos dos vários programas (SETP); desenvolvimento metodológico e construção de indicador de renda da população como referência da evolução da capacidade contributiva dos municípios e estimativa do potencial de investimentos nos municípios (SEDU/PARANACIDADE); sistematização de informações e de indicadores como referências para elaboração e acompanhamento técnico à implementação do Programa do Leite; sistematização de informações e subsídio técnico para formulação de propostas para implementação do Programa Fome Zero (PROVOPAR); nota técnica sobre população de baixa renda no Paraná; e informações e análises sobre pobreza no Paraná (SANEPAR).

Os seguintes projetos estão em andamento no IPARDES:

- Desenvolvimento Econômico da RMC;
- Zoneamento Ecológico Econômico do Paraná (ZEE);
- Estudos da Base Produtiva - Indústria, Serviços, Comércio e Turismo;
- Estudo dos Arranjos Produtivos;
- Acompanhamento Macroeconômico;
- Análise da Base de Microdados do Censo Demográfico 2000;
- Digitalização da Base Cartográfica dos Setores Censitários da RMC 2000 e Compatibilização com 1991;
- Georreferenciamento de Informações Censitárias;
- Indicadores Geoambientais da Região Metropolitana de Curitiba;
- Valoração Ambiental (Paraná Biodiversidade);
- Processamentos de informações georreferenciadas;
- Desenvolvimento Local e Estratégias Familiares em Vilas Rurais Seleccionadas;
- Leituras regionais para outras oito mesorregiões geográficas;
- Estimativa do Déficit Habitacional no Paraná;
- Avaliação das Bases de Informação Industrial;
- Análise do Setor de Serviços no Paraná.

Projetos de pesquisa negociados e/ou em negociação, em convênio com a SETI:

- tecnologias adequadas em equipamentos e serviços de saúde para escalas regionalmente diferenciadas;
- gargalos tecnológicos no setor de serviços: subsídios para uma política pública;

- identificação de gargalos tecnológicos da agroindústria paranaense: subsídios para uma política pública;
- identificação de gargalos tecnológicos da agricultura familiar - subsídios para uma política pública;
- modernização e atualização do núcleo de estudos ambientais e geoprocessamento;
- programa de avaliação das instituições de ensino superior.

Além desses, cabe ressaltar: Territórios Rurais no Paraná (encaminhado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário); ações de interiorização por meio de articulações institucionais (participação em eventos em várias regiões do Estado); produção de artigos para apresentação em eventos técnicos e publicação em periódicos e revistas especializadas.

18.1.8.2 Centro Estadual de Estatística

Principais atividades realizadas em 2003:

- Publicação dos boletins do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME);
- Índice de Preços de Medicamentos Regionais (IPMR) - 11 arquivos de dados com preços mensais;
- Relatórios técnicos de acompanhamento do emprego formal no Paraná;
- Relatórios técnicos de acompanhamento de Pesquisa Mensal de Emprego na RMC;
- Tabulações dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001 e Censo Demográfico 2000 para atender os projetos internos;
- Análise estatística das demandas dos projetos internos e externos (Famílias Pobres no Paraná, Tipologia dos Municípios Paranaenses, Projeto IPPUC, Paraná 12 meses);
- Análise estatística das demandas do projeto Mapa do Crime (SESP);
- Plano amostral para o Programa Luz Fraterna;
- Estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) para o período 2003-2007 (IPARDES/SEPL);

- Estudo da metodologia para quantificação da demanda turística no Paraná (SETU);
- Elaboração do material didático e curso de estatística ministrado pelo técnico do CEE (curso ofertado pelo CTD para doutorandos de Ciências Políticas da UFPR);
- Disponibilização de novas chaves e treinamento para acesso à Base de Dados do Estado (BDE) para o Grupo de Planejamento Setorial;
- Anuário Estatístico 2003.

18.1.8.3 Treinamento para o Desenvolvimento

O Centro de Treinamento para o Desenvolvimento (CTD) desenvolveu o termo de referência para o PRODETUR - Diagnóstico de Capacitação e Qualificação no Turismo/Região Costa-Oeste do Paraná e, em parceria com Universidade Federal do Paraná, o programa de especialização em Planejamento e Gestão Pública, composto de quatro cursos de especialização.

Cabe ressaltar a publicação do livro Monografias Premiadas – 3.º Concurso de Monografias sobre a Relação Universidade/Empresa, em Parceria com o Instituto Euvaldo Lodi – IEL/PR.

Foram também realizados os seguintes cursos e seminários em 2003:

Cursos

- Poder, Decisão e Democracia;
- Subsídios para o Planejamento e Gestão Pública;
- Treinamento de acesso à Base de Dados do Estado;
- Workshop Índice de Desenvolvimento Municipal e o Desempenho do Paraná - Entidades e Instituições Públicas e da Sociedade Civil;
- Pesquisa Mensal do Emprego.

Seminários

- Seminário de Governo;
- Seminário Interno IPARDES;
- Seminário para prefeitos - apresentação do Diagnóstico Social do Paraná;

- Workshop Reforma de Estado, Política de Capacitação e Escola de Governo;
- Conferência da Cidade de Curitiba, Observatório de Políticas Públicas do Paraná;
- Seminário comemorativo dos 30 anos do IPARDES - Desenvolvimento Desigual: Até Quando?;
- 1.º Seminário Itinerante sobre a Economia Paranaense;
- III Seminário Nacional Metrôpoles: Desigualdades Socioespaciais e Governança Urbana.

19 Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

De acordo com as diretrizes do Governo, a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP) procurou, nesse primeiro ano de mandato, conduzir suas ações no sentido de fortalecer o seu papel de gestora de recursos humanos e de suporte administrativo às estruturas estaduais.

Com o objetivo de melhorar o atendimento ao cidadão, a SEAP está investindo na capacitação dos recursos humanos. Outra prioridade se refere a questões voltadas à saúde do servidor público. Ainda, procurou adequar suas atividades ao programa de Modernização da Administração Pública, cujo objetivo é racionalizar a máquina administrativa ao menor custo possível, promovendo um novo modelo de gestão de recursos humanos, serviços e patrimônio, atingindo de forma efetiva e eficaz seus servidores e o cidadão usuário do serviço público.

19.1 Ações Desenvolvidas

19.1.1 Recursos Humanos

Os investimentos e ações governamentais tiveram enfoque organizacional e estão sendo desenvolvidos para resgatar preceitos legais quanto às promoções, progressões e despesas com infra-estrutura de gestão, na implementação de projetos de implantação da Escola de Governo, do projeto RH/PR, da Central de Estágios, do Manual Profissiográfico, do regulamento de contratação temporária, dentre outros.

Diversas ações de capacitação profissional foram desenvolvidas, destacando-se fóruns periódicos de gerentes e chefias de todos os órgãos do Estado, bem como de perícia médica, tendo como objetivo a normatização e padronizações de procedimentos relacionados ao gerenciamento da força de trabalho do Poder Executivo.

Algumas parcerias corporativas estão sendo celebradas, em especial com entidades de perícia médica, de reabilitação e de capacitação, no sentido de modernização da gestão do Estado. Esforços foram despendidos, em parceria com outros órgãos instrumentais, para desenvolver o Sistema Integrado de Informações de Recursos Humanos (SIRH) como base única de dados da área, visando otimizar o processamento da informação.

Ações estão sendo realizadas para promover concursos públicos para o provimento de vagas em alguns setores específicos e estratégicos da administração pública, em especial os da Justiça, Saúde, Educação, Trabalho e Ação Social, para modernizar o Estado, com enfoque no aprimoramento da prestação de serviços públicos para a população paranaense.

19.1.2 Central de Viagem

A Central de Viagem adotou medidas que geraram, além de eficácia e eficiência, economia nos serviços prestados. Realizou acordo com empresas de transporte aéreo obtendo descontos nas passagens e créditos por participação no mercado, gerando uma economia de R\$ 1.730 mil, com bilhetes emitidos em tarifas promocionais, atendendo a todas as Secretarias de Estado e a 17 autarquias, sendo que já foram emitidos 3.400 bilhetes por esta Central. Além disso, está em andamento procedimento licitatório para contratação de novas agências de viagens.

19.1.3 Departamento de Transporte Oficial (DETO)

O Estado dispõe de uma frota de 17.204 veículos, dos quais 16.006 são próprios e com idade média de 15 anos, e 1.198 são locados. Medidas visando ao aumento da eficiência na gestão da frota oficial do Estado foram tomadas, entre as quais a decisão de aquisição de 178 novos veículos que serão comprados em pregão eletrônico, cujo processo licitatório está em andamento, sendo que, destes, pelo menos 72 vão substituir carros locados.

Foram realizados leilões de 621 veículos de propriedade da Administração Direta e Autárquica, arrecadando-se cerca de R\$ 1.107 mil.

19.1.4 Coordenadoria de Administração de Serviços (CAS)

Visando à modernização da máquina administrativa, a SEAP tem se baseado nos princípios da modernidade, economicidade e agilidade.

Como solução inovadora realizou-se a licitação de transmissão de dados para os postos de arrecadação nas fronteiras do Estado, perfazendo um total de 21 postos que antes foram contratados diretamente com a empresa Embratel, a um custo mensal de R\$ 180 mil, e que, depois de licitado por Pregão Eletrônico, ficou reduzido a R\$ 68 mil.

Na parte de comunicação de voz, foi implementada e aperfeiçoada a Rede Corporativa de Voz do Estado, utilizando-se a tecnologia VOIP (voz sobre dados), que tem a característica de trafegar no mesmo meio voz e dados, cuja tecnologia permitiu zerar o custo com ligações entre PABXs interligados à rede.

Encontram-se avançadas as negociações para aquisição de um *software* que irá propiciar a interligação de todos os sistemas em funcionamento, aberto e livre, podendo, no futuro, ser adaptado às novas legislações e necessidades.

A gestão dos contratos está sendo realizada por meio de um sistema de informações que consolidou os dados de todos os contratos e convênios do Estado, permitindo um gerenciamento ágil e eficiente dos mesmos e subsidiando novas contratações e negociações.

19.1.5 Coordenadoria do Patrimônio do Estado (CPE)

Em busca da organização do setor patrimonial, estão sendo reunidas e compatibilizadas as informações constantes dos registros e bases de dados já disponíveis para implantação de um sistema de gerenciamento com abrangência única. Além das atividades rotineiras de coordenação central, a partir dos bens móveis cadastrados no Sistema de Administração de Bens Móveis (AABB), promoveu-se o levantamento geral de todos os itens do Sistema Estadual, com vistas à atualização e eventuais medidas. Quanto aos bens imóveis, foram desenvolvidos estudos visando à implantação de sistema de gestão, via PNAGE, a partir de 2004.

19.1.6 Departamento de Administração de Material (DEAM)

As aquisições de bens e contratações de serviços pelo Estado estão se realizando por meio do Pregão Eletrônico, que constitui um aperfeiçoamento do regime de licitações para a Administração Pública. Tal procedimento tem gerado agilidade, eficiência

e economia média de 21% nas compras, partindo-se da melhor proposta, e de 30% partindo-se do preço máximo estabelecido para compra.

Com o objetivo de agilizar as compras do Estado e reduzir custos administrativos, o DEAM adotou o Sistema de Registro de Preços para aquisição de bens e serviços que atenda a pelo menos uma das seguintes situações: consumo constante, entregas parceladas ou que se destinam a mais de um cliente.

19.1.7 Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP)

Há 148 anos o DEAP acompanha a evolução do Paraná e hoje se prepara para operar com uma visão mais arrojada do conceito de arquivo e memória. Está atuando com vínculo direto com o meio acadêmico, promovendo eventos, planejando publicações científicas e o estudo aprofundado dos documentos relativos à extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), entre muitas outras ações.

Como parte das comemorações do Sesquicentenário de Emancipação Política do Paraná, o Arquivo Público participou da exposição, em Brasília, denominada Semana Paraná, bem como de outros eventos. Firmou parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEED), para revisão de texto e atualização do Manual de Comunicação Escrita Oficial do Estado.

Está em fase de elaboração um projeto com equipe de historiadores que visa à descrição, acondicionamento e disponibilização à pesquisa do acervo privado de Moisés Lupion, doado pela família.

Objetivando tornar mais clara, abrangente e correta a Tabela de Temporalidade de Documentos para as atividades-meio do Estado, o DEAP está procedendo à sua revisão, de fundamental importância para o controle e a preservação dos acervos públicos, sua eliminação e destinação. Além disso, tem participado regularmente das reuniões do Governo Eletrônico, especialmente do módulo Certificação Digital.

19.1.8 Departamento de Assistência à Saúde (DAS)

Na questão da saúde do servidor e com o objetivo de melhorar os serviços prestados, realizaram-se a reorganização e aprimoramento do Sistema de Assistência à Saúde (SAS), a reativação do Hospital da Polícia Militar (HPM) e o planejamento do Instituto Paranaense de Saúde (IPE-Saúde).

A seguir, são apresentadas as ações desenvolvidas pelo SAS:

- Auditoria externa sobre o sistema e seus contratos.
- Reuniões com representantes dos servidores e sindicatos.
- Revisão de cálculos atuariais.
- Análise de pontos fortes e fracos, elaboração de plano de trabalho e execução de medidas para o fortalecimento do sistema.
- Visitas técnicas aos hospitais capitados para avaliação in loco da qualidade de serviços ofertada.
- Negociação com hospitais capitados para implantação de unidades de atendimento em Ivaiporã, Tomazina, Paranavaí, União da Vitória e Curitiba (Hospital Pequeno Príncipe) e melhoria do acesso da população aos serviços do SAS.
- Instauração de processo de licitação de unidade hospitalar em Foz do Iguaçu.
- Reestruturação dos núcleos avançados do SAS no interior do Estado.
- Reativação do sistema de avaliação, acompanhamento e controle de atividades de unidades hospitalares, bem como do sistema de auditoria e de informações gerenciais do SAS.
- Reorganização das referências intermunicipais no encaminhamento e relacionamento de hospitais locais com as regionais do SAS.
- Recadastramento dos beneficiários das universidades estaduais no sistema Meta4-SAS.
- Elaboração de Planejamento Estratégico para 2004.

O SAS atendeu, em 2003, conforme dados fornecidos pelos próprios hospitais por meio do Sistema META 4, nas onze regiões, a um total de 13.655 internações, 695.419 procedimentos e 496.031 consultas.

Para a reativação do Hospital da Polícia Militar foram realizadas:

- Auditoria operacional.
- Redefinição de processos internos.
- Reativação dos serviços ambulatoriais e hospitalares anteriormente prestados pelo Hospital Universitário Evangélico de Curitiba (HUEC).

Quanto ao projeto IPE-Saúde, foram elaboradas seis estratégias: Organização Jurídico-Institucional, Desenvolvimento Organizacional, Regionalização (PDR), Informática (PDI), Comunicação e Programa de Qualidade de Vida. Seguem-se as principais ações desenvolvidas:

- Participação de representantes de sindicatos e servidores públicos.
- Elaboração de projeto de promoção em saúde, medidas preventivas e de programas de gerenciamento de casos e de doenças.
- Elaboração de projeto de incorporação da estrutura de saúde ocupacional ao IPE-Saúde e ampliação de suas funções (em andamento).
- Elaboração, em parceria com a CELEPAR, do processo de licitação do sistema de informações gerenciais do SAS/IPE-Saúde.

19.1.9 Departamento de Seguridade Funcional (DSF)

Visando à autarquização da PARANAPREVIDÊNCIA, à criação do IPE-Saúde e a readequação do Fundo de Saúde das Polícias Militares e do Hospital da Polícia Militar, foi elaborado estudo do anteprojeto de lei, em fase de tramitação para análise. Subsidiou a formatação da proposta de Emenda Constitucional destinada à Reforma da Previdência e do anteprojeto de lei ou medida provisória destinados à regulamentação da Emenda Constitucional de Reforma da Previdência em reuniões do Conselho Nacional de Gestores de Previdência (CONAPREV).

Ainda, coordenou estudos sobre o impacto financeiro e atuarial no Regime de Previdência do Estado, decorrente da proposta de reforma da Previdência.

20 Secretaria de Estado da Fazenda

A Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) desenvolve importantes atividades ligadas à administração tributária e financeira.

No contexto da administração tributária são conduzidas as atribuições do sistema "TAF", ou seja, as áreas da arrecadação, tributação e fiscalização a cargo da Coordenação da Receita do Estado (CRE), com atuação descentralizada por meio de 10 delegacias regionais, agências de rendas e postos fiscais.

As funções da administração financeira são desenvolvidas pela Coordenação da Administração Financeira do Estado (CAFE), que tem como papel principal o acompanhamento e o gerenciamento das contas públicas estaduais, da Dívida Pública e os repasses financeiros aos diversos órgãos das administrações direta e indireta e a execução da contabilidade geral.

A estrutura formal da Secretaria inclui também a Coordenação de Assuntos Econômicos (CAEC), responsável pela geração do Índice de Participação dos Municípios, tarefa que envolveu a recepção, o processamento e a crítica fiscal de 182.603 declarações fisco contábeis no ano de 2003.

Estão, ainda, vinculados à SEFA: o Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), em liquidação, a Agência de Fomento do Paraná S/A e a Paraná Investimentos S/A. Ressalte-se que a Agência de Fomento por meio do Programa de Microcrédito Banco Social aponta um total de 7.591 operações efetuadas em 2003, apresentando um total de 52.718 beneficiários sendo 324 municípios operantes.

20.1 Ações Desenvolvidas

20.1.1 A Administração Tributária

A par das complexas responsabilidades ligadas ao esforço fiscal, são relevantes algumas ações de política tributária no exercício de 2003, descritas a seguir.

20.1.1.1 Avanços no Âmbito da Arrecadação

- Microempresa: a partir de 1.º de fevereiro, o Decreto n.º 246/2003 estabeleceu o Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte. Este regime diferenciado possibilita a aplicação do princípio de progressividade, uma vez que a graduação da carga tributária ocorre em função do faturamento das empresas, beneficiando 126 mil empresas no Estado.
- Cadastro Eletrônico: em setembro, atingiu-se 82% de solicitações de inscrições no Cadastro Eletrônico do ICMS pela internet.
- Remissão das microempresas: pelo Decreto n.º 1.648/2003 foram remitidos os débitos fiscais das empresas enquadradas no regime Simples/PR, cujos débitos fossem correspondentes a uma UPF/PR.
- Agência de Rendas Internet: até outubro foram prestados 4,5 milhões de serviços na AR Internet, uma média de 450 mil mensais, e a projeção para o final do ano é de 5,3 milhões de serviços. Foram lançados os serviços de Designação do Contabilista e o SISCREED, este último composto por seis serviços. Do total de 177.244 estabelecimentos ativos inscritos no cadastro do ICMS, 98% são beneficiados com a AR Internet em razão de o contabilista ou o sócio ser um usuário.
- Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC): a média de ligações mensais atendidas foi de 6.400 e houve 362 *chats*/mês.
- Certidão Negativa para Efeitos de Licitação: este serviço permite a emissão da Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais para pessoas físicas ou jurídicas que não possuam débitos na Receita Estadual do Paraná via internet.

20.1.1.2 Projetos e Ações no Âmbito da Legislação Tributária

- Diferimento do ICMS: efetivação do Projeto de Paranaização da economia, com diferimento parcial do pagamento do ICMS entre contribuintes, capacitando a empresa paranaense a concorrer em igualdade de condições com as de outros estados, mediante isonomia na carga tributária.

- Participação ativa na elaboração de convênios e protocolos em nível de COTEPE e CONFAZ, de interesse do Estado, e sua imediata implantação na legislação estadual.
- Acompanhamento e assessoramento na Assembléia Legislativa, Câmara e Senado Federal, dos projetos e leis complementares que envolvem impostos estaduais.
- Participação em reuniões com representantes de entidades de classes ligadas à produção e de contribuintes e grupos de trabalho com as demais unidades da Federação.
- Participação no grupo de trabalho da Reforma Tributária.
- Manutenção da legislação tributária, consultas e acórdãos do CCRF para consulta *on line* e internet.
- Adoção de *software* livre.

20.1.1.3 Projetos de Fiscalização

- Projeto Combustível: em parceria com o Ministério Público, Polícia Civil e Polícia Militar, Agência Nacional do Petróleo, Sindicombustíveis e Instituto de Pesos e Medidas (IPEM).
- Projeto Grandes Contribuintes: acompanhamento de 1.396 contribuintes que representam 75% da arrecadação do ICMS estadual, por meio de sistema de monitoramento diário da arrecadação.

20.1.2 Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE)

Iniciado no Paraná em dezembro de 1996, é um programa custeado com recursos obtidos por empréstimo no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e também com recursos de contrapartida do Estado, em igual percentual. Seu objetivo é modernizar, estruturar e capacitar a gestão fiscal do Estado visando assegurar a recuperação da capacidade de investimentos com equilíbrio sustentável. Para isso, o Programa busca a criação de condições e instrumentalização da área fazendária do Estado para elevação dos níveis de arrecadação da receita própria e para otimização do gasto público.

O projeto estadual contempla 57 atividades ou subprojetos, dos quais 24 estão concluídos e 33 em andamento. Essas atividades estão distribuídas em dois projetos: Projeto Tributário, subdividido nas áreas comum (envolve toda a Secretaria) e tributária; e Projeto Financeiro, que compreende exclusivamente a área financeira.

O prazo de execução inicialmente acordado foi de quatro anos, contados da assinatura do contrato de subempréstimo entre a União e o BID (16 de março de 1996), o qual foi prorrogado três vezes, devendo encerrar em 31 de dezembro de 2004.

Entre os principais resultados alcançados estão:

- Reestruturação física e tecnológica das unidades fisco-arrecadoras da CRE.
- Reestruturação tecnológica do ambiente central de processamento da SEFA na CELEPAR.
- Capacitação dos servidores fazendários.
- Padronização do Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado.
- Facilidades de recepção das declarações de apuração de ICMS e demais declarações fisco-contábeis, via Internet.
- Transmissão eletrônica dos dados da receita estadual do banco à SEFA.
- Legislação tributária estadual em meio eletrônico, via internet.
- Criação do Sintegra, *site* integrado de consultas a cadastros de contribuintes de todos os Estados.
- Criação da Agência de Rendas Internet, com disponibilidade de 70 tipos de serviços aos contribuintes.
- Criação do sistema gerencial voltado ao suporte das informações para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
- Modernização do sistema de orçamento do Estado e sua integração com o Sistema de Administração Financeira do Estado (SIAF).
- Sistema de Controle dos Inadimplentes, possibilitando o bloqueio de emissão de nota de empenho a devedores do Estado.
- Sistema de Gerenciamento da Dívida Pública.
- Sistema de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal.
- Parceria com a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP) na implantação do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (RH-Paraná) – em andamento.

- Parceria com a Procuradoria Geral do Estado (PGE), para reestruturação e modernização daquele órgão, visando ampliar a arrecadação tributária, pela redução dos débitos tributários inscritos na Dívida Ativa.

20.1.3 Administração Financeira

20.1.3.1 O Desempenho da Execução Fiscal Estadual

O exercício de 2003 foi atípico, em consequência dos resultados da mudança de condução no Executivo Estadual.

A execução financeira foi marcada por uma "moratória" no primeiro trimestre, motivada pela readequação e revisão de despesas e contratos no âmbito da Administração Pública Estadual.

Além disso, a gestão das finanças estaduais foi pautada pelos esforços de prosseguir na trajetória de responsabilidade e equilíbrio fiscal.

Neste aspecto, o Estado cumpriu as principais metas fiscais fixadas no Acordo de Reestruturação e Ajuste Fiscal, a exemplo dos últimos anos, bem como a integralidade das exigências, compromissos e limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. O cumprimento dos compromissos de caráter financeiro, agendados no Programa de Ajuste Fiscal, não exime a administração pública de cumprir também o instrumento legal representado pela Lei n.º 101/2000. O ponto comum em ambos os instrumentos está na busca do equilíbrio das finanças públicas.

No exercício de 2003, conforme dados preliminares levantados, a **Receita Global Total**² arrecadada atingiu a cifra de R\$ 10.803 milhões, já líquida da dedução de receitas para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Esta performance significará uma expansão de 8,7% nominais, quando comparada ao desempenho da Receita em 2002.

Deste total, a receita de **base tributária** deverá chegar ao patamar de R\$ 7.522 milhões, sendo que o principal tributo estadual, o **ICMS** e, no caso do Paraná, também no ano a mais significativa fonte de arrecadação, situa-se no montante previsto de R\$ 6.686

²Os dados financeiros referem-se à Receita Total Arrecadada.

milhões, mostrando recuperação contínua de sua importância, representando 61,9% da receita global arrecadada em 2003, exceto FUNDEF.

As **Transferências Correntes ao Estado**³ estão estimadas em R\$ 2.344,0 milhões, significando 21,7% dos recursos totais arrecadados.

Estimam-se **Despesas Totais**⁴ da Administração Global no montante de R\$ 10.233 milhões, sendo que o resultado fiscal do exercício deverá apresentar superávit.

Os desembolsos com pessoal e serviço da Dívida Pública mantiveram-se com os respectivos pagamentos em dia, bem como foram cumpridos os limites legais em relação à Receita Corrente Líquida constantes da Lei 101/2000.

Conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estado manteve-se abaixo do limite legal no penúltimo quadrimestre de 2003, ou seja, um índice de 43,17% em relação à Receita Corrente Líquida, cumprindo os demais limites a que está sujeito.

Ainda com respeito aos gastos com pessoal, de forma inédita, o Governo Estadual optou por antecipar para o início do mês de dezembro o pagamento do 13.º salário do funcionalismo, medida que reflete a situação financeira equilibrada do caixa estadual, ao injetar valores significativos na economia com reflexos diretos no segmento do comércio.

As despesas com o serviço da Dívida Pública, estimadas em cerca de R\$ 1.189 milhão, correspondendo a 11,62% das despesas totais previstas.

Os recursos destinados aos investimentos públicos em áreas prioritárias, estimados em R\$ 472 milhões, vinculados aos diversos programas de governo, representando 46,2% dos gastos em despesas de capital.

Ingressaram recursos, com origem em operações de crédito das dívidas interna e externa, relativos aos programas do Estado, que totalizaram R\$ 162,9 milhões.

Ressalte-se que os resultados da execução fiscal em 2003 refletem o ajustamento já consolidado das contas estaduais, havendo, portanto, espaço futuro para o incremento dos investimentos.

³Inclui Transferências Correntes da União e Convênios.

⁴Despesa Total Processada da Administração Global, realizada até outubro e projetada para o exercício de 2003.

21 Secretário Especial para Assuntos Estratégicos

Os grandes desafios para o Paraná e para o Brasil, neste início de século, encontram-se no setor de Tecnologia da Informação (TI). Tomemos como exemplo a Região Metropolitana de Curitiba, onde 55% da mão-de-obra está ligada à área de serviços, sendo que esta área tem como condição imprescindível a utilização da TI.

Nosso Estado situa-se na média nacional de utilização de TI pelos cidadãos, com 14% de pessoas que interagem com computador e 8,3% que têm internet domiciliar: sem dúvida alguma, um quadro de exclusão digital. Associa-se a isso a colocação do Brasil em 65.º lugar, entre todos os países do mundo, quanto à utilização de TI pelos seus habitantes.

21.1 Ações Desenvolvidas

Para iniciar a aplicação do Programa de Governo, que dá ênfase à criação de uma política moderna, pública e democrática, foi necessária a preparação do terreno com o saneamento da área, por meio de uma cuidadosa e delicada análise de todos os contratos vigentes. A Procuradoria Geral do Estado fez uma avaliação sobre o ponto de vista administrativo e jurídico, recomendando a suspensão ou o rompimento de alguns desses contratos, resultando em economia de centenas de milhões de reais. Os serviços nesses contratos, prestados por empresas de fora do Governo Estadual, foram em grande parte assumidos pela Companhia de Informática do Paraná (CELEPAR).

Passou-se, então, ao cumprimento do programa de Governo, iniciando-se pela implantação de telecentros, com ênfase em cidades de baixo IDH ou em áreas com necessidades especiais de inclusão digital. A inclusão digital no Paraná e no Brasil, neste início do século XXI, é uma das essências da inclusão social.

Iniciou-se o Paranavegar, com telecentros em três cidades, dentre as dez mais deprimidas do Paraná: Ventania, Guaraqueçaba e Ortigueira, que têm o mais baixo IDH na Região Sul. Além destas, já funcionam telecentros na Ilha do Mel e na Biblioteca Pública do Paraná, símbolo da universalização e do livre acesso à cultura e à informação no nosso Estado. Estão em fase de implantação telecentros na Região do Porto de Paranaguá, em assentamentos rurais da Araupel e em reservas indígenas. Internet gratuita para os pobres, acompanhamento de instrutores e monitores, ligação por via de rede de fibra

óptica da COPEL ou movidos à rede de telefonia. Com certeza a inclusão digital está sendo posta em ação nas áreas atingidas e, em breve, terá índices semelhantes aos dos bairros de classe média das grandes cidades do Estado.

Em maio, foi iniciado o esforço de integração das ações de telefonia, transmissão de dados e imagens, existentes na área pública do Paraná, dispersos com gastos desnecessários. Com ênfase nos serviços públicos, sem dispensar eventuais complementos pela área privada, atingimos hoje o estado atual de existência da Rede Paranaense de Pesquisas, com participação de todas universidades estaduais unidas entre si e com a UFPR. Essa rede, interligada pela fibra óptica da COPEL, é afiliada e credenciada pela respeitada Rede Nacional de Pesquisas (RNP) e substitui a antiga Intranet Paraná, com economia mensal em relação a esta de R\$ 130 mil. Economia também foi feita ao se renegociar novo contrato com empresas privadas de transmissão de dados e voz, que passaram a atender à Secretaria da Fazenda, com redução de mais de R\$ 2.000.000,00 anuais. Está em discussão a possível utilização de Software Livre no Meta4, ligado a área de Recursos Humanos da SEAP, o que trará mais economia aos cofres públicos.

Não há hoje Secretarias Estaduais e vinculadas, prefeituras, companhia pública estadual e outras instâncias no Poder Executivo Estadual que não estejam ligadas ao Programa Paranaense de Tecnologia da Informação, que tem como um de seus pilares a CELEPAR, redirecionada para seu papel real, o de Companhia Pública de Informática.

Após remodelação, a página www.pr.gov.br é hoje recordista em acessos, que atingiram, no mês de outubro, a casa dos 22 milhões. Em franca expansão, a implantação de Software Livre já é realidade nos serviços públicos paranaenses.

21.1.1 Companhia de Informática do Paraná (CELEPAR)

No início do atual governo, a CELEPAR enfrentava diversas dificuldades, tais como: elevado grau de dependência tecnológica em relação a aplicações de terceiros; utilização de aplicações críticas em ambientes de tecnologia proprietária *mainframe* e de elevado custo de propriedade; padrões de desenvolvimento ainda usando prioritariamente tecnologias proprietárias; falta de alternativa tecnológica para tratamento do legado de aplicações e *hardware*; dificuldade em atender às demandas dos diversos órgãos do Estado nos prazos necessários; e falta de domínio por parte dos recursos humanos, das

tecnologias de desenvolvimento de aplicações em padrões abertos, carentes de modernização e aperfeiçoamento profissional.

Com as novas diretrizes da atual gestão – de gerenciar e executar, de forma centralizada, a estratégia de todo o Governo do Paraná com qualidade, agilidade e independência tecnológica, atuando contra a exclusão digital –, foram definidas, entre outras estratégias:

- Evolução da cultura de desenvolvimento de aplicações;
- Adoção de tecnologias abertas;
- Capacidade de manutenção e extensão própria;
- Definição de uma infra-estrutura tecnológica de aplicações;
- Baixo custo de propriedade;
- Alinhamento com o movimento de *software* livre.

Ações desenvolvidas em 2003:

- Conselho Estadual de Sistema de Informática e Telecomunicações (COSIT) - elabora a política de informática e telecomunicações do Governo do Estado do Paraná.
- Conselho Estadual de Informática (CEI) - elabora a política de informática do Estado do Paraná.
- Planejamento participativo da Celepar - feito em duas etapas: apresentação sobre o diagnóstico da empresa aberta para todos os funcionários; e elaboração do planejamento para delegados (42 eleitos por área e 42 indicados pela direção da empresa).
- Governo Eletrônico - informatização de serviços e informações do Governo. Articulação de grupos de governo eletrônico com demais órgãos e com os seguintes grupos: inclusão digital, normas e padrões, pagamento eletrônico e certificação digital, serviços e *software* livre.
- Portal do Governo - criação do novo portal de informações e serviços em *software* livre.
- Telecentros - além de garantir o acesso à informação, que é fator de elevação do desenvolvimento humano, os telecentros Paranavegar dão acesso gratuito à Internet para a população e ampliam o potencial de uso do Governo Eletrônico, que disponibiliza as informações e serviços de governo.

21.1.2 Banda de Acesso à Internet

Com relação aos acessos à rede:

- 245 municípios obtiveram acesso à rede;
- Houve 19.550.486 acessos ao Governo Eletrônico;
- Foram ampliados 276 canais de acesso à rede corporativa do Governo do Estado;
- Acrescentaram-se 18,6 mega *bytes* à banda agregada da *wan*.

A produtividade em 2003, foi a seguinte:

- R\$ 32.639.165 de faturamento anual;
- 633 empregados;
- R\$ 51.563 de faturamento/empregado;
- R\$ 18.363.641 em custos empregados;
- R\$ 1,78 de faturamento/custos empregados;
- R\$ 5.131.613 de custos com principais fornecedores;
- R\$ 6,36 de faturamento/fornecedores.

No que concerne à produtividade de fornecedores x receita líquida e à despesa total de 2003, obtiveram-se as seguintes reduções de custos:

- R\$ -4.689.419,00 de empresas de mão-de-obra;
- R\$ -618.320,00 de fornecedor de *hardware*;
- R\$ 85.000,00 de fornecedor de *software*;
- R\$ 10.323,00 de fornecedor de *software* básico;
- R\$ -2.270.012,00 de fornecedor de *software* (micro)
- R\$ -994.431,00 de fornecedor de *hardware*;
- R\$ -351.922,00 de manutenção de micro;
- Total: R\$ -8.798.847,00

Entre outras ações realizadas, visando à redução de custos, houve a incorporação dos contratos, que foram assumidos pela CELEPAR, entre eles o do Detran; o sistema de marcação de consultas e controle de leituras; e a Intranet Paraná, incorporada à rede corporativa do Governo do Paraná.

No que tange a *software* livre na sociedade, foram realizadas as seguintes ações:

- Lançamento do movimento Software Livre Paraná;
- Apoio ao Projeto Software Livre Brasil;
- Apoio às comunidades de Software Livre do Paraná;
- Conferência Internacional de Software Livre.

No que tange a *software* livre no Governo, foram realizadas as seguintes ações:

- 7.300 usuários do direto: *software* de correio eletrônico – agenda e catálogo;
- Agosto a novembro: especificações de *software* livre do Cosit;
- 1.642 sistemas operacionais Gnu-Linux;
- 1.931 suítes de escritório – Open/office;
- Total de economia em *software*: R\$ 7.114 mil;
- Centro de treinamento - 210 multiplicadores treinados em open office e outras 850 participando de eventos.

22 Secretaria de Estado de Obras Públicas

A Secretaria de Estado de Obras Públicas (SEOP) tem por objetivo principal a execução da política de governo na área da Construção Civil, mediante a fiscalização das atividades relativas à execução de obras, reparos e/ou serviços em próprios públicos ou em uso pelo Poder Executivo, compreendendo coordenação, planejamento, supervisão e controle, independentemente ou por meio de sua autarquia vinculada - o Departamento de Construção, de Obras e Manutenção (DECOM).

O conteúdo programático do Governo Requião para a SEOP engloba quatro princípios básicos: combate à monumentalidade; racionalidade; transparência social; e menor custo.

No âmbito da SEOP/DECOM, por meio de sua estrutura central descentralizada e integrada por seus 14 Escritórios Regionais, em trabalho conjunto com as demais Secretarias de Estado e Administrações Municipais, além da ampliação e revisão do cadastro de fornecedores, foram realizadas diversas ações no decorrer do ano.

22.1 Ações Desenvolvidas

22.1.1 Estudos e Projetos

- Revitalização do Centro Cívico de Curitiba - solução arquitetônica para o término da obra inacabada do Fórum de Curitiba, conjugada com projeto de recuperação e reforço da estrutura, cujo objetivo é abrigar diversas Secretarias de Estado; construção de um novo edifício no terreno que hoje abriga a LBA e a Escola de Magistratura, assim como o Centro Judiciário do Ahú, que prevê a desocupação do antigo Presídio do Ahú, ficando disponível área total de 70.000 m². No local, o Governo do Estado e o Poder Judiciário pretendem criar um Centro Judiciário para abrigar todos os órgãos e departamentos afins – projeto em estágio inicial.
- Educandário Santa Felicidade - projeto arquitetônico de reforma e ampliação para adaptação a um Centro de Atendimento Educacional, Cultural e Profissionalizante.

- Centro de Referência em Medicina Física e Reabilitação - com projetos em estágio inicial, a obra prevê construção de 3.000 m² para atendimento a pacientes que requeiram cuidados intensivos de reabilitação física, em Curitiba.
- Fórum das Américas (Foz do Iguaçu) - estudo preliminar para adaptação de mais dois pavimentos com ampliação de infra-estrutura e projeto de comunicação por rampas, desde o mirante existente até a entrada do Fórum.
- Portal de Foz do Iguaçu - projeto de adaptação e ampliação da construção existente, que é de 6.728,48 m², destinada anteriormente a servir de Portal de Foz para um Centro de Treinamento Avançado (CTA) visando formação, especialização e aperfeiçoamento da PMPR, bem como abrigar o Batalhão da Polícia Florestal, sediado em Foz do Iguaçu, as instalações do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) e um espaço para a Promotoria de Investigação Criminal (PIC).
- Projeto do Hospital Regional de Paranaíba - solução em conjunto com prefeituras da região e Secretaria da Saúde.
- Outros Estudos e Projetos - Canal da Música – assessoria; Centro de Diagnóstico (Laboratório) Marcos Enrietti; Posto Fiscal de Coroados; estudo para ocupação do Museu Paranaense; adaptações e melhorias na MINEROPAR, na CEASA (Curitiba) e na Secretaria de Comunicação Social; projeto para a Rádio e TV Educativa; estudo de viabilidade do edifício do antigo IPE Saúde; assessoria para projetos da Secretaria de Segurança Pública; projeto do Ministério Público de Londrina e projeto do Hospital de Queimados de Londrina.

22.1.2 Orçamentos, Licitações e Contratos

Neste âmbito, foram realizadas em 2003 as seguintes ações:

- 1.050 orçamentos para diversas obras de reparos, ampliações e construções;
- 200 avaliações oficiais para fins de alienação, locação ou aquisição de imóveis;
- 110 licitações instauradas no valor de aproximadamente R\$ 35 milhões, a maioria na área de educação (escolas novas e reparos de grande monta).

22.1.3 Acompanhamento de Obras

A SEOP apresentou em 2003 os seguintes resultados:

Situação das Obras	Quantidade	Valores (em R\$ mil)
Em andamento	244	53.019
Concluídas	438	23.943
Não iniciadas	301	16.342
Paralisadas	305	24.755

Dentre as principais obras em andamento, destacam-se a construção do Instituto de Saúde do Paraná, em São José dos Pinhais; os reparos e adaptações do prédio do Ministério Público; as construções da UNV Conjunto Habitacional José Giordano e do Internato Adolescente Infracional, em Londrina; construção da Escola Estadual Ângelo Antônio Benedet, em Santa Terezinha de Itaipu; construção da Unidade Nova Floripa, em Almirante Tamandaré; construção do Colégio Estadual João Rysicz, em Marquinho; construção da UNV EET Rui Barbosa, em Abatiá; construção do Colégio Estadual Gabriela Mistral, em Porto Barreiro; e ampliação do CEEP Presidente Costa e Silva, em Irati.

Com relação às principais obras concluídas, merecem destaque: as construções da UNV Professora Rosilda Oliveira, em Piraquara; da Escola Estadual Dorah Daistschmann, em Ponta Grossa; a UNV Jardim Aeroporto I – II, em Cianorte; a UNV Nova Bela Vista da Caroba, em Bela Vista da Caroba; as Promotorias de Justiça, em Toledo; a Unidade de Serviço de Atendimento Social, em Santo Antônio da Platina; e a Creche Padrão 135, em Maringá. Além disso, as ampliações do Colégio Estadual Bom Jesus, em Bom Jesus do Sul; da Escola Estadual Shirlene de Sousa Rocha, em Rio Branco do Sul; e da Escola Estadual Arnaldo Busato, em Maria Helena.

22.1.4 Outros Projetos Especiais em Andamento

- Transparência e Controle - prevê desenvolver, implementar e manter um sistema eletrônico, em ambiente WEB, com a utilização de imagens digitais para prover o acompanhamento técnico, licitatório, contratação, fiscalização, medição, faturamento, solicitações e recebimento da obra,

dando total transparência para os cidadãos, empreiteiros e usuários do Estado. Criar interface no sistema para pesquisa por município, por órgão ou por empreiteira e integrar o sistema com os demais órgãos do Estado.

- Residência Técnica – 1.º Emprego - em fase de implantação, mediante convênio com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), tem por objetivo incentivar e preparar os profissionais das áreas de Engenharia Civil e Arquitetura para o primeiro emprego, por meio de um programa de pós-graduação com residência técnica em obras públicas. A primeira turma será composta por 60 pós-graduandos.
- Programa de Utilização de Materiais Recicláveis em Obras Públicas - em fase de implantação, trata-se de um projeto intersecretarial que visa identificar lixo reciclável para desenvolvimento de materiais que possam ser utilizados em obras públicas, gerando emprego e renda e promovendo a redução de custos das obras. O primeiro produto, em fase de utilização, é a telha fabricada a partir de embalagens descartáveis de leite e suco, que já cobre edifícios como a Biblioteca Pública do Paraná.
- Programa de Manutenção e Preservação de Obras Públicas - em fase de desenvolvimento, envolvendo os principais parceiros da SEOP, visa despertar, por meio de campanha de conscientização, os usuários sobre a importância de preservar a obra. Ao mesmo tempo, com o uso de cartilhas, orienta sobre formas de manter o próprio público.

23 Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral

Ao Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral, instituído pelo Decreto 442/2003, compete prestar assistência ao Governador do Estado nos assuntos e providências que no âmbito do Poder Executivo sejam atinentes à defesa do patrimônio público e defesa dos interesses dos cidadãos.

23.1 Ações Desenvolvidas

No exercício de 2003 a programação orçamentária previa o desenvolvimento do Sistema Integrado da Cidadania, cujo objetivo era garantir canais de comunicação entre o cidadão e os órgãos prestadores de serviço público e avaliar os resultados.

Para atingir esses objetivos programados foi necessário providenciar instalações adequadas ao exercício dessas atividades.

Foi desenvolvido e implantado o Sistema Operacional OUV em *software* livre para ambiente de internet pela CELEPAR, para controle e gerenciamento do atendimento, seja telefônico, internet e pelos demais órgãos do Poder Executivo, passando a contar com um processo ágil e mais seguro no encaminhamento das demandas, permitindo que o conteúdo apresentado pelo cidadão seja mantido fiel durante todas as etapas de análise e encaminhado aos órgãos do Poder Executivo.

Outro aspecto relevante desse sistema refere-se à tecnologia empregada, que permitiu o desenvolvimento sem pagamento de licenças ou vinculação a terceiros que passariam a gerar dependência para a sua manutenção e evolução.

Além dessas medidas, ampliou-se o número de linhas telefônicas para atendimento do 0800 e instalou-se um canal de comunicação de dados com maior capacidade.

As ações voltadas para garantir a comunicação entre o cidadão e os órgãos prestadores de serviço público, para a defesa do patrimônio público e dos interesses dos cidadãos e para a avaliação dos resultados das políticas públicas, foram distribuídas em três grandes áreas.

A primeira refere-se à Ouvidoria, voltada para o atendimento do cidadão utilizando para isso os seguintes meios: telefone 0800 411 113, endereço na internet, recebimento de

cartas ou fax, e o atendimento pessoal, à Rua Comendador Araújo, 711. Foram implantados outros procedimentos para otimizar o contato com órgãos públicos estaduais e administrações municipais, como os Ouvidores da Casa e o Convênio Cidadania.

O programa de busca a pessoas desaparecidas, denominado Procuvo Você, foi reformulado com o propósito de estabelecer regras e procedimentos objetivos para que os resultados do programa sejam mais efetivos.

A segunda área refere-se aos trabalhos de Corregedoria, entre os quais podem ser destacados: análises dos processos de compra de medicamentos; acompanhamento de licitações pela internet; levantamentos e auditorias nos contratos de manutenção de veículos oficiais; e auditorias em obras públicas, em conjunto com o DECOM, da Secretaria de Estado de Obras Públicas, resultando em recomendações aos referidos órgãos.

A terceira área refere-se ao acompanhamento e fiscalização de políticas públicas, área esta concebida para atender ao inciso IV, do art. 2.º, do Decreto n.º 442/2003, que estabelece, entre as competências do Secretário Especial, "acompanhar, fiscalizar e sugerir a implementação das políticas públicas no âmbito da administração pública do Estado, premendo pela eficácia e efetividade".

Foram implantados novos procedimentos, procurando evitar sobreposição ou redundância com objetivos de outros órgãos e entidades da administração pública. Nesse sentido, compete a essa área a verificação dos programas governamentais sob três aspectos: a) como esses programas traduzem as diretrizes e políticas do governo; b) se as atividades previstas são as mais apropriadas para atingir os objetivos propostos; e c) a precisão na definição dos problemas, especialmente a população-alvo do Programa, os procedimentos adotados para prover serviços à população-alvo e os benefícios que se espera com o Programa.

Além disso, definiu-se que o processo de acompanhamento e fiscalização tem origem em uma solicitação oficial do Governo, diretamente ou por meio dos Secretários de Estado; em decisão do Ouvidor Geral; e em denúncias ou reclamações reiteradas à Corregedoria e Ouvidoria Geral.

Dessa ótica, foram desenvolvidas: a construção do mapa da responsabilidade, que consiste no levantamento de todos os programas existentes nas Secretarias de natureza substantiva, e o acompanhamento do Programa de Implantação de Recém-Doutores da Fundação Araucária, relacionado à Chamada Pública 04/2001.

24 Secretário Especial de Relações com a Comunidade

O Secretário Especial de Relações com a Comunidade, cargo criado pelo Decreto n.º 24/2003, tem como atividade principal atuar na realização das propostas assumidas pelo Governo, colocando em prática as prioridades governamentais voltadas para uma política humana, pautada no combate à pobreza, na erradicação da fome e na inclusão social.

24.1 Ações Desenvolvidas

Têm sido realizados trabalhos em parceria com os demais órgãos públicos, com o meio acadêmico e a sociedade civil, na busca de resultados efetivos para a comunidade nas questões sociais, atendendo aos anseios e necessidades da população.

Os principais projetos em que o Secretário esteve envolvido no exercício de 2003 foram os seguintes:

- Portal da Comunidade - visa integrar e capacitar organismos da sociedade civil, criando condições para o desenvolvimento auto-sustentável, atuando na capacitação, na interligação da sede à internet e na criação do Portal da Comunidade. Contribui para a promoção do desenvolvimento social e econômico dos seus membros, a partir da divulgação de suas ofertas de produtos e serviços à população, e da inclusão digital, pela oportunidade de acesso a informações e serviços públicos e privados na internet. Tem como público-alvo as comunidades legalmente constituídas, como associações de moradores, clubes de mães, pastorais sociais, corporações voluntárias e cooperativas. Atua na capacitação das lideranças comunitárias na área tecnológica, na gestão empresarial, no desenvolvimento social; na interligação da sede à internet; e na criação do *site* das comunidades, que é um espaço onde cada uma delas fica responsável pela manutenção de suas informações, podendo alimentá-lo com dados sociais e culturais de interesse da comunidade local, tais como gestão dos problemas da região,

cadastro dos membros da comunidade, ofertas de emprego e cooperativas de compras. Por meio de diversas parcerias, foi implementado em quatro comunidades de bairros, com outras 25 já treinadas, entre bairros e municípios da Região Metropolitana.

- Palestras - realização de palestras para os micro e pequenos empresários do Estado sobre o Programa Paraná Troca Impostos por Emprego, de isenção e redução de ICMS e demais benefícios do Governo na área fiscal.
- Programa Geração de Emprego - ação entre as Secretarias de Estado visando promover o desenvolvimento sustentável nos municípios do Paraná, favorecendo a criação e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas e auxiliando as já instaladas. Tem o empreendedorismo local como estratégia de desenvolvimento econômico e social, cabendo a este Secretário a articulação política com os municípios; acompanhamento, avaliação e monitoramento; prospecção e avaliação dos municípios que tenham interesse em participar.

Responsável pela coordenação de determinadas atividades alusivas às comemorações do Sesquicentenário da Emancipação Política do Paraná, dentre elas:

- Semana Paraná - exposição em comemoração aos 150 anos da emancipação política do Estado do Paraná, realizada em Brasília, com um público estimado de 3 mil pessoas/dia. A exposição foi montada no saguão do Palácio Iguazu e terá caráter permanente.
- Pioneiros do Paraná - entrega de medalhas do Sesquicentenário para agricultores, lideranças empresariais, comerciais e políticas que começaram a se instalar nas cidades do Estado, homenageando e resgatando a história das cidades paranaenses.
- Tem participação ativa nos programas Mutirão pela Vida; Mutirão Metropolitano; Lixo e Cidadania; Comissão Executiva de Ações no Litoral; Conselho de Segurança Alimentar; e Conselho de Segurança.

25 Secretaria de Estado da Comunicação Social

Cabe à Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECS) administrar a política de comunicação das administrações direta e indireta do Poder Executivo, assegurando uma comunicação efetiva com as sociedades paranaense e brasileira e buscando orientar e informar o público sobre as ações de Governo.

25.1 Ações Desenvolvidas

25.1.1 Marketing e Mídia

A Coordenadoria de Marketing é responsável pela área de criação de peças publicitárias e ações de comunicação, orientando essa atividade em todas as áreas do Governo.

No ano de 2003, importantes ações, com expressivos resultados para o Estado, foram coordenadas pelo setor, destacando-se as seguintes campanhas:

- Vacinação contra a febre aftosa, que garantiu a saúde do rebanho paranaense;
- Disque-Denúncia (161), que contribuiu para a prisão de inúmeros traficantes de drogas;
- Isenção de Impostos para Microempresas, levando importante informação a todos os paranaenses e contribuindo para a geração de empregos no Estado;
- SUS de Graça, informando objetivamente a população que as consultas não devem ser pagas em hipótese alguma;
- Luz Fraterna, informando sobre importante benefício para a população carente;
- Leite das Crianças, levando ao conhecimento da população importante programa social do Governo;
- Previda, contra o uso de drogas, focada nos jovens e pais;
- Campanhas com foco ambiental, de orientação e prevenção nas áreas de saúde e educação.

Além disso, merece destaque a Exposição Comemorativa dos 150 anos de Emancipação Política, realizada em Brasília. O sesquicentenário ainda mereceu, em parceria com os Correios do Brasil, a produção de carimbo, postais e envelopes comemorativos. As atividades da Semana da Pátria; a ação Pioneiros do Paraná; a Festa do Plantio, a volta dos Jogos Escolares, entre outras, tiveram grande sucesso e aceitação popular. Todos os processos relativos ao *marketing* se dão através dos Pedidos de Autorização, Divulgação e Veiculação (PADV).

A Coordenadoria de Mídia é responsável por toda e qualquer divulgação do Governo nos veículos de comunicação, envolvendo publicidade legal, divulgação de ações e publicidade. Essa área emite as autorizações para veiculação de anúncios e editais e planeja a melhor maneira de atingir maior público com o mínimo de recursos possível, utilizando-se de *software* específico adquirido pelo atual Governo.

25.1.2 Agência Estadual de Notícias (Coordenadoria de Imprensa)

A Agência Estadual de Notícias foi completamente reformulada no início do ano, mediante a contratação de novos jornalistas, e está sob coordenação direta da assessoria do Governador, centralizando toda a comunicação do Governo do Estado.

Por meio das equipes de jornalismo – redação, assessorias, rádio, televisão e fotojornalismo –, a Agência produziu, até novembro, 4.600 matérias, além de documentários de vídeo.

Várias alterações, mudanças e reformulações foram introduzidas no *site* da Agência; no departamento fotográfico (licitações para a compra de equipamentos); no departamento de vídeo (montagem de clipagem eletrônica); e no estúdio de rádio.

25.1.3 Setor de Radiodifusão - Estúdio de Rádio

O estúdio de rádio é responsável pelo permanente contato com mais de 100 emissoras de rádio distribuídas por todas as regiões do Paraná, que recebem diariamente boletins com as notícias do Governo do Estado.

Dentre as atividades realizadas, incluem-se: gravações de entrevistas e boletins de notícias; acompanhamento ao Governador e secretários de Estado em quaisquer

eventos; produção de matérias especiais por solicitação de rádios do interior, Radioescuta das emissoras de rádio da Capital; disponibilização de boletins de rádio, por telefone e por internet; produção, locução e gravação da Palavra do Governador.

Merece destaque a produção do programa Linha Aberta – O Paraná Pergunta e o Governo Responde, atendendo a uma reivindicação do Governador, tendo em vista a carência de programas jornalísticos em que fossem ouvidas as dúvidas da população, bem como os esclarecimentos oferecidos pelos secretários de Estado. O programa tem duração de 15 minutos e vai ao ar de segunda a sexta-feira em seis oportunidades dentro da grade de programação da emissora.

26 Procuradoria Geral do Estado

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) é o órgão de representação judicial e extrajudicial do Estado do Paraná, conforme previsão constitucional no Artigo 124, que elenca sua competência sem prejuízo de outras atribuições.

Sua participação nos setores da administração pública é fundamental, especialmente quando orienta o administrador público e oferece segurança no cumprimento dos princípios jurídicos da Administração Pública. Essa atribuição orientadora estende-se, ainda, em caráter supletivo, às administrações públicas municipais e, em decorrência da Lei Estadual n.º 9422/1990, em relação aos profissionais do Quadro Especial de Advogados que atuam na defesa dos diversos órgãos da Administração Indireta, algumas vezes, o Procurador-Geral de Estado, nos limites da Lei Complementar n.º 40/1987, avoca para a Procuradoria, por motivo de interesse público, a defesa de órgãos da Administração Indireta.

Dada a diversificação da sua atuação, é necessário ressaltar que a quantificação dessas atribuições não demonstra de forma cabal o volume de suas realizações e muito menos retrata uma valoração econômica em relação às teses em discussão.

26.1 Ações Desenvolvidas

Em relação à sua competência consultiva, foram realizadas as seguintes ações em 2003:

- 451 pareceres elaborados;
- 5.825 informações.

No desempenho das atribuições contenciosas, que abrangem toda a defesa judicial do Estado, os Procuradores atuam na Capital, nas Varas da Fazenda Pública, Varas da Justiça Federal e Varas do Trabalho; e no Interior do Estado, em todas as Comarcas, Varas do Trabalho e Varas Federais. No segundo grau, atuam nos Tribunais situados em Curitiba – Tribunal Regional do Trabalho, Tribunal de Justiça e Tribunal de Alçada – e, ainda, no Tribunal Regional Federal, em Porto Alegre. E, em Brasília, nos Tribunais Superiores – Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

Para realizar este trabalho, a Procuradoria Geral do Estado é, na Capital, subdividida em Procuradorias especializadas, com distribuição por matéria: Trabalhista (PRT), Fiscal (PRF), Administrativa (PRA), do Patrimônio (PRP), de Execuções de Decisões Judiciais (PRE), de Recursos e Ações Rescisórias (CRR), da Região Metropolitana (PRM), Coordenadoria do Interior (COI), Procuradoria de Processos Administrativos e Sindicâncias (PPA), Procuradoria Previdenciária (PPF) e Procuradoria do Meio Ambiente (PAM).

No ano de 2003, por decreto governamental, foram criadas a Procuradoria de Porto Alegre, ainda não instalada, e a Procuradoria de Proteção ao Meio Ambiente (PAM), em pleno funcionamento.

Em Brasília, a Procuradoria Geral do Estado conta com três Procuradores, os quais acompanham todas as ações de interesse do Estado. No Interior, tem quinze Procuradorias Regionais, que realizam toda a defesa do Estado no âmbito de suas respectivas jurisdições.

Cabe lembrar que a Procuradoria Geral do Estado tem assento em vários Conselhos e Comissões e integra o Comitê de Gestão de Controle da Agência de Fomento do Estado.

Com relação à atuação da Procuradoria, os números mais expressivos em 2003 foram:

- 2.299 citações/notificações recebidas;
- 763 ações contestadas na Justiça Comum e Trabalhista;
- 100 embargos interpostos perante a Justiça Comum;
- 34 embargos interpostos perante a Justiça Trabalhista;
- 418 mandados de segurança informados;
- 26.550 novas execuções fiscais propostas;
- 674 embargos impugnados à execução fiscal;
- 1.332 embargos perante à Justiça Federal (execuções fiscais promovidas pelo INSS);
- 37 ações ordinárias propostas;
- 3 ações rescisórias cíveis;
- 4 ações rescisórias trabalhistas;
- 294 representações do Estado pelos Procuradores em audiências perante a Justiça do Trabalho;

- 389 representações do Estado pelos Procuradores em audiências na Justiça Estadual ou Federal de 1.^a instância;
- 7 pedidos de intervenção informados;
- 152 recursos especiais interpostos perante os Tribunais Superiores;
- 135 recursos extraordinários interpostos perante os Tribunais Superiores;
- 7 sustentações orais junto ao Tribunal Regional do Trabalho;
- 22 processos administrativos disciplinares envolvendo órgãos da Administração Pública Direta e Indireta;
- 3 sindicâncias envolvendo órgãos da Administração Pública Direta e Indireta.

Ainda quanto à defesa judicial do Estado, destaca-se a atuação da PGE nos litígios que envolveram a invasão da Fazenda Araupel pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, bem como na anulação de diversos contratos, dentre eles, contratos de informática, de publicidade e do Terminal dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Com a edição de atos governamentais que determinaram a impossibilidade das atividades denominadas Tribingo Paranaense, bem como dos caça-níqueis, a Procuradoria defendeu os interesses do Estado na manutenção dos termos dos decretos.

Foram nomeados e tomaram posse 22 novos Procuradores, aprovados no concurso público realizado no ano de 2002, que atualmente vêm desempenhando suas atividades no Interior do Estado.

O Estado do Paraná foi representado pela Procuradoria Geral do Estado, em Washington, na Organização dos Estados Americanos (OEA), quando atuou na Sessão Ordinária da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos.

O Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado realizou 32 sessões, com a aprovação de 147 deliberações.

27 Casa Civil

O campo de atuação da Casa Civil envolve atribuições típicas de um órgão de assessoramento político e administrativo direto ao Chefe do Poder Executivo, e tarefas de apoio, conforme determina a legislação vigente, a unidades e órgãos desprovidos, ou providos apenas parcialmente, de estrutura própria de apoio.

27.1 Ações Desenvolvidas

A atuação do Gabinete do Chefe da Casa Civil envolveu a coordenação, a organização e a promoção do relacionamento do Poder Executivo Estadual, intermediando contatos e relações com autoridades e organizações dos diferentes níveis governamentais; a prestação de assistência direta e imediata ao Governador; o acompanhamento das atividades relativas ao processo político legislativo; o relacionamento com as lideranças políticas do Governo; o atendimento a Deputados Federais, Estaduais, Secretários de Estado, Prefeitos, Vereadores, Presidentes de Partidos e de Câmaras Municipais, representantes de movimentos classistas, de sindicatos e com o público em geral.

A Diretoria Geral, além das atribuições legais competentes, promoveu a elaboração de minutas, análises, controle e encaminhamento dos documentos submetidos à decisão superior e a promoção dos atos administrativos relacionados com os sistemas de Planejamento, Financeiro, de Administração Geral e de Recursos Humanos em articulação com os respectivos responsáveis.

O Centro de Edição de Expediente Oficial (CEE) assessorou o Governador do Estado e a Casa Civil na preparação das matérias que necessitam de formalização documental, além de prestar atendimento a outros órgãos ligados ao Palácio Iguazu. Em 2003, foram elaborados e expedidos cerca de 8.751 expedientes, bem como efetuados o registro e a guarda dos documentos.

O Núcleo de Informática e Informações (NII) executou ações de assessoramento, desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas de informações, utilizando tecnologias de informática e comunicação, atendendo à Governadoria, destacando-se: operação, manutenção e atualização do Sistema Integrado de Autoridades; desenvolvimento de sistemas para diversos ambientes de aplicação;

construção de mapas temáticos; estudos de viabilidade da implantação de plataformas Linux e Open/office; implantação do Sistema de Gestão da Informação nos Centros de Edição de Expediente Oficial e de Apoio Operacional; atualização e instalação do Sistema Geopolítico em diversos órgãos; análise, encaminhamento e resposta aos pleitos endereçados ao Chefe da Casa Civil por *e-mail*; inclusão de decretos e leis no Sistema de Legislação Estadual.

Promoveu também a análise prévia e o encaminhamento de documentos às unidades afins e a elaboração de extratos de despachos conclusivos proferidos pelo Governador e pelo Chefe da Casa Civil.

27.1.1 Centro de Redação de Atos Oficiais (CRA)

Realizou as seguintes atividades:

- 2.225 decretos lavrados e assinados;
- 12 resoluções assinadas;
- 6 circulares assinadas.

27.1.2 Centro de Apoio Operacional da Casa Civil (CAO)

Desenvolveu as seguintes ações:

- 1.231 preparos de processos de disposições funcionais;
- 8.850 controles de processos e divulgação de atos oficiais na Imprensa Oficial.

27.1.3 Coordenadoria do Cerimonial e de Relações Internacionais (CCRI)

As ações da Coordenadoria do Cerimonial e de Relações Internacionais desenvolveram-se por meio de planejamento, coordenação, organização, direção e controle das atividades relativas à observância e aplicação das Normas do Cerimonial Público e da Ordem Geral de Precedência, bem como a coordenação das atividades de apoio administrativo na organização de recepções e festividades.

Foram as seguintes as ações realizadas:

- Elaboração de programas referentes à viagem do Governador ao Exterior; apoio nas visitas do Presidente da República e Ministros de Estado; a Embaixadores e Comitivas e de outras autoridades estrangeiras em visita ao Estado do Paraná.
- Participação e assistência em 198 eventos na Capital e no Interior do Estado, com a presença do Governador.
- Apoio ao Chefe do Executivo em viagens ao Interior do Paraná, a outros Estados e ao Distrito Federal.

27.1.4 Coordenadoria Técnico-Jurídica (CTJ)

Realizou as seguintes ações:

- 2.120 processos analisados;
- 1.700 pareceres emitidos;
- 463 informações, memorandos, despachos, minutas de decretos e consultas emitidas.

27.1.5 Coordenadoria Técnico-Administrativa (CTA)

Desenvolveu as seguintes ações:

- 700 pareceres sobre matéria de pessoal elaborados;
- 400 informações sobre matéria de pessoal elaborados;
- 200 cotas em processos e atendimento a consultas.

27.1.6 Coordenadoria Técnico-Legislativa (CTL)

Executou as seguintes ações:

- 256 análises e preparos de projetos para sanção e respectivas leis;
- 38 razões de vetos total e parcial elaboradas;
- 61 preparos de projetos de lei para restituição à Assembléia Legislativa;
- 355 pareceres e informações elaborados;

- 357 elaborações de ofícios encaminhados à Assembléia Legislativa;
- 85 elaborações de atos diversos.

27.1.7 Coordenadoria de Assuntos Políticos (COAP)

Desenvolveu as seguintes ações:

- Atendimento às solicitações dos outros poderes e segmentos da sociedade, bem como ao relacionamento do Governo do Estado com lideranças políticas e outras esferas de Poder.
- Acompanhamento e articulação da agenda política do Governador e do Chefe da Casa Civil.
- Coordenação, em consonância com a Casa Militar e a Coordenadoria do Cerimonial e Relações Internacionais, das atividades afetas às viagens do Governador.

28 Casa Militar

O âmbito de ação da Casa Militar compreende a assistência direta e imediata ao Governador no trato e apreciação de assuntos militares de natureza protocolar; a coordenação das relações do Chefe do Governo com autoridades militares; a segurança do Governador, do Vice-Governador e de suas famílias, do Palácio Iguazu e residências oficiais; recepção, estudo e triagem dos expedientes militares encaminhados ao Governador; transmissão e controle da execução das ordens dele emanadas; Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, entre outras atividades correlatas.

28.1 Ações Desenvolvidas

O Gabinete da Casa Militar procedeu a 220 autorizações para uso de aeronave do Estado e a 3 locações de aeronaves.

A Divisão de Defesa Civil realizou ações em nível de situações de normalidade e de anormalidade, tendo sido realizadas, nesta última, doações de materiais e alimentos a municípios do Estado, 203 bobinas de lona plástica, 230 cobertores e 30 acolchoados, 49 litros de água sanitária, 22 telhas de fibrocimento, 6 fogareiros, 3 barracas, 24 litros de detergente e 157 cestas básicas; analisados e decretados, pelo Governador do Estado, 15 processos de situação de emergência e estado de calamidade em municípios do Estado do Paraná; e atendidos 7 casos de acidentes com carga perigosa. A Divisão de Operações e Segurança procedeu ao acompanhamento do Governador, Vice-Governador e da Primeira Dama em viagens ao interior do Estado e interestaduais.

A Divisão de Transporte e Manutenção executou ações para promover a manutenção, supervisão e controle do transporte aéreo e rodoviário da Casa Militar, num total de 35 veículos e 7 aeronaves.

29 Secretário Especial de Representação do Paraná em Brasília

29.1 Ações Desenvolvidas

O Escritório de Representação do Estado do Paraná em Brasília desenvolveu suas atribuições, prestando o suporte técnico-administrativo aos órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado do Paraná no Governo Federal e nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, destacando-se o acompanhamento de processos de interesse do Estado em órgãos sediados em Brasília; apoio e assessoramento às Secretarias, Autarquias, Fundações e Sociedades de Economia Mista, bem como aos Secretários de Estado, Deputados e demais autoridades, quando em trânsito na capital federal; divulgação de trabalhos de interesse técnico, científico, cultural, artístico, turístico e folclórico do Estado, em escolas, órgãos federais e embaixadas; atualização e organização de correspondências oficiais; encaminhamento e acompanhamento de solicitações e requerimentos aos Tribunais Superiores; atendimento aos municípios do Paraná quanto a informações e solicitações de documentos referentes a assuntos ligados principalmente à área social e econômica em discussão nos diversos órgãos federais; organização e apoio nos eventos do Estado no Distrito Federal; acompanhamento da programação e disponibilidade dos recursos financeiros utilizados; administração e controle de bens patrimoniais e material de expediente.

